História dos Fundadores do Império do Brasil

Volume I

José Bonifácio

Otávio Tarquínio de Sousa

Edições do
Senado Federal

Volume 208

José Bonifácio de Andrada e Silva (* 1763 – ✞ 1838)

História dos Fundadores do Império do Brasil

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 208

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF
CEDIT@senado.gov.br
Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho

ISBN: 978-85-7018-610-2

. . . .

Sousa, Otávio Tarquínio de, 1889-1959.
História dos fundadores do Império do Brasil / Otávio Tarquínio de Sousa. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.
5 v.
326 p. : il. – (Edições do Senado Federal ; v. 208)

Conteúdo: v.1. José Bonifácio – v. 2, t. 1-3. A vida de D. Pedro I – v. 3. Bernardo Pereira de Vasconcelos – v. 4. Evaristo da Veiga – v. 5. Diogo Antônio Feijó.

1. Primeiro Reinado(1822-1831), Brasil. 2. Imperador, Brasil. 3. Silva, José Bonifácio de Andrada e, 1763-1838, biografia. 4. Pedro I, Imperador do Brasil, 1798-1834, biografia. 5. Vasconcellos, Bernardo Pereira de, 1795-1850, biografia. 6. Veiga, Evaristo Ferreira da, 1799-1837, biografia. 7. Feijó, Diogo Antônio, 1784-1843, biografia. I. Título. II. Série.

CDD 981.04

. . . .

. . . .

Sumário

Índice de ilustrações

A Lúcia,
companheira perfeita

. . . .

Nota de José Olympio, editor

José Olympio

O TÁVIO TARQUÍNIO DE SOUSA *nasceu a 7 de setembro de 1889, no Rio de Janeiro. Filho do Dr. Tarquinio de Sousa, advogado, professor de Direito e publicista, e de D. Joana Oliveira de Sousa, ambos pernambucanos. Aos seis anos de idade entrou para uma escola de primeiras letras, dirigida por D. Teonila Tavares Bastos, irmã do ilustre escritor Tavares Bastos. Fez o curso secundário no Colégio do educador João Kopke, com um intervalo no Ginásio Fluminense, de Petrópolis, do qual era diretor Silva Ramos e vice-diretor o poeta Raimundo Correia. Estudante ainda, colaborou, ora com o pseudônimo de Fausto Luz, ora com o de Anatólio Luz, em vários jornais do interior do Estado do Rio. Em 1907 formou-se em Direito na então Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (Rio de Janeiro), hoje Faculdade Nacional de Direito, com dezoito anos de idade.*

Exerceu pouco depois de concluído o curso jurídico o lugar de 2º oficial da Administração dos Correios do Estado do Rio de

Janeiro, serviu como secretário do então diretor, e de 1914 a 1918 ocupou o cargo de diretor dessa repartição federal. Em 1918 foi nomeado procurador do Tribunal de Contas da União, função que desempenhou até 1932, quando foi nomeado ministro do mesmo tribunal. Do Tribunal de Contas foi vice-presidente e presidente, estando hoje aposentado. Em 1924 representou o Brasil na Conferência Internacional de emigração e imigração, realizada em Roma.

Depois de colaborações várias em jornais do Rio, como O País *e* A Noite*, publicou em 1914 seu primeiro livro,* Monólogo das cousas*, a respeito do qual disse José Veríssimo em* O Imparcial, *ao fazer-lhe a crítica: "...neste seu primeiro livro... pensado, sóbrio e discreto, revela um notável temperamento de escritor". Em 1928 apareceu sua tradução do* Rubáiyát *de Omar Kháyyám, que continua a reeditar-se, decorridos quase trinta anos. Em 1931 acentuou o sentido mais profundo de sua atividade de escritor com a publicação de* A mentalidade da Constituinte, *primeiro estudo de uma obra histórica que não mais se interromperia. Em 1934 apareceu* Ernesto Psichari, neto de Renan. *Em 1937, publicava* Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo; *em 1939,* História de dois golpes de Estado *e* Evaristo da Veiga; *em 1942,* Diogo Antônio Feijó; *em 1944,* História do Brasil, *em colaboração com Sérgio Buarque de Holanda (livro didático para a 3ª série ginasial); em 1945,* José Bonifácio *(aparecido antes no México, em tradução castelhana) e* O Pensamento Vivo de José Bonifácio*; em 1952,* A vida de D. Pedro I *e* De várias províncias.

É desde 1939 diretor da Coleção Documentos Brasileiros desta editora. Durante três anos, de 1935 a 1937, foi o crítico literário de O Jornal *do Rio e de vários [jornais] Diários Associados. Dirigiu a* Revista do Brasil, *3ª fase, de 1938 a 1943, e a* Revista do Comércio*, entre 1946 e 1948, com Afonso Arinos de Melo Franco.*

Colaborador de O Estado de São Paulo, *onde em 1916 e 1917 teve uma seção permanente na edição vespertina, do* Correio da Manhã, da Folha da Manhã*, de São Paulo, da* Tribuna da Imprensa *e de vários outros jornais do país.*

Em 1934 foi o primeiro presidente da Associação Brasileira de Escritores.

Para seus estudos históricos escolheu o período que começa com a formação da consciência nacional em fins do século XVIII e se encerra com o advento do reinado de D. Pedro II, e mais particularmente os sucessos da Independência, a formação de um governo constitucional no país, o Primeiro Reinado e a Regência, através das biografias das figuras mais representativas e do exame dos acontecimentos de maior relevância. Tal o objetivo da História dos Fundadores do Império do Brasil, *obra na qual reúne, revistos, aumentados e por vezes refeitos, os seus trabalhos anteriores, acrescidos de um volume até agora inédito* – Fatos e personagens em torno de um regime.

Para esta edição de História dos Fundadores do Império do Brasil – *obra de um mestre no gênero, considerada unanimemente pela crítica como um dos pontos mais altos da historiografia brasileira – mandamos organizar minucioso Índice Geral Remissivo (onomástico e de assuntos), que constitui o vol. X da obra.*

Otávio Tarquínio de Sousa é casado com a escritora Lúcia Miguel Pereira, residindo no Rio de janeiro.

Rio de Janeiro, maio de 1957.

. . . .

Introdução

PROBLEMA FASCINANTE E CONTROVERSO *defrontado amiúde por quem prepara uma biografia é o do papel da personalidade na História, sobretudo se o homem estudado exerceu atividade pública, foi estadista, político, jornalista ou escritor. Até onde a ação dos homens ou dos grandes homens influirá sobre os acontecimentos, sobre a face e o rumo dos sucessos? Certo, pode ser considerada tão ultrapassada a posição de um Carlyle, a descobrir sempre no desenvolvimento da civilização a marca dos heróis e dos gênios, como a dos que se obstinam em aplicar aos fatos históricos os métodos das ciências naturais, lobrigando na sucessão deles leis semelhantes às que regem os fenômenos que incidem sob o ângulo da astronomia, da física, da química ou da biologia.* Il n'y a d'histoire que de l'homme,[1] *e os fatos históricos, caracterizando-se por serem individuais, únicos, não se subordinam ao conceito das leis deduzidas da repetição dos fenômenos da natureza. Natureza e cultura, natureza e história hão de ser apreciadas segundo métodos próprios e isso se tornou imperioso depois de obras como as de Dilthey, Windelband, Rickert, Xenopol e outros que,*

1. *Caussimon,* "L'Affirmation de 1'être dans l'élaboration constructive de l'histoire collective et de l'histoire personelle"*, in l'Homme et l'Histoire,* pág. 112.

embora divergindo em pontos de maior ou menor importância, afirmaram a autonomia dos fatos históricos e indicaram métodos específicos para estudá-los.

Se não há História sem o homem, se os fatos históricos são condicionados pela ação e pela presença humana, se o objeto do conhecimento histórico é o acontecimento único e irrepetível, fazendo da História como que uma edição de um só exemplar,[2] *a lei histórica constituiria, como avançou Rickert, verdadeira contradição em si mesma. Mas seria pueril concluir que a História é uma vasta coleção de biografias e que o trabalho do historiador se reduz a tentar recompor e escrever a vida de inumeráveis homens ilustres e obscuros, principalmente ilustres. Se* il n'y a d'histoire que de l'homme, *este tem, ao lado da dimensão pessoal, o que se poderia chamar de dimensão histórica*[3], *as duas dimensões se justapondo e por vezes confundindo os seus limites. É que a existência de cada pessoa se desenvolve graças a contatos e relações com os outros homens, com o meio, com todas as coisas que a cercam, e a vida humana, por mais solitário, original ou superior que seja o indivíduo, não escapa àquelas influências.*

A despeito porém de sua dimensão histórica, os homens têm, sobretudo os de forte personalidade, o poder de projetá-la sobre os acontecimentos. Não o negou Marx, em última análise, antes o afirmou, ao dizer que "toda sociedade tem necessidade de seus grandes homens", acrescentando com Helvetius que, se não os encontra, cria-os[4]. *Sem dúvida, para Marx a grandeza desses homens decorre menos do seu valor intrínseco do que da sua necessidade histórica. Engels, o mais direto intérprete do pensamento de Marx, querendo excluir qualquer eiva de providencialismo no aparecimento dos homens necessários, dá esse aparecimento como obra do puro acaso, mas, referindo-se a Napoleão, repete o pensamento do mestre: "na falta de um Napoleão, outro preencheria o seu lugar, e isto se infere do fato de que todas as vezes que um ditador se tornou necessário, foi sempre encontrado – César, Augusto, Cromwell"*[5].

---

2. O Philippe – "L'Histoire dans ses rapports avec la sociologie et la philosophie", *in l'Homme et l'Histoire,* pág. 36.
3. G. Davy – *l'Homme et l'Histoire,* pág. 213.
4. Sidney Hook – *Pour comprendre Marx,* pág. 138.
5. Carta de Engels a Starkenbrug, de 25 de janeiro de 1894.

A questão dos ditadores desnecessários poderia ser aventada, mas o que interessa é saber até onde Marx admite a interferência da personalidade na História. Isto parece ficar claro na sua carta de 17 de abril de 1871, a Kugelmann, a propósito da Comuna de Paris: "A história do mundo seria na verdade coisa muito fácil de fazer se todas as lutas devessem ser travadas só em condições infalivelmente favoráveis. Além disso, a sua natureza seria predominantemente mística, se nela os 'acasos' não representassem papel algum. Esses casos fortuitos entram naturalmente na marcha geral da evolução e são compensados por outros casos fortuitos. Mas a aceleração ou o retardamento dos acontecimentos dependem em grande parte de semelhantes 'acasos' entre os quais figura o caráter das pessoas colocadas à frente do movimento." Aí temos o caráter das pessoas, o feitio pessoal dos homens que assumem a direção dos sucessos políticos a acelerar ou a retardar os acontecimentos, muito embora figure a ação da personalidade no capítulo dos "casos" em História, já que do desenvolvimento das condições de produção depende o curso da sociedade, o sentido da História, e não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas, ao contrário, é sua existência econômica que determina aquela. A despeito disso, entretanto, a despeito do caráter de necessidade do processo histórico marxista, os adeptos da doutrina não prescindem da luta ininterrupta e desesperada para a realização de um estado social que de acordo com a dialética da História deve necessariamente surgir. Luta na qual grandes personalidades se revelam e se afirmam, luta levada a efeito como se o desenvolvimento da sociedade dependesse das qualidades morais e intelectuais dos homens. Luta que patenteia homens capazes dos maiores sacrifícios e das mais ambiciosas ações, capazes de heroísmo e ao mesmo tempo do mais frio realismo. A importância da personalidade, a importância dos líderes políticos, ninguém põe mais em evidência do que os marxistas, procurando impressionar a opinião das massas com a superioridade dos seus condutores e guias.

Os grandes acontecimentos históricos não são apenas o resultado ou o efeito das ações e das palavras dos grandes chefes civis e militares. Imensa e por vezes decisiva será a influência das instituições econômicas, como imensa e decisiva tem sido a das conquistas científicas e a do progresso técnico. Mas o caráter de certas pessoas, ou melhor, as ideias, as ambições, a vontade de um líder político, sobretudo se encarnadas num ditador, podem produzir consequências de imenso alcance. O homem representa a sociedade em que vive, reflete-lhe as

aspirações e as necessidades; as épocas e os períodos históricos oferecem, através dos indivíduos que deles participam, semelhanças de costumes, hábitos, pensamentos e tendências; os coevos guiam-se por um padrão de conduta comum e todos ganham melhor e mais nitidamente sentido no plano das relações com a época a que pertencem; mas na dimensão pessoal de cada homem subsistirá uma zona de maior ou menor hermetismo, segundo o vigor, o poder de criação e a riqueza íntima de que dispuser. À mesure qu'on a plus d'esprit on trouve qu'il y a plus d'hommes originaux, *disse Pascal. Não escapam entretanto os homens originais ao espírito de seu tempo, às suas correntes dominantes, aos seus valores culturais, aos seus vínculos sociais e políticos, ao que Dilthey denominou de conexão estrutural de uma época ou um período, sendo ao contrário os seus representantes mais lídimos e quase sempre os seus condutores e guias. Entre esses homens e o mundo em que vivem estabelecem-se laços, nexos, correspondências que vão desde os domínios da religião e da língua aos das instituições jurídicas no mais amplo significado, das relações econômicas, da literatura e da moda, e fazem do homem histórico um ser concreto, parcial, contingente, ambíguo.*

A História não é, como já ficou dito, uma coleção de biografias, e tem por objeto o estudo do desenvolvimento, no tempo e no espaço, das civilizações, dos povos, dos grupos humanos, vistos nos seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Mas na trama dos acontecimentos ce sont toujours les modalités et les valeurs existentielles des personnes humaines qu'elle décrit[6]. *O homem está sempre presente, seja na história coletiva, seja na pessoal, e o seu conhecimento depende do estudo da História, visto que é através dela que ele se realiza, condicionado por seu gênero de vida, por suas crenças, por suas condições econômicas, por tudo quanto lhe favorece ou cerceia a expansão da personalidade. Se os grandes homens, os guias, os heróis, muitas vezes, parecendo comandar e influir, não fazem mais do que obedecer ao espírito de sua época, forçoso é convir que na direção do mundo exercem ação eficaz as ideias, os planos, a vontade de certos reformadores da política ou da religião, da ciência ou da arte.*

6. J. Caussimon – *op. cit.*, pág. 105.

Nos dez volumes reunidos sob o titulo geral de História dos Fundadores do Império do Brasil, *grande é a parte concedida ao exame da contribuição das principais personagens que surgiram no momento histórico da emancipação do Brasil e atuaram no processo da formação de suas instituições políticas. Mas neste conjunto de biografias os homens aparecem indissoluvelmente ligados aos acontecimentos, homens históricos e não puros espíritos, homens concretos e não abstratos, associando natureza e cultura, natureza e história, ao mesmo tempo* anges et bêtes, *a prevalecer o pensamento de Kierkegaard. Quanto esteve nas possibilidades do autor, sua tarefa biográfica inspirou-se em boa parte nas lições de Dilthey e diligenciou descobrir, baseado nas melhores fontes documentais, o nexo efetivo em virtude do qual as figuras estudadas foram determinadas pelo meio em que viveram e como sobre ele reagiram. Um José Bonifácio, um D. Pedro I, um Bernardo de Vasconcelos, um Evaristo da Veiga, um Diogo Antônio Feijó foram vistos e captados no mundo histórico, isto é, dentro das ideias e das correntes políticas da época, delimitados por um sistema particular de vida, pelas concepções de Estado, de religião, de ciência ou de arte do tempo.*

Mas se houve a intenção de fixar na vida de cada uma dessas personalidades a sua conexão com o mundo histórico – e sem isso impossível seria evocar verdadeiramente a existência de quem quer que seja, pois o homem se prende à sociedade como os corpos são atraídos pela gravidade – não se prescindiu do esforço ou da tentativa de entrever o que havia porventura de irredutivelmente pessoal, de próprio, de inalienável em cada uma delas, aquilo que pertencia à zona de sombra do mais íntimo da natureza, da humanidade, do mistério, do drama de cada indivíduo. Não se prescindiu do propósito de descobrir quanto possível no fluxo da vida desses homens os traços, os elementos mais diferenciados, as linhas inconfundíveis da sua fisionomia íntima, o timbre de sua mais recôndita voz, a parcela individual que não pode ser somada, subtraída, multiplicada ou dividida, o quid *em última análise definidor da personalidade, surpreendendo o ato único, o fato que não se repete. De outro lado, sem a liberdade de criação do romancista – que estabelece para as suas personagens um plano próprio de vida e de duração, mais ou menos próximo do que o espetáculo do mundo lhe oferece, embora no fundo sempre caprichoso e arbitrário – indeclinável foi o respeito e a obediência ao* curriculum vitae *dos biografados, aceitos na sua estrutura física e moral, nos limites de suas dimensões, nas contingências de suas vidas.*

O trabalho do historiador, com a necessidade de provas em que se apoie a certeza do conhecimento histórico, tem caráter científico: não há História sem fontes, sem pesquisas, sem documentos. Mas a elaboração histórica participa sob vários aspectos da obra de arte, colocando-se muitas vezes o historiador numa atitude semelhante à do pintor, que organiza os valores pictóricos segundo uma hierarquia subjetivamente inspirada[7]*. E em nenhuma tarefa o historiador se aproxima mais do artista do que na biografia. Dilthey salienta que a posição desta na historiografia foi preparada pela novela*[8]*, isto é, pela ficção. O mundo biográfico não pode limitar-se a um meticuloso levantamento das ações e dos acontecimentos da vida de um homem e, em seguida, a uma narrativa em que se observe o mais possível a ordem cronológica: mister se faz que, socorrido pela imaginação – e de imaginação há necessidade até no âmbito das ciências naturais – o biógrafo saiba e possa o mais possível recriar a vida que se extinguiu e restaurar o tempo que passou. Só assim o trabalho biográfico deixará de ter o ranço de fastidiosos relatórios e logrará apresentar em perfeito sincronismo o indivíduo e o seu meio histórico, este em todos os seus aspectos relevantes e aquele no seu cunho mais autêntico. Na obtenção desse fim intervêm um critério e uma seleção de fatos que serão extracientíficos, mas que se verificam tanto na História como nas ciências da natureza*[9]*.*

À coleção que reúne agora, sob um título geral, os livros históricos do autor, não faltará unidade: todos os volumes põem em foco fatos e personagens de uma mesma época. Mais do que isso, os homens e os acontecimentos se entrelaçam, os primeiros testemunhando as influências das ideias e das necessidades políticas e econômicas do momento, os segundos, ora marcados pela ação dos indivíduos que assumiram a liderança política, ora excedendo-os, submergindo-os, vencendo-os. Mas não se trata de obra sistemática, adstrita a uma seriação cronológica dos fatos, numa assentada expostos e interpretados. Os livros que compõem a História dos Fundadores do Império do Brasil, *conservando a autonomia que antes tinham, apreciam às vezes os mesmos fatos,*

---

7. J. Caussimon – *op. cit.,* pág. 106.
8. Wilhelm Dilthey – *E1 mundo histórico,* pág. 275. Ed. do Fondo de Cultura, México, 1944.
9. S. Ranulf – *in l'Homme et 1'histoire,* pág. 3.

visto que deles participaram, direta ou indiretamente, mais de um dos biografados. A repetição, entretanto, recolherá porventura as vantagens que Napoleão atribuía a essa figura de retórica, certo como é que os episódios em cada versão se clareiam de nova luz, encarados do ângulo de interseção dos diversos atores ou espectadores.

Os pontos comuns, os temas comuns a vários volumes aparecem modificados, conforme as reações particulares ou pessoais dos figurantes. Ainda quando visavam aos mesmos objetivos, não os ordenavam, não os viam da mesma maneira homens como José Bonifácio, D. Pedro I, Bernardo de Vasconcelos, Evaristo da Veiga e Feijó. E esses testemunhos todos afinal só poderão concorrer para tornar mais acessível, mais fácil e mais rico o conhecimento da época focalizada. O mesmo se dirá do refazimento de percursos idênticos em alguns volumes: da transmigração da família real portuguesa em 7 de abril, nas vidas de José Bonifácio e D. Pedro I; da Independência à Maioridade, em Bernardo de Vasconcelos, em Feijó e quase em Evaristo. As deslocações, os movimentos terão grandes semelhanças, mas as viagens, os caminhos divergirão enormemente. Contemporâneos embora, em alguns casos pertencendo a gerações diferentes, a visão que cada um deles nos proporciona variará de acordo com o temperamento, a idade, a cultura, os interesses pessoais respectivos, num quadro em que cores diversas nos darão talvez o tom mais aproximado da realidade.

Os acontecimentos culminantes da época estudada nesta História dos Fundadores *são a emancipação do Brasil e a instauração de instituições livres, isto é, a ruptura com Portugal e a formação de um governo autônomo. Desde as últimas décadas setecentistas notava-se entre nós uma nítida diferenciação nacional. "Os triunfos colhidos nas guerras contra os estrangeiros, as proezas dos bandeirantes dentro e fora do país, a abundância de gados animando a imensidade dos sertões, as copiosas somas remetidas para o governo da metrópole, as numerosas fortunas, o acréscimo da população influíram consideravelmente sobre a psicologia dos colonos. Os descobrimentos auríferos vieram completar a obra. Não queriam, não podiam mais se reputar inferiores aos nascidos no além-mar os humildes e envergonhados mazombos do começo do século XVII"[10]. Ao iniciar-se o século XIX e ao desembarcar aqui a família*

10. J. Capistrano de Abreu – *Capítulos de história colonial,* 3ª ed., pág. 167.

real portuguesa, já existia nos núcleos mais densos de população, entre os elementos mais atentos aos seus interesses e voltados para as novas ideias políticas, sentimento brasileiro, consciência nacional. Mas o certo era que a economia do Brasil continuava no regime de monopólio *exercido avidamente pela metrópole e só afetado pela ingerência da Inglaterra. O comércio colonial brasileiro fazia-se todo através dos centros distribuidores de Portugal, já no que vendia, já no que comprava.*

Criada à sombra de uma economia agrária com base no trabalho escravo, a aristocracia dos senhores de engenho e grandes proprietários territoriais não se conformava mais com o privilégio luso e começava a tramar a sua abolição. Sintomática dessa atitude seria a existência no Nordeste de grupos empenhados na propagação das doutrinas políticas dos enciclopedistas e articulando-se com os revolucionários de França, como deixa entrever a conjuração dos poderosos Cavalcantis em 1801. Por outro lado, nas cidades, entre intelectuais e elementos da população socialmente instáveis, mestiços de vasta escala cromática, egressos da escravidão, gente vadia ou de profissão incerta, tomava vulto uma disposição de inconformismo e rebeldia. A súbita chegada da família real em 1808 emprestou aspectos imprevistos ao processo histórico em elaboração. De um golpe foi abolido o monopólio, e outras medidas, todas num sentido de liberdade econômica e de incentivo cultural ou de organização administrativa, se seguiram: a revogação do alvará de 5 de janeiro de 1785 que proibia a existência de indústrias, a concessão de terras a estrangeiros que viessem morar no Brasil, a criação da imprensa, a instalação de bancos e estabelecimentos de ensino, de tribunais e repartições.

Tantas e tão importantes iniciativas lançavam os fundamentos de um Estado e configuravam a fisionomia de uma nação. Sede da monarquia portuguesa, as chancelarias da Europa a reconhecerem uma "Corte do Rio de Janeiro", era a independência brasileira que se iniciava de maneira imprevista. Do fato da residência da família real portuguesa outras consequências decorreriam, e as mais notáveis seriam a forma única e original por que se processaria a separação entre a antiga colônia e a metrópole, e o estímulo à unidade brasileira. Se para congregar as diferentes partes de que se compunha o domínio luso na América atuavam vários fatores de ordem cultural, étnica e econômica, e se poderosa fora a ação plástica da colonização portuguesa, não faltavam em contraposição os elementos desagregadores a culminarem na dispersão geográ-

fica. O governo de D. João VI no Rio de janeiro, exercendo ação centrípeta, não poderia deixar de influir no aperto dos laços por vezes frouxos que uniam as vastas regiões da América lusitana. De outro lado, a presença da família real, e o caráter, o feitio, as ambições de um de seus membros contribuíram decisivamente para resguardar a integridade do Brasil, dar-lhe um governo centralizado e, ao menos sob certas formas, diverso dos que se instalariam nas treze colônias inglesas do Setentrião e na América Espanhola.

Sem esquecer os movimentos ou tentativas de 1789 em Minas, de 1794 no Rio, de 1798 na Bahia, o certo é que o processo político da independência tomava vulto com os atos que as circunstâncias impuseram ao príncipe regente de Portugal, ao chegar ao Brasil. Paradoxalmente, era uma revolução (revolução pelos seus resultados) que se operava sem convulsões intestinas, sem subversão da ordem, sem os abalos inerentes a tais sucessos e, afinal, no reinado americano de D. João VI realizava-se o essencial da emancipação brasileira. Depois de nossa elevação à categoria de reino, em pé de igualdade com a ex-metrópole, e consagrada essa transformação na vida internacional, já que Palmela e seus companheiros figurariam no Congresso de Viena como representantes também do Brasil, tornar-se-ia pacífica a aceitação desse estado de coisas, perturbada todavia pelos choques oriundos de um sentimento nacional mais apurado e pela repercussão entre nós de doutrinas políticas em evidência desde a Emancipação Americana e a Revolução Francesa.

Prova da exacerbação nativista e do reflexo das ideias do tempo estará no movimento republicano de 1817, no Nordeste. Mas essa sublevação, à vista mesmo da proclamação de seus dirigentes, a propósito de notícias inverídicas acerca de possível abolição da escravatura, deixaria bem claro que se tratava de uma revolução a serviço dos senhores de engenho, dos proprietários territoriais, desejosos de quebrar as últimas barreiras do monopólio mercantil e prontos para se investirem na direção política. Independência, sim, república, sim, mas nada de abolição da escravidão, porque a propriedade era o mais sagrado dos direitos, diziam eles, inclusive a propriedade do homem sobre o homem. Sentimento nacional alvoroçado, enlevo pelos pregões liberais a ecoarem na América, ódio ao antigo dominador luso em cujas mãos continuavam as atividades do comércio e as funções públicas, esses e outros fatores chegariam a determinar em breve a ruptura total com Portugal. Não havendo, entretanto, na sociedade de senhores e escravos que se constituíra no

Brasil clima propício ao florescimento de uma verdadeira classe média, de uma burguesia citadina, o poder político no país prestes a libertar-se iria ser avassalado de preferência pelos detentores da grande propriedade territorial ou por gente a serviço de seus interesses. Os elementos empenhados na emancipação em moldes radicais, ou que sonhavam com uma forma de governo em que houvesse a interferência do maior número, só encontrariam acolhida entre intelectuais ou no seio de gente marginal, de status *social pouco definido, uma vez que, se débil era a parte da população que representaria a classe média, nula ou insignificante, como expressão militante da política, era a que mereceria o nome de povo.*

Tão considerável foi a influência dos atos liberatórios praticados por D. João VI desde a abertura dos portos até a elevação do Brasil a reino e, de outra parte, tal o prestígio das ideias políticas em voga, que aos primeiros rebates da revolução constitucionalista portuguesa de 1820, brasileiros de todas as regiões aceitaram orgulhosos o mandato de deputado às Cortes de Lisboa. Brasileiros de todas as regiões, dos mais diversos feitios partidários e da mais vária formação social, padres, militares, magistrados, autênticos representantes da aristocracia rural, demagogos urbanos, o cearense José Martiniano de Alencar, os pernambucanos Pedro de Araújo Lima e Muniz Tavares, este mal saído do cárcere por crime de republicanismo, os paulistas Antônio Carlos, Diogo Antônio Feijó, os baianos Domingos Borges de Barros, futuro visconde da Pedra Branca, Lino Coutinho e Cipriano Barata, todos convencidos de que seria possível elaborar uma Constituição debaixo de cujos preceitos o Brasil, sem romper os laços de solidariedade com Portugal, visse consagradas a sua liberdade política e a sua liberdade econômica.

Homens de excessiva boa-fé, satisfeitos no fundo com o que ocorrera no Brasil no reinado joanino, esses brasileiros não se aperceberam para logo de que o movimento revolucionário de 1820, sob as aparências de um alto programa de regeneração, tinha raízes no mais amargo ressentimento contra o Brasil. Certo, os dirigentes da revolução lusa não se negariam a estender teoricamente aos antigos vassalos de além-mar todos os direitos do homem. Mas o que os liberais de Lisboa não queriam – e os atos sucessivos não tardariam a deixar fora de dúvida – era a existência do Brasil como um todo, como uma nação, como um povo e em sua incrível cegueira se dispuseram a dividi-lo, a fragmentá-lo, a esfacelá-lo em "províncias ultramarinas de Portugal".

A atitude das Cortes de Lisboa só poderia despertar no Brasil a reação em cujo desfecho estava o rompimento definitivo. Aliás, os esforços para manter o regime de reino unido situavam-se num plano de construção ou artifício em que se desprezava, além dos interesses brasileiros mais imediatos, tudo o que suscitara, nos indivíduos nascidos aqui, três séculos de exploração colonial, ao atrito da arrogância do reinol com a maior ou menor submissão do "mazombo". A diferenciação nacional, então em estado de superestesia, dificilmente admitiria um acordo ou conciliação que de leve pusesse em dúvida a certeza de que o *Brasil devia ser um país independente, uma nação soberana. Por muito grande que tivesse sido a ação emoliente da monarquia paternal de D. João VI e o alcance das medidas tomadas a partir de 1808, não seria possível a volta ao sistema colonial, disfarçado embora com a concessão de franquias próprias de um povo livre. O "ufanismo", a vaidade nacional, o louvor hiperbólico das excelências da terra, dos seus progressos e do seu futuro foram característicos do reinado joanino. O Brasil já existia. Conservá-lo ligado a Portugal, só o admitiam os brasileiros aparentemente em situação de paridade, mas de fato em condições de superioridade, com a sede do governo no Rio de Janeiro, tal como vinha acontecendo desde que D. João VI para cá viera.*

Mas o rei foi coagido a tornar ao "berço original da monarquia" e já não haveria depois disso meios de impedir a separação e a independência do Brasil. No intuito de preservar a unidade brasileira, D. João VI deixara seu filho, o príncipe herdeiro D. Pedro, investido da regência do reino aqui fundado. Contrariando as diretrizes do decreto de 7 de março de 1821, que instituía a regência, a política do Soberano Congresso entrou a desenvolver-se no sentido de desunir as províncias, rompendo os liames recíprocos, de fazê-las gravitar para Lisboa, de esbater na sua expressão mais genuína o país que se constituíra aquém-Atlântico, de fazer o Brasil, assim anemizado, dependente outra vez de Portugal, embora fossem os brasileiros, ou melhor, os habitantes das províncias ultramarinas, aquinhoados com todos os direitos e garantias individuais concedidos aos da metrópole.

Não deparariam apenas obstáculos e repulsas os planos dos dirigentes das Cortes. Para apoiá-los havia então no Brasil tropas portuguesas aguerridas, prestigiosos elementos lusos no comércio e nos postos da administração pública, e para ajudá-los existia um vivo espírito particularista em diversas províncias, complicado por mal definidas inclinações liberais propensas a exalçar os inte-

resses regionais em detrimento dos gerais. Por isso mesmo, só nos últimos meses de 1821 começariam as Cortes a perder prestígio e teriam início entre gente mais animosa articulações e projetos visando à reação contra a possibilidade de volver o Brasil a uma situação de inferioridade política e econômica. Os grandes eventos desse ano tinham sido de cunho português, crises ou repercussões do constitucionalismo luso – o juramento, a 26 de fevereiro, da Constituição a ser feita pelas Cortes, a reunião da Praça do Comércio, em 21 de abril, o pronunciamento de 5 de junho. A primeira tentativa, em 12 de outubro de 1821, para aclamar imperador do Brasil o príncipe regente, frustrou-se de todo por prematura e inoportuna, não lhe dando maior solidariedade o escolhido para centro e remate do movimento.

Os decretos das Cortes relativos à transformação político-administrativa das províncias do Brasil e a ordem de regresso do regente despojado de suas antigas atribuições dariam o impulso incoercível à luta pela Independência. Do "Fico" e da organização do Ministério de 16 de janeiro de 1822 à investidura de D. Pedro como defensor perpétuo e à convocação da Assembleia Constituinte, dos manifestos de 1 e 6 de agosto ao grito do Ipiranga, em oito meses túrgidos e dramáticos os sucessos foram conformando a face de um país novo, ora forçando, dobrando, moldando os homens que as circunstâncias colocaram à frente do movimento, ora recebendo deles, dos de personalidade mais forte, rumos e direções. Nem sempre poderá ser medido, pesado, aferido o quinhão pessoal, a influência particular de cada participante, no desenrolar dos acontecimentos. Mas o papel ou o volume da contribuição de alguns deles parecem de maior relevo a um exame perfunctório. Como negar que a ação de José Bonifácio e de D. Pedro, de Ledo e de José Joaquim da Rocha foi em certos momentos preponderante?

Sem dúvida a ruptura com Portugal não se realizava por força apenas da vontade, do desejo, da ação de alguns homens. Para levá-la a cabo atuavam causas múltiplas, que não apenas as mais novas, provenientes da atitude das Cortes de Lisboa. Estas serviram acima de tudo para ativar as mais profundas, as que vinham ganhando força e entono desde as últimas décadas setecentistas. Os interesses da lavoura latifundiária colidiam com os do comércio em mãos dos portugueses, e mais do que nunca os representantes mais expressivos dentre os senhores de engenho e proprietários territoriais se dispuseram a agir, direta ou indiretamente, por elementos seus enfronhados nas doutrinas políticas

que vinham transformando o mundo. Os intelectuais das cidades, os letrados, padres, bacharéis, professores fizeram-se também partidários entusiastas da Independência, a lobrigarem nela uma saída para a vida estreita e mesquinha em que vegetavam. Por último, emprestou sua adesão a luta contra o antigo dominador a parte da população que nenhum benefício real lograria com a libertação do Brasil, a gente que fazia o papel de povo, mal saída do cativeiro, fadada à vadiagem, sem profissão certa, a revidar na aversão ao luso o desprezo que a este inspirava muitas vezes a pretensa inferioridade racial sintetizada na alcunha de "cabra".

Mas o que parece impossível contestar é que ao movimento da Independência se ligaram homens preeminentes, cuja conduta e até apenas cuja presença deram aos acontecimentos feição que provavelmente sem eles não teriam. Dentre quantos no Rio e nas províncias serviram a emancipação brasileira há que destacar José Bonifácio e o príncipe D. Pedro. Tal não significa a rogação dos méritos e do subsídio de tantas personalidades que se empenharam na mesma ação. Nos diferentes volumes de que se compõe a História dos Fundadores do Império do Brasil houve o propósito de situar com objetividade o lugar de cada um, apreciando figuras que, não obstante ficarem em segundo plano no quadro histórico, exerceram papel importante – os componentes do grupo maçônico do Rio, um José Clemente Pereira, um Januário, um Domingos Alves Branco Moniz Barreto, ou um Antônio Carlos, um Vergueiro, um Caldeira Brant, os já mencionados Ledo e José Joaquim da Rocha, os políticos cautos e lúcidos que, nas províncias, uns logo, outros com algum atraso, perceberam o rumo definitivo dos sucessos.

Esse balanço das contribuições pessoais diversas, à luz de documentos e testemunhos idôneos, assegura na ordem da importância e conteúdo da ação a primazia a José Bonifácio e ao príncipe D. Pedro. Este foi um verdadeiro eventful man[11], cujas ações marcaram o curso dos acontecimentos. E marcaram porque, príncipe regente do Brasil e herdeiro do trono de Portugal, optou pelo país de adoção, deliberou aceitar a chefia do movimento libertador e pôs nessa adesão todo o calor, todo o entusiasmo, todo o fogo de sua natureza, sem embargo do tacto e da contemporização exigidos em certos passos. Sem a

11. Sidney Hook – *Os heróis através da História,* trad. port., pág. 181.

transmigração da família real, sem o reinado de D. João VI, outro teria sido o processo da Independência. Desses fatores até certo ponto impessoais resultaria em boa parte a emancipação do Brasil com a unidade assegurada e com a transação da forma monárquica de governo. Mas só pela presença de D. Pedro à frente da regência, por seu feitio particular, por suas ideias, por sua ambição se explicam certos aspectos únicos e inconfundíveis da marcha dos acontecimentos e da fisionomia que apresentaram.

Quase o mesmo se poderá dizer, consideradas a personalidade e a ação de José Bonifácio. Todavia o Andrada ilustre tem mais do event-making man, *do homem gerador de acontecimentos, condicionados estes mais pela capacidade da inteligência e pela energia pessoal do que por acidentes de posição*[12]*. Se não fosse príncipe regente do Brasil e herdeiro da coroa portuguesa, D. Pedro, a despeito de todas as suas qualidades e defeitos, teria configuração histórica bastante diversa. José Bonifácio, posto que para a ação que exerceu muito valesse o lugar de ministro, dificilmente deixaria de desempenhar entre os seus contemporâneos o papel que lhe tocou. Melhor do que ninguém percebera, tendo em vista a defesa da unidade brasileira, a vantagem de tirar partido da obra em tal sentido representada pelo reinado americano de D. João VI e a conveniência de fazer o governo do Rio de Janeiro o eixo daquela unidade. Melhor do que ninguém soubera escolher, na meia-luz de sucessos confusos, os elementos próprios para uma construção duradoura.*

A Independência, à sombra do trono inaugurado no Brasil, significava uma transação que não seria do agrado da gente mais exaltada nos seus pendores nativistas e mais extremada no seu apego ao credo liberal. O certo, porém, era que o país novo que se declarava emancipado não se fechava ao influxo das doutrinas políticas adotadas pelos mais avançados. A investidura imperial não buscava origem no direito divino, senão na aclamação do povo, e por isso a monarquia aqui fundada pareceu a Metternich uma república grega onde todos mandavam. Para fazer o "pacto social" que regeria os direitos dos brasileiros foi convocada uma Constituinte. A tarefa dessa primeira assembleia encontraria grandes obstáculos e o primeiro estaria na prevalência da situação do monarca, escolhido por antecipação no decorrer do processo emancipador. A

12. Sidney Hook – *op. cit.,* pág. 182.

Constituição a ser feita deveria submeter-se a esse antecedente histórico, o que importava a limitação do mandato dos legisladores. Composta dos melhores elementos disponíveis no Brasil de então, recrutada na classe ou nas camadas da população no momento acessíveis à vida política, malogrou-se entretanto a obra da Constituinte por causas múltiplas, dentre as quais preponderaram a desconfiança por parte do imperador de que pretendiam anulá-lo e o seu caráter inquieto e suspicaz, a exacerbação das paixões pessoais, a inexperiência da maioria dos deputados.

O golpe de força da dissolução da assembleia gerou um dissídio entre o monarca e a opinião liberal, que aumentaria sempre, sem embargo da outorga por ele feita sem demora de uma Constituição na qual se consagravam todas as garantias, todos os direitos incluídos nos estatutos mais progressistas, ressalvado, porém o prestígio já nas atribuições do Poder Executivo, já nas do Poder Moderador, inovação de que se tornou arauto o próprio D. Pedro I, leitor de Filangieri e de Benjamin Constant. No curso dos seus nove anos incompletos, o Primeiro Reinado viveu em crise permanente. Não faltavam ao imperador inteligência, disposição para trabalhar, espírito público. Mas alguns graves defeitos, filiados de preferência à morbidez de sua natureza ou ao desleixo de sua formação, criavam-lhe incompatibilidades com alguns dos homens que mais poderiam ajudá-lo. Os bons ministros pouco duravam e os maus ou medíocres se sucediam. Por outro lado, nos postos administrativos minguavam os homens capazes, e o favoritismo, a ausência de maiores escrúpulos, os serviços do Estado vistos apenas como sinecura empeciam o desenvolvimento natural do jovem Império.

Se dessa forma se caracterizou o fator administrativo da crise do reinado de D. Pedro I, vários outros, de maior alcance, influíram e prepararam o desfecho de 7 de abril. Sempre precário e sempre piorando foi o estado das finanças. D. João VI deixara em herança um Tesouro que o filho em carta tacharia de "tísico". O pouco que realizou Martim Francisco, quando ministro da Fazenda, não resistiu aos gastos impostos pela campanha de consolidação da Independência, aos desperdícios com a mobilização de um exército no momento acima das necessidades e das possibilidades do país, a desastrada guerra do Sul, aos pruridos de uma Corte faustosa. A desordem financeira, com o câmbio flutuante ou em baixa acentuada, com o encarecimento do custo da vida, com a falência do Banco do Brasil, foi sem contestação uma das causas mais diretas do fim prematuro do reinado de D. Pedro I.

Mais insidiosas e profundas, porém, ao preparar esse desfecho, terão sido porventura causas de ordem psicológica, a criarem conflitos dificilmente dissipáveis entre o monarca e o país. O movimento da Independência, na forma por que se processara, não expungira um fato que cedo viria constituir motivo de queixa, de recriminação, de revide: o homem que se colocara ou fora colocado à frente dos acontecimentos era o filho do rei de Portugal. Quase impossível seria, nos anos iniciais de uma nova pátria, evitar suspeitas no tocante aos naturais do país contra o qual se haviam acumulado os motivos determinantes da separação. A D. Pedro, posto que nascido em Portugal, não se poderia jamais com justiça contestar o sincero, o definitivo brasileirismo. Brasileiro ele se fizera ao crescer de menino a homem aqui, ao identificar-se com a terra que adotara e a que se dera na hora mais solene, numa opção em que se decidira ao cabo de transe dramático. Brasileiro ele permaneceria ainda depois de deixar o Brasil e de empenhar-se na *terra de nascimento na reconquista do trono da filha* e *na defesa das instituições liberais.*

Mas no seu destino de eventful man *sobrariam as situações duvidosas, que o deixariam perplexo e o colocariam em posição equívoca. A maneira pela qual se encaminhou o reconhecimento da Independência suscitaria, ao morrer D. João VI, fundadas suspeitas, que não diminuíram, malgrado a sua abdicação do trono português. Abrindo mão desse trono, a qualidade de pai da pequena rainha teria o condão de manter as desconfianças dos brasileiros, estimuladas ainda pelos extremos com que se deu à causa da filha. Olhado como português ou interessado acima de tudo na questão dinástica de Portugal, sua popularidade decrescia sempre. Voluntarioso, caprichoso, não se esquivava ao convívio de uma roda palaciana de portugueses e isto constituía o* leitmotiv *do combate que lhe moveram os liberais através de uma imprensa cada dia mais corajosa ou atrevida.*

Por força das circunstâncias do seu destino político, do seu feitio próprio e pelo reflexo dos acontecimentos da política estrangeira, D. Pedro I se ia incompatibilizando com a nação. Quem marchara com os liberais da Maçonaria em 1822, causando apreensões ao realismo de José Bonifácio, quem era por convicção adepto do liberalismo, quem estava a sustentar em Portugal a bandeira do constitucionalismo, dava contraditoriamente azo a ser acoimado no Brasil de absolutista, de inimigo da liberdade, de português. Desencadeava-se outra vez a campanha nativista dos dias da Independência, com ímpeto mais vigoroso, porque nela agora se incluía o príncipe antes excetuado. Voltou-se a cogitar de

república, como nas tentativas malogradas de 1789, 1798 e 1817, e para animar os pendores particularistas, contidos pela Constituição de 1824 e pela guerra implacável aos republicanos da Confederação do Equador, acenava-se com a federação. A queda de Carlos X e a ascensão de Luís Filipe, com o triunfo burguês do juste-milieu, *repercutiriam entre nós, levando D. Pedro I à abdicação.*

Novo período se inaugurava no Brasil, caracterizado pelo triunfo das ideias liberais. A autoridade, de feição monárquica, bem defendida durante o Primeiro Reinado, entrou em crise. Logo faltaria ao governo o apoio da força armada, uma vez que o exército, pagando com a indisciplina e a divisão o preço da participação nas lutas partidárias, cedo se incapacitara para cumprir os seus deveres. Um estado de desordem generalizada sucedeu aos atos iniciais de firmeza e cordura da revolução de 7 de abril, quando havia prevalecido a opinião de homens como Evaristo e Odorico Mendes, sustentados pelos chefes militares do movimento. Salvara-se conscientemente, deliberadamente, calculadamente o trono de D. Pedro II, imperador de cinco anos, vendo-se nele a encarnação da unidade nacional e uma garantia de ordem e estabilidade. Mas essa vitória do realismo político começou sem demora a ser perturbada pela irrupção violenta de elementos sopitados em 1822 graças principalmente à presença de D. Pedro na definição da Independência: o nativismo sob a forma de aversão ou ódio ao antigo colonizador, o liberalismo levado às últimas consequências; o particularismo regionalista reclamando franquias locais.

Ao impacto dessas três forças decorreriam os primeiros anos da Regência. Com a propaganda e os projetos de reforma da Constituição outorgada, no sentido de reduzir-lhe o cunho autoritário, com a promulgação de leis e códigos, como o do Processo de 1832, introduzindo no Brasil instituições de molde britânico e norte-americano, como a justiça eletiva e a polícia judiciária, com a Câmara dos Deputados a dispor do poder máximo, anulado o Senado, e ao tomar contas ao Ministério, ensaiava-se um parlamentarismo sublimado, em cujo reverso estava a ditadura da Câmara dos Deputados, reduzido o governo a uma mera comissão[13]*, uma sombra de Poder Executivo. Para provar até onde iria a resistência desse governo inerme e sempre a mercê da censura de qualquer deputado, desenvolvera-se em todo o país uma numerosa imprensa ainda mais*

13. Justiniano José da Rocha – *Ação, reação, transação,* 2ª ed., pág. 39.

apaixonada do que a do tempo de D. Pedro I, a sustentar com desfaçatez e audácia as opiniões menos defensáveis, os planos menos plausíveis. E isso em linguagem que se comprazia no maior desembaraço, em invadir a vida privada dos adversários, em expô-los ao desprezo público.

Nativismo, liberalismo, particularismo, no grau de exaltação a que atingiram depois de 1831, quando houve o colapso da autoridade só poderiam ter como consequência a quase anarquia de certos momentos da era regencial. Aos motins, às sedições, às quarteladas, às arruaças do Rio e de outras cidades seguiram-se movimentos porventura de maior importância, que não se tingiam apenas de tons políticos ou partidários, mas se impregnavam de dissídios mais profundos, buscavam raízes telúricas, davam vazão a ressentimentos oriundos de diferenças raciais e de ódios de classe. No quadro da sociedade brasileira da Regência entrariam em choque ou se ostentariam a plena luz os elementos díspares que a compunham, desde os habitantes da Corte, da Bahia, de São Paulo, de Minas Gerais, de Pernambuco e de outras províncias a revelarem a influência das ideias do tempo e a denunciarem, ao lado de traços peculiares à formação nacional, outros que seriam típicos da cultura ocidental oitocentista, até as populações de outras regiões do país, cuja imaturidade e primitivismo as deixariam fora do âmbito em que logravam sentido as fórmulas da liberdade política por que se digladiavam os brasileiros mais civilizados.

Mas na década regencial não faltou quem procurasse disciplinar ou conter essas forças, ora superficiais, ora subterrâneas, de desordem e anarquia. Havia interesses que pediam defesa e que se dispunham a lutar. Os homens que tinham combatido o primeiro imperador em nome dos princípios liberais não queriam ver sacrificada a vitória de 7 de abril, e como nesse dia haviam impedido que a revolução se desenvolvesse até as últimas consequências – a derribada do trono, a instauração da república decidiram enfrentar os "exaltados", guerrear não só os que queriam o governo do povo pelo povo, a república, como os que, em menor número embora, acenavam com a revolução social, com o "grande Fateozim nacional, que devia operar o milagre de enriquecer a todos os pobres pela divisão das propriedades"[14]*. Tal a conduta constante e in-*

14. Justiniano José da Rocha – *op. cit.,* pág. 37.

fatigável do partido moderado, no afã de "parar o carro da revolução", segundo um dos seus líderes, concretizando em leis as exigências liberais, canalizando no Ato Adicional, na reforma constitucional, as reivindicações particularistas das províncias.

Na primeira arrancada do movimento triunfante com a abdicação de D. Pedro I tomaram a dianteira, ficaram em primeiro plano os militantes do liberalismo, os que aspiravam a ver em prática o governo representativo. Seriam muitos deles espíritos atraídos de preferência pelo lado exterior dos acontecimentos, pela forma, pela estética das coisas políticas, e desatentos aos móveis íntimos dos fatos sociais. Seriam jornalistas ou deputados a falarem de liberdade, de igualdade, de fraternidade, de direitos do homem, de garantias do cidadão, de regime parlamentar num país cuja economia assentava quase que exclusivamente no trabalho servil. Não se apercebiam dessa contradição ou tão habituados estavam que nenhum remorso sentiam. A escravidão era uma decorrência do direito de propriedade, pilar da burguesia em ascensão, e os que se lhe opunham só poderiam aparecer como indivíduos subversivos, na melhor hipótese como visionários.

Mas esses visionários de quando em vez davam mostras de seus propósitos, com grande escândalo dos detentores da riqueza agrícola, interessados na manutenção do trabalho servil, o único possível, afirmavam, dentro das peculiaridades da formação do Brasil. E para evitar os golpes dos que intentavam transformar, embora lentamente, o trabalho escravo em livre, entraram os representantes da grande lavoura a atuar mais abertamente, disputando cargos eletivos ou de governo, para si ou para pessoas de sua confiança. Típica foi à reação em tal sentido nas eleições de 1836 para a legislatura 1838 - 1841, com a vitória dos chamados "eleitores do campo", mais dóceis do que os urbanos aos apelos dos escravocratas.

Prevalecia a política do "regresso", na qual estranhamente se acomodavam o parlamentarismo à moda britânica e a continuação do tráfico e da escravidão. Vencidos os demagogos e agitadores de 1831-1832, estavam também fadados à penumbra os dirigentes liberais da primeira fase do período regencial do feitio de Evaristo ou de Feijó, uma vez que, sem serem abertamente antiescravocratas, desamavam a escravidão, sonhavam com o seu desaparecimento. Ao morrer o primeiro, em 1837, mal escondia o desânimo diante do rumo dos acontecimentos, e no mesmo ano o segundo abandonava a regência vencido pela

corrente em cuja direção estavam os maiorais do futuro Partido Conservador, e tão ardorosamente defensores do trabalho servil que o mais ilustre deles não hesitou em proclamar – "A África civiliza o Brasil". Civilizava, fornecendo-lhe escravos negros. E assim, em pleno surto escravista, o posto supremo do governo passaria das mãos do padre paulista, pequeno lavrador de exíguos recursos, para as de um autêntico representante da aristocracia territorial do açúcar, para o pernambucano Pedro de Araújo Lima, futuro marquês de Olinda.

Em meio aos embates de uma política de aparência rasteira e pessoal definia-se a corrente que ia preponderar até quase o fim do século XIX. *O Império seria liberal, manteria as garantias constitucionais intactas, respeitaria a liberdade de imprensa, mas preservaria a escravidão até 1888 e só deixaria de recorrer ao tráfico africano no decênio de 1850, mais por imposição inglesa do que por disposição brasileira. Suceder-se-iam nos ministérios homens de partidos diversos, de todas as regiões do país, de várias profissões, bacharéis, magistrados, militares, muitos deles sem interesse pessoal próximo ou remoto no trabalho servil: o certo, entretanto, é que a escravidão continuou por força do prestígio dos fazendeiros e senhores de engenho, em verdade a classe dominante. Um homem público, ainda nos dias da emancipação nacional, planejou acabar com o tráfico e com o trabalho escravo, emancipando todos os brasileiros. Como castigo do temerário projeto tocaram-lhe cinco anos de exílio e a proscrição da vida pública.*

Esse homem, sem contestação fundada a maior cabeça política do Brasil de seu tempo, foi José Bonifácio, a quem cabe mais do que ninguém o nome de fundador do Império e a cujo estudo é consagrado o volume I *desta* História. *Espírito formado na disciplina científica – mineralogista, químico, botânico –, familiar das obras de Voltaire, Rousseau, Montesquieu, Descartes, Locke, Leibniz, citados desordenadamente em escritos seus, testemunha na Europa, onde viveu entre 1783 e 1819, das transformações ali verificadas nas ideias, nas instituições, nos costumes, soube distinguir o que representava inovação substancial, progresso, melhoria, do mero acidente, da simples aparência, do elemento secundário ou transitório no processo histórico que presenciou. Daí a sua posição ao regressar ao Brasil mais brasileiro do que nunca, pouco cioso de exterioridades, de figurinos, palavras e fórmulas,* o *seu esforço para fortalecer em D. Pedro a noção do papel que lhe cabia, o seu trabalho em favor de um governo que tivesse autoridade, o seu monarquismo ortopédico, as desavenças*

com os patriotas do Rio – Gonçalves Ledo, José Clemente, Januário – estes sim, mais impressionados com o lado exterior dos sucessos, certos de que bastaria uma Constituição liberal para que tudo se resolvesse no Brasil.

José Bonifácio, empenhado na solução monárquica, não se contentava com instituições copiadas do melhor modelo inglês, francês ou norte-americano. Partidário da monarquia constitucional – "sem a monarquia não haveria um centro de força e *união" – julgava que a grande empresa da criação de um povo e de uma nação excedia os limites da estrita arquitetura política. Fundas alterações de natureza social e econômica, novo regime de propriedade e de trabalho, uma reforma de estrutura, eis o que desejou o estadista da Independência, ao propor a abolição do trafico e da escravidão, ao bater-se pela pequena propriedade, nesses documentos nutridos de sabedoria e generosidade que são as instruções aos deputados paulistas às Cortes de Lisboa e a representação à Assembleia Constituinte de 1823. Escandalosamente, temerariamente, José Bonifácio se colocava em nome da "justiça social" – palavras suas – contra a classe em cujo maior benefício se faria a emancipação do Brasil. Em 1820, escrevia de Santos a Tomás Antônio de Vila Nova Portugal: "[....] estou feito lavrador de quatro costados [....] trabalho dia e noite e tudo com gente livre e alugada, sem precisar da escravatura que detesto e querendo dar a esta gente o exemplo do que deve fazer [....]".*

Na representação à Constituinte sobre a abolição da escravidão, prevenindo a contestação que lhe fariam em nome do direito de propriedade, avançou: "Não vos iludais, Senhores, a propriedade foi sancionada para o bem de todos; e qual é o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos naturais e se tornar de pessoa a coisa [....]? Não é o direito de propriedade que querem defender; é o direito da força." A esse direito da força recorreram os que se sentiam ameaçados pelos planos de José Bonifácio, e veio o seu exílio, e veio o seu afastamento das funções públicas. Não se ajustariam às contingências do momento os projetos do grande homem. Eis os acontecimentos paralisando, dominando a personalidade prestigiosa de um chefe, de um líder, pela conjura consciente ou não de interesses poderosos. Vitorioso no plano político da fundação da monarquia constitucional, vencido no plano social e econômico de reforma do regime de propriedade e de trabalho, tal o drama que revela a biografia de José Bonifácio, ao lado da comédia das pequenas intrigas em torno de alguém que não ignorava a própria superioridade.

Dramática sob vários aspectos foi também a vida de D. Pedro I *e, ainda omitindo tudo o que no homem, pessoal ou intimamente, significou conflitos de paixões e interesses, sobram nas atitudes do imperador e do estadista os lances em que ele se mostra dividido, dilacerado, indeciso entre dois caminhos ou duas tendências. Europeu e americano, português e brasileiro, príncipe herdeiro de uma monarquia absoluta e partidário do liberalismo, a despeito dessas e outras contradições tentou uma síntese que não destoaria do pensamento político pós-revolucionário e pós-napoleônico e em que se conciliavam extremos – a tradição e a novidade, o direito divino e o consentimento popular, o príncipe e o cidadão. Ao longo dos volumes* II, III *e* IV *desta História, em que o seu temperamento, ou o seu feitio pessoal e a sua ação se manifestam, torna-se indubitável o papel que lhe assiste de fundador da Independência e do Império, ora por força de circunstâncias nem sempre dependentes de sua vontade, ora por decisões em que pôs todo o peso, toda a vibração de uma personalidade de surpreendentes recursos.*

Mas fundado o Império, promulgada a Constituição que à Assembleia para esse fim convocada não permitiram fazer e que o imperador doou, subjugadas as tentativas libertárias provocadas pelo temor da tirania, cumpria, ao instalar-se em 1826 o Parlamento, firmar o regime em leis, em atos, em exemplos, em costumes, e não apenas no sábio texto da Carta de 1824. Até então houvera um poder só, único, exclusivo – o do monarca. Do fundo das aspirações liberais do país, do pensamento e da coragem pessoal de padres, advogados, militares, magistrados, lavradores, de todas as províncias surgia um outro poder configurado na Constituição, mas ao cabo inteiramente novo. Noviços de seu lado eram os que o compunham salvo os que tinham participado das Cortes de Lisboa e da Constituinte dissolvida. Pois essa assembleia inexperiente ganharia terreno paulatinamente, mas sem recuos, demonstrando que no Brasil de então havia homens de excepcional espírito público e tão conhecedores das instituições moldadas pela doutrina liberal como os de maior relevo em qualquer outro país.

Entre quantos sobressaíram nas legislaturas do Primeiro Reinado [e o ascendente ganho se prolongaria pela Regência e pela década inicial do Segundo Reinado], ninguém como o mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, que chegou à Câmara em 1826, desconhecido, e logo tomaria o lugar que lhe garantiam uma inteligência solar, um ânimo indomável e uma sobranceria a que não faltavam desdém, sarcasmo e um grão de cinismo. Vasconcelos tornou-

-se em breve o doutrinador do regime, a tirar dos preceitos constitucionais todas as consequências, desenvolvendo-os por meio de leis complementares ou por uma hermenêutica de engenhosos dons. Ao mesmo tempo arvorou-se em fiscal implacável dos atos do governo, buscando, para respeitar a ficção do monarca constitucional à maneira inglesa, isolar de sua crítica aos ministros a pessoa do imperador. Bem difícil seria isso dado o gosto de mandar de D. Pedro I, escudado aliás nas amplas atribuições que a Constituição de sua escolha lhe concedia. Quase se poderia dizer que o desacordo entre o imperador e o Parlamento foi um duelo pessoal entre aquele e Vasconcelos, este animado do propósito de fortalecer a Câmara ao máximo e de frustrar qualquer veleidade de governo despótico.

Mas a carreira política de Vasconcelos não se processaria num plano abstrato e, depois do triunfo liberal de 7 de abril, ratificado no Ato Adicional e em outros diplomas relevantes, tomaria rumos mais adstritos à realidade, a uma realidade por vezes feia e odiosa. O liberal de 1826 a 1834 deu uma guinada conservadora ou, melhor, reacionária, e ficou sem hesitações ou disfarces em defesa da grande lavoura, justificando a escravidão, numa atitude de advogado dos interesses de uma classe, a seu parecer coincidentes com os do país. Não obstante, continuou fiel ao liberalismo político, a pugnar pelo regime parlamentarista como a expressão mais autêntica da monarquia constitucional. Deputado, ministro, senador, conselheiro de Estado, excedeu a todos os seus pares, não pela coerência ou pelo convencional acatamento a compromissos ideológicos, mas pela desenvoltura de um espírito de penetração muito acima do comum. No volume que lhe retrata a vida houve a tentativa de decifrá-lo em sua complexa humanidade.

As franquias liberais contidas na Constituição de 1824 não se expandiriam senão ao influxo de uma liberdade sem a qual nenhuma outra se mantém – a liberdade de imprensa. Aos primeiros ecos da revolução constitucionalista em Portugal tinham aparecido aqui jornais políticos, e dos dias da Independência ao fim do reinado de D. Pedro I só fizeram crescer em número e em pugnacidade. Alguns ganharam depressa prestígio, como o Revérbero Constitucional Fluminense, A Malagueta, O Tamoio, A Astreia, *entre tantos* outros *editados no Rio e nas províncias. Mas depois de instalado o parlamento e quando já claramente se esboçara a luta entre o imperador e o Poder Legislativo surgiu o jornal que maior influência granjearia na opinião liberal*

do país – a Aurora Fluminense, *de Evaristo da Veiga. Nunca será demasiado salientar a importância desse jornal e o significado da ação desse jornalista. No volume da* História dos Fundadores do Império do Brasil *dedicado à biografia de Evaristo houve o intuito de situá-lo no quadro da época, realçando-lhe as características de homem por excelência representativo do pensamento liberal, cioso da liberdade política e da liberdade econômica, defensor dos direitos do cidadão e da inviolabilidade da propriedade. No rapaz do Rio de Janeiro que não frequentou universidades, no autodidata filho de comerciante e livreiro que se educou lendo os livros na loja paterna de que era caixeiro, distingue-se um timbre expressivo da classe média, da incipiente burguesia em ascensão nos centros urbanos, ora colaborando com os representantes da grande propriedade, quando reclamavam liberdades para obter o domínio político, ora em oposição quando lhe sentia a dureza de classe dominante.*

Nos anos crepusculares do Primeiro Reinado Evaristo passou rapidamente da penumbra da loja de livros para a maior evidência da cena pública, e o tímido rapaz, que antes comemorava os acontecimentos políticos em versos medíocres, se alçou ao combate enérgico e corajoso a todos os desmandos do governo e à pregação da monarquia constitucional, adotando como epígrafe do seu jornal a quadrinha mofina de D. Pedro I:

Pelo Brasil dar a vida,
Manter a Constituição,
Sustentar a Independência
É a nossa obrigação.

Independência e Constituição – eis o programa na aparência simples do jornalista da Aurora Fluminense. *Mas tal a sinceridade com que se conduziu, tal o denodo de suas campanhas, buscando moderar-se no trato das pessoas sem embargo da violência dos ataques, que para a segunda legislatura do Império, de 1830-1833, receberia o mandato de deputado pela província de Minas Gerais, onde nunca estivera. O parlamentar em nada se distanciou do jornalista, numa harmonia que espelhava as melhores virtudes do homem. Com ação decisiva na deflagração do 7 de Abril, conselheiro, guia, oráculo entre 1831 e 1837, concorrendo para fazer ministros e elevar Feijó ao posto de regente único, escusou-se ao exercício de qualquer cargo de governo, como que a adivinhar o largo abismo entre a crítica e a ação, entre a teoria e a prática.*

Não obstante, Evaristo foi ao lado de Bernardo de Vasconcelos o grande modelador da monarquia constitucional no Brasil, em continuação à obra de José Bonifácio.

A Feijó, que não se omitiu na crítica, tocaram por duas vezes nos dias mais conturbados da Regência lugares de comando, a exigirem os melhores requisitos de um homem de ação. Nada ou quase nada podendo realizar na segunda oportunidade, na primeira a sua figura cresceu e dominou pela coragem e pelo desassombro. Se o ministro da Justiça de 1831 tivesse sido vencido em certos lances, sobretudo em julho e outubro desse ano, possivelmente a face dos acontecimentos mudaria com a subversão das instituições adotadas em 1822. Ao punho forte do padre paulista deveu o trono do menino D. Pedro II *a maior resistência aos arremessos da onda separatista e quase anárquica. Liberal mas inclinado ao fortalecimento da autoridade, imune à sedução do parlamentarismo que envolvia os seus contemporâneos mais ilustres, assumiu sem repugnância o papel de defensor, de guardião da ordem e do governo.*

Procedendo assim por convicção, fez também em obediência ao seu temperamento. Inclinado ao mando, apegado aos pontos de vista que lhe pareciam justos, mal sofria divergência ou contradita. Disso resultou o seu malogro no posto de regente único, no qual se indispôs com as correntes políticas que o poderiam apoiar, a repetir o primeiro imperador na teimosia, na arrogância e na repulsa ao tempero parlamentarista com que se queria abrandar o fundo autoritário da Constituição de 1824. Como D. Pedro I*, revelou-se contra o governo das maiorias, contra as limitações que lhe queriam impor na escolha dos ministros, e preferiu, a exemplo daquele, renunciar a transigir. Transigência que não seria desairosa, uma vez que ia ao encontro de fórmula capaz de dar ao Brasil meio século de equilíbrio. Mas ceder parecia-lhe vergonhoso, humilhante.*

Porque esse paulista tinha uma natureza complexa, uma personalidade de difícil decifração. Marcado por um nascimento espúrio, tido por muitos como filho de padre, escolhendo a carreira sacerdotal quis elevá-la à maior pureza e viveu em crise de misticismo os anos da mocidade. Quando porém optou pela vida pública, ainda no mesmo afã de perfeição, padre cheio de escrúpulos se bateu pela abolição do celibato. convicto de que o fazia para o bem da Igreja. Nessa posição se manteve durante anos e dela não se afastou nem em troca do bispado de Mariana. Mas depois de desistir da eminência

episcopal, humildemente se retratou em declaração pública. Essa duplicidade de atitudes, num homem fundamentalmente probo, repetir-se-ia na política ao pegar em armas em 1842 contra leis que visavam a dar, como sempre desejara, mais força ao governo, e constitui das maiores dificuldades encontradas na biografia de Feijó, objeto do volume VII da História dos Fundadores do Império do Brasil.

Os volumes VIII e IX põem em foco, ora mais rapidamente, ora mais demoradamente, episódios e homens entre a chegada da família real portuguesa e o advento do Segundo Reinado, enfeixando ensaios que pretendem elucidar acontecimentos como a dissolução da Assembleia Constituinte, a maioridade antecipada do segundo imperador, a tentativa de golpe de Estado de 30 de julho de 1832 e outros de menor repercussão. Só estudos feitos obedecendo ao mesmo critério na tentativa de vislumbrar dentro da mesma época um número mais amplo de conexões históricas. Aliás, em todos os livros ora reunidos sob um título geral houve a intenção de evitar improvisações e de fugir à tentação do romanceado. O tão conhecido e sempre verdadeiro – pas de documents, pas d'histoire – *jamais foi esquecido. Em pesquisas efetuadas em arquivos e no encalço das mais diversas fontes, o autor consumiu largos anos, variando em cada caso a abundância da colheita. Se para a reconstituição da vida de D. Pedro I se impôs a necessidade de selecionar documentos, tal o vulto deles, para a de outros houve por vezes uma busca quase desesperada, à vista da escassez de testemunhos íntimos, de cartas e papéis pessoais. Em apenso a cada obra figura ao lado da bibliografia impressa a relação das fontes manuscritas, assim como a lista dos jornais e outros periódicos consultados.*

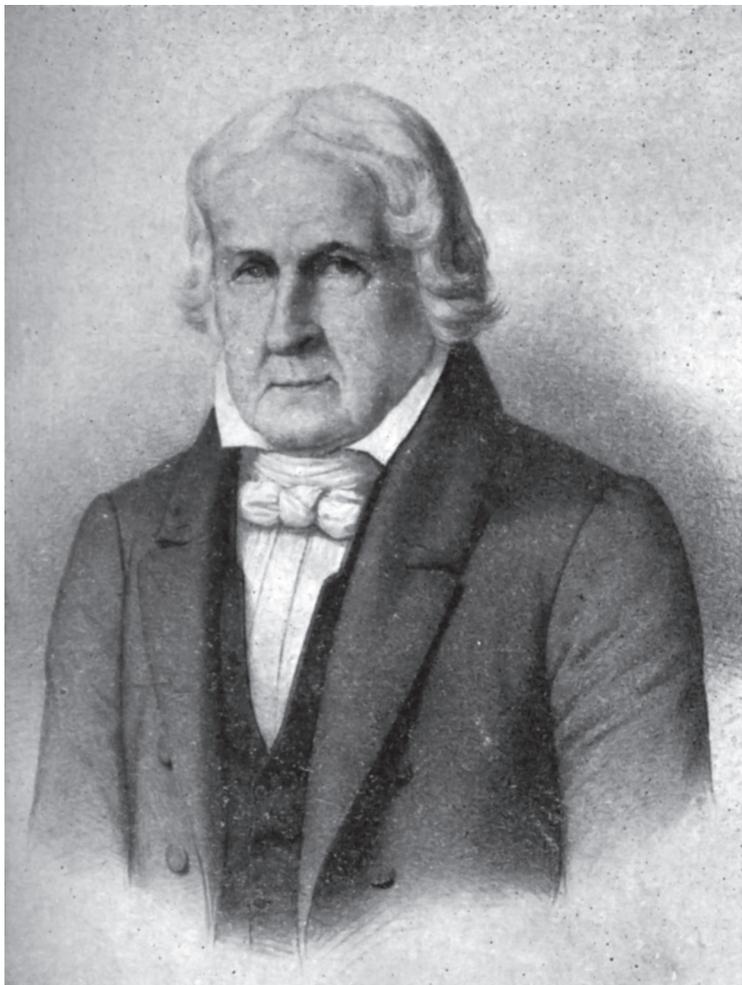
Muitos dos trabalhos históricos do autor, anteriormente publicados, aparecem agora substancialmente modificados em face de novas investigações, de uma visão mais geral dos acontecimentos, das exigências de maior coerência recíproca e também do sempre indispensável apuro literário. Um deles, por exemplo, a vida de Bernardo Pereira de Vasconcelos, respeitado o plano inicial, sofreu reformas que quase o tornam um livro novo. Escrito há dezessete anos, ao autor faltou a ajuda de documentação oriunda do arquivo do biografado, infelizmente perdido, obrigando-o a esforços mais longos e persistentes. Ainda assim o resultado conseguido no levantamento biográfico de Vasconcelos continuou a ser a maior contribuição para o conhecimento desse grande homem, e isto se tornou patente por ocasião do primeiro cente-

nário de sua morte, no ano de 1950, em que nada praticamente se aduziu de novo nos discursos e escritos comemorativos, já na imprensa, já nas sociedades sábias, já no Parlamento, salvo o esclarecimento trazido pelo professor José do Nascimento Brito, no tocante à posição de Bernardo de Vasconcelos na tentativa de construção das primeiras estradas de ferro do Brasil. Também a biografia de Feijó aparece modificada em pontos relevantes, como sejam o da sua filiação e o do comportamento pessoal em face do voto de castidade. Em todas as obras, aliás, houve o empenho de corrigir enganos, esclarecer dúvidas e atingir um máximo de exatidão e verdade. A verdade ao alcance da História.

Petrópolis, 16 de fevereiro, 1954.

Octavio Tarquinio de Sousa

A

PAULO INGLÊS DE SOUSA

José Bonifácio
Litografia de Sisson.

José Bonifácio
Pint.de Simplício. Lit. de Dean e Munday, Londres.

. . . .

Capítulo I

ORIGENS. PRIMEIROS ESTUDOS.
ESTUDANTE EM COIMBRA.

SANTOS, hoje a segunda cidade marítima brasileira, não passava, em fins do século XVIII, de uma pequena vila colonial em declínio. Basta dizer que mal atingiam, na última década setecentista, a meia dúzia, os navios que dela partiam para a metrópole, entre as poucas dezenas de embarcações em que se resumia o seu movimento anual; e que na mesma época contar-se-iam pelos dedos, na vila e seu termo, os lavradores capazes de servirem na Câmara, em contraste com o que se verificara uma centúria antes, quando os indivíduos aptos para as funções públicas orçariam em quatrocentos. Era sem dúvida, em toda a capitania de São Paulo, um período de acentuada decadência cuja causa mais próxima e direta estaria ligada ao surto econômico da mineração, que atraíra homens e cabedais para a região do ouro e das pedras preciosas.

Essa vila de vida monótona tinha treze ruas, se se quiser incluir genericamente na mesma denominação os seus becos e travessas, destacando-se, em meio das construções pouco imponentes, as igrejas, como a da Matriz, a da Misericórdia, a de São Francisco de Paula, e a de Santa Catarina, os conventos do Carmo e de São Francisco, o Colégio dos Je-

suítas, a Casa da Câmara e Cadeia, o Pelourinho, a Casa do Trem Real, a Alfândega Velha e a Alfândega Nova, e mais os fortes e quartéis. Isto pelas alturas de 1765, quando se fez o primeiro recenseamento, por ordem do capitão-general Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, e se verificou que a população santista seria de pouco mais de 2.000 habitantes e os seus homens mais abastados eram o sargento-mor João Ferreira de Oliveira, com uma fortuna de 16.000$000, e Bonifácio José de Andrada, possuidor de bens no valor de 8.000$000.

Bonifácio José de Andrada, segunda fortuna da vila de Santos, provinha por seu pai José Ribeiro de Andrada, que em fins do século XVII viera estabelecer-se no Brasil, de antiga família portuguesa do Minho e de Trás-os-Montes, dos senhores d'Entre-Homem e Cávado, e era parente dos condes de Amares e marqueses de Montebelo, ramo dos Bobadelas-Freires de Andrada, tidos entre os melhores fidalgos de Portugal. Mais importante, entretanto, do que ter toda essa parentela ilustre, foi para Bonifácio José de Andrada, além da fortuna que lhe permitia vida de relativa abastança, ser homem muito ágil, desembaraçado e inteligente, segundo atestou um governador da Capitania ao propor à metrópole a sua promoção ao posto de coronel do Estado-Maior dos Dragões Auxiliares. Inteligentes parece que foram também os três irmãos de Bonifácio José de Andrada, dois formados em Coimbra – José Bonifácio de Andrada, bacharel em ciências físicas e médicas, médico do Presídio de Santos, tendo depois de viúvo tomado ordens sacras, e padre Tobias Ribeiro de Andrada, doutor em cânones, tesoureiro-mor da Sé Episcopal de São Paulo – e o terceiro, padre João Floriano Ribeiro de Andrada, que ao requerer a admissão nos estudos eclesiásticos alegou ser "suficiente gramático e filósofo" e foi vagamente poeta, autor de um poema sobre a vida de São João Nepomuceno. Inteligente, mas certamente mais ágil e desembaraçado do que os irmãos padres, Bonifácio José de Andrada arredondou sua tal ou qual fortuna na decadente vila do litoral de São Paulo, como mercador e ocupante de vários cargos e ofícios.

Casando-se com D. Maria Bárbara da Silva, viu a casa povoada de dez filhos, quatro mulheres e seis homens, dentre os quais um nascido a 13 de junho de 1763, e batizado com o nome de José Antônio, depois trocado pelo de José Bonifácio, que se tornaria tradicional na família. De

fato, no recenseamento de Santos, referente a 1776, na lista dos moradores da casa de Bonifácio José de Andrada, na Rua Direita, já figurou como José Bonifácio, com 13 anos, estudante. Filho de um Bonifácio José, sobrinho de outro José Bonifácio, ia tornar célebre o nome para sempre. Sua infância terá sido parecida com a dos demais meninos de sua vila natal. A paisagem em que ela transcorreu não se lhe apagará nunca da retina: os "verdejantes tortuosos mangues" serão cantados depois, numa ode à morte de um poeta bucólico, seu amigo e companheiro, tendo por cenário o rio da Bertioga, em Santos. Infância parecida com a dos outros meninos, mas sob alguns aspectos muito diferente, pois desde logo os dons de uma inteligência excepcional começaram a manifestar-se, talvez com alguns dos traços dramáticos de inquietação, curiosidade desiludida e melancolia próprios de certos temperamentos precoces.

Cedo deve ter sentido a ânsia de estudar e de saber, que nunca se lhe apaziguará em toda a longa vida. Mas foram fortes os obstáculos que encontrou o menino insofrido da vila de Santos. A metrópole portuguesa não cuidou nunca a sério das questões de ensino público e de cultura, e a ignorância dos povos da colônia seria antes elemento de dominação política e exploração econômica de que dispôs.

Entretanto, à míngua de boas escolas, José Bonifácio não se viu, como outros do seu tempo, forçado a estudar com os caixeiros das casas comerciais, vindos de Portugal pouco menos que analfabetos e improvisados em professores: seu pai foi o seu primeiro mestre, e sua mãe também, que sabia ler e escrever com facilidade, sem falar na assistência de algum dos tios padres, talvez João Floriano, aquele que alegou ser "suficiente gramático e filósofo" e deixou a lembrança de homem de boas letras.

Além dos tios padres, haveria na terra em que nascera quem lhe ensinasse alguma coisa. Numerosos eram os eclesiásticos da vila e entre eles se contava o beneditino ilustre, Frei Gaspar da Madre de Deus, autor do livro tão conhecido entre as obras da literatura colonial – *Memórias para a História da Capitania de São Vicente.* Que encontros terá tido Frei Gaspar com o menino José Bonifácio?

Como quer que seja, porém, em Santos não foi possível a José Bonifácio ir além da instrução primária e de algumas noções da secundária, nesses primeiros estudos feitos em família. Para continuar a sua educação,

teve necessidade de mudar-se para a cidade de São Paulo, onde um prelado, a quem causara dó o atraso intelectual de seus diocesanos, abrira a expensas próprias cursos de Lógica, Metafísica, Retórica e Língua Francesa. Esse bispo, D. Frei Manuel da Ressurreição, não custou a descobrir em José Bonifácio um estudante raro, do tipo dos que dão gana aos mestres de adivinhar-lhes o futuro. Estudante raro, sim, pois não se contentaria em ser atento nas aulas e bem aprender as lições: sentiu logo o prazer da leitura como o das grandes descobertas e aventuras, as delícias do contato direto com os livros, lidos e sorvidos até o fim, lidos no silêncio de lugar tranquilo, livros aspirados, tocados e amados como mulheres.

O bispo frade possuía, para o lugar e para o tempo, uma boa biblioteca, e José Bonifácio, frequentando-a teve sem demora a certeza de que nascera para as atividades do espírito, para ser o que foi mais tarde – um homem de pensamento, um sábio, transformado depois pela força das circunstâncias em guia político, em estadista, em pai de sua pátria.

Adolescente de tanto gosto pelos estudos e de inteligência tão clara, havia de ser tentação para D. Frei Manuel da Ressurreição chamá-lo ao serviço da Igreja. Padres não faltavam na família Andrada, padre seria um irmão de José Bonifácio, padre Patrício Manuel Bueno de Andrada. Quando este requereu diligências *de genere*, para seguir o estado eclesiástico, também o fez José Bonifácio, juntamente com os outros irmãos Bonifácio José, Antônio Carlos e Martim Francisco. Mas só seria padre o irmão Patrício Manuel, homem capaz de sucumbir diante da atração da carne, mas de coração generoso, protetor das obras pias, que morreu de indigestão aos 87 anos de idade e deixou duas filhas legitimadas pela Mesa do Desembargo do Paço.

A habilitação *de genere* foi requerida por José Bonifácio em São Paulo, com data de 22 de abril de 1779. Estava ele com 16 anos e ao mesmo tempo que praticava um ato que aos olhos de D. Frei Manuel da Ressurreição poderia parecer um passo, o passo inicial e indispensável na carreira eclesiástica, já manifestava precoces decepções amorosas, em versos marcados pela moda arcádica, à moda do tempo. São de 1779 dois sonetos, em que se queixava das inconstâncias de uma Derminda, insensível a um Josino que se confessava cativo de seus "olhos soberanos" e em vão imprecava:

Derminda, aquele amor que me juraras,
Onde está, tantas vezes prometido?
É possível que seja aborrecido
Josino teu, que dantes tanto amaras?

Em São Paulo já estaria desde algum tempo e lá se demoraria ainda entregue aos seus estudos e os seus amores de aprendiz, à espera da ocasião de empreender viagem mais longa em busca de uma universidade europeia, de preferência a de Coimbra, para onde se dirigiam os jovens brasileiros de alguns recursos. No Brasil colonial, sobretudo depois da expulsão dos jesuítas, não havia nenhuma organização de estudos superiores e os de outro grau não mereciam cuidados que os fizessem realmente úteis à inteligência do país que começava a ter consciência de si mesmo. O governo português sempre quis manter inteiro domínio sabre a colônia rica e temia que a cultura intelectual estimulasse impulsos de emancipação política e econômica. Nem lhe dava universidades, nem lhe permitia sequer o manejo dos prelos, tidos como instrumentos perigosos de divulgação de ideias subversivas.

A despeito disso, porém, na segunda metade do século XVIII os homens mais eminentes das letras e das ciências portuguesas eram de origem brasileira. Em Coimbra ou em outras universidades europeias, como Montpellier, formavam-se numerosos brasileiros que voltavam trazendo no fundo do coração sonhos de liberdade, mais ardentes e em condições de bom êxito depois que a América Inglesa se emancipara e a Revolução Francesa fizera fermentar em toda parte os anseios até então abafados pelo terror dos colonizadores.

José Bonifácio, concluídos os estudos com o bispo de São Paulo, e depois de uma despedida à família em Santos, obteve de seu pai consentimento para a viagem de Coimbra. Do pai, que morreria em 1789, era uma despedida para sempre; da mãe, seria uma separação de trinta e sete anos, pois viria encontrá-la nos derradeiros anos de vida, ao voltar de sua longa estada na Europa.

Mais fácil do que embarcar em Santos, com o seu porto decadente, de onde raras embarcações partiam em demanda de Portugal, era tomar o veleiro no Rio de Janeiro, cidade que depois da descoberta e ex-

ploração das minas se desenvolvera enormemente e se tornara a mais importante do Brasil.

Veio, pois, José Bonifácio para o Rio esperar o navio que o conduziria à Europa. A partida deve ter sido já em 1783, alguns meses antes de outubro, pois a 30 deste estava matriculado no curso de Direito da Universidade de Coimbra.

No Rio, enquanto aguardava o momento de viajar, seus cuidados foram os de um jovem de vinte anos, ávido de saber e ao mesmo tempo pesaroso de deixar a amada do momento. A esta cantava em versos assim:

"Adeus, fica-te, em paz, Alcina amada,
Ah sem mim sê feliz, vive ditosa;
Que contra meus prazeres invejosa
A fortuna cruel se mostra irada.

Tão cedo não verei a delicada,
A linda face de jasmins e rosa,
O branco peito, a boca graciosa
Onde os Amores têm gentil morada.

Pode, meu Bem, o Fado impiamente,
Pode negar de to gozar a dita
Pode de tua vista ter-me ausente;

Mas apesar da mísera desdita
De tão cruel partida, eternamente
Nesta minha alma viverás escrita."

Versos improvisados na partida para Portugal, em 1783, não revelam um poeta original, mas assinalam um dos aspectos do futuro estadista da independência do Brasil: o seu constante culto às mulheres, uma nota erótica de que não faltarão vestígios em sua longa vida. Sob a aparência arcádica das Dermindas, Alcinas, Delmiras e Narcinas que cantou, haveria sem dúvida criaturas de carne e osso, namoradas e amantes de um dia e outro.

Mulheres e livros ocupavam a imaginação do homem de vinte anos. Belas mulheres haveria no Rio de Janeiro dos fins do século XVIII; a

opressão da metrópole não ia ao ponto de persegui-las; o costume um tanto árabe de escondê-las, que os portugueses trouxeram para a sua colônia americana, havia de dificultar-lhes o encontro; mas, para os persistentes, não faltaria a ocasião de uma festa de igreja, de uma ida ao Passeio Público recém-inaugurado, ou ao Teatro ou Casa da Ópera de Manuel Luís onde, ao contrário do que acontecia em Lisboa, pelos rigores beatos da rainha D. Maria I, nos papéis femininos entravam em cena mulheres de verdade.

D. Juan Francisco de Aguirre, um dos comissários espanhóis incumbidos da regularização dos limites entre as possessões de Portugal e de Espanha na América, de passagem pelo Rio de Janeiro em 1782, isto é, meses antes da estada de José Bonifácio, carregou as cores no seu diário de viagem acerca da libertinagem que encontrou por aqui. Pareceu-lhe que todas as mulheres que andavam de noite pelas ruas buscavam o comércio do amor. Exagero, certamente, mas que não deixava de encerrar uma parcela de verdade.

E os livros no Brasil?

Mais espionados seriam do que as mulheres. Não obstante, quem os procurasse com afinco, sempre os descobriria. Poucos anos depois da partida de José Bonifácio para Portugal, a devassa instaurada para apurar a tentativa de emancipação efetuada na capitania de Minas Gerais, arrolaria na biblioteca de certos conjurados as obras mais recentes dos escritores que na Europa estavam revolucionando as ideias e as instituições políticas.

Obras tais José Bonifácio só lobrigaria no Rio de Janeiro, escondidas na casa de algum adepto disfarçado da "Luzes". Mas não lhe seria difícil encontrar outras, clássicos gregos e latinos, doutores da Igreja, filósofos, livros portugueses, destacando-se Camões. Livros não faltavam nas bibliotecas dos conventos, sendo a melhor de então a do Mosteiro de São Bento. O adolescente prestes a deixar o Brasil, sabendo que os frades beneditinos possuíam a mais rica livraria do Rio, desejou vê-la. Dessa visita guardou a tradição uma cena curiosa: José Bonifácio começou a examinar livro sobre livro e de muitos deles, para um amigo que o acompanhava, fez apreciações que deixavam fora de dúvida a sua inteligência e o nível de cultura a que já atingira. Numerosos frades se achavam no momento na biblioteca e grande foi o espanto do jovem Andrada quando, pela aproxi-

mação, um por um, dos monges, se viu de repente rodeado de quase toda a corporação religiosa.

Veio afinal o dia da partida, a longa viagem, a chegada a Portugal. Era uma vida nova, bem diversa da que até então levara no Brasil. Se ia encontrar a mesma língua, muitos dos costumes de sua terra, diferenças enormes lhe dariam para logo a impressão do de exílio que só com o tempo se atenuaria. Deixara sua modesta vila de Santos, deixara São Paulo, que não passava de um pequeno burgo, deixara o Rio de Janeiro em fase de desenvolvimento, mas ainda uma triste cidade colonial, e descobria nas margens do Tejo uma cidade como Lisboa, reconstruída com magnificência depois do terremoto, graças ao ouro que Portugal recebera do Brasil.

Pisar Lisboa era pisar a Europa. Eis uma ideia que deve ter feito vibrar o temperamento emotivo de José Bonifácio. Já tivera sem dúvida notícia de que nesse outro continente um vasto movimento de reforma política e de renovação intelectual se processava. Agora, a despeito de subsistirem restrições e censuras, poderia tomar contato com ele, ler os livros dos filósofos e pensadores que pregavam o domínio das Luzes, o progresso do espírito humano, a felicidade dos povos, contra o obscurantismo, a rotina, o despotismo. O grande ensejo era a admissão na antiga universidade portuguesa: a 30 de outubro de 1783 começou os seus estudos jurídicos, acrescidos um ano mais tarde [11 e 12 de outubro de 1784] dos de Matemática e Filosofia.

No ano de 1783, matricularam-se em Coimbra, além de José Bonifácio, mais vinte e dois estudantes brasileiros, alguns também destinados a carreira vitoriosa, como Manuel Ferreira da Câmara Béthencourt e Sá, João Evangelista de Faria Lobato [então seu companheiro de casa], José Egídio Álvares de Almeida, depois marquês de Santo Amaro, e Bernardo de Sousa Barradas, tio de Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Em 1303 Coimbra abrigara a universidade transferida de Lisboa, guardou-a durante boa parte do século XIV e, afinal, desde 1537, tornou-se a sua sede definitiva. José Bonifácio encontrou o ensino universitário recentemente reformado, por iniciativa do marquês de Pombal, numa como que fundação de universidade nova.

Uma das preocupações máximas da reforma pombalina de 1772 visou a combater a preponderância jesuítica. O *Compêndio Histórico,* que

precedeu os *Estatutos,* constituiu um libelo fortíssimo contra a Companhia de Jesus e a orientação que dava ao ensino público. Tudo negava aos inacianos, e o que estes tinham feito até então na universidade não passava de *estragos, impedimentos, atrocidades, veneno vomitado, maquinações das terribilidades jesuíticas.* Tão perversos, tão malvados maquinadores eram, que só haviam escolhido Aristóteles como mestre pelo ateísmo da filosofia do Estagirita e pela relaxação de sua ética própria para áulicos; e o marquês de Pombal, em carta ao reitor-reformador D. Francisco de Lemos, aliás brasileiro de nascimento, recomendou que o seu nome "abominável" fosse esquecido nas lições de Coimbra.

Havia nessa atitude muito de paixão negadora, de ódio, de cegueira facciosa; mas, incontestavelmente, sob muitos aspectos, ela se justificava. A situação do ensino era na verdade lamentável e em grande parte a responsabilidade cabia aos padres da Companhia, dada a sua influência avassaladora. Portugal vivia, pode-se dizer, sequestrado intelectualmente do resto da Europa, esterilizado, confinado numa estreita e mesquinha vida mental, que se alimentava de uma cultura formalista de todo infecunda e inoperante.

Já vinha, porém, se esboçando, desde o começo do século XVIII, a reação contra esse estado de coisas, com Rafael Bluteau, conhecedor do movimento das ideias em outros países europeus, onde a curiosidade científica, o gosto pela observação e pela experiência estavam substituindo o simples exercício literário ou os exageros da sutileza escolástica apegada aos *Possibili et de Impossibili;* continuara com Manuel de Azevedo Fortes, Jacó de Castro Sarmento, Antônio Nunes Ribeiro Sanches para alcançar depois o padre Luís Antônio Verney, com o seu *Verdadeiro Método de Estudar*, e a nova pedagogia da Congregação do Oratório, que se pode honrar de ter introduzido em Portugal o estudo da filosofia moderna e das ciências experimentais.

Não era, pois, novidade completa o que a reforma do marquês de Pombal decretava: atendia aos reclamos dos espíritos que no país tinham notícia da renovação intelectual que se operava no mundo, e permitia que Portugal não ficasse de todo excluído dos benefícios do "Século das Luzes", como nação europeia que era. O objetivo dos Estatutos de 1772, da Universidade de Coimbra, foi insuflar-lhe nova vida, em que se sentisse a

presença do espírito europeu então dominante. Transformações profundas sofreram as Faculdades já existentes: a de Teologia, em que se estabeleceram estudos subsidiários de Hermenêutica, História Sagrada, Eclesiástica e Profana, o conhecimento das línguas grega e hebraica, e deu-se à teologia positiva a primazia sobre a teologia especulativa; a de Leis, em que se substituiu o que um douto professor chamou de ruminação estupefaciente do *Digesto,* da *Instituta* e do *Código,* pelo método de Cujácio, aliando a Jurisprudência e a História, o Direito Romano estudado ao lado da História Civil do Povo Romano, o Direito Pátrio esclarecido pela História Nacional, além da cadeira de Direito Público e das Gentes; a de Cânones, não mais ocupada apenas com as *Decretais Clementinas,* etc., mas arejada pelos ensinamentos da História Sagrada e Eclesiástica e do Direito Eclesiástico Público; a de Medicina, combatido o ensino meramente teórico e livresco e preconizada a necessidade da observação direta da natureza, todos os raciocínios devendo assentar na Física, na Matemática, na Química, na Botânica, na Farmacologia, na Anatomia, e fundados, como centros de experimentação e pesquisa, um Horto Botânico, Laboratórios de Física e Química, Dispensário Farmacêutico, Teatro Anatômico, Hospital escolarizado. Ao lado disso, a reforma pombalina criou duas Faculdades – uma de Matemática e outra de Filosofia, esta em substituição da antiga Faculdade das Artes, com estudos de filosofia racional e moral, a que se juntou a filosofia natural, com museu, jardim, observatório e gabinetes experimentais, e aquela, em que se buscou desenvolver o cultivo das ciências exatas.

Foi nessa universidade, reformada pela paixão renovadora do marquês de Pombal, tipo completo de déspota "iluminado", que José Bonifácio fez os seus estudos superiores. Certo, de sua terra longínqua, já pressentira que os tempos iam mudar, que novas fórmulas de convivência humana em breve se imporiam, em consequência de um processo inelutável de evolução social. O que seria essa sociedade nova, como se constituiria – eis uma interrogação que o jovem brasileiro deve ter feito muitas vezes. Para obter uma resposta, longas foram as suas cismas, grandes e ávidas as suas leituras.

Já então, com muito maior facilidade do que no vigiado Brasil, poderia obter livros, os livros que um rapaz do tempo deveria ler. E leu-os, quantos pôde. Em algumas de suas poesias, datadas do período em que esteve em Coimbra, ou em outras que foram, segundo grandes probabili-

dades, escritas na mesma fase, ecoam os nomes dos seus autores prediletos. Lá surgem Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Locke, Pope, Virgílio, Horácio, Camões. Todos são invocados numa ode "À Amizade", e mais ainda

Tu Leibniz imortal, tu grande Newton
A razão lhe revigoras!

....

Os vastos turbilhões, partos sublimes
Do criador Descartes.

Numa outra ode "À Poesia", feita em 1785, sente-se o homem que se embebera dessas leituras, horrorizado com "o Fanatismo férreo", cheio de ira contra "o monstro horrendo do Despotismo"

– Maldição sobre ti, monstro execrado
Que a humanidade aviltas! –

apela para as promessas da independência recém-proclamada dos Estados Unidos da América do Norte:

Possam em novos mares novas terras,
Por britânicas gentes povoadas,
Quebrados os prestígios,
Os filhos acoitar da Liberdade!

Nos ensaios poéticos do estudante José Bonifácio são bastante sensíveis as influências de suas últimas leituras, não destoando, no quadro literário do tempo, dos cânones da escola arcádica portuguesa, tão fundamente impregnada de ressaibos franceses.

Voltaire e Rousseau foram talvez os autores cuja companhia mais buscou; o nome do primeiro aparece três vezes nos poucos poemas seus escritos quando estudante de Coimbra, e duas, o do segundo. A Voltaire chama de "vate dos filósofos", a Rousseau dá o qualificativo de "sublime".

Abominando o despotismo e a intolerância, aliando o culto da liberdade ao amor da natureza, José Bonifácio refletia, no momento, as ideias dos livros que lia. Mas não o fazia como um estudante qualquer, como um leitor sem espírito crítico. Cônscio do próprio valor, presumido até, não aceitava o que lia, sem exame, sem debate, sem reflexão. Não só no curso jurídico se matriculara; era também aluno das Faculdades de Filosofia e Matemática e logo demonstrara grande vocação para as pesquisas cientificas. A marca da cultura setecentista não se apagara nunca do seu espírito. José Bonifácio recebeu dos filósofos da Ilustração a crença na racionalidade da natureza e de suas leis; aprendeu com eles que o homem é um ser dotado de razão, que tem direito à felicidade e pode ser feliz numa sociedade organizada em bases racionais; hauriu neles a noção dos direitos naturais derivando de necessidades inerentes à própria condição humana.

Não seria difícil discernir, através dos seus escritos e de sua ação, a quem mais ficou devendo José Bonifácio, dentre os reformadores sociais e pensadores políticos do século XVIII. Sem antecipar, pode-se dizer que sua posição será sempre mais voltairiana do que rousseauniana. Como Voltaire, odiava o despotismo, mas preconizava uma monarquia "ilustrada"; como Voltaire, pregava a liberdade e a tolerância, mas entendia que a manutenção da ordem era uma exigência da própria natureza; como Voltaire, não admitia o governo das massas, queria a reforma, mas não a revolução. A despeito do tom pastoral de sua poesia e do culto à natureza, não aceitou a oposição rousseauniana entre a natureza e a cultura, entre a sociedade primitiva e a sociedade moderna e procurou conciliar a crença no poder da razão e no progresso com uma atitude céptica quanto à bondade natural do homem.

Cursando as aulas de três faculdades diferentes, José Bonifácio era desses estudantes que não se cingem à mesquinhez dos compêndios, nem se satisfazem com as lições tantas vezes medíocres de professores de escasso saber. Assim seria também, sob vários aspectos, o brasileiro Francisco de Melo Franco, que sofreu perseguições pelo destemor de suas ideias. Vingando-se da estultícia de mestres inferiores, Melo Franco escreveu o poema herói-cômico *O Reino da Estupidez.* Colaborou José Bonifácio na feitura dessa obra? A hipótese encontra adeptos e poderia ser invocado

como prova indireta o fato de presente à sessão de 24 de abril de 1831, da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em que o Dr. José Martins da Cruz Jobim aludiu a essa colaboração, não ter oposto José Bonifácio, ao que conste, qualquer contradita. Como quer que seja, o jovem Andrada não se contentava com o que lhe ensinavam os professores de Coimbra: lia muito mais do que eles sugeriam, estudava com a ânsia e o apetite dos que nasceram para a vida do pensamento, fazia versos, sonhava, amava, e não esquecia a terra em que nascera, "a doce pátria minha", como a chamava na já citada ode "À Poesia", escrita em Coimbra, no ano de 1785.

Ainda estudante, cuidou de duas questões, talvez as mais importantes do Brasil de então, por cuja solução se empenharia depois em pura perda: a civilização dos índios e a abolição do tráfico e da escravidão dos negros. Questões antes sociais do que políticas, sobre as quais desde cedo meditou, esforçando-se por encontrar fórmulas humanas e realistas que as resolvessem.

No tocante aos índios, pensava que deviam ter liberdade, dando-lhes terras para cultivarem, ensinando-lhes a língua portuguesa, abolido o regime dos "Diretores", criado pelo marquês de Pombal depois da expulsão dos jesuítas; quanto aos escravos, queria a extinção do comércio de carne humana e do regime de trabalho servil, preocupado com a sua corruptora influência moral e social, com as suas injustiças e malefícios.

No arquivo que deixou, disperso pela Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Nacional, Museu Paulista, constam, de seu punho, em papéis que estão se desfazendo, no tumulto de notas, apontamentos e rascunhos de varias épocas de sua vida, algumas páginas que, embora não datadas, parece serem dos dias de estudante em Coimbra. Nelas já se anuncia o grande homem que presidiria os acontecimentos da emancipação política do seu país, empenhado em problemas de cultura intelectual ou outros, não menos importantes, como o do latifúndio e da reforma agrária.

Assim é que sonhava com uma grande biblioteca e uma tipografia em cada capitania do Brasil, onde, no seu entender, "as ciências e as letras estavam por terra e só interessava vender açúcar, café, algodão, arroz, tabaco", e que esboçava planos para acabar com as imensas propriedades territoriais que eram as sesmarias dos tempos da colônia.

Não perdera tempo, pois, o moço brasileiro, estudante de Coimbra, em quatro anos de curiosidade inquieta, de descobertas, de aventuras de todo gênero. Na universidade portuguesa, que a reforma pombalina não chegara a colocar no nível das maiores do mundo, mas sempre conseguira fazer mais arejada, mais acessível às correntes do pensamento europeu, podia pressentir que a civilização ocidental chegava ao limiar de uma era nova.

Em 16 de junho de 1787 concluiu José Bonifácio o seu curso de Filosofia e em 5 de julho do ano seguinte o de Leis.

Que rumo tomaria? Voltaria para o Brasil? Ficaria em Portugal? Ou, no secreto do coração, embalar-se-ia no sonho de uma viagem por aquela Europa tão próxima, Europa que, por força dos grandes filósofos, poetas e cientistas, vivia transfigurada na sua imaginação de estudante brasileiro? Que lhe reservaria o destino?

. . . .

Capítulo II

EXCURSÃO CIENTÍFICA PELA EUROPA.
MR. D'ANDRADA.

NA SEGUNDA METADE de 1788, estava José Bonifácio em Lisboa. Parece que, embora morando em Portugal havia quase cinco anos, só então conheceu melhor o frio da Europa. Pelo menos escreveu nesse ano um longo poema cujo tema foi o inverno, um inverno áspero, de grandes ventanias, com chuvas e geadas e o Tejo encapelado. Ao título do poema "O Inverno", acrescentou uma nota – "a cena é em Almada, defronte de Lisboa". Mas o tempo, a estação, os ventos, as chuvas, tudo serviu apenas de pretexto para cantar uma amada ausente:

> *Ah! deixemos errar o pensamento*
> *Entregue a si, sem tento!*
> *Triste de Elísio, mísero, cansado!*
> *Longe da cara, da gentil Eulina...*

Provavelmente essa Eulina não seria nenhuma mulher de Santos, de São Paulo ou do Rio de Janeiro, mas a última namorada de Coimbra. Outras viriam. Mísero e cansado por quê? Pois não chegara da univer-

sidade com dois diplomas, rapaz de 25 anos? Além disso, onde quer que se pronunciasse o seu nome, logo se seguia a referência ao moço inteligente, conversador de rara vivacidade, curioso da vida e ao mesmo tempo todo voltado para o estudo das ciências.

Em Portugal, José Bonifácio tinha parentes ilustres, que o receberam com simpatia e se dispuseram a ajudá-lo. "Mísero e cansado", não, mas é possível que se dilacerasse em luta íntima, incerto a respeito da carreira a seguir, e essa indecisão lhe trouxesse verdadeiro sofrimento.

Formado em Filosofia e Leis, o mais provável era que entrasse, como ele mesmo disse, na "carreira trilhada e vulgar dos denominados lugares de Letras" ou, por outras palavras suas, fosse "servir nos lugares da magistratura". Esse seria o caminho normal, se em José Bonifácio houvesse apenas um bacharel mais ou menos ambicioso, com as aspirações do comum de seus companheiros. Mas assim não era. Mais do que exercer um cargo na magistratura tentava ao brasileiro recém-chegado de Coimbra fazer alguma coisa menos rotineira, aprofundar-se em algumas das ciências cujos horizontes apenas entrevira nos contatos da universidade, seguir a corrente do tempo em que vivia com todas as suas promessas, visitar e conhecer outras terras, outros países da Europa.

Em Portugal, dentre os homens dispostos a combater o obscurantismo que fazia dele um país lamentavelmente atrasado, destacava-se D. João de Bragança, duque de Lafões, primo da rainha D. Maria I. Viajado, culto, amigo das Luzes, o duque de Lafões fundara em Lisboa, desde 1780, a Academia das Ciências, não para debates estéreis ou remanso de vaidades inúteis, mas para corajosas pesquisas científicas e suas aplicações à vida dos povos.

Desse aristocrata "iluminado" José Bonifácio se aproximou e recebeu apoio. Seria até seu parente, num grau tão remoto, que o fez exclamar, em linguagem nada polida, ao aludir à circunstância seu irmão Antônio Carlos: "nosso parente no ca. . . lhésimo grau."

Não pelo parentesco quase em Adão e Eva, mas por ser quem era, José Bonifácio teve acesso na intimidade do duque de Lafões e isso influiu consideravelmente no seu destino. Se é certo que em 8 de julho de 1789 fez, perante o Desembargo do Paço, a leitura que o habilitava a exercer os lugares da magistratura, cinco meses antes, em 4 de março, fora

admitido como sócio livre da Academia das Ciências de Lisboa, o que em verdade lhe abrira os caminhos de uma carreira de cientista e lhe traria, como de ordinário acontece, a glória e muitas decepções, o puro gozo intelectual e todas as misérias reservadas aos que excedem a craveira comum.

Por uma disposição do seu temperamento realista, interessava-se de preferência pelos estudos de que resultasse alguma utilidade, colocando quanto possível a ciência a serviço do bem-estar e do aperfeiçoamento humanos. Bem se reflete esse feitio na epígrafe tirada de Fedro que figura em vários de seus trabalhos – *Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria.*

Bem não tomara ainda assento na Academia das Ciências de Lisboa, e já apresentava uma memória que não só estava muito longe de ser uma produção de bacharel palavroso, como não parecia sequer da autoria de Elísio ou Josino, já nossos conhecidos, com a sua por vezes convencional poesia arcádica: *Memória sobre a pesca das baleias e extração do seu azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias.* O objetivo da dissertação era apontar os erros da pesca tal como se praticava até então, e ensinar o verdadeiro processo com intuitos de quem escrevia antes uma memória econômica do que um trabalho de história natural, embora não deixasse, por vaidade ou ciência ainda fresca, de citar Fabrício, Anderson, Hunter, Pennaut, Bonaterre e Dudley.

Publicada nos anais da Academia de Lisboa, iniciava assim José Bonifácio a sua vida de homem de ciência, numa carreira a que em breve se abririam novas perspectivas com uma viagem por quase toda a Europa, em que frequentaria alguns dos maiores mestres, e mestre também se tornaria na especialidade científica em que o seu nome ganhou fama universal.

Portugal, a despeito da sacudidela do marquês de Pombal e da penetração do espírito europeu, sobretudo francês, que se tornou patente, por exemplo, nas numerosas traduções de obras como a *História de Carlos XII, Os citas, Zaira, Mafoma, Alzira, Henríada ou Henriqueda, Orestes, Mariana, Semíramis* aparecidas em português, a primeira ainda em vida, e as outras pouco depois da morte de Voltaire, não oferecia condições propícias a quem quisesse entregar-se a estudos científicos metódicos. Disso se capacitou mais do que ninguém o duque de Lafões, que pôs solicitamente todo o seu prestígio em favor da ida ao estrangeiro de jovens que tivessem

manifestado aptidões especiais. Dentre esses, José Bonifácio pareceu indicado para a viagem e, em verdade, foi um dos designados.

De 18 de fevereiro de 1790 é o primeiro ato do Governo Português comissionando José Bonifácio, Manuel Ferreira da Câmara Béthencourt e Sá, este também brasileiro de grande merecimento, e Joaquim Pedro Fragoso, para, por conta do Real Erário, empreenderem uma excursão cientifica pela Europa; de 1 de março do mesmo ano, é a portaria concedendo ajuda de custo de 600$000 quando estabelecidos, e de 800$000 quando de mudança de um para outro lugar. O fim da comissão, segundo a portaria de 1° de março, devia ser textualmente – "adquirirem por meio de viagens literárias e explorações filosóficas os conhecimentos mais perfeitos da Mineralogia e mais partes da Filosofia e História Natural".

Feitos os preparativos, em junho de 1790 deixavam Portugal os três moços em demanda da França, primeiro passo de uma longa peregrinação. Dias antes, a 31 de maio, o ministro dos Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa, baixava minuciosa *Instrução,* em que dava a Câmara Béthencourt a chefia da missão, com poderes para decidir acerca do prazo dos estudos, das viagens e da escolha dos lugares a serem visitados, mas estabelecia previamente um comprido itinerário.

A Instrução ordenava que na cidade de Paris seguissem "um curso completo de Química com *Mr.* Fourcroy, e outro de Mineralogia Docimástica com *Mr.* Le Sage ou com quem fizesse as suas vezes" e que esses cursos deveriam durar um ano pelo menos.

Eis José Bonifácio em Paris, nos meados de 1790, nesse Paris transformado desde o ano anterior num imenso foco revolucionário, em que as ideias dos filósofos e pensadores políticos, invocadas a cada instante, justificavam todas as medidas. Era a fase inicial da grande Revolução que marcaria a ascensão social e o predomínio econômico da burguesia, uma burguesia com consciência de classe, ambiciosa e pugnaz e que, para a investida contra os privilégios da nobreza e do clero, se apoiava nas camadas menos favorecidas da população, trabalhadores rurais e plebe citadina, depois abandonados à própria sorte.

Muita gente não teria uma noção segura da extensão do movimento revolucionário que se processava em ritmo crescente, subestimando os seus resultados ou descrendo dos seus fins. O começo de 1790 fora, nas

rodas dos aristocratas, comemorado com alegria ou displicência: na noite de São Silvestre, madame de Simiane, apanhando, em pleno Théâtre Français, uma maçã que um homem do povo lhe atirara das galerias, passou-a a seu cunhado La Fayette, também na sala, com um dito espirituoso – "Eis, meu caro general, o primeiro fruto da Revolução, que me coube."

Que terá pensado José Bonifácio da Revolução Francesa, na ocasião de sua chegada? Partindo de Portugal em junho, presenciou porventura em 14 de julho a grande festa da Federação, com a missa celebrada no altar da Pátria por Talleyrand, bispo de Autun, em meio de quatrocentos padres que, sobre as suas alvas, ostentavam cintos tricolores, e viu acaso o mesmo bispo, de mitra na cabeça e báculo na mão, benzer a auriflama da Guarda Nacional e as flâmulas dos oitenta e três departamentos da França? Viu La Fayette colocar sua espada sobre o altar e prestar o juramento de fidelidade à nação, à lei e ao rei? O que se sabe ao certo dos primeiros dias de José Bonifácio em Paris, pelas notas de seu próprio punho, num pequeno caderno guardado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é que comprou logo uma cocarda tricolor, sem a qual nem as mulheres poderiam sair à rua. Comprou, também, meias de seda branca, fivelas de prata, fita para o cabelo, duas varas e meia de renda para gravatas, punhos de cassa. Era uma indumentária ainda *ancien régime* mais a cocarda, que o rapaz brasileiro adotava. Vestia-se como deviam vestir-se as pessoas que ia frequentar. E procurava fazer-se mais atraente, indo a um cabeleireiro, já que pisava Paris cobiçoso de suas belas mulheres. Não perdeu tempo: nesse mesmo canhenho de despesas, endereços e ligeiras notas cotidianas, entre os gastos feitos à chegada a Paris, figuram quantias dadas primeiro a uma rapariga e depois a duas outras. Poucos dias são passados e já aparece novamente essa verba de Vênus, numa nota em que, traindo certo arrependimento, menciona que gastou no dia 22 de agosto, por seu "mau fado", dezoito libras com duas p... do Palais Royal.

A despeito disso, não se esquecia de uma namorada que ficara em Portugal e que lhe sugeria um poema intitulado "Ausência", com a nota "Em Paris, no ano de 1790". Falava da separação, da distância, das serras e dos campos que o faziam tão longe de Eulina, para declarar-lhe:

Eterna viverás a esta alma unida.

Certamente, às raparigas do Palais Royal só se unia pelo corpo, reservando a alma para a portuguesinha de quem se lembrava com saudades.

Não se imagine, entretanto, que só de amores cuidasse o moço brasileiro. Em Paris estava para estudar e aos trabalhos de sua missão ia entregar-se com um entusiasmo e um proveito de que não faltam provas positivas. Obedecendo à *Instrução* do Governo Português, José Bonifácio iniciou os seus estudos de Química e de Mineralogia. O mestre que lhe fora recomendado era Fourcroy, jovem sábio então de 35 anos, desde 1784 professor de Química no Jardin du Roi, membro da Academia de Ciência e da Sociedade de Medicina; adepto da Revolução, serviu-a em vários postos e, mais feliz do que tantos outros, escapou da guilhotina, pôde chegar até o Império e acabou conde de Fourcroy.

Seguindo-lhe as lições, mereceu o jovem Andrada um atestado da "assiduidade e do zelo" com que frequentara um curso particular de Mineralogia e Química, de setembro de 1790 a janeiro de 1791.

Também cursou José Bonifácio, com a "maior exatidão", as aulas do prof. Duhamel, da Escola Real de Minas, até abril de 1791. Dessa escola, desde a sua fundação em 1783, era diretor o químico e mineralogista Sage (Baltasar Jorge), adversário da orientação e das descobertas de Lavoisier e de Chaptal. Parece que Sage se interessou bastante por José Bonifácio, dando-lhe conselhos e sugestões.

É quase certo que não só desses tenha ouvido as lições. Muitos dos seus biógrafos citam, entre os sábios com quem entrou em contato em Paris, os grandes nomes de Chaptal, Jussieu (Antônio Lourenço), Hauy, Lavoisier. E a verdade é que, no convívio de homens desse valor, o brasileiro José Bonifácio não se omitia nem se apagava. Ei-lo a 29 de janeiro de 1791 eleito sócio correspondente da Sociedade Filomática de Paris, e dois meses depois, em 4 de março, feito também membro da Sociedade de História Natural. Para essa última sociedade escreveu uma memória sobre os diamantes no Brasil, desfazendo erros correntes nos meios europeus a respeito do assunto.

Já não se tratava mais de um simples estudante a aperfeiçoar os seus conhecimentos: era alguém que começava a falar como mestre e desde então se habituaria a estar entre os primeiros. Num meio propício, sua vocação científica se afirmara rapidamente, criando em derredor do

nome de Andrada um prestígio justificado. O jovem que fora tão depressa recebido em associações científicas francesas tornara-se conhecido por "*Mr.* d'Andrada" e como "*Mr.* d'Andrada" percorreria vários países da Europa.

Dando aos estudos o melhor do seu tempo, José Bonifácio de Andrada – *Mr.* d'Andrada – não seria nunca uma espécie de maníaco, sem pé na vida, sem olhos para ver o que não fosse de sua especialidade. O brasileiro da vila de Santos trazia do berço uma personalidade rica, o dom de interessar-se por tudo, era humano em múltiplos sentidos, dos mais raros, dos mais altos aos que estão na massa de todas as criaturas. Bem humano, vibrátil, apaixonável, não se comprimiria numa austeridade imprópria de sua idade e contrária a sua natureza. Estava em Paris e muitas coisas o atraíam. Embora a Revolução continuasse a sua marcha sempre em crescendo, nem tudo apresentava aparências revolucionárias. O cotidiano é tão forte nas suas exigências, que encobre aos mais atentos a percepção de fatos e acontecimentos de evidência indiscutível. Salvo em momentos paroxísticos ou nos grandes transes coletivos, a vida de cada um continua no ritmo habitual. Em Paris de 1791, a despeito da Revolução, a vida continuava, a vida que é mais forte do que tudo.

Não só de mineralogia ou de química, nem de acompanhar entre curioso e simpático os acontecimentos políticos, cuidava José Bonifácio. Havia a parte das raparigas que o encantavam, havia os teatros, os passeios, as ceias, a boa camaradagem com os companheiros de missão científica, Câmara Béthencourt e Joaquim Pedro Fragoso. Do seu caderno de apontamentos, constam notas sobre empréstimos recíprocos de pequenas quantias, sobre jantares em comum. José Bonifácio visitou as coleções da Académie Royale de Peinture et de Sculpture, então instalada no Louvre, e os quadros que mais o impressionaram foram, segundo anotou, as batalhas de Alexandre – obras de Le Brun, pinturas de Heut (Jean Baptiste) – talvez *Um Dogue se jetant sur des oies, Le Marché, Le Retour du Marché* ou *Marchés d'animaux* – de Lemonnier. – *Peste de Milan* ou *Mort d'Antoine* e esculturas de Legros. E aproveitando uma folga maior, fez uma viagem a Rouen, a cidade francesa que no ano de 1550 preparara, em homenagem a Henrique II e sua mulher Catarina de Médicis, uma festa tendo como protagonistas autênticos selvagens brasileiros.

No Paris do ano de 1791, José Bonifácio mandava encadernar livros por *Mlle*. Gerard, *relieuse de livres,* frequentava o *limonadier*, da rue Foin Saint Jacques, comprava flores a *Mlle.* Hardi, *fleuriste* da rue Montebard. Vida agradável a que levava o brasileiro, ocupado com os estudos, mas, ao mesmo tempo, passeando, vendo o que havia de mais belo, não recusando à mocidade a sua parte de prazer e de alegria. Ainda em tempo de revolução, a França teria grandes atrativos. Mas era preciso prosseguir viagem, de acordo com a *Instrução* do ministro Luís Pinto de Sousa. Já se haviam concluído os cursos preparatórios de Paris nela previstos: agora cumpria seguir para Freiber, na Saxônia, onde receberia, ao lado do ensino teórico, lições práticas, visto como estava obrigado a fazer curso completo de Minas e a "assentar praça de mineiro", a trabalhar como operário. Freiberg em verdade dispunha, para os fins da missão de José Bonifácio e seus companheiros de maiores e mais adequados recursos do que Paris: além de mestres eminentes, existiam grandes minas de prata, de cobre, de zinco, de arsênico, em exploração, e uma indústria metalúrgica em funcionamento.

Em 1792, José Bonifácio começou a frequentar as aulas da Escola de Minas de Freiberg, matriculado sob o nº 383, tendo-lhe sido permitido visitar e inspecionar as minas e as fundições da Saxônia. Dois anos mais tarde, em agosto de 1794, recebeu um atestado fornecido por Abraham G. Werner, o criador do método científico na mineralogia e autor da obra clássica – *Caracteres des Minerais,* em que testemunhava a assiduidade com que acompanhara um curso completo de Orictognosia e outro de Geognosia, demonstrando conhecimentos profundos.

Discípulo de Werner, em Freiberg, terá sido também de Lempe, de Kohler, de Klotzsch, de Freieslebem, de Lampadius, este começando o seu curso de Metalurgia na Escola de Minas de Freiberg, em 1794. Bem percebia José Bonifácio que Coimbra, a despeito da reforma do marquês de Pombal, estava em grande atraso em relação a outros centros de estudo da Europa. O descortino de mestres e homens de ciência, de quem se aproximava ou cujas obras lia, dava-lhe a convicção de que tomara caminho certo – o da pesquisa e da especialização científica em matéria de mineralogia.

A escola de Freiberg marcará a orientação de José Bonifácio. Embora fosse ao mesmo tempo químico e mineralogista e isso o inclinas-

se a certo ecletismo, que lhe permitia levar em conta, na apreciação dos minerais, o exame químico, os caracteres exteriores predominariam nas suas descrições mineralógicas. Será a influência decisiva de Werner, com o seu netunismo, patente aliás no atestado que lhe deu em 1794 o mestre de Freiberg ao afirmar que o naturalista brasileiro demonstrava não só conhecimentos profundos de Orictognosia e Geognosia, como dos métodos e princípios por ele Werner adotados.

Em Freiberg teve José Bonifácio como colegas de estudos Alexandre von Humboldt, de quem se tornou amigo, Leopoldo von Buch, que mereceu daquele o título de "maior geólogo do século", Del Rio, cientista espanhol, e quem o certifica é Carlos Bruhns, na obra em três volumes – *Alexander von Humboldt – Eine wissenschaftliche Biographie,* em que trata José Bonifácio de "mestre da ciência". Freiberg ficou sendo o seu centro de estudos. Em 1798, por exemplo, depois de ter feito numerosas viagens e grandes descobertas, lá voltava, certamente no desejo de rever mestres e companheiros, mas também no de examinar questões suscitadas no curso de suas pesquisas científicas.

Grandes foram estas, feitas sem pressa, em inspeções às minas de vários países e regiões. *A Instrução,* que regia a sua viagem científica, dispunha que, depois de acabado o curso de Freiberg, José Bonifácio, Câmara Béthencourt e Fragoso visitassem as minas da Saxônia, da Boêmia, da Hungria, da Rússia, da Suécia, da Noruega, da Escócia, do País de Gales, e da Espanha. Nem todo o programa seria executado: é seguro que José Bonifácio não visitou as minas da Rússia, nem as da Escócia, do País de Gales, e da Espanha. Mas percorreu com olhos atentos de perito as minas do Tirol, da Estíria e da Caríntia, foi à Itália onde ouviu em Pavia as lições de Volta e em Pádua investigou a constituição geológica dos Montes Eugâneos, escrevendo a respeito, em 1794, um trabalho *(Viagem geognóstica aos Montes Eugâneos)* publicado em 1812, no qual, como bom netunista rebateu as doutrinas vulcanistas de Ferber, de Fortis e Spallanzani, sobre a mesma região.

Onde, porém, José Bonifácio deu completo desenvolvimento aos seus estudos, levando-os para o plano prático das investigações e descobrimentos, foi na Suécia e na Noruega, em cujas jazidas e minas, em Arendal, em Sahla, em Krageroe, em Laugbansita, caracterizou quatro espécies

minerais novos, e oito variedades de minerais que se incluíam em espécies já conhecidas. A propósito, diria depois Le Play: " [....] Mr. d'Andrada a fait de telles découvertes que son pays devrait lui dresser des statues qui puissent perpetuer la mémoire immortelle d'un des plus grands savants d'une époque si féconde en grands hommes [....]".

As espécies novas foram a *Petalite,* a *Espondumène,* a *Escapolite* e a *Criolite,* sendo as variedades a *Acanticone,* a *Salite,* a *Cocolite,* a *Ictiofalma,* a *Indicolite,* a *Afrigite*, a *Alocroíte,* e a *Wernerite,* em homenagem ao seu grande mestre Werner e que era a já mencionada *Escapolite. A* todos esses minerais José Bonifácio descreveu pela primeira vez e deu nome. Com exceção da *Criolite,* que lhe trouxeram da Groenlândia, os demais foram por ele encontrados na Escandinávia.

Para chegar a tais resultados, difíceis e penosos foram os trabalhos do jovem pesquisador, que provava do mesmo passo o seu saber e o seu espírito de investigação. Em meio da grande crise política que convulsionava a Europa coligada contra a França revolucionária, José Bonifácio todo se dava à ciência e parecia indiferente aos sucessos do momento. Mas seria grande engano imaginá-lo numa atitude de incompreensão ao que se passava. Apenas, com o seu temperamento vibrátil, com a sua curiosidade sempre alerta, com a sua capacidade de exaltar-se, às pesquisas científicas se entregara com ardor, com exclusivismo. E não haverá porventura paixão nessa espreita, nessa perseguição, nessa conquista do desconhecido, em que ardem os verdadeiros homens da ciência?

Nos anos de viagem de estudos pela Europa, sobretudo depois que se sentiu capaz de realizar alguma coisa de original na ciência em que se especializara, de mais não quis ou não pôde ocupar-se José Bonifácio. Se então sonhou com a glória, foi sem dúvida com a de um nome de sábio, e nunca com a de estadista e homem público, político ou reformador social. Tudo isso seria depois, mas, na década de 1790 a 1800, em que descobriu minerais e foi homem de ciência, talvez nem sequer o suspeitasse. O que o interessava era o trabalho científico em todos os seus aspectos. Assim é que de suas descobertas fazia comunicações às sociedades sábias de que era membro ou escrevia a respeito em revistas especializadas. Sobre a *Petalite,* por exemplo, escreveu no *Allgemeines Journal der Chemie,* de Leipzig, e no *Journal de Mines,* de Paris; sobre vários outros minerais publicou artigos no

primeiro dos jornais citados, no *Journal de Physique* (Frutidor, ano VIII) e no *Bergmanische Zeitung* de Freiberg. Reivindicou assim uma primazia nas descobertas, que os competentes no assunto nunca lhe contestaram. Era um homem de ciência acima de tudo, um mineralogista contente de suas pesquisas e dos seus achados.

Mas não era, não seria, não poderia ser sempre apenas o homem que se supunha nessa fase da vida; sua natureza, sua força, seu dinamismo interior dar-lhe-iam na vida outras atividades, outras missões, outros papéis a desempenhar. Aliás, contra os perigos de uma especialização excessiva a deformar-lhe o espírito, ele mesmo procurou defender-se. Dessa época, das folhas truncadas de um "Diário de observações e notas sobre as minhas leituras, conversações e passeios", consta o seguinte: "Notei que sou seco nos meus escritos, que o estudo dos nomencladores *[sic]* e sistemáticos *[sic]* tem muito apagado a minha imaginação e que devo exercitar-me na arte de *débrouiller mes idées* com clareza, dignidade e graça." E acusa-se da falta de dons de narrador, fazendo o propósito de ler Cícero, Tito Lívio, Gibbon, Voltaire, Buffon.

Havia mais de dez anos que viajava pela Europa, estudando e aprendendo. Ao título de sócio da Academia das Ciências de Lisboa, juntara os das Sociedades Filomática e de História Natural de Paris, da Sociedade dos Investigadores da Natureza de Berlim, da Sociedade Mineralógica de Iena, e ainda acrescentaria os da Academia de Ciências de Estocolmo e das Sociedades Geológicas de Londres e Werneriana de Edimburgo, além do de membro correspondente do Instituto de França, muitos anos mais tarde. Se tantos títulos honoríficos significavam a consagração, o brasileiro José Bonifácio, com 37 anos, era um cientista conhecido e consagrado em toda a Europa.

1790 e 1791 foram os seus anos de permanência na França; de 1792 a 1794 terá ficado em Freiberg, assíduo no curso da Escola de Minas, mas com várias excursões pela Áustria, Alemanha e Itália; em setembro de 1796 partiu para a Suécia, onde se demorou, com idas constantes à Noruega, até 1798; de 17 de maio de 1799 é o passaporte em que o encarregado de negócios da Corte de Portugal junto ao reino da Dinamarca, onde se achava, pedia trânsito livre e seguro para "*Mr.* d'Andrada", que se dirigia para a Alemanha e a Inglaterra. Seja dito de passagem que do povo dina-

marquês ele se queixa, em suas notas de viagem, de grosserias e logros de que fora vítima.

O regresso a Portugal só se verificou em setembro de 1800. José Bonifácio terá demorado ainda algum tempo na Alemanha, tomando depois o caminho de Lisboa, via Inglaterra. A *Instrução* do ministro Luís Pinto de Sousa ordenava que da Suécia e Noruega passassem os membros da missão científica à Inglaterra para examinarem as minas da Escócia e do País de Gales. José Bonifácio cuidou da estada entre ingleses. Há nos seus papéis uma carta de alguém que conhecia a Inglaterra e lhe indicava pensão barata e tranquila em Londres, aconselhava-o a comprar chá e açúcar e tê-los debaixo de chave, a ajustar um cabeleireiro por seis dinheiros diárias para o pentear à hora que lhe conviesse, e um homem, por cinco, para lhe engraxar as botas e limpar a roupa. E terminava assim: "A moça da casa far-lhe-á todo o resto, não lhe aconselharei porém que tente a sua virtude." O certo, entretanto, é que a viagem científica não se estendeu à Inglaterra, malgrado a *Instrução* do Governo Português e as boas informações desse amigo meticuloso. É do próprio José Bonifácio a retificação à afirmativa a tal respeito. Em carta de 27 de agosto de 1826, dirigida a Meneses Drummond, esclareceu: "Quanto à minha biografia, só tenho que advertir que eu não viajei pela Inglaterra, mas só estive de passagem em Yarmouth [....] ". Não pôde tentar a virtude da moça inglesa. Tentara outras, certamente, em sua longa peregrinação de dez anos e três meses por terras e países da Europa, como testemunha uma correspondente vienense que o acusa de ingrato. Esse mineralogista foi sempre sensível ao calor da pele feminina.

. . . .

Capítulo III

EM PORTUGAL. ATIVIDADE CIENTÍFICA E ADMINISTRATIVA. PROFESSOR EM COIMBRA. CARGOS PÚBLICOS. INVASÃO FRANCESA.

ESTAVA JOSÉ BONIFÁCIO outra vez em Portugal, depois de mais de um decênio de ausência. O jovem brasileiro que partira para tão longa viagem voltara homem maduro, com trinta e sete anos de idade e um nome de cientista.

Que pretenderia fazer? Tomar o caminho do seu longínquo Brasil? Por muito que amasse a terra em que nascera e quisesse rever sua mãe e mais parentes, a esse projeto se opunham fortes obstáculos. A excursão científica que acabava de realizar, como que lhe indicara o caminho a seguir, desenvolvendo-lhe a verdadeira vocação. Homem de ciência, sua partida para o Brasil, ainda abafado pelo obscurantismo do regime colonial, sem universidades, sem livros, sem prelos, sem atividade intelectual apreciável, seria quase que uma desistência prévia de todo um programa traçado. Em Portugal, a despeito do atraso em que se encontrava esse país, teria sem dúvida maiores ensejos para prosseguir em seus estudos e prestar serviços que fossem beneficiar porventura o próprio Brasil. Ficaria, pois, em Portugal, para iniciar uma nova fase em sua vida, talvez a mais dramática, a que lhe traria maiores decepções, numa luta estéril e sem glória contra

a rotina portuguesa, contra o desleixo da administração pública do velho reino, contra a conjura sempre renovada dos invejosos e dos medíocres.

Logo ao chegar, não lhe faltaram boa acolhida e animação. Tinha-se notícia ao menos nos círculos da Academia das Ciências e em certos elementos do Governo, do que fora a viagem de José Bonifácio e do prestígio que ganhara nos meios científicos e universitários da Europa. E houve, naturalmente, em alguns homens mais inteligentes, informados das transformações que a aplicação política de recentes descobertas da ciência ia operando em vários lugares, o desejo de aproveitar a capacidade do cientista brasileiro. De seu lado, este, que recusara no estrangeiro o lugar de Inspetor das Minas da Noruega, estava no melhor propósito de trabalhar, de servir, fiel ao pensamento de Fedro, epígrafe de diversos escritos seus – *Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria.* Sem demora, em novembro de 1800, isto é, dois meses apenas depois do regresso a Portugal, partiu José Bonifácio, em companhia de seu irmão Martim Francisco Ribeiro de Andrada e de Carlos Antônio Napion, encarregado de fazer pesquisas mineralógicas pela província da Estremadura e parte da Beira. Tratava-se de uma projetada série de viagens científicas, que não chegaria ao fim pela desídia oficial.

Dos companheiros de José Bonifácio nessa excursão, o segundo, Napion, era um piemontês que lutara contra os franceses e viera para Portugal por convite de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, alistando-se no exército português, onde, em 1807, foi feito brigadeiro, passando a exercer altos cargos, como o de inspetor real do exército e das oficinas e laboratório dos instrumentos bélicos. Napion acompanhou a família real portuguesa quando esta, sob a ameaça da invasão napoleônica, se transladou para o Brasil, e aqui continuou a carreira militar, atingiu os postos de marechal de campo e tenente-general, foi inspetor-geral de artilharia e membro do Conselho Supremo Militar, tendo criado uma fabrica de pólvora na fazenda da lagoa de Rodrigo de Freitas.

Grato deve ter sido a José Bonifácio, longe do Brasil havia já dezessete anos, encontrar em Lisboa seu irmão Martim Francisco, nessa época moço de vinte e cinco anos e graduado em Filosofia pela Universidade de Coimbra, desde 27 de julho de 1798. Outro irmão seu, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, dois anos mais velho do que Martim Francisco, também graduado em Filosofia em 18 de junho de 1796

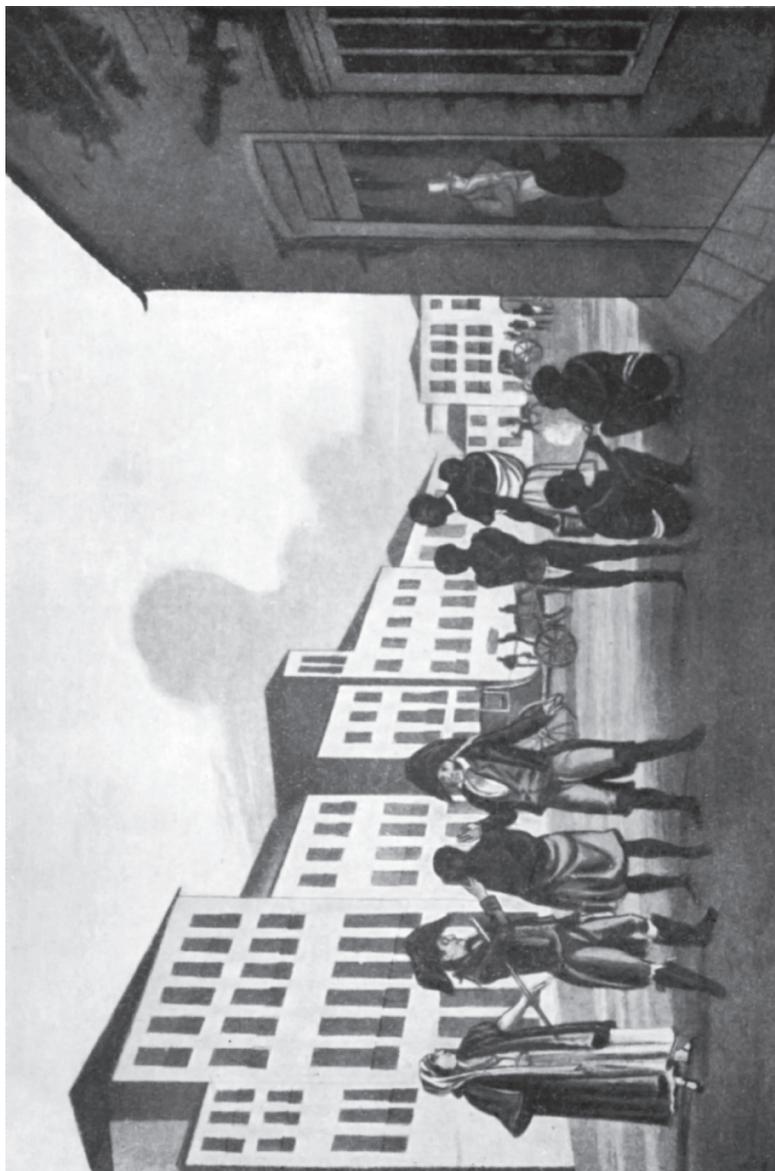
e formado em Direito em 2 de junho do mesmo ano, vivia em Portugal, nessa ocasião ocupado em realizar, por designação do Governo Português, pequenos trabalhos literários, como fossem traduções de obras inglesas de interesse para a agricultura, comércio, navegação, e a propaganda de recentes invenções mecânicas. Com os dois irmãos José Bonifácio formará mais tarde, nos transes da emancipação brasileira e nos primeiros anos de vida do Brasil com a nação livre, a grande trindade dos Andradas, três irmãos unidos para o serviço de sua terra natal, desiguais nas qualidades, em que a superioridade de José Bonifácio é incontestável, mas muito parecidos no feitio mais íntimo, na marca humana, nos ímpetos da natureza mais profunda, e até em alguns dos defeitos.

Consignando os resultados dessa excursão de estudos, pela Estremadura e pela Beira, José Bonifácio escreveu uma memória que apresentou ao Governo português, não se esquecendo de encaminhar cópia aos seus antigos mestres e condiscípulos da Alemanha, a fim de ser publicada no *Jornal de Minas,* de Freiberg. Mal chegado da viagem mineralógica, foi designado para nova comissão, agora de outra natureza: examinar os Pinhais Reais dos Medos e Virtudes, sitos nos terrenos de Almada e Cezimbra. O desempenho que deu a esta outra incumbência mais uma vez patenteou que não perdera tempo na sua peregrinação pela Europa. Era alguém que dispunha de profundos conhecimentos, particularmente nos ramos em que se especializara, e estava disposto a extrair deles os resultados práticos no sentido de progresso material e de melhoria das condições gerais da vida.

Dentre os homens que em Portugal pretendiam abrir portas às novidades, ter comunicações com a Europa, tirar proveito das descobertas científicas, destacava-se no momento D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Esse afilhado do marquês de Pombal, pelo padrinho destinado ao serviço do Estado, era uma curiosa figura de homem, bem característica do seu tempo, ansioso de renovação e de progresso, mas ao mesmo tempo na disposição, nada democrática na forma, de favorecer o povo, de desenvolver o país, de aproveitar os vastos recursos das colônias portuguesas, sobretudo do Brasil, dentro de um despotismo sábio, de um absolutismo iluminado. Depois de ter sido representante diplomático de Portugal em Turim, onde se casou, D. Rodrigo de Sousa Coutinho começou a exercer funções de governo, a partir de 1796, quando foi nomeado ministro da Marinha e Ultramar, até

1803, ano em que se demitiu, já tendo ocupado também o lugar de presidente do Real Erário. Mais tarde, no Brasil, onde morreu, voltou a ser ministro, e a dar provas de sua atividade meio desordenada e de sua fé um tanto utópica no progresso, a chocar-se com a falta de preparo, a rotina, a inveja de rivais ou as tergiversações do príncipe reinante.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, mais tarde conde de Linhares, tornou-se grande admirador de José Bonifácio e nele viu o homem indicado para a realização de seus projetos. Parentes ainda (o nome inteiro do conde de Linhares era Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho Teixeira de Andrada Barbosa) fizeram-se amigos, desde o primeiro contato, como declararia José Bonifácio em elogio a D. Rodrigo, publicado num jornal alemão. Graças a isso, viu-se em pouco tempo o brasileiro Andrada cumulado de designações, incumbências, cargos e nomeações.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada
Da Galeria dos Brasileiros Ilustres, *de Sisson.*

Rio de Janeiro. Mercado de escravos.
Chamberlain, 1819-1820.

Assim é que pela Carta Régia de 15 de abril de 1801 foi despachado para ir criar, por proposta do reitor reformador, a cadeira de Metalurgia da Universidade de Coimbra, habilitado pela mesma Carta Régia a receber gratuitamente o capelo doutoral, o que se verificou, na Faculdade de Direito, em 5 de junho de 1802, e na de Filosofia, a 20 do mesmo mês e ano, dispensadas as teses e o exame privado. Pela Carta Régia de 18 de maio de 1801 foi nomeado intendente-geral das Minas e Metais do Reino e membro do Tribunal de Minas, que deveria dirigir as Casas da Moeda, Minas e Bosques de todos os domínios portugueses, com vantagens pecuniárias iguais às percebidas durante a viagem de estudos; pelo decreto de 8 de julho ainda de 1801, recebeu o encargo de administrar as antigas minas de carvão de Buarcos e restabelecer as abandonadas fundições de ferro de Figueiró dos Vinhos e Avelar (parte dessas funções já eram mencionadas na Carta Régia de 18 de maio); por decreto de 12 de novembro, também de 1801, foi feito diretor do Real Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa e incumbido de remodelar esse estabelecimento a fim de que nele se pudessem fazer trabalhos experimentais de química e docimasia metalúrgica, ao lado de aulas teóricas dessas matérias; pela Carta Régia de 1° de julho de 1802 recebeu mais o encargo de superintender e ativar as sementeiras de pinhais nos areais das costas marítimas, a começar pela de Couto de Lavos; pelo alvará de 13 de julho de 1807 foi nomeado superintendente do rio Mondego e Obras Públicas de Coimbra, diretor das obras de encanamento e dos serviços hidráulicos e provedor da Finta de Maralhães.

À primeira vista, não se compreende facilmente como José Bonifácio poderia preencher simultaneamente todos ou quase todos esses cargos, sem falar do de desembargador da relação e Casa do Porto, com que foi aquinhoado pelo título de 5 de março de 1805 e Carta de 8 de agosto de 1806, mas que nunca ocupou, não tendo pago o imposto de nomeação (nomeado "com exercício nos empregos e comissões de que se acha encarregado"), nem recebido qualquer vencimento. Multiplicavam-se funções as mais diversas, de magistério, científicas, técnicas, administrativas, fiscais; e para serem exercidas em diferentes lugares de Portugal. Certo, o país nada tinha de vasto – não se tratava de uma Rússia ou de um Brasil –; não havia largos espaços a percorrer; mas era Portugal do começo do século XIX, com os limitados meios de comunicação e de transporte da época.

Tantos cargos uns em seguida aos outros, tantas nomeações sucessivas deixavam patente a reputação que o cientista brasileiro lograra e a confiança que tinham nele os dirigentes portugueses com D. Rodrigo de Sousa Coutinho à frente. Como terá reagido José Bonifácio ao ver-se sobrecarregado de tantas incumbências? Nesse descendente de antigos fidalgos de província, empobrecidos desde vários séculos, um dos traços mais fundos do caráter será sempre o orgulho, um orgulho que a glória e a adversidade igualmente estimularão. Orgulho e consciência do próprio valor. À altura de todos os cargos ele se sentiu sem dúvida e quis exercê-los escrupulosamente, com a noção de responsabilidade que nunca o abandonou, e o gosto, a alegria, o desvanecimento de criar, de realizar alguma coisa nova e útil.

Muito pouco, quase nada, porém, pôde levar a cabo. E esse foi, provavelmente, convém repetir, o maior drama de sua vida, a que não faltaram lances excepcionais, como prisões e exílio, raptos e duelos. Causas várias determinaram o mau ou medíocre êxito de José Bonifácio no desempenho de funções tão diversas. Primeiro, teve que enfrentar a rotina portuguesa a criar-lhe embaraços de toda ordem, numa resistência ora passiva a qualquer esforço renovador, ora ativa, insidiosa, mal dissimulando sentimentos subalternos de inveja ou despeito. Depois, lutou em vão contra o desleixo da Administração Pública, que lhe impedia ou retardava os movimentos. Não lhe facultaram jamais os recursos indispensáveis aos trabalhos de que se incumbira: as verbas de que dispôs foram mesquinhas e insuficientes, a aparelhagem técnica antiquada, – os auxiliares ou incompetentes ou destituídos de zelo e entusiasmo. E, por último, a própria incompatibilidade material decorrente do exercício simultâneo de todos os cargos para que o nomearam.

Em verdade, como ser ao mesmo tempo professor na universidade de Coimbra, intendente-geral das Minas e Metais do Reino com a obrigação de viagens repetidas, administrador das minas de carvão de pedra de Buarcos, administrador das fundições de ferro de Figueiró dos Vinhos e Avelar, diretor do Real Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa, diretor da sementeira de pinhais, nas costas marítimas, para não mencionar outras designações que teve mais tarde? Pequeno sem dúvida era o territó-

rio português, mas o cientista brasileiro como que se considerava ubíquo e superior às imposições do tempo, quando aceitou todos esses encargos.

José Bonifácio não se sentia com dons de professor. Ao seu temperamento inquieto, não se ajustaria bem à função de ensinar, com muitos atrativos para quem aspira a uma vida calma de estudo e meditação, mas por vezes monótona e dando a certos indivíduos a impressão de que não estão fazendo nada de prático, num sentido de realização imediata e concreta. Com efeito, não desejou a cátedra de Metalurgia da Universidade de Coimbra: aceitou-a "como vassalo fiel, bem que não fosse este lugar de gosto e vontade sua", como diria em 1816, no requerimento de aposentadoria.

O ambiente de Coimbra desagradou a José Bonifácio. Tendo percorrido quase toda a Europa e convivido com os sábios e professores mais ilustres, via na sua realidade desanimadora a velha universidade portuguesa. No tocante então ao ensino das ciências naturais o que havia era quase nada. A reforma do marquês de Pombal não passara afinal dos bons propósitos; os seus planos grandiosos tinham sido frustrados. Instalar a nova cadeira chegou a parecer quase impossível a José Bonifácio. A universidade não possuía museu científico: "não há coleção mineralógica que sirva e valha coisa alguma", afirmava em carta ao ministro Antônio de Araújo de Azevedo, futuro conde da Barca. Felizmente, no curso de sua peregrinação de estudos pela França, Alemanha, Áustria, Itália, Dinamarca, Suécia, Noruega, reunira com sacrifícios um material de primeira ordem — "a minha bela coleção mineralógica, que já é uma das boas e com o tempo pode facilmente vir a ser uma das melhores da Europa", conforme declarou desvanecido; e com ela supriria a falta de que se ressentia a universidade. Nulo foi o interesse suscitado pela cadeira recém-criada: no segundo ano de funcionamento as aulas eram frequentadas apenas por seis estudantes.

Contrafeito, desanimado, revoltado até, esteve sempre José Bonifácio no desempenho das funções de professor de Coimbra. Na mesma carta ao ministro Antônio de Araújo de Azevedo ele disse: "[....] estou convencido por própria e triste experiência que a vida da universidade me não pode convir, por muito tempo [....] devo confessar a V. Ex.ª que não deixo de ter amor à minha cadeira, pelas utilidades que dela podem vir à Nação, se se regular de outro modo o seu exercício, mas no estado presente é-me impossível ser lente útil [....]. Nunca tive medo ao trabalho e de boa men-

te sacrifico o meu repouso e saúde ao bem da pátria, quando vejo que as fadigas e trabalhos lhe podem ser úteis [....] desejaria promover seriamente tais estudos, que tão atrasados vejo nesta universidade, mas quando reflito no péssimo estado em que de propósito conservam a minha faculdade, não posso deixar de lamentar amargamente o meu tempo perdido [....]".

O pior era que não podia ser professor útil, nem desempenhar proveitosamente os outros cargos para que o designaram. Numa "prisão da corda do sino", segundo pitoresca expressão sua, via-se em situação de paradoxal constrangimento: obrigado, por um lado, a residir em Coimbra, sem substituto e sob pena de suspensão do ordenado, devia, por outro, em obediência ao regimento do cargo de intendente-geral das Minas e Metais do Reino e como administrador das fundições de ferro de Figueiró dos Vinhos e Avelar, administrador das minas de carvão de pedra de Buarcos, inspetor de matas e sementeiras e diretor do Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa, ausentar-se, viajar, dar sua assistência pessoal a todos esses serviços cuja direção lhe cometeram. Tão emperrada era a administração portuguesa, tão imersa vivia na "sonolência proverbial" a que se referiu um dos biógrafos de José Bonifácio, que tal estado de coisas se arrastou através de anos seguidos, a despeito das representações feitas pelo cientista brasileiro e do prestígio de que frequentemente desfrutou junto de poderosas personalidades do governo.

Em reclamar, representar, queixar-se, pedir em vão providências, apontar faltas, sugerir medidas que nunca ou só tardia e fragmentariamente eram atendidas, pode-se dizer que se consumiu, com imenso desgosto e humilhação de sua parte, a ação de José Bonifácio nos cargos de que o investiram. Os papéis do seu arquivo, recolhidos à coleção de Mss. da Biblioteca Nacional, do Instituto Histórico ou esparsos em vários lugares, como que gravaram a sua voz sempre queixosa, clamando contra o desleixo, a incúria, a incrível desídia da administração pública de Portugal. Deram-lhe cargos, deram-lhe nomeações, mas não lhe deram os meios próprios à realização de coisa alguma.

Quando D. Rodrigo de Sousa Coutinho estava no governo, José Bonifácio contava com o seu auxílio para enfrentar a inércia da burocracia lusa. Mas ainda assim as dificuldades se acumulavam quase invencíveis. D. Rodrigo lutava contra a inveja de colegas de Ministério e nem sempre

se via apoiado pelo príncipe regente D. João. Este, se ouvia D. Rodrigo, desconfiava de suas audácias, e ouvia também ao visconde de Anadia (que D. Rodrigo acusou de incompetente e sem conceito público), ouvia a Pina Manique (peculatário, segundo D. Rodrigo) e não se esquivava aos cochichos de áulicos e aproveitadores, tergiversando, adiando, protelando, indeciso e suspicaz.

Houve, entretanto, ocasião em que José Bonifácio acreditou poder construir uma grande obra. Foi logo no começo, nos primeiros contatos com D. Rodrigo, quando sentiu que o ministro, seu parente, participava de seus planos, tinha ideias muito próximas das suas e coragem para pô-las em prática. E foi na mesma ocasião em que D. Rodrigo de Sousa Coutinho prestigiava também Câmara Bethencourt, o outro cientista brasileiro, de que José Bonifácio fora companheiro na viagem pela Europa, e ainda Manuel Jacinto Nogueira da Gama, igualmente brasileiro, colaborador no curso de docimasia da Casa da Moeda e depois marquês de Baependi.

Muitas das iniciativas tomadas então por D. Rodrigo tiveram origem em sugestões desses brasileiros e parece certo que de José Bonifácio, com o concurso de Câmara Bethencourt, partiu a ideia da criação da intendência-geral das Minas e Metais do Reino, entrosada no Tribunal de Minas, destinado a dirigir as Casas da Moeda, Minas e Bosques de todos os domínios portugueses. O Tribunal de Minas não chegou nunca a ser criado e a Intendência-Geral das Minas e Metais entrou a funcionar mal ajustada, sem órgãos adequados, sem verbas, sem o material necessário. O mesmo aconteceu com todos os demais serviços confiados a José Bonifácio.

Espetáculo realmente triste o desse homem de ciência e homem público, em luta incessante contra a má vontade, a má-fé, a relaxação e a ignorância, até que o cansaço o vencesse e o cepticismo o desanimasse. Foram muitos anos de vexames e sofrimentos, que lhe minaram a saúde. Em carta de 26 de maio de 1806, da quinta do Almegue, queixava-se a D. Rodrigo de Sousa Coutinho: "Estou doente, aflito e cansado, e não posso com tantos dissabores e desleixos. Logo que acabe meu tempo de Coimbra [deveria servir como professor de Metalurgia durante seis anos] e obtenha a minha jubilação, vou deitar-me aos pés de S.A.R. para que me deixe ir

acabar o resto de meus cansados dias nos sertões do Brasil a cultivar o que é meu. Já saberá V. Ex.[a] que me preparo para isto desde longe; pois já estou lavrador, tendo arrendado aqui uma grande quinta por 600$000 por ano, que me tem enriquecido de conhecimentos práticos de agricultura e empobrecido a magra bolsa [....]"

Nessa quinta do Almegue, nos arredores de Coimbra, José Bonifácio aprendia a ser agricultor, sonhando com o projeto irrealizado de vir aplicar no Brasil a experiência adquirida. Também nos montes de Santo Amaro, perto de Figueira, dedicava-se ao cultivo da terra, plantando arroz, trigo, centeio, legumes, hortaliças, e colhendo flores. O homem de ciência e o homem público como que se consideravam derrotados. No Almegue ou em Santo Amaro, José Bonifácio, com os seus cereais, legumes, hortaliças e flores, era um evadido voluntário da sociedade tacanha que não o compreendia, um exilado que já aspirava a liberdade, que não teve, dos sertões de sua terra natal. No entanto, até que se sentisse definitivamente dominado por esse cansaço e pudesse fugir da vida pública, quanto não trabalhou, não se esforçou, não procurou dar de si, probo e altivo!

A míngua de operários especializados em Portugal para a exploração das minas, empenhou-se pela vinda de trabalhadores alemães e, vencendo embaraços de toda sorte, conseguiu ser atendido. Mas ainda assim teria uma grande decepção: pedira operários e chegaram mineralogistas, homens cultos, entre os quais um nobre, um barão. Este – barão Guilherme Luís von Eschwege, que viria depois para o Brasil – registrou as impressões dos seus primeiros encontros com José Bonifácio. Vale a pena resumi-las.

Ao saber que em vez de simples operários especializados tinham mandado cientistas e entre eles um barão, José Bonifácio manifestou-se em altas vozes, muito irritado. Mas, a despeito de ter dado de partida aos recém-chegados essa amostra do seu temperamento explosivo, logo se recompôs e saudou-os gentilmente, disse que era grande o seu prazer em vê-los, esperava muito do seu auxílio e considerava-os seus hóspedes. Eschwege notou a pobreza e rusticidade da casa em que vivia José Bonifácio, provavelmente perto das minas de Figueiró, a modesta mesa de pinho, as cadeiras de palhinha contrastando com os bancos de pedra, e não se esqueceu de mencionar a cozinheira portuguesa que o servia, uma espécie de

virago, amarela, com um bigode a encobrir a boca sem dentes, vestida de um saiote marrom e blusa vermelha e de tamancos sem meias.

Por esse tempo José Bonifácio era, conforme o alemão, um sujeito baixo e magro (de estatura abaixo de meã, disse ele), com um rosto pequeno e redondo, em que se destacava o nariz curvo e com algo de aristocrático, olhos pretos, miúdos, mas muito brilhantes, cabelos negros, finos e lisos, presos numa trança escondida na gola da jaqueta. Seu vestuário, pela descrição de Eschwege, parece muito estranho: jaqueta marrom bastante usada, e calças compridas; na terceira botoeira da jaqueta exibia a condecoração da Ordem de Cristo; no bolso direito, uma espécie de corneta com fita vermelha, distintivo da magistratura; e na cabeça um chapéu redondo com a cocarda vermelho-azul portuguesa.

Notou ainda Eschwege que José Bonifácio pronunciava defeituosamente o alemão, embora se expressasse com muita rapidez, como era aliás a sua maneira de falar, inclusive na língua materna. E o intendente-geral das Minas e Metais de Portugal pareceu-lhe vaidoso e imoderado nas suas expansões. Assim é que, quando se elogiava qualquer coisa nas diversas dependências do estabelecimento que visitavam, José Bonifácio dizia logo – “fui eu que fiz”; mas quando isto ou aquilo merecia censura não hesitava em exclamar – “é obra do burro e imbecil do feitor que não cumpriu as minhas ordens”. Esse feitor era um antigo irlandês, fugido para Portugal, segundo informações dadas a Eschwege por Las Casas, um rapaz de 17 ou 18 anos, de origem espanhola, que José Bonifácio trouxera da Alemanha.

Espantou aos alemães que o intendente-geral das Minas andasse acompanhado por um meirinho também de corneta no bolso, e por um soldado de farda rota e armado de fuzil, no que viram um sinal do despotismo reinante em Portugal. Eschwege e seus companheiros não apreciaram muito a comida portuguesa, a sopa de pão tão grossa que a colher mal se mexia, a carne com linguiça e toucinho, a couve e o arroz com azeitonas, e mais o frango assado com salada e o queijo com figos. José Bonifácio deu a impressão de pouco *gourmet* e de beber vinho com sobriedade. (Mas, é sabido, tomava café várias vezes ao dia e abusava da pimenta.) Em compensação, Eschwege observou a sua loquacidade, sempre a conversar, ora em alemão, ora em português.

Infelizmente, não adiantou nada a vinda desses alemães: malograram-se todas as tentativas de fundir ferro, por falta de material adequado e de operários especializados. Por mais que José Bonifácio se dedicasse ao trabalho, e não hesitasse, para impor a sua autoridade de chefe, em usar de processos mais rígidos ou violentos, tudo foi em vão. Luta áspera contra a ignorância, a má vontade, a rotina, e, dentro em pouco, luta quase sem esperança de êxito.

Quando D. Rodrigo de Sousa Coutinho deixou o governo, e a pasta do Erário passou a ser ocupada por D. Luís de Vasconcelos, a quem José Bonifácio chamara de ignorante em sessão pública da Academia das Ciências, foi como se se desencadeasse uma tempestade sobre a Intendência-Geral das Minas: nada mais funcionou direito, suprimiram-se os recursos financeiros, interromperam-se os trabalhos; a mina de carvão de Buarcos foi inundada e os depósitos se perderam; uma máquina de valor de 20.000 cruzados, chegada da Inglaterra, ficou abandonada no porto de desembarque.

José Bonifácio, sem desanimar ainda, recorreu ao regente D. João, levando em sua companhia, numa audiência, os alemães que o auxiliavam. Mas, na realidade, conseguiu muito pouca coisa, o bastante para continuar a ter alguma esperança, "remando contra a maré e combatendo as fúrias do Inferno", como disse em carta de 1806 a D. Rodrigo de Sousa Coutinho. A ter alguma esperança e tentar o que tentou: fundir ferro com cepa, como fez em Figueiró. "Consegui vazar o primeiro ferro, e em todo este tempo nem dormi, nem sosseguei", acrescentou.

Sonhava com uma fábrica de aço em Machuca e outra especialmente de armas para o exército; rejubilava-se com a descoberta de um novo veio de carvão no Porto, que surgia como um dom especial da Providência – "temos carvão para mil e quinhentos anos! [....]" . Ilusões, esperanças, que logo se desvaneciam. "Nós somos cafres em verdade", disse a D. Rodrigo, e começou a desejar fundamente voltar para o Brasil, afundar nas suas matas, viver solitário, todo empenhado na tarefa humilde, mas realizada de cada dia. Treze anos seriam ainda necessários para que chegasse o momento de abandonar Portugal e, contraditoriamente, à proporção que formulava queixas e expunha as mazelas dos serviços de que o incumbiam, novos encargos lhe confiavam sem os meios de levar nenhum deles a cabo.

Minas de ferro, de chumbo, de ouro, de carvão de pedra, fundições, reflorestamento, serviço de águas, fábricas de sedas, fábricas de tijolos – de tudo isso devia José Bonifácio ocupar-se. E de tudo isso cuidou com a competência de sábio e o zelo de quem nascera fadado ao serviço público. Mas tudo isso não passava em última análise de sonhos de cabeças voltadas para o futuro, como a sua, ou como a de seu amigo e parente D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Sonhos que se empenhou em tornar realidade, numa peleja desigual contra "a ignorância tímida ou desleixada", "contra o obscurantismo de algumas toupeiras, que temem ou não podem suportar a luz", conforme asseverou no discurso feito em 1815, na Academia das Ciências de Lisboa. A vitória seria da ignorância, venceriam as toupeiras. Ou "os pedantes barrigudos, grãos-crianças de miolo vazio", a que aludiu num epigrama.

Não obstante, José Bonifácio deu aulas para alguns poucos alunos de Coimbra que preferiram a Metalurgia ao Direito Canônico, ensinou docimasia no Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa, e sempre conseguiu, com "mil trabalhos e aflições", como ele mesmo disse, "criar de novo e pôr em atividade duas ricas minas de carvão de pedra, uma grande fábrica de ferro, uma mina de ouro", sem falar na sementeira de pinhais de Couto de Lavos, em que trabalhou de janeiro de 1805 a fins de março de 1806, quando, primeiro por falta de verba e depois pela invasão dos franceses (duas calamidades equivalentes), não pôde mais continuar. Aí, não se limitou a plantar pinhais: baixou ao desempenho de funções fiscais, fez arrecadar perto de nove contos de réis e pôs em dia a cobrança do dízimo do pescado em Lavos. Menor não foi a sua diligência nos cargos de superintendente do rio Mondego e Obras Públicas de Coimbra, diretor hidráulico das obras de encanamento e provedor dos Maralhães para cobrar as fintas que pagavam as terras de campo de Coimbra.

Todos esses cargos não constituíram sinecuras para José Bonifácio, nem lhe deram vantagens pecuniárias de monta. Só de três – professor de Coimbra, pago pelos cofres da Universidade, intendente-geral das Minas, pago a princípio pelo Real Erário e depois pela Fábrica de Sedas e Águas Livres, e o de superintendente do rio Mondego, pago pelos cofres da Real Água de Coimbra – recebeu vencimentos, servindo aos demais, em número de sete ou oito, gratuitamente.

Lutando contra a ignorância, embaraçado pelo desleixo dos que com ele deviam cooperar, visado a cada passo pelos invejosos, num conflito em que o meio mesquinho sufocava o homem superior, via José Bonifácio entre melancólico e irritado frustrarem-se os seus melhores propósitos. Quanta coisa grande pretendia realizar e não conseguiu! Mero ocupante de cargos, desfrutador de ordenados, não seria, não queria ser. Não nascera tampouco para confinar-se no exclusivo trabalho científico: era homem de ação, homem público, com uma natureza sulcada de paixões, de muitas paixões, quase todas generosas. Homem de ação e homem de coragem, havia nele também menos evidente o que os acontecimentos iriam demonstrar – um soldado, um chefe militar, um bravo.

Delicada era nos primeiros anos do século XIX a situação do reino luso. Dependente da Inglaterra em torno de cuja influência gravitava, e sofrendo desde muito o seu predomínio econômico e político, expresso em atos de iniludível caráter imperialista, como o Tratado de Methuen, viu-se Portugal em breve espaço coagido também pelas exigências francesas. Tomar partido ou ficar neutro, ambas as posições acarretavam perigos, já que a neutralidade é um direito que os fracos só ilusoriamente podem exercer. Restava o recurso de que tanto se abusou: tergiversar, iludir, buscar evasivas, usar de subterfúgios. Para isso o príncipe regente D. João tinha reservas inesgotáveis na sua própria natureza. Irresoluto, pacato, dissimulado, sem flama guerreira nem espírito cavalheiresco, não seria jamais o chefe capaz de atitudes viris de resistência. E entrou a variar, ouvindo conselhos daqui e dali, ora parecendo inclinado aos que se propunham a transigir com as imposições napoleônicas, ora disposto a não se afastar da aliança inglesa. Lá chegou o dia, porém, em que se fez necessário uma decisão. Os soldados franceses iam invadir o território português. A sorte do velho reino fora decretada por Napoleão, em outubro de 1807, em Fontainebleau, num tratado secreto que fazia a partilha de Portugal em três quinhões: um constante da região de Entre-Douro e Minho, compreendia a cidade do Porto, tocaria ao rei da Etrúria, com o título de rei da Lusitânia setentrional, em troca do reino da Etrúria, que o corso incorporava aos seus domínios; o segundo, abrangendo a província do Alentejo e o reino dos Algarves, constituiria o principado deste último nome para gáudio de D. Manuel de Godói, príncipe da Paz, duque de Alcádia; o terceiro, composto

das províncias da Beira, Trás-os-Montes e Estremadura, ficaria em reserva para futuras combinações.

Nesse instante, o caminho escolhido pelo governo português foi o da evasão para o Brasil, alvitre do agrado da Inglaterra, que pôs em garantia de sua execução a força naval necessária. Em meio das hesitações e dubiedades anteriores, houve tempo de preparar a viagem. A frota que se fez ao mar, com as suas oito naus, quatro fragatas, três brigues, uma escuna, numerosas charruas e outros navios mercantes, transportou uma corte inteira, pessoal administrativo e famílias, num total de cerca de quinze mil pessoas, além de alfaias, baixelas, quadros, livros e joias.

Acéfalo e desamparado, só restava ao povo de Portugal resignar-se e aceitar momentaneamente a dominação estrangeira. Qual terá sido a reação de José Bonifácio nessa hora de agonia? Por que não partiu também para o Brasil, realizando o desejo já manifestado a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em carta de 26 de maio de 1806? Por que não aproveitou o ensejo para vir "acabar o resto de seus cansados dias nos sertões do Brasil"? Para um homem do seu feitio o abandono da terra ao invasor sem escrúpulos devia causar extrema repugnância. Certo, se o cientista brasileiro quisesse realmente incorporar-se à comitiva imensa, que acompanhou a família real na viagem ao Brasil, não encontraria obstáculos. Amigos, e amigos poderosos, não faltavam para lhe conseguirem um lugar entre os quinze mil fugitivos; e, ao passo que estes, na sua imensa maioria, embarcavam contrafeitos, amargurados, chorando os cômodos que deixavam e temendo o desconforto da vida que iam enfrentar, ele voltaria à sua terra, iria juntar-se aos seus, à sua família.

Como prova da influência e valimento de José Bonifácio junto do Governo português, basta lembrar o incidente ocorrido pouco antes na capitania de São Paulo entre seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco e o governador e capitão-general Antônio José da Franca e Horta. Martim Francisco, que exercia o cargo de diretor-geral das Minas da Capitania e Antônio Carlos o de juiz de fora da vila de Santos e auditor-geral das tropas, abriram corajosamente luta contra Franca e Horta, negando-se ao cumprimento de ordens ilegais. A questão agravou-se, já porque o governador era violento, já porque os irmãos Andradas não se aterrorizaram e mantiveram uma atitude sempre altiva e por vezes insolente. Impetrando

desagravo dos vexames que sofreram, denunciaram o caso ao príncipe regente e encaminharam a petição por intermédio de José Bonifácio, que a assinou, solidário com a família.

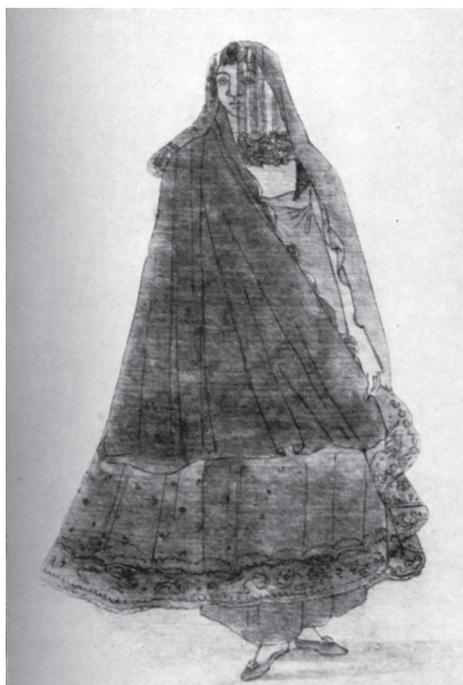
Sabedor sem dúvida da queixa que seguira para Lisboa, Franca e Horta apressou-se em justificar o seu procedimento, escrevendo ao ministro visconde de Anadia. Nessa carta são repetidas as referências à "família de José Bonifácio", como a significar a importância deste, a sua nomeada, o seu prestígio. "Logo que cheguei a esta capitania, distingui e patrocinei a família de José Bonifácio, visitando e obsequiando publicamente a sua mãe", dizia o capitão-general. José Bonifácio estava havia 24 anos ausente do Brasil, de onde partira simples estudante. Mas tornara-se personagem respeitada, que Franca e Horta temia, embora brigando com os irmãos. A prova da influência andradina não tardou: o governador e capitão-general de São Paulo foi asperamente desautorado, seus atos anulados, ordenada a partida do seu sucessor.

Ora, a quem tinha força para tanto, não custaria muito obter permissão para incorporar-se aos que seguiam em demanda do Brasil. Não parece, pois, temerário supor que ficou em Portugal porque quis, porque teve escrúpulos de figurar entre os numerosos parasitas e áulicos que acompanharam a família real portuguesa e aqui passaram anos amaldiçoando o clima, falando mal dos negros e mulatos, carpindo saudades da terra que não souberam ou não puderam defender. José Bonifácio deveria ser da opinião do seu amigo D. Rodrigo de Sousa Coutinho que, embora tenha seguido viagem com a corte, antes, no Conselho de Estado, se pronunciara pela declaração de guerra à França e, só no caso de derrota, pela partida da família real para o Brasil.

O certo é que José Bonifácio ficou para, na primeira oportunidade, mostrar que não havia nele só um sábio, um homem de gabinete, um diretor de serviços públicos, mas um soldado cheio de bravura. Não sendo português de nascimento e tendo, ao contrário, conservado sempre muito vivo o apego a sua terra de origem, poderia, na situação em que se encontrava, evitar atitudes arriscadas. Vivera na França, sofrera na sua formação intelectual o ascendente de alguns dos seus melhores espíritos, tivera lá mestres eminentes. E dos chefes militares franceses do exército de ocupação receberia provas de apreço, deferências especiais. Mas nada disso

o impediria de assumir posição franca, de pegar em armas na defesa da terra de adoção, da terra que também o adotara.

Quando o povo português se ergueu contra o invasor estrangeiro, poucos terão vibrado mais do que José Bonifácio. Encontrando-se em Tomar, no desempenho de funções técnicas, ao ter notícia dos primeiros sinais de reação, enviou para Coimbra as poucas armas que conseguiu reunir e alguns homens aptos a manejá-las. Coimbra sublevara-se acompanhando o movimento libertador iniciado em vários pontos do país, e os estudantes tomaram parte destacada nos sucessos. Organizou-se um Corpo Voluntário Acadêmico, que entrou em luta e conquistou o forte de Santa Catarina de Figueira da Foz, restaurando o governo do príncipe regente em Condeixa, Ega, Soure, Pombal, Leiria e Nazaré. Isso ocorreu em 1808, por ocasião da repulsa à primeira invasão francesa. Nessa fase parece que José Bonifácio, embora entre os cabeças da revolta e dos mais animosos, cuidou de preferência do fabrico de munições de guerra. Mais ativa foi ainda a sua participação militar ao ter-se notícia da segunda invasão. Aí ele se revelou um verdadeiro soldado e deu toda a medida de sua bravura. Em janeiro de 1809 criou-se o Corpo Militar Acadêmico, comandado pelo professor de Matemática Tristão Álvares da Costa Silveira, que já demonstrara qualidades de chefe no Corpo Voluntário. José Bonifácio teve o posto de major, subiu a tenente-coronel e chegou por fim à posição de comandante.

O general Nicolau Trant, governador militar de Coimbra, soube sem demora que homem extraordinário se dissimulava naquele major do Corpo Acadêmico. Havia necessidade de construir na ponte e ínsua de Água dos Maias uma sólida fortificação. Para esse mister foi José Bonifácio designado e, em quatro dias, sempre à frente de seus soldados, animando-os e ajudando-os, levou a cabo a obra. Nova comissão teve o já tenente-coronel José Bonifácio, como presidente do Conselho de Polícia e Segurança da divisão de Trant, encarregado de revistar passaportes, dirigir o serviço secreto e decidir quaisquer contendas entre os componentes dos corpos da mesma divisão. Quando recebeu essa designação, em abril de 1809, estava em serviço de guerra desde janeiro e acompanhara as forças em operação de Coimbra até Águeda. E fez depois toda a campanha, desde a passagem do Vouga, até que, com a tomada da cidade do Porto, passou a exercer os lugares de intendente de polícia e superintendente da Alfândega e Marinha.

Mulher branca.
Aquarela de Tomás Ender.

Mulata e negra.
Aquarela de Tomás Ender.

Não faltaram a José Bonifácio elogios dos superiores imediatos e do comandante em chefe do exército, marechal Beresford; e "o seu patriotismo, conhecimentos e valor", foram postos em relevo em várias ordens do dia. Encarregava-se pessoalmente dos reconhecimentos mais arriscados; e marchava sempre na vanguarda das tropas sob seu comando – assim procederam, aliás, todos os comandantes do Corpo Acadêmico – sendo necessário ordem particular e expressa para que tomasse o lugar que lhe competia, à retaguarda. "Varão de uma valentia sem termos", como o chamou um companheiro e testemunha, deu-se à guerra com o destemor dos que sabem que há bens mais valiosos do que a vida.

No exercício dos cargos de inspetor de polícia do Porto e seu distrito e superintendente da Alfândega e Marinhas, José Bonifácio lutou com as dificuldades peculiares à reocupação de uma cidade antes em poder de forças estrangeiras. Acumularam-se as queixas, as denúncias, as delações; numerosas pessoas foram acusadas de conivência com o inimigo e, como de ordinário, nessas circunstâncias, não faltaram as vinganças mais mesquinhas, as calúnias mais miseráveis.

Ser justo em momentos tais é quase impossível. Que o Andrada não esteve longe disso, talvez se possa concluir das acusações que lhe fizeram, ora de ter sido duro demais, ora de ter caído no desagrado dos que reclamavam castigos excessivos contra os "afrancesados". Missão antipática, dela se desvencilhou o mais depressa possível, ansioso por voltar aos seus trabalhos habituais, na cátedra ou na direção de serviços públicos, aborrecido sem dúvida pela pequenez do meio e incompreensão dos poderes públicos, mas que melhor se ajustariam aos seus pendores mais profundos.

Novamente, entretanto, teve que atender ao apelo das armas, quando os franceses ameaçaram Lisboa. Por aviso de 22 de outubro de 1810, da Secretaria da Guerra, recebeu ordens de reunir o Corpo Militar Acadêmico e marchar imediatamente para o lugar que lhe fosse destinado. Tenente-coronel comandante do Corpo, cabia-lhe tomar todas as providências. Como sempre, levou a sério o encargo, fez os esforços ao seu alcance, sem que lhe faltassem dissabores e desinteligências com autoridades militares, inclusive com o marechal em chefe Beresford. Ainda assim, formou outra vez o Corpo Acadêmico e, comandando-o, marchou

para Peniche, onde ficou até a retirada do inimigo. Só depois de afastado o perigo de nova investida francesa, foi dissolvido o Corpo, recebendo José Bonifácio mais um elogio. A invasão de Portugal dera ensejo a que patenteasse esse aspecto imprevisto de sua personalidade. Outros demonstraria, todos de um homem acima do comum.

Capítulo IV

EM PORTUGAL. TENTATIVAS DE VOLTA PARA O BRASIL. O EMBARQUE.

A DIVERSÃO MILITAR na vida de José Bonifácio foi-lhe sem dúvida benéfica: deu-lhe ainda uma vez a satisfação do dever cumprido com generosidade e distraiu-o um pouco das contrariedades diárias advindas dos cargos que não podia exercer como desejava. Mas era forçoso volver ao seu ramerrão, enquanto não chegasse o dia tão sonhado de partir para o Brasil.

Com a transferência da família real, tudo piorara em Portugal. Se já eram exíguas as verbas de que José Bonifácio dispunha para os serviços sob sua direção, como que se extinguiram de todo no momento em que a sede da monarquia passara a ser a colônia americana. Ao séquito do príncipe regente se tinham incorporado alguns dos seus melhores amigos, entre eles, o maior de todos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. A burocracia portuguesa, cada vez mais emperrada, os ineptos e os invejosos dominando as posições, um surdo rancor e um mal disfarçado despeito contra o Brasil crescendo dia a dia, tudo isso concorria para tornar mais penosa a situação de José Bonifácio e mais arraigada a sua intenção de voltar o mais depressa possível para a terra do seu nascimento.

Defendera Portugal de armas na mão, amava-o com certeza, mas o que queria, o que constituía o seu voto mais fundo era ir para o Brasil e ajudá-lo nesse ensejo único que lhe propiciava a circunstância de abrigar em seu território o governo do reino. Ausente de sua vila de Santos e do Brasil havia tantos anos, e malgrado viagens por toda a Europa, era um bom brasileiro, um paulista, um santista. Não vivera em vão os dias da Revolução Francesa: descendente de velha família, desdenhava títulos, comendas, isenções, privilégios. E detestava a vida ociosa dos intrigantes da Corte, pensando que os fidalgos deviam ser mandados para suas terras e ocupados em cultivá-las. Desembargador da Relação do Porto (não exerceu o cargo), clamava contra a "versatilidade desembargadorial e a chicana do Foro".

Se antes da fuga da família real já tinha pequena fé nos trabalhos de que fora incumbido, menos acreditaria depois, com a desorganização, a incerteza e a penúria que passaram a imperar em Portugal. Nem por isso se transformou num mau servidor, num funcionário desidioso. Até o último instante, procedeu como devia, diligente, ativo, escrupuloso. Seus relatórios, seus ofícios, suas notas e rascunhos atestam que cuidou sempre, esteve vigilante, queixou-se, reclamou sem cessar. Ora expunha longamente o que havia a fazer nas obras de encanamento do rio Mondego; ora representava contra o abandono em que se achava a Real Fábrica de Ferro da foz d'Aloge, sem recursos, com as máquinas e os edifícios se deteriorando; ora propunha as medidas necessárias ao funcionamento da Fábrica Real das Sedas e Obras de Águas Livres.

O pior é que a caturrice burocrática não lhe deixava liberdade de movimentos e esperava com volúpia a ocasião de aborrecê-lo. Foi o que aconteceu quando mandou inocentemente consertar alguns buracos num dos estabelecimentos que dirigia, não pelo órgão julgado próprio pelos burocratas, mas pelo que lhe pareceu mais fácil e mais pronto – o feitor dos Reais Fornos da Fábrica de Cal de Alcântara. Armou-se um verdadeiro conflito de jurisdição, correu tinta, gastou-se papel. José Bonifácio foi repreendido e teve de dirigir-se ao rei em busca de justiça. O caso da censura pelo conserto de buracos deu-se em fins de 1818: outros semelhantes ocorreram antes e já lhe vinham criando uma quase incompatibilidade com a administração portuguesa.

"A maior parte dos homens que conheço são para mim como os habitantes da Lua; são nulos ao meu coração; são de outra espécie moral" – anotava ele, como a significar a solidão em que se sentia nesses dias tristes de Portugal. É provavelmente da mesma época este registro melancólico: "já que não posso viver com liberdade em Portugal, vivamos ao menos em paz ou fujamos dele". Sê-lo-á também este outro: "Querem os portugueses que escreva novenas de Santa Rita, e porque não faço *des petites capucinades* chamam-me herege e querem me assar devotamente."

Um refúgio, não dos melhores, dada a mediocridade inelutável do ambiente, mas que ao menos lhe proporcionou alguma satisfação no final da longa residência em Portugal, foi a Academia das Ciências. O duque de Lafões, seduzido pela inteligência de José Bonifácio, fizera-o sócio da Academia quando mal concluíra os cursos de Coimbra. Nessa ocasião começara a frequentá-la e continuou nesse hábito depois da excursão científica pela Europa. Ao tempo das invasões francesas, a Academia ficou fechada, realizando-se uma ou outra sessão particular. Passado, porém, o perigo da guerra, reiniciaram-se os trabalhos, e José Bonifácio voltou a comparecer às reuniões sempre que se encontrava em Lisboa. Assíduo que era e não temendo encargos embora fastidiosos, viu-se escolhido por seus confrades para o posto de secretário, a princípio em caráter temporário e depois com perpetuidade. No desempenho do lugar pronunciou numerosos discursos, relatando as atividades da Academia e fazendo estudos críticos das obras científicas ou literárias enviadas à corporação.

É claro, entretanto, que um ofício de tal natureza, para homem do feitio de José Bonifácio, não passou de entretenimento social e constituiu por assim dizer a vida mundana do cientista, sua representação oficial. Muito mais consideráveis do que os discursos acadêmicos, que não prescindiram, como de praxe, do elogio de monarcas e príncipes nem sempre à altura das palavras ditas, e de atitudes cautelosas no tocante às ideias e movimentos políticos tidos na proporção por perigosos ou subversivos, foram as memórias que apresentou, os trabalhos que publicou, todos de cunho prático, colocando a ciência ao serviço de utilidades imediatas, não se contentando com o conhecimento científico no plano teórico, mas invariavelmente desejoso de aplicá-lo.

Aos trabalhos que já escrevera antes da longa viagem e depois de sua volta a Portugal, acrescentou numerosos outros, como: *Sobre as minas de carvão de pedra em Portugal,* publicado no *Patriota,* do Rio de Janeiro, em 1813; *Sobre a nova mina de ouro da outra banda do Tejo, chamada Príncipe Regente; Sobre as pesquisas e lavra dos veios de Chacim, Souto, Ventozelo e Vilar de Rei – na província de Trás-os-Montes; Sobre a minerografia da serra que decorre do monte de Santa Justa até Santa Comba; Sobre o distrito metalífero entre os rios Ave e Zêzere; Descrição minuciosa das minas de Sahla* (esta memória foi publicada em alemão no *Jornal de Minas,* de Freiberg, e transcrita em revistas inglesas e francesas). Tudo isso dizia respeito às suas responsabilidades e preocupações como intendente-geral das Minas e Metais do Reino e deixava fora de qualquer contestação que não se resignava a ser mero burocrata, chefe de serviço displicente.

Ainda no afã de não se cingir ao teórico, escreveu José Bonifácio as *Instruções práticas e econômicas para mestres e feitores das minas de ouro de desmonte e lavagem,* a que se pode acrescentar, em assunto diverso, a memória, com o seguinte título rebarbativo, publicada no *Patriota,* do Rio de Janeiro, em 1813: *Há terrenos que pelo arado não dão fruto, mas sendo cavados com o picão sustentam mais do que se fossem férteis;* e outra, do ano seguinte, *Experiências químicas sobre a quina do Rio de Janeiro, comparada com outras,* sem falar no trabalho sobre o fluido elétrico que apareceu nos *Anais de química* de Fourcroy.

Demonstrando também o interesse, a paixão que punha em cada incumbência recebida, temos dele, como diretor da sementeira de pinhais nos areais das costas marítimas, um vasto estudo [187 páginas in-8°], que não se arreceou de batizar com o longo título de *Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal, particularmente de pinhais nos areais de beira-mar; seu método de sementeira, custeamento e administração,* e em cujo frontispício não se esqueceu do *Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria.* Gabava-se nesse trabalho de estar dizendo novidades para Portugal, ao expor o que lera em obras estrangeiras a respeito e o que vira e observara na Holanda e na Prússia. Sem nunca ficar ocioso, inventava ocupações, nenhuma recusava. Foi ele, por exemplo, quem gratuitamente inventariou e classificou as coleções do Real Museu da Ajuda. Nas repetidas viagens que fez através de Portugal, não se limitou a cui-

dar de minas, metais, florestas e bosques; tudo olhou e viu com olhos de cientista, com curiosidade de homem culto e até com deslumbramento de poeta. Para uso próprio ou visando talvez a uma comunicação à Academia das Ciências, arrolou pacientemente a maior parte das inscrições romanas que encontrou em velhas pedras e monumentos do país, transcrevendo-as e traduzindo-as, como se verifica do exame dos papéis e notas do seu arquivo.

Porque não tinha preguiça e prontamente respondia ao que lhe perguntavam, viveu assediado de consultas das repartições do Estado e dos tribunais. Fez muitos planos de criação de serviços públicos, de preferência sobre assunto de minas, de companhias mineiras e até de uma Academia Metalúrgica no Brasil.

Como testemunho da solicitude e ao mesmo tempo da honestidade com que procedeu sempre, seria bastante lembrar o parecer que deu ao seu antigo companheiro e amigo Câmara Bethencourt, quando este recebeu a incumbência de elaborar o ato que devia regular a exploração e administração das minas do Brasil (alvará de 13 de maio de 1803). Nenhum pedantismo, perfeita camaradagem, grande apreço pelo trabalho de Câmara Bethencourt; mas inteira franqueza no apontar o que se lhe afigurou pouco adequado, inexequível ou mesmo mal redigido. "Esta frase é anfibológica", disse sem reticências, propondo a correção de um trecho obscuro. Em vários outros pontos sugeriu modificações de fundo ou de forma, sem discrepar nem de leve do tom cordial e afetuoso com que começou e concluiu a carta: "A camisa não só vem bem feita e pespontada; mas também já está muito bem ensaboada; e dar-lhe mais sabões seria talvez enfraquecê-la e puí-la. Para mostrar-lhe, porém, que li com atenção rigorosa e que obedeço às suas ordens, farei algumas pouquíssimas reflexões de impertinência, pois assim o exige [....] Basta de seca. Emende ou não como quiser; porém seja breve em remeter os papéis para bem do Brasil. Adeus. Seu deveras amigo do coração, Andrada." Não se trata de um modelo de carta do mesmo passo cortês e franca, amável e sincera?

Sabia também ser áspero, até grosseiro, se não lhe poupavam os melindres. Mais de uma vez repeliu com ênfase desconsiderações e agravos. De alguns de seus colegas de magistério em Coimbra fazia mau juízo – "sátrapas da universidade atrevidos e pedantes"; e ao país em geral nem

sempre julgava com indulgência – "Portugal onde a inveja e a presunção suscitam a cada canto e a cada hora inimigos [....]".

Não haverá exagero em afirmar-se que o meio português das duas primeiras décadas do século XIX era o menos propício a um homem como José Bonifácio, desejoso de ser capaz de realizar uma obra séria, e sufocado pela mediocridade dos seus contemporâneos, salvo raras exceções. "A liberdade de imprimir é para as ciências como o oxigênio para a vida animal", escrevera ele tendo em vista as ameaças do obscurantismo ainda dominante. Faltou-lhe tudo em Portugal: faltou-lhe a liberdade de ação para criar o que pretendia; os nulos, os invejosos, os ignorantes como que lhe negavam o ar que respirava. Por isso, de 1806 até 1819, durante treze longos anos, o seu desejo mais forte, o seu grande sonho foi voltar para o Brasil.

Sentia-se sem ânimo para continuar a vida quase inútil que levava em Portugal, embora cheio de cargos e comissões, pensava que em sua terra, onde tanta coisa havia a fazer, pudesse valer mais. E, na pior das hipóteses, se lá também não lhe permitissem trabalhar, criar, pôr ao serviço do Brasil a sua experiência e a sua dedicação, restar-lhe-ia o consolo de estar em casa, de viver com os seus, de sentir outra vez a paisagem que cantara nos versos de sua adolescência. No Brasil vivia sua velha mãe, viviam seus irmãos, e todos queriam que voltasse. Quando chegou a família real portuguesa, com a imensa comitiva que se conhece, D. Maria Bárbara da Silva, mãe de José Bonifácio, teve imensa decepção ao saber que ele não viera; e isso lhe mandou dizer em carta de 14 de maio de 1809.

Dos irmãos, sobretudo de Antônio Carlos e Martim Francisco, que revira em Portugal, continuara muito amigo. Quando o primeiro, em 1805, foi nomeado juiz de fora de Santos, e se viu, em Lisboa, sem dinheiro para tirar a carta de nomeação e pagar a passagem de regresso, foi a ele que recorreu. Aliás irmãos muito unidos e nunca nadando em dinheiro, José Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco muitas vezes fizeram bolsa comum, dividindo o pouco de que dispunham.

D. Maria Bárbara não se esquecera nunca do filho que havia tanto tempo já não avistava e se tornara um grande homem de quem ela se envaidecia. Sabia a boa velha que a maior parte da consideração que a cercava provinha do fato de ser mãe de José Bonifácio; e estava certa de

que o filho também se lembrava dela e pensava em revê-la. "Esse motivo sentimental devia certamente pesar na resolução de José Bonifácio. Aliás, somavam-se as razões que o inclinavam a querer a volta: a convicção de que nada poderia fazer a seu contento em Portugal, uma espécie de tédio ou desgosto da gente com quem lidava, a necessidade de descanso e de mudança de vida, a inevitável nostalgia consequente à longa ausência da terra do nascimento e das raízes afetivas, as notícias que lhe chegavam dela e que lhe davam como que a antevisão do futuro, tudo isso o levava a desejar o regresso ao Brasil.

Grandes eram em verdade as transformações que a mudança da família real acarretara. Sob alguns de seus aspectos, e dos mais odiosos, como que cessara de repente o regime colonial. Deixava o Brasil de ser a empresa ou feitoria que Portugal até então explorara para abastecer os mercados da Europa com a sua produção tropical, o seu açúcar, o seu algodão, o seu fumo, os seus metais preciosos, e debaixo de um rígido monopólio de comércio, que só o poderio marítimo dos ingleses conseguia aqui e ali burlar.

Forçado pelas circunstâncias, o governo de D. João tomou sem demora providências que começaram a favorecer os interesses mais nitidamente brasileiros. E o certo é que a transferência da Corte portuguesa, ajudando o trabalho da unificação nacional brasileira com a presença de um governo centralizador no Rio de Janeiro, verificou-se num momento em que o regime colonial já apresentava sinais indisfarçáveis de dissolução.

Desde algum tempo, de formas várias e por causas diferentes, vinham-se manifestando tendências nativistas e pendores separatistas, num esboço já adiantado da consciência nacional. Conflitos e choques, ora profundos, ora mais de superfície, deixavam entrever novas fases no desenvolvimento da sociedade em formação. Agora, era a oposição entre os interesses da chamada aristocracia rural, constituída de gente da terra, senhores de engenho e de escravos, e os dos negociantes portugueses, monopolizadores do comércio; depois, a reação mais ou menos tímida ou surda dos elementos considerados étnica e socialmente inferiores – do escravo negro aos indivíduos de todos os matizes das mestiçagens e sub-raças, muitos em plena ascensão social, a maioria como que constituindo ainda um resíduo humano socialmente instável.

Por outro lado, os acontecimentos da Europa repercutiam no Brasil, onde chegavam os livros, as ideias, as doutrinas políticas. Graças a exigências do momento, foram sendo postas em prática medidas de considerável alcance. Os portos do país, antes ciumentamente fechados, abriram-se ao comércio universal; deixou de vigorar o alvará escravizador de 5 de janeiro de 1785, que não permitia a existência de fábricas e indústrias; concederam-se aos estrangeiros que viessem morar no Brasil direitos iguais aos dos portugueses, no tocante a datas de terras por sesmarias; instalaram-se os serviços públicos – repartições e tribunais – indispensáveis ao funcionamento do governo; criou-se o Branco do Brasil; inauguraram-se instituições culturais de várias espécies; em suma, montou-se, ao menos nas peças essenciais, toda a estrutura do futuro Estado brasileiro. Um dos maiores animadores dessa obra foi D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o amigo e protetor de José Bonifácio, que acompanhara a família real na sua fuga para o Brasil. Houve a marca de D. Rodrigo nos principais atos do príncipe regente D. João entre os anos de 1808 e 1812; houve o seu descortino, a sua capacidade reformadora, os seus dons superiores de homem público. Anglófilo, a situação se lhe tornara favorável, e D. João chamara-o novamente para o governo concedendo-lhe em fins de 1808 o título de conde de Linhares. Grandes amigos, frequentando-se amiúde, é fora de dúvida que José Bonifácio e D. Rodrigo muitas vezes conversaram sobre os destinos e o futuro do Brasil, sem suspeitar talvez o imprevisto dos acontecimentos: a ida de um, do português, para o Brasil, a continuação do outro, do brasileiro, em Portugal.

D. Rodrigo meditara bastante acerca das necessidades da colônia americana e desde 1798 formulara um grandioso plano para desenvolver-lhe os vastos recursos, visando naturalmente à sua conservação debaixo do domínio português. Sem embargo disso, porém, a tarefa que lhe coube foi em sentido contrário – aparelhar o Brasil para separar-se da metrópole. Parece que José Bonifácio esperava que D. Rodrigo se empenhasse por seu regresso ao Brasil, onde poderia ser mais útil do que em Portugal. Ter-lhe-ia escrito nesse sentido, e as cartas não chegaram ou não mereceram resposta pronta. Escreveu outra, de queixa, como acontece entre amigos. Esta surtiu efeito e fez com que D. Rodrigo de Sousa Coutinho pusesse toda a alma em acusar-lhe a recepção.

Em data de 26 de abril de 1810, do Rio de Janeiro, dizia a José Bonifácio: "Meu amigo e Sr. da minha particular veneração. Se aos homens de gênio e de letras se pode pedir contas de injustiças que cometem, não é assim aos heróis, e como eu o considero já alistado nesta segunda classe, por isso não me atrevo nem a queixar-me da injustiça com que me trata, e que me é tanto mais sensível quanto fui dos primeiros que senti os movimentos de maior prazer e de vivo entusiasmo quando recebi as primeiras notícias da sua excelente e admirável conduta desde que a restauração do reino permitiu o desenvolvimento do patriotismo e da fidelidade ao melhor dos príncipes. Nem um só instante me esqueci nem da sua amizade, nem do seu grande merecimento, e eternamente me deve reparação, por ter feito um tão mau conceito de um homem que se preza sobretudo de ser homem de bem e fiel aos seus amigos."

Neste começo de carta, tão efusivo e laudatório, não se constrangia o conde de Linhares, ocupando um posto de governo, em dar todas as satisfações ao orgulho e à vaidade de seu amigo, a quem cumulava com os títulos de gênio e de herói. Mas era realmente grande a admiração que lhe votava, firmada através de muitos anos de camaradagem e atestada por uma correspondência em que, malgrado o tom cerimonioso da época, não faltava o tratamento de "meu amigo do coração". Ao homem que tanto prezava, quis D. Rodrigo, resgatando um silêncio que o melindrara, dar muitas notícias, boas notícias. E assim continuou a carta: "Sobre o seu Brasil, pode estar descansado; são grandes os seus destinos, e o melhor dos príncipes [expressão de áulico, quase infalível na época] tem feito a seu respeito tudo o que era possível fazer em tão pouco tempo. Liberdade do comércio, a mais ampla, e debaixo dos princípios os mais liberais. Direitos das Alfândegas muito moderados, sendo os maiores de 24% e uma terça parte remetida a favor da navegação e propriedade nacional. [D. Rodrigo esquecia-se de dizer que a Inglaterra obtivera para as suas mercadorias, em situação excepcional o pagamento de apenas 15% de direitos aduaneiros.] Nenhum privilégio exclusivo. Declaração de que não haverá Inquisição no Brasil, feita no tratado com a Grã-Bretanha. Permissão do estabelecimento de todas as manufaturas. Introdução de todas as culturas preciosas e que o Brasil ainda não possuía. Abertura de todas as comunicações do interior do Brasil [....]."

Enumerou em seguida D. Rodrigo de Sousa Coutinho as comunicações que seriam abertas, em todas as direções, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande e, depois de falar na "emancipação do Brasil", do "seu" Brasil, como dissera com a intenção de relembrar anteriores manifestações nativistas de José Bonifácio, chegou a um ponto delicado: "Apesar do desejo que tive sempre de o ver aqui, e que espero se verificará brevemente, visto a licença que eu também solicitei, nunca deixei de lembrar-me da falta que fará ao Real Serviço no Reino, e por isso é que me não viu tão ativo neste ponto." Era o próprio conde de Linhares, amigo dedicado de José Bonifácio, que lhe confessava a pouca diligência em conseguir-lhe a volta para o Brasil. Faria falta ao Real Serviço no Reino! E logo mudava de conversa, tratando de coisas que deviam interessá-lo: "Aqui recebi os seus alemães e creio que não podem queixar-se de mim. Espero que sejam muito úteis ao Real Serviço. Varnhagen está em Sorocaba com seu irmão [Martim Francisco] [....]"

A carta fora longa, mas omitira assuntos que eram da especialidade de José Bonifácio: minas e fábricas de pólvora. Tornou-se imprescindível um *post-scriptum:* "As suas minas hão de dar grandes passos e agora vamos com as de ferro que prometem muito. A fábrica de pólvora criada por Napion vai divinamente [....] as minas de Sorocaba, onde foi Varnhagen, espero que brevemente trabalhem, e dizem-me que são muito ricas e que darão excelente ferro."

As palavras de D. Rodrigo, tão animadas, tão entusiastas, devem ter produzido em José Bonifácio um misto de alegria e tristeza. Cuidava-se da "emancipação do Brasil" e ele se via preso ao serviço de Portugal, mal amparado nos seus propósitos de volta até pelo amigo com quem sempre contara; em sua terra iniciava-se uma obra imensa, e não podia colaborar.

Menos otimista seria o conde de Linhares, em outra carta de 1811. Efeito da doença que pouco tempo depois o mataria, desânimo, cansaço pelo vulto da empresa e mesquinhez dos meios de realizá-la? Nela tratou D. Rodrigo de "uma Casa de Moeda movida pela bomba a fogo mandada executar por Bolton" [tema de várias cartas anteriores, quando ambos estavam em Portugal], e aduziu, meio céptico, que se chegaria a ter breve, não só em Sorocaba, como em Minas Gerais, grandes estabelecimentos de minas de ferro, que dariam todo o minério de que necessitasse o

país e ainda para exportação, "se a ignorância não opuser os seus costumados obstáculos". O fecho da carta de 30 de outubro de 1811 era de extrema melancolia: "Estou muito velho, cansado, e cada vez avaliando menos a triste espécie humana, à exceção daqueles que como o Dr. José Bonifácio merecem tudo."

Pouco mais de dois meses depois, morreu o conde de Linhares. Faltando-lhe no Rio de Janeiro, junto ao príncipe regente, um amigo como esse, a quem recorreria José Bonifácio para obter a permissão por que ansiava e que constituía o seu pensamento obsidente? D. Rodrigo falara, na carta de 26 de abril de 1810, de uma licença que ia ser concedida, melhor do que isso, a licença já fora concedida desde 26 de agosto do ano anterior (1809) , por portaria do ministro competente, conde de Aguiar, licença por um ano, com todos os vencimentos, mas com a obrigação de voltar depois para Portugal.

Não deixava de ser estranha a imposição que lhe faziam expressamente, ao lhe permitirem a vinda ao Brasil: devia voltar para Portugal. Mas nem essa licença clausulada produziu efeito. Arrastavam-se os dias, com o oceano Atlântico de permeio, e José Bonifácio em vão esperava as ordens necessárias para o embarque. Em 10 de outubro de 1810 representou sobre a demora da sua partida. Para cúmulo de aborrecimento, tomara todas as providências de ordem particular, isto é, mandara arrumar em Coimbra parte de sua grande coleção mineralógica e de sua biblioteca, fizera encaixotar, também, máquinas, modelos e desenhos de estudo de que pudesse necessitar (prova de que sua intenção era ficar no Brasil) , escrevera desde 16 de janeiro de 1810 a seu irmão Martim Francisco, pedindo-lhe dinheiro emprestado para a viagem e dele recebera três mil cruzados, e ajustara navio para 23 de agosto do mesmo ano. Continuando a aguardar inutilmente resposta às reclamações e pedidos que fazia, transferiu a viagem para 1811, quando deveria embarcar na fragata *Carlota*, acompanhado de quatro senhoras, uma criança e dois criados. Mas não veio em 1811, e teve que esperar mais oito anos, até que chegasse a hora de um regresso tantas vezes protelado.

A última fase da permanência de José Bonifácio em Portugal foi mais cheia de tédio do que nunca. Impedido, a bem dizer, de voltar para o Brasil, era como se estivesse proscrito, a conhecer por antecipação o exílio

verdadeiro, que iria sofrer de 1823 a 1829: continuava preso a uma sociedade que aborrecia, forçado a desempenhar funções para que não tinha mais gosto, numa má disposição de espírito e sofrendo já as consequências da idade [mais de cinquenta anos]: "o estado habitual de sua saúde é morboso", disse, em atestado de 11 de abril de 1814, o Dr. Francisco Soares Branco, lente da Universidade de Coimbra.

Os anos se passavam e o mundo presenciava surpreendentes mudanças. O corso que fizera a família real portuguesa escapar pelos mares a fora e fantasiara um Império de miragem, expiava numa ilha solitária uma glória militar autêntica, posto que malfazeja. Mas a família real portuguesa continuava na colônia americana, que ia acelerando o processo de sua emancipação. Desde 1815 fora instituído o reino do Brasil, unido ao de Portugal, em pé de igualdade. De várias maneiras, alguns dos coloridos coloniais mais intensos se atenuavam. A abertura dos portos, o comércio livre, a tarifa protecionista dos produtos ingleses melhoraram de qualquer sorte as condições da vida brasileira, deram vigor às suas cidades, tornaram mais propício o ambiente ao desenvolvimento de uma classe média, antes impossível diante do binômio – senhores e escravos.

Notícias do Brasil não faltavam a José Bonifácio. Com a demora do tempo, pelos navios a vela que gastavam dois meses em média na travessia entre o Rio e Lisboa, as cartas da família lhe chegavam, e os presentes, pequenas lembranças que valem tanto. Cartas, por exemplo, de sua mãe, D. Maria Bárbara, anunciando a remessa de café, goiabada, açúcar, e ao mesmo tempo contando que escapara de enlouquecer quando soubera que o filho Antônio Carlos, então ouvidor de Olinda, se envolvera na revolução republicana de 1817, em Pernambuco. O próprio Antônio Carlos narrava ao irmão José Bonifácio o que ocorrera, em carta de 14 de abril desse ano. A revolução parecia-lhe "um sucesso assombroso: cinco ou seis homens destroem num instante um Governo estabelecido, e todas as autoridades se lhes sujeitam sem duvidar". E acrescentava: "fui chamado pelo novo Governo provisório e fui tratado com o major respeito e distinção, pedindo-se-me que tivesse assento entre eles e assistisse às suas deliberações para aconselhá-los, o que até agora tenho feito. As tropas mostram zelo e todos têm jurado defender a causa da Liberdade, e não se sujeitarem mais ao Poder Real; se alguns ânimos vacilam, o geral é aferrado à nova ordem.

Vai ser convocada a Assembleia Constituinte, e interinamente há um de Governo de cinco membros e um Conselho de Governo. Foram destruídos os juízes de fora e ouvidores, e ficou tudo devolvido a juízes ordinários, e para última instância a um Colégio Supremo de Justiça. Têm-se abolido alguns impostos dos mais onerosos e trabalhou-se muito em porem-se num pé de defesa respeitável. Eis-me portanto separado dos meus, visto os dois partidos em que nos achamos alistados, o que me custa. A lista civil tem sido mal paga, que é o mesmo que dizer-te que estou pobre."

Pouco tempo depois José Bonifácio saberia do malogro dessa revolução republicana, que a seu irmão parecera tão assombrosa. Fosse embora sintomática da fermentação de um forte espírito nativista e autonomista existente já no Brasil, e assumindo na região nordestina feição mais libertária assinalável havia mais de um século, desde a guerra dos Mascates, o Poder Real reprimiu-a implacavelmente. E Antônio Carlos, escapando da morte, talvez ainda por ser irmão de José Bonifácio, foi parar numa masmorra na Bahia, onde ficou algemado e preso pelo espaço de cerca de quatro anos.

Provavelmente, não terá agradado a José Bonifácio essa atitude do irmão, que no Brasil tomava parte em revoluções capazes de pôr em risco a unidade do país. Como, depois, na fase da independência, haveria de fazer do príncipe D. Pedro o melhor instrumento para conseguir a emancipação do Brasil íntegro, não julgava que se devesse prescindir, no momento, da ação que estava a exercer, com sua presença no Rio de Janeiro, a família real portuguesa – ação de uma forte autoridade central em contraposição às numerosas forças dispersivas e desagregadoras. Poucos brasileiros terão tido mais claramente do que ele a noção do que representou, no processo emancipador da colônia, a transmigração da família real, com todos os atos que se seguiram, principalmente os de caráter econômico. Ao tempo da invasão de Portugal pelos franceses, José Bonifácio cantou numa ode o príncipe regente, a quem chamou de

João, do Brasil, Glória, Esperança!

Como quer que seja, notícias como as do movimento insurrecional pernambucano deviam aguçar-lhe ainda mais o desejo de regresso ao Brasil. Não poderia ser indiferente ao que se passava em sua terra;

queria vê-la na situação a que tinha direito, participar da tarefa de sua emancipação; e queria que esta fosse não apenas na aparência, mas atingisse a estrutura, resolvidos ou encaminhados os problemas fundamentais do país. De maneira alguma concordaria mais em ir ao Brasil em licença, com a obrigação de tornar a Portugal, como durante muitos anos lhe acenaram: ansiava por voltar de vez, para ficar, para fixar-se, para morrer. Se não lhe dessem um papel qualquer na empresa emancipadora, ainda assim volveria à terra onde nascera, beijaria sua velha mãe em caminho dos oitenta anos, poria em ordem os seus livros (cerca de 6.000 volumes), os papéis, as coleções que reunira em três décadas de estudo, e realizaria, no retiro do seu sítio dos Outeirinhos, uma obra de sábio e de cientista, a obra da experiência e da madureza. Em 26 de agosto de 1816 dirigira a D. João uma longa petição em que enumerava os serviços prestados, queixava-se do estado de saúde – "moléstias de natureza crônica e já envelhecidas, a que a medicina não sabe curar, mas só quando muito paliar com dieta e sossego" – e pedia aposentadoria. Era a segunda investida que fazia nesse sentido. Em fins de março de 1818, manifestava em carta a um amigo a sua sofreguidão, o seu intenso desejo de deixar Portugal. Para compensar-se de decepções, dizia – "nunca estudei tanto em minha vida" – (já era um homem de 55 anos); e acrescentava, saudoso do Brasil e de sua infância: "só suspiro por entranhar-me nas matas de São Paulo, onde ao menos tenho bananas, carne de porco e farinha de pau à fartura".

Não obteve o que pleiteava: deram-lhe apenas licença para voltar ao Brasil com os vencimentos de três dos cargos que ocupava, e isso só em 29 de outubro de 1818. Solução provisória, mas que lhe permitia realizar o que tanto desejava. Sem perda de tempo, começou a preparar-se para a viagem. Vivera em Portugal longamente, desde 1783, descontado o período entre 1790 e 1800, em que viajara pela Europa. Fizera amigos e desafetos, admiradores e invejosos. Exercera e continuava a exercer cargos e comissões de grande relevo. Criara hábitos, deixara-se influenciar em muita coisa pela terra de adoção. Nela se casara e tivera filhos; nela, ao tempo da mocidade e depois, fora homem dócil às graças do sexo, homem de aventuras e de belas mulheres. Partir, pois, embora com a licença real, não

era tão fácil, como lhe parecia nas horas de desgosto e irritação: obstáculos iam surgir ainda, retardando a viagem por muitos meses.

O primeiro, o infalível, havia de ser o da burocracia. Para poder embarcar, exigiram-lhe certidões de que estava quite com todos os cargos que exercera. Exibiu provas, argumentos, razões. Tudo em vão. Só embarcaria se apresentasse as "certidões competentes", numa prestação de contas minuciosa de todos os estabelecimentos que administrara. Obter tais certidões num país como Portugal durante o reinado joanino e depois era, valha o lugar comum, trabalho de Hércules, exigindo esforços sobre-humanos. Enquanto José Bonifácio requeria, provava, juntava papéis, mais papéis, partiam os navios em que devia embarcar. E o passaporte só lhe seria concedido mediante a apresentação das famosas certidões. Foi necessário novas súplicas ao já agora rei D. João VI, reiteradas reclamações às repartições de que dependia o negócio. Afinal, como resultado de sua vontade firme e do seu querer insistente, conseguiu, em meados de 1819, provar que não furtara, que não malbaratara os bens públicos confiados à sua gestão.

Enfim ia partir. Já com as coleções e os livros encaixotados, e de viagem marcada, pôde despedir-se dos amigos. Entre estes os melhores seriam com certeza os companheiros da Academia das Ciências. Deixava-os com saudades, sentia separar-se deles para sempre. Na sessão de 24 de junho de 1819, disse adeus à casa que o acolhera aos vinte e sete anos e que abandonava com cinquenta e seis. Ao discurso que então fez, deu um tom íntimo de confissão, em que rememorou os passos mais importantes de sua vida e as suas mais caras esperanças. "É esta a derradeira vez, sim, a derradeira vez (com bem pesar o digo) que tenho a honra de ser o historiador de vossas tarefas literárias e patrióticas, pois é forçoso deixar o antigo, que me adotou por filho, para ir habitar o novo Portugal, onde nasci [....]." Frisava aí José Bonifácio o seu apreço pela continuidade cultural e afetiva dos dois países, o do seu nascimento e o em que vivera tão largos anos; dava um como continuação do outro, mas ambos, o novo e o antigo, no mesmo pé de igualdade. Contou depois o que fizera, seus trabalhos e suas viagens, sem esquecer o episódio da invasão napoleônica, ufano da própria ação: "em tais circunstâncias mostrei que o estudo das letras não desponta as armas, nem embotou em mim aquela valentia que sempre circulara em nossas veias, quer nascêssemos aquém ou além do Atlântico."

Mas logo reaparecia o sábio, a reivindicar para o Brasil o lugar que lhe cabia, e a dar mostras de que acreditava nas soluções pacíficas. Sem ameaçar, sem invocar de novo a sua valentia, expunha os seus sonhos: "consola-me igualmente a lembrança de que de vossa parte pagareis a obrigação em que está todo o Portugal para com a filha emancipada, que precisa de pôr casa [....]". Filha emancipada, cuja grandeza decantava: "[....] Que país esse, Senhores, para uma nova civilização e novo assento das ciências! Que terra para um grande e vasto Império!" José Bonifácio ia partir. E um outro obstáculo, não de ordem burocrática, nem de falta de dinheiro, nem de doença, tolhia-lhe os movimentos, deixava-o inquieto, com um peso no coração, numa angústia em que se misturavam dúvida, remorso, ternura, e o fazia chorar, temer, mentir e até sorrir de másculo desvanecimento. Que estaria a provocar-lhe tal estado de alma?

As dimensões desse homem singular não poderão ser medidas pela craveira comum. O estudo das ciências, o silêncio dos laboratórios, a solidão dos gabinetes de trabalho, a responsabilidade de encargos difíceis não afetaram em nada sua natureza: não a ressecaram, não a deformaram. Em sua marca mais profunda, no sinete de sua autenticidade não mudou, nem com os choques da vida, nem com o fluir do tempo. Nas qualidades e nos defeitos, no dom de admirar e de indignar-se, na capacidade de servir, na força das paixões de toda espécie, boas e más – simples e insolente, terno e impiedoso, probo e injusto – guardou fidelidade a si mesmo, que é uma das melhores formas de não envelhecer. Por que, no momento de partir, José Bonifácio se sentia tão inquieto, tão angustiado? Não seria o temor da viagem ou da mudança. E não ia sozinho. Casara havia muitos anos com D. Narcisa Emília O'Leary, senhora de origem irlandesa, que lhe dera duas filhas e tinha sido sempre dedicada companheira. A julgá-la por uma nota que se encontra nos papéis íntimos do marido, D. Narcisa era de uma bondade algo passiva, dessas criaturas suaves, que não primam pela energia e se deixam influenciar pelos que as cercam. "Mais fortaleza de alma e mais economia" de sua parte teriam dado ao casal mais felicidade, foi ainda opinião do marido. Ou ainda em carta que escreveria depois a D. Pedro I; "[....] minha mulher a quem a natureza não deu cabeça fria e nervos robustos."

Das duas filhas, Carlota Emília e Gabriela Frederica, a primeira, mais velha, acabava de casar com Alexandre Antônio Vandelli, auxiliar do sogro, desde 1813, na Intendência-Geral das Minas e Metais e na Academia das Ciências. D. Narcisa não tivera o condão de fazer de José Bonifácio um marido impecável. O homem que se dizia tímido na presença de senhoras, não escondia a facilidade em abrasar-se diante de raparigas mais acessíveis ou conscientes dos próprios encantos e deles tirando partido sem maiores escrúpulos.

No ano de 1819, ao voltar para o Brasil, José Bonifácio já completara cinquenta e seis anos. Pois andava ainda nessa idade – que não é em homem normal tempo de já ser velho, mas não o é também de aventuras sentimentais – entregue a um caso de amor, de que resultara o que por certo não esperava: uma criança, uma menina, uma filha. Ternura paternal, desvanecimento vaidoso de homem mais que maduro, consciência do dever, fosse o que fosse, pensou, hesitou, refletiu e afinal chegou à conclusão de que, partindo definitivamente, não devia deixar a filha, não devia abandoná-la.

A menos que fosse uma desalmada a mãe da menina, que não poderia seguir viagem, havia de opor-se, de lutar, de defender a filha. Mas, ou por um rapto, ou por outro recurso, o certo é que José Bonifácio se apoderou da criança. Era-lhe impossível mentir a sua mulher. E não mentiu: confessou toda a verdade, pediu perdão, chorou sem dúvida! Por fraqueza ou "fortaleza de alma", por muita bondade, D. Narcisa não tardou em perdoar a quem chamava de "meu querido Andrada". Perdoou, e a menina veio com a família, e teve o seu próprio nome, chamou-se Narcisa, aliás Narcisa Cândida, romântica homenagem do marido à mulher enganada, mas generosa.

Já agora podia partir. No passaporte de 19 de agosto de 1819, concedido a José Bonifácio, falava-se dele, de sua mulher D. Narcisa O'Leary de Andrada, de sua filha D. Gabriela Frederica de Andrada, de duas criadas, uma solteira, chamada Carlota Emília Machado (sobrinha de José Bonifácio), e outra casada, de nome Ana da Silva, acompanhada de seu marido João Gabriel da Silva e "uma filha de mama". Dissimulava-se nessa criança, atribuída para efeitos da viagem a outros pais, o fruto da última aventura de José Bonifácio, que não só de ciências e serviços públicos cuidava e foi homem de aventuras, espadachim a quem se atribuem quatro mortes em duelo.

. . . .

Capítulo V

JOSÉ BONIFÁCIO NO BRASIL. CHEGADA. NOVO CONTATO COM A TERRA. OS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS.

AO PARTIR PARA ESTUDAR EM COIMBRA, em 1783, José Bonifácio tinha vinte anos; voltava com cinquenta e seis: mais de três décadas e meia durara a sua ausência do Brasil. A simples colônia que deixara subira à categoria de reino e era a sede da monarquia, com ares de metrópole, numa como que inversão de papéis. As consequências daí advindas feriam o olhar do observador menos atento. Bem diverso se apresentava, por exemplo, o Rio de Janeiro. A despeito do negativismo da fidalguia parasitária que acompanhara a família real na transladação para o Brasil e cujo exclusivo pensamento era voltar para Portugal, muita coisa melhorara na fisionomia urbana, e novos bairros, mais pitorescos, como o Catete e Botafogo, foram surgindo, com as suas grandes chácaras e seus jardins.

O comércio, já com muitas casas inglesas e francesas, oferecia artigos e objetos de luxo. Tornara-se mais ativa toda a vida da cidade; a existência da Corte e de um corpo diplomático dava-lhe ensejo a um esboço de mundanismo. Mais importante do que isso, eram as iniciativas de ordem administrativa, econômica e cultural. Bem ou mal, vinham sendo lançadas as bases da nação que surgia. Nem sempre as medidas tomadas

seriam adequadas, e havia muito do mau espírito de improvisação, de ensaios e tentativas a que faltavam base segura. Sobretudo não se ia ao fundo das coisas. Cuidava-se de pôr em funcionamento um aparelho administrativo completo, criavam-se repartições públicas, tribunais, estabelecimentos de ensino e tipografias, editavam-se obras várias (até de Voltaire), fundavam-se os primeiros jornais brasileiros, procurava-se fomentar novas fontes de riqueza e estimular antigas, tratava-se de agricultura, de minas, de fundição de ferro, buscava-se desenvolver os meios de comunicação e de transporte, sem falar na liberdade do comércio e da indústria que se instituíra. Mas não se tocava no essencial – o regime de propriedade e de trabalho.

Aparências, algumas belas e promissoras, de civilização e de progresso, José Bonifácio vinha encontrar, e isto lhe dava, à primeira vista, satisfação. Esse estado de alma, entretanto, não poderia ser duradouro. À sua visão de cientista e de pensador não escapavam os aspectos mais profundos dos problemas brasileiros. E fixou-os logo, na sua nudez, tal como os exporia pouco depois em documentos públicos que atestam a sua vocação de homem de Estado e de construtor da nacionalidade. Ele que, em fórmula perfeita, achava que "a sociedade civil tem por base primeira a justiça, e por fim principal a felicidade dos homens", não compreendia como poderia haver verdadeira liberdade num país em que o trabalhador era quase exclusivamente o escravo negro e em que a economia se organizara em benefício de uma classe privilegiada. Sem se deixar iludir por exterioridades, entendia lúcida e generosamente que era necessário de partida a "expiação de crimes e pecados velhos". Crimes e pecados velhos contra os negros que chegavam ao Brasil aos milhares, abafados no porão dos navios e mais apinhados do que fardos de fazenda; crimes e pecados velhos que ele vinha encontrar mais florescentes, prestigiados e impunes do que nunca. Em nome da "moralidade" e da "justiça social", a primeira medida que se devia adotar, a seu parecer, consistia na abolição imediata do tráfico africano "tão bárbaro e carniceiro"; a segunda, na extinção da escravatura, feita gradualmente, para evitar traumatismos e súbitas perturbações.

Fora considerável sem dúvida a obra propriamente política realizada, mas havia outra, de natureza social e econômica a empreender, mais importante e mais difícil. E nenhum dos seus pontos fundamentais escapou à argúcia de José Bonifácio – abolição do tráfico, extinção da es-

cravidão, incorporação dos índios à sociedade que se vinha formando, miscigenação orientada no sentido de suprimir choques de raças e de classes e de constituir, pelo amálgama de todos os elementos étnicos, uma "nação homogênea", transformação do regime da propriedade agrária com a substituição do latifúndio pela subdivisão das terras de modo a "favorecer a colonização de europeus pobres, índios, mulatos e negros forros", preservação das matas e renovação das florestas, localização adequada das novas vilas e cidades, aproveitamento e distribuição das águas visando ao interesse coletivo, exploração das minas, para só citar estes.

Tudo isso, vasto programa que indicava os rumos positivos de uma emancipação total dos brasileiros, ocorreu a José Bonifácio ao chegar a sua terra e tomar com ela mais íntimo contato. Para discernir com tanta segurança as necessidades do Brasil, tinha, mais do que o comum de seus contemporâneos, a formação científica, as longas viagens pela Europa, e a meditação de todos esses problemas, sem falar na própria superioridade.

Haveria realmente a intenção de aproveitar os serviços do brasileiro recém-chegado, de elevá-lo a funções de governo? Embora no Brasil desde 1808, nunca D. João VI nomeara ministro a um filho do país; e portugueses continuavam a ser todos os altos auxiliares da administração do novo reino. Com a morte do conde de Linhares em 1812, do marquês de Aguiar e do conde da Barca em 1817, e com o conde de Palmela na Europa, de onde chegaria em dezembro de 1820, os homens de maior valor a serviço do rei eram Tomás Antônio de Vila Nova Portugal e o conde dos Arcos.

O primeiro, dedicadíssimo a D. João VI, parece que percebia a necessidade de chamar brasileiros aos conselhos do governo e, admirador e amigo de José Bonifácio, teria sugerido o nome deste. Concordando o rei a princípio, hesitando depois, tornando a aceitar o alvitre, estaria assim explicada a volta de José Bonifácio, vencidas todas as resistências que tanto a haviam retardado. Mas não seria ministro: como aprendizado, receberia o posto de ajudante do ministro Tomás Antônio. Ao convite seguir-se-ia recusa formal. Mais certo, entretanto, e que lhe foi oferecido, pelo próprio D. João VI, o lugar de reitor do Instituto Acadêmico, espécie de universidade que se cogitava nessa ocasião de fundar no Rio de Janeiro. Não o aceitou também José Bonifácio, ficando de dar resposta definitiva de Santos, onde ia morar.

No Rio tivera acolhida excepcional. Visitas não lhe faltaram e tão numerosas e demoradas foram que, em carta para Lisboa, a Joaquim José da Costa de Macedo, seu colega da Academia das Ciências, se queixava com crueza de expressão de o impedirem até de "descarregar o intestino reto". O ambiente da Corte que se criara em terras americanas, com os fidalgos portugueses mal-humorados, e os antigos e novos áulicos e parasitas, com suas intrigas e misérias, positivamente não o agradou. Na mesma carta a Costa de Macedo, escrita, aliás, de Santos, mandava dizer maliciosamente que havia quem chamasse a capital do Brasil de "Nova Jerusalém". E contava como se sentira "ansioso por deixar a Corte e vir quanto antes receber a bênção maternal".

Mais forte do que o homem público ou o homem de ciência era no momento o homem propriamente dito, nos seus sentimentos mais antigos, nos reflexos que lhe vinham do fundo do coração e da memória, num como que retorno ao tempo passado, ao tempo perdido. Queria, como um menino, a bênção da velhinha de oitenta anos, de quem se separara por tanto tempo; queria, sem disfarçar a comoção, rever a sua vila de Santos, refugiar-se nela e viver como na infância distante. E para lá partiu José Bonifácio, numa sumaca que fretou e toda se encheu de sua imensa bagagem, com as grandes caixas de livros, papéis, aparelhos e coleções mineralógicas. A viagem durou cinco dias, ao favor dos ventos, sempre com terra à vista, compensado o desconforto do pequeno barco pela contemplação do espetáculo das angras, enseadas e baías em que se recorta a costa entre Rio e Santos.

O reencontro com a natureza tropical não deixou de causar-lhe surpresa. Impressionaram-no as chuvas torrenciais, próprias, aliás, dos meses de verão em que estava – dezembro ou janeiro. Sua terra pareceu-lhe "o alambique do céu". Mas deslumbrou-se com a vegetação, com as árvores, com o verde das folhas; encheu os olhos, matou antigas saudades. De novo no burgo em que nascera e fora menino, como que se esquecera dos aborrecimentos de sua vida em Portugal. Coimbra e a Intendência-Geral das Minas, as obras do Mondego, as fábricas, as fundições, a Casa da Moeda, os invejosos, os medíocres, os inimigos, tudo se apagara ou se esbatera. Agora estava no Brasil, estava em Santos e ia "viver e morrer como simples roceiro", no seu sítio dos Outeirinhos.

Alargara-se o círculo da família e, se dentre os mais velhos alguns a morte levara, encontrava novos parentes, sobrinhos e primos, todos a lhe darem provas de amizade, todos manifestando o desvanecimento de terem os mesmos apelidos familiares. Encontrou também velhos amigos e companheiros de mocidade e estes, solícitos, o cercavam de afeto. Dizem que reviu até sua namorada dos dias da adolescência. Por tudo isso, pôde dizer-se, em carta a um amigo, mais feliz do que Ulisses que, de volta a Ítaca, só fora reconhecido por *Argos*, o cão fiel.

Ninguém lhe seria melhor companhia em Santos do que o irmão Martim Francisco, a quem se ligara por uma afeição muito viva, e cujo caráter tinha na maior conta. Aproximava-os além do mais o mesmo pendor pelos estudos científicos e o exercício de funções públicas análogas, Martim sendo diretor das minas e matas da capitania de São Paulo. O irmão tornou-se um dos maiores amigos, o informante seguro de tudo o que ocorrera no Brasil nos últimos anos, e tão assíduo ao seu lado que não tardou em ser seu genro: em 15 de novembro de 1820, casou com Gabriela, a segunda filha de José Bonifácio, chamada por alguém na ocasião de mais bela portuguesinha que havia na terra. Para não ser completa essa felicidade de família, não abraçara ainda ao irmão Antônio Carlos, preso na Bahia, como participante da revolução pernambucana de 1817.

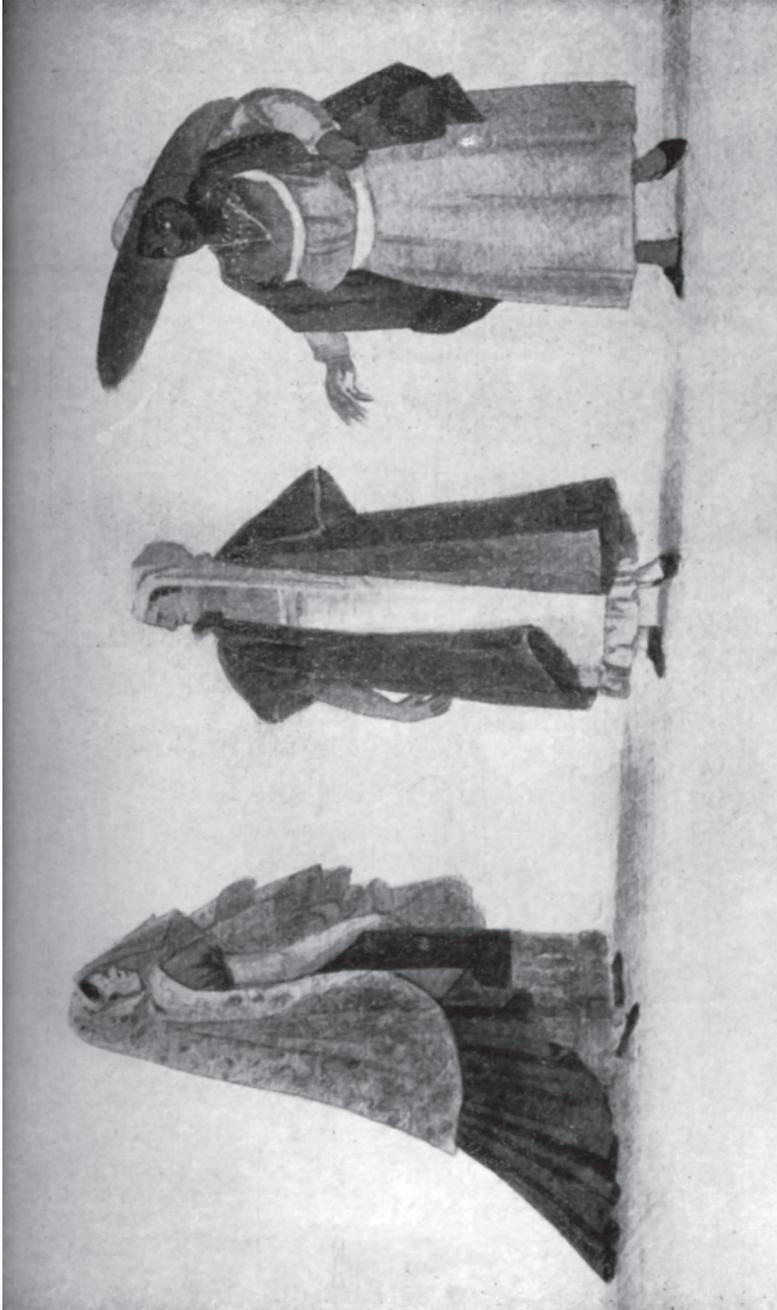
Santos lhe parecera bastante abandonada e vítima do que chamou de "descuidos da governança ou desgovernança". Isso o entristecia e era motivo para que entrasse em dúvida sobre a possibilidade de isolar-se no retiro de um sítio, desinteressado da vida pública. Nessa redescoberta da terra natal veio surpreendê-lo o barão de Eschwege, seu conhecido de Portugal e auxiliar nas malogradas explorações das minas daquele país. Indo a Santos em 1820, o primeiro cuidado do alemão foi procurar José Bonifácio. Não o encontrou logo, por estar em visita à velha mãe; mas, voltando à noite, pôde afinal avistá-lo. Acolhimento cordial, bem brasileiro. "Venha morar comigo", disse-lhe o antigo chefe. Eschwege, que já aceitara o convite do cônsul inglês William Whitaker, concordou em ir comer na casa de José Bonifácio.

Longas conversas tiveram os dois acerca de assuntos científicos. José Bonifácio correspondia-se com sábios europeus seus amigos e recebera carta de Humboldt, prometendo vir fazer-lhe uma visita no Brasil.

Pelo que apurou Eschwege, estava nesse tempo o futuro ministro da Independência decidido a não se envolver em política, tendo recusado vários convites que D. João lhe dirigira. Sentia-se muito feliz no meio dos seus, da numerosa família. Em sua casa havia alegres reuniões, como aquela a que o alemão assistiu, de muita conversa, música e canto. D. Narcisa, mulher de José Bonifácio, com uma bela voz de contralto, cantou modinhas acompanhadas de guitarra; Gabriela, a segunda filha do casal, já moça feita (meses antes de casar com o tio Martim Francisco), participou das conversas; e, melhor do que tudo, o próprio José Bonifácio, não obstante os seus cinquenta e sete anos, dançou um lundu. E dançou magistralmente, segundo a opinião de Eschwege.

Nessa alegria simples de dançar o lundu africano estava o homem sempre moço em qualquer idade, e sempre o mesmo. Não sofrera diminuição alguma, de suas qualidades ou defeitos, e muito menos se alterara a força do seu espírito. Intacta estava a sua curiosidade científica, o gosto pelos estudos de campo, como no tempo em que percorrera quase toda a Europa. E assim surgiu o plano, logo executado, de uma viagem mineralógica através do território de São Paulo.

Junto com Martim Francisco, deixou Santos no dia 23 de março de 1820; foram de canoa até ao Cubatão, de onde galgaram a serra de Paranapiacaba, pousando no lugar chamado Ponte Alta. No dia seguinte, continuaram a viagem e, depois de percorrerem a Borda do Campo, chegaram à cidade de São Paulo, em cujos arredores fizeram atentas pesquisas. Passados cinco dias, dirigiram-se ao Jaraguá, na serra da Cantareira, a 1.100 metros acima do nível do mar, onde se verificara a primeira descoberta de ouro, em 1590. Em seguida, visitaram Parnaíba, Pirapora, Piracicaba, Itu e Sorocaba, examinando neste último lugar a fábrica de ferro de Ipanema, mal dirigida pelo alemão Varnhagen, que fora seu auxiliar em Portugal. De volta, passaram por São Roque e Cutia.

Acerca dessa excursão, que durou pouco mais de cinco semanas, escreveram os dois Andradas uma memória, publicada mais tarde em revistas científicas da Europa e também do Brasil. Dela, o que convém destacar não é o rigor com que estudaram a constituição dos terrenos percorridos: José Bonifácio e Martim Francisco procederam como dois especialistas e o assunto não pode ser apreciado aqui sob esse ângulo. O que interessa

Branca, mulata e negra.
Aquarela de Tomás Ender.

Vênus negras do Rio de Janeiro.
Aquarela de J.B. Debret.

é verificar que seus pontos de vista sobre a escravidão dos negros e dos índios já estavam formados. Tendo sabido em Itu que se preparava uma expedição para ir comprar índios caiapós, nas margens do Paraná, os dois excursionistas escreveram as seguintes palavras: "a sorte daqueles índios, assim como a dos guarapuavas no distrito de Curitiba, merece toda a nossa atenção, para que não ajuntemos ao tráfico vergonhoso e desumano dos desgraçados filhos da África, o ainda mais horrível dos infelizes índios de quem usurpamos as terras, e são livres [....]"

Era uma posição generosa e arriscada de que José Bonifácio nunca discreparia e que talvez explique em grande parte a quase proscrição da vida pública que sofreu no Império escravocrata instituído no Brasil. Fiel ao mesmo pensamento ele foi até quando podia parecer um áulico, como aconteceu nessa viagem, ao mandar de Itu versos laudatórios a D. João VI. O louvor ao rei era antes uma advertência, uma indicação de rumos a seguir. Ao "Bom João", que paternalmente governava (com todos os atributos reconhecidos, então, à autoridade de pai) "a nova China" que surgia na América, imprecava:

Ilumina teus Povos; dá socorro,
Pronto e seguro, ao índio tosco, ao negro,
Ao pobre desvalido (....)

E sugerindo ao rei que não dispensasse os socorros da Botânica, da Medicina, da Química, augurava que com elas despedaçaria

A imunda vestidura da pobreza
e de brutos faria homens e heróis.

No tocante à fábrica de ferro de Ipanema, que visitaria pela segunda vez em 1821, escreveu José Bonifácio a *Memória Econômica e Metalúrgica* em que fez dura crítica à "má administração antiga e nova" desse estabelecimento, aos seus defeitos técnicos e de direção, aos "abusos e ladroeiras" que verificou. Abusos, por exemplo, do administrador Frederico de Varnhagen, que percebia anualmente como tenente-coronel de engenheiros e como metalurgista 600$000 e 400$000 respectivamente, e mais 86$000 de ajuda de custo e 36$000 para lenha e carvão, importância total muito elevada para a época; abusos na demarcação das terras, em que,

como sucede ordinariamente, nada se recusou aos poderosos, aos fracos tudo se negou.

Mal sabia o Andrada desabusado que essa *Memória* iria suscitar a má vontade, a ira, a vingança do filho do metalurgista Varnhagen, o grande historiador do mesmo nome. Mas ainda que pudesse adivinhar o que sucederia, não era homem para calar-se. E não deixou também de tratar de assunto de sua predileção – o mal da escravatura. Queria formar nos arredores da fábrica de ferro colônias com terras doadas a trabalhadores, empregar na fundição os filhos dos colonos, "sem haver mister de negros cativos, que só prestam para cavar com enxada, aproveitando-se somente os mulatos que são a melhor raça do Brasil para trabalhos fabris que exigem atividade e inteligência (....)".

De volta a Santos, e tendo antes regalado os olhos em Sorocaba com as belas mulheres que por lá encontrara – "verdadeiros tipos de beleza, que fazem o sexo paulista citado em todo o Brasil, por sua figura esbelta e cor de jasmim, e sobretudo pela amabilidade e bondade de seu coração e caráter", segundo observação nada técnica constante da *Viagem mineralógica,* José Bonifácio não ficou inativo ou apenas cuidando de seus estudos. Temperamento inquieto e vibrátil, espírito sempre cheio de curiosidade, é fácil imaginar como estaria reagindo no meio em que voltara a viver, e como se interessaria por tudo.

De outro lado, a fama do seu nome fazia com que fosse ouvido sobre múltiplos assuntos e recebesse incumbências como a de examinar as salinas a cargo do físico-mor João Álvares Fragoso. Da mesma maneira por que procedera em relação à fábrica de ferro de Sorocaba, formulou José Bonifácio um relatório completo, datado de 24 de agosto de 1820, demonstrando o conhecimento especializado que tinha da matéria e apontando os erros do físico Fragoso, inclusive o da escolha do lugar para fazer o sal.

Não o esqueceu de todo D. João VI, sensível talvez aos poemas que merecera, e deu-lhe em consideração pela "inteligência, zelo e distinção" e também pelos bons serviços, o título de conselheiro (Carta de Mercê de 18 de agosto de 1820). Melhor conselheiro não seria fácil encontrar no Brasil, mas não chegara ainda a hora em que José Bonifácio poderia dar conselhos, e, mais do que isso, exercer ação política. Por essa época, fez os estatutos de uma sociedade econômica que ia fundar-se em São Paulo. Se

não ficou em projeto essa sociedade, terá tido vida muito precária. Mas os planos revelavam as preocupações científicas e práticas do autor dos estatutos, desde os gabinetes de Física e de História Natural até as duas fazendas experimentais, as coleções, a biblioteca especializada, os boletins de informação, os socorros aos agricultores e mais iniciativas previstas. E tudo assentando no princípio de que as bases da riqueza nacional estavam na agricultura e na indústria fabril.

José Bonifácio dizia que voltara para descansar, para encerrar-se em seus estudos e fugir da vida pública. Seria certamente sincero. Mas não o permitiriam os acontecimentos.

Enquanto estes o deixavam tranquilo, ia, sem ideias preconcebidas, tomando conhecimento direto das necessidades do país, observando, comparando. Como sempre, não se restringia nesse exame aos problemas de mera estética política que eram os de mais fácil percepção e do gosto do maior número. Tudo inquiria e tudo anotava, das questões básicas, como a do tráfico e da escravidão, às aparentemente menos importantes, como as que se referiam à alimentação e ao vestuário do povo, ou a certos costumes pouco recomendáveis. Sem pretender alterar substancialmente os estilos de vida brasileiros e ainda menos impor uma súbita europeização, julgava possível a adoção de alguns hábitos e práticas mais de acordo com a higiene e com o clima.

O traje dos brasileiros na época era realmente impróprio. No Rio de Janeiro, com o cavalheiro que ia em visita a um amigo, de sobrecasaca de pano de lei, de tricórnio, fivelas nos sapatos e nos joelhos, e de espada ou adaga à ilharga, cruzava o escravo negro ou o simples homem do povo, de calça e camisa ou jaqueta de algodão, e pés descalços. Dentro de casa, mesmo a gente abastada vivia no maior desalinho, os homens de camisa e ceroula, as mulheres de saia de chita e camisa com crivo no peito. No campo, os que se vestiam melhor, usavam calça e camisa de algodão mais grosso, e o chamado "surtum", espécie de colete do tempo de frio, mas a indumentária mais corrente resumia-se numa ceroula larga e curta que deixava nuas as pernas, e numa camisa com a fralda solta. Queria José Bonifácio que o vestuário do "povo trabalhador", segundo sua expressão, constasse de calças, camisa e jaleco largo à chinesa, tudo de preferência de algodão branco, ou então de cor. Estranhava ver os soldados suarentos dentro dos uniformes, e propunha que,

segundo a estação ou clima de cada província, se escolhesse o mais adequado. Não o impressionava bem certa indolência, a predisposição para engordar, os hábitos sedentários de muita gente, e via o remédio para isso na ginástica de luta, de saltos e de carreiras, ao mesmo tempo que se inclinava a combater as danças moles e lascivas. Pensava que talvez fosse boa prática, depois dos exercícios que provocavam transpiração abundante, ungir o corpo com óleo, como os gregos e os romanos. Era contra os banhos quentes (os raros que os portugueses tomavam) e preconizava o uso dos frios; pretendia que se abolisse em todo o Brasil o hábito de assentar-se em esteiras ou estrados, de ficar de cócoras, de comer com as mãos. Era partidário da proibição da cachaça e da faca de ponta.

Maravilhado com certas frutas que não via desde que fora para Portugal – o coco, o jambo, a manga, o mamão – buscava firmar preceitos sobre a maneira de bem saboreá-las, aconselhando inclusive que se comesse mamão verde com carne, feito em frigideira. Ao coco verde, abundante em toda a costa brasileira, teve provavelmente vontade de dedicar um poema, como aqueles das *Mil e Uma Noites* a algumas frutas – "coco que dá comida e bebida e também o seu copo", disse ele num dos seus apontamentos.

Tudo interessava a José Bonifácio em sua terra e nenhum assunto lhe parecia trivial ou impróprio. Sua curiosidade era realmente universal, sua atenção não se circunscrevia a determinadas matérias. Homens e coisas, fatos da natureza ou da sociedade, tudo constituía motivo de investigação, de pesquisa, de estudo. Vemo-lo agora impressionado com o costume criminoso das queimadas, da destruição de matas inteiras com a consequente esterilização dos terrenos, e a propor que em vez disso se drenassem e saneassem vargens e brejos, conservadas as "forças vegetativas"; vemo-lo depois cuidando da dieta dos soldados, que deveriam comer, não farinha de mandioca, mas de milho, broa, ou a polenta dos camponeses da Itália superior; mais adiante lembrando a conveniência de aproveitar a semente do algodão para a fabricação de azeite, sendo melhor que a da mamona; em seguida tratando dos meios de afugentar as cobras e de evitar os mosquitos.

Era em verdade o estabelecimento de um contato profundo com o seu país que lhe inspirava tantos pensamentos, tantas ideias. Contato direto com a sua gente, dando-lhe a noção exata do Brasil do tempo, em

conceito como este: "No Brasil há um luxo grosseiro a par de infinitas privações de coisas necessárias." Todo o desequilíbrio da sociedade brasileira de então, de senhores e escravos, não se retratava ai?

Não ficaria muito tempo José Bonifácio adstrito a essa posição de mero observador: os sucessos políticos iam envolvê-lo em luta áspera que lhe daria a oportunidade de ter lugar de primazia no movimento da independência do seu país. Bem sabia ele que "em vão o sábio ama a paz e o retiro: deve aos outros, a quem pode guiar, seus profundos pensamentos e seu engenho regenerador. Se a razão desenganada busca viver longe das paixões e dos acasos da fortuna, e ri das vaidades humanas, há circunstâncias que reclamam seus serviços à humanidade". Ou, como já escrevera antes: "todo cidadão se deve aos seus concidadãos, conforme a sua esfera; e quando tem a sublimidade de pensar e querer, o bem da espécie inteira é o seu fito". O sábio, que era também cidadão, devia abandonar o seu refúgio, misturar-se ao tumulto da vida pública, ajudar uma grande obra e opor paixão contra paixões.

O processo da emancipação brasileira, que fora modificado pela vinda da família real portuguesa, ia atingir com o seu regresso a Lisboa uma fase decisiva. Havia vários anos já que Portugal e o resto da Europa nada mais tinham a temer de Napoleão, prisioneiro em Santa Helena e em trânsito para a lenda. O velho reino português vegetava sob o governo de uma regência nominal, que mal disfarçava a curatela inglesa representada pela figura de Beresford. E o rei D. João VI permanecia no Brasil, a que se habituara e onde se considerava mais livre. A despeito de chamados, pedidos e queixas deixava-se ficar no novo reino, que amava como costumam amar homens de sua marca. Os anos melhores de sua vida seriam com certeza os passados no Rio de Janeiro, da Quinta da Boa Vista para a fazenda de Santa Cruz. Rei sem pompa, simples, pacato, pouca falta sentiria dos palácios de Lisboa ou Sintra; e de todos os portugueses que a invasão francesa forçara a atravessar o Atlântico nenhum talvez se teria melhor adaptado ao ambiente americano. O mal da saudade não o atacou ou assumiria forma das mais benignas. Comodista, queria ficar onde estava; calculista e contemporizador, temia as dificuldades e julgava que adiá-las era um meio de suprimi-las. E dava-se bem no clima do Rio, num estado de saúde incomparavelmente melhor do que gozara em sua terra. Além

disso, por que não lhe conceder um legítimo desvanecimento pela obra que realizara na antiga colônia?

Em Portugal, entretanto, a presença do rei era reclamada com insistência e, a partir de 1815, passara a constituir verdadeira reivindicação política, que atingiria seu momento crítico por ocasião da revolução do Porto, de 1820. Esse movimento, sob aparências liberais e constitucionalistas, embebia-se de fundos ressentimentos contra a outrora colônia arvorada em reino, em pé de igualdade teórica com a antiga metrópole, mas de fato em situação de evidente superioridade.

O estado de Portugal, nas cidades e nos campos, não andava longe da miséria. Três invasões francesas tinham deixado os seus sinais. O tesouro público vivia em tal penúria que os funcionários não recebiam os vencimentos, nem os pensionistas as quotas de montepio, os gêneros de primeira necessidade escasseavam, o comércio esmagado pela concorrência inglesa, tudo isso, em contraste com o surto de progresso que no Brasil se verificara, graças principalmente à abertura dos portos, formara o ambiente propício à explosão revolucionária. Portugal perdera o monopólio da exploração mercantil de sua colônia mais rica e sofria em todas as camadas da população as consequências disso. Nenhuma classe, porém, fora mais atingida do que a burguesia, citadina ou rural, que vivia do comércio e para o comércio. Foi ela que preparou a revolução, seguindo de perto ou sofrendo as influências da Espanha. Nos dois países ibéricos a deflagração do movimento revolucionário se deu quase na mesma ocasião: em Cadiz em 7 de março de 1820, no Porto a 24 de agosto do mesmo ano.

Vitoriosa a revolução portuguesa, não tardaram as suas repercussões no Brasil. Ao Pará coube a primazia. Um moço paraense, com o seu comprido nome de Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, que estava a concluir em Coimbra o 4º ano de Leis, tendo sido testemunha do que ocorrera em Portugal, pôs-se de viagem para a sua terra e, lá chegando, conseguiu que em 1º de janeiro de 1821 fosse instituído o primeiro governo inspirado na revolução constitucionalista portuguesa. À adesão do Pará seguiu-se a da Bahia, onde se constituiu também uma junta governativa provisória, e depois a de outras regiões do Brasil. No Rio de Janeiro, a notícia produziu grande alvoroço. D. João VI, fiel ao próprio temperamento, fez o possível para não tomar nenhuma resolução precipitada, hesitando

entre os alvitres divergentes dos seus conselheiros, do indefectível Tomás Antônio de Vila Nova Portugal ao conde de Palmela e Silvestre Pinheiro Ferreira. Mas os acontecimentos foram assumindo caráter revolucionário e o rei bonacheirão viu com mágoa que ia acabar a vida, tão do seu agrado, que levava no Brasil desde que nele pusera os pés.

Enquanto D. João VI vacilava e os seus ministros discutiam, os fatos começavam a revelar as tendências dos interesses em choque. Contemporizar não adiantava mais nada: era mister decidir com precisão, num determinado sentido. Ficaria o rei no Brasil? Embarcaria sem demora para Portugal? Cuidou-se que talvez fosse solução acertada mandar a Lisboa o príncipe D. Pedro entender-se com as Cortes, que estavam elaborando a Constituição, acerca das reformas e melhoramentos que deveriam figurar nela e verificar o que se ajustasse às necessidades brasileiras. O rei inclinava-se pelas meias medidas, mas o momento impunha grandes providências. Os cálculos oportunistas eram excedidos, as previsões falhavam. A tropa portuguesa estacionada no Brasil vira com simpatia a revolução constitucionalista do outro lado do Atlântico, para cuja vitória, aliás, tanto concorrera o exército, ferido e prejudicado, como a burguesia, desde as invasões francesas.

Não tardou no Rio (26 de fevereiro de 1821) um pronunciamento militar, de que resultou, depois da intervenção do príncipe D. Pedro, um decreto antedatado (24 do mesmo mês e ano), em que o rei D. João VI protestava aceitar e cumprir a Constituição que as Cortes de Lisboa votassem. Não impediu o expediente do decreto antedatado que o rei fosse forçado, no mesmo dia do pronunciamento, a comparecer ao lugar onde a tropa se reunira, e jurar logo a Constituição ainda inexistente. Contrariado no seu íntimo, determinou depois D. João VI, por decreto de 7 de março, que o juramento prévio a que o haviam coagido fosse feito em todo o Brasil, ao mesmo tempo que, por outro decreto, baixava instruções para a eleição de deputados brasileiros às Cortes de Lisboa. Mais ainda: anunciava a sua deliberação de regressar a Portugal em obediência às ordens das Cortes.

A inquietação continuava, sucedendo-se os acontecimentos, sem rumor definidos. Dois meses mais tarde, em 21 de abril, novos distúrbios se verificaram. Na Praça do Comércio devia efetuar-se a reunião dos eleitores paroquiais do Rio, convocados para serem cientificados da partida

de D. João VI e da investidura do príncipe D. Pedro no lugar de regente. A assembleia ganhou rapidamente feição revolucionária e foi resolvido que se dirigisse uma intimação aos comandantes das fortalezas da barra do Rio para que impedissem a saída do rei, deliberando-se também a adoção integral e imediata da Constituição espanhola, enquanto não se ultimava a feitura da portuguesa. Notificado, concordou D. João VI com as exigências. Houve logo em seguida a reação da tropa portuguesa, que dispersou a reunião da Praça do Comércio a ponta de baioneta na madrugada de 21. Morreram três eleitores e ficaram feridos mais de vinte.

Mudar de atitude, conforme as circunstâncias, era próprio do caráter do rei. E foi o que fez, anulando o que prometera, e embarcando para Portugal, ao entardecer do dia 24 de abril de 1821. Na sua comitiva seguiram cerca de quatro mil pessoas. A partida de D. João VI e do séquito que o acompanhava determinou o esvaziamento do Banco do Brasil, que se viu desfalcado de cinquenta milhões de cruzados.

Ia começar a última fase do movimento da independência, e nela caberia papel preponderante a José Bonifácio. Não era fácil, no tumultuar dos sucessos, discernir o verdadeiro caminho. A revolução portuguesa apresentava uma fachada liberal e expunha como objetivo máximo o estabelecimento do regime constitucional. Liberdade e Constituição queriam também os brasileiros que tinham alguma cultura intelectual e acompanhavam o curso das ideias desde o último quartel do século XVIII. Politicamente, a partir de 1815, o Brasil passara de colônia a reino, reino unido ao de Portugal e com vantagens que a muita gente pareciam de perfeita evidência. Por isso, até se desmascararem os móveis verdadeiros da revolução portuguesa, houve no Brasil um período de confusão, de que participaram os elementos mais idôneos. As provas se acumulam e nenhuma será mais significativa do que a aceitação do mandato de deputado às Cortes de Lisboa por parte de indivíduos de indisfarçável cunho nativista, de tipos caracteristicamente brasileiros do ponto de vista étnico e cultural e até anteriormente implicados em revoluções contra a metrópole.

Durante todo o ano de 1821, chamado com acerto de ano do constitucionalismo português, e até depois, subsistiu a confusão, permaneceu o equívoco. Embora apresentando características bastante diferentes, esse mesmo equívoco se verificara no processo da emancipação norte-

-americana. A propósito de Benjamin Franklin, por exemplo, disse um dos mais lúcidos historiadores do desenvolvimento das ideias e das instituições nos Estados Unidos: "só quando se convenceu, sem sombra de dúvida, de que as colônias não podiam esperar do governo inglês senão uma sujeição ignóbil, aceitou a ideia da independência".

O certo, entretanto, é que, se não pensavam os revolucionários de Portugal em negar aos brasileiros os direitos políticos e as garantias constitucionais que reivindicavam para os cidadãos portugueses, a própria revolução, nas suas causas mais profundas, imporia, caso inteiramente vitoriosa, a supremacia econômica e política da antiga metrópole. O constitucionalismo português importava assim uma reação contra a mudança de posição que se operara nas relações entre Portugal e o Brasil; era o ensejo de uma desforra, de uma reconquista, de uma volta, em novos moldes e sob disfarces liberais, a um passado odioso, ao monopólio de exploração da colônia rica.

Até que as Cortes de Lisboa, levando logicamente as coisas às últimas consequências, tornassem clara a situação, continuaria o engano a que muita gente se deixava arrastar. Em todas as províncias iam-se formando juntas governativas provisórias, com o pensamento voltado para Lisboa, que passava a ser o centro maior de convergência política, do mesmo modo que o Rio de Janeiro se via ameaçado de perder a função asseguradora da unidade brasileira, que desde a época da mineração assumira, e que entrara a exercer mais eficazmente, como sede da monarquia portuguesa. Em São Paulo teve também eco a revolução de Portugal. Por um bando de 12 de março de 1821, o então governador e capitão-general João Carlos Augusto do Oyenhausen anunciou o advento do regime constitucional. Mas era preciso organizá-lo, ou ao menos dar os primeiros passos nesse sentido. A simples notícia de que a liberdade sucedera à opressão não bastava e, ao contrário, dera ensejo a um surto de turbulência que se concretizara num motim de militares, causado pela demora no pagamento de soldos majorados. Para oferecer uma base estável à nova ordem de coisas, convenceram-se os elementos de maior responsabilidade de São Paulo da urgência de estabelecer um governo que tivesse o consentimento público e fosse no momento o órgão das aspirações paulistas.

Três meses e onze dias depois da proclamação do bando de Oyenhausen, a 23 de junho, verificou-se a organização desse governo, evidentemente depois de confabulações e de conciliábulos. Ao toque de rebate do sino grande da Câmara começou a afluir grande massa de povo, a que se juntou toda a tropa da cidade com o seu batalhão de caçadores e os seus corpos de milícia montada e de pé. Em seguida, foi nomeada uma comissão de três capitães com a incumbência de convidar o ouvidor e o Senado da Câmara para assistirem à eleição do governo provisório, e outra para pedir a José Bonifácio que viesse presidir o ato.

Estando em São Paulo para tomar parte na junta dos eleitores paroquiais, para a qual fora escolhido a 20 de maio de 1821, juntamente com Martim Francisco, pelas paróquias de Santos e São Vicente, iniciava José Bonifácio, de maneira positiva, a sua participação nos sucessos da independência brasileira. E fazia-o, segundo o seu feitio pessoal, de acordo com a sua formação e a sua experiência da vida, evitando o mais possível choques e colocando os interesses maiores da causa acima das rivalidades mesquinhas da ocasião. Nesse homem, que a especialização científica não conseguira transformar num monstro, em quem o estudo da mineralogia e da química não extinguira ou sequer amortecera as paixões, inclusive algumas contraditórias com a sua condição de sábio e de pensador, não havia sombra de demagogo, nada que o aproximasse de um agitador popular. E prova disso daria sem demora.

Aceitando o convite para presidir a eleição, José Bonifácio mostrou logo o que seria depois como que o estilo de sua política – a realização do programa mais vasto, a conquista do maior bem com um mínimo de sacrifício da ordem, com um mínimo de violência, e sempre com a colaboração do tempo, sempre na oportunidade precisa. Aos paulistas que o cercavam disse sem mentir que pela felicidade da sua terra daria a última gota de sangue. Essa afirmativa sem jactância valeu-lhe grandes aplausos. Mas era necessário fazer a eleição e ninguém se lembrara de regular o seu processo. Como resolver a dificuldade? Deixar o resultado ao acaso de um comício improvisado? Corajosamente, José Bonifácio propôs: "esta eleição só pode ser feita por aclamação unânime; descei, senhores, à praça e eu da janela vos proporei aquelas pessoas que, por seus conhecimentos e opinião pública já por vós manifestada, me parecerem dignas de serem aceitas".

Era o guia, o condutor de homens que se impunha. Bem sabia José Bonifácio que muitos dos que ali estavam reunidos opinavam pela exclusão de qualquer elemento do antigo governo; e não demorou que nesse sentido se manifestassem. Mas o chefe que surgira atalhou que o dia devia ser de congraçamento geral, de verdadeira reconciliação. Esquecidos os ódios e as inimizades, estaria disposto a procurar a felicidade de todos; se, porém, não se pretendia resolver tudo em ordem, retirar-se-ia.

José Bonifácio foi atendido e, de uma janela da casa da Câmara, indicou para presidente do governo provisório o antigo governador João Carlos Augusto Oyenhausen. Tal era o domínio que lograra sobre o povo e a tropa reunidos na praça, que viu a sua proposta aplaudida com vivas, seguidos da aclamação do seu próprio nome para vice-presidente. Depois, mediante indicação sua, foram aclamados também os vogais representantes das várias classes – a eclesiástica, a militar, a comercial, a literária e pedagógica e a agrícola, além de três secretários do governo: do Interior e Fazenda, da Guerra, e da Marinha. Martim Francisco, seu irmão, era um dos secretários.

Constituiu-se assim o primeiro governo livre de São Paulo, como uma expressão, aliás instável, dos interesses que iam predominar nos lances finais do processo da emancipação.

. . . .

Capítulo VI

JOSÉ BONIFÁCIO NO GOVERNO PROVISÓRIO DE SÃO PAULO. OS DECRETOS RECOLONIZADORES DAS CORTES. O "FICO".

O GOVERNO PROVISÓRIO de São Paulo, embora chefiado por Oyenhausen, sofreu desde os seus primeiros passos o ascendente de José Bonifácio. Ao contrário das juntas governativas das demais províncias do Brasil, que se deixavam atrair por Lisboa e viam com desconfiança o Rio de Janeiro, a de São Paulo foi a primeira a reconhecer a autoridade do príncipe regente D. Pedro e a voltar-se para o centro de gravitação da unidade nacional que era a capital fluminense. Assumia dessarte o movimento libertador brasileiro um caráter orgânico, fixados os seus verdadeiros rumos.

Ninguém terá sido mais lúcido em perceber o que convinha do que José Bonifácio, habituado à meditação dos problemas de sua terra e do estabelecimento do Império com que sonhava havia muito tempo. O príncipe regente D. Pedro, em carta a seu pai, de 17 de julho de 1821, fazia justiça à ação benfazeja do seu futuro ministro – "José Bonifácio de Andrada e Silva, a quem se deve a tranquilidade atual da província de São Paulo."

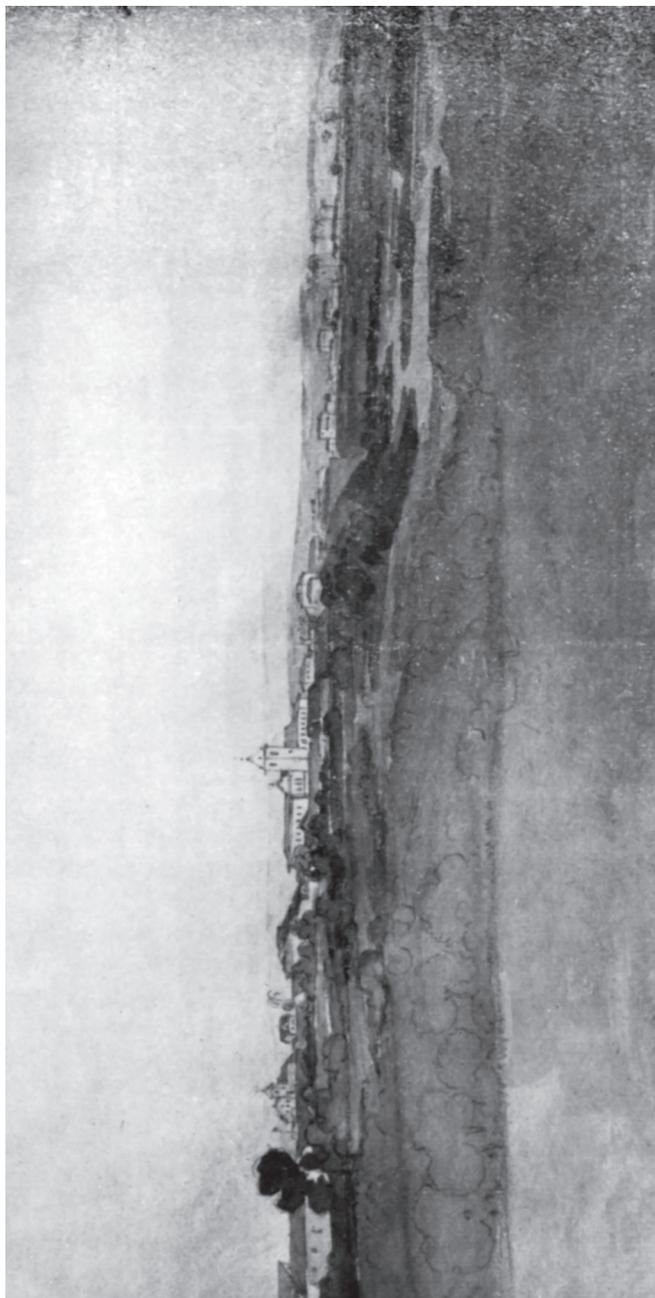
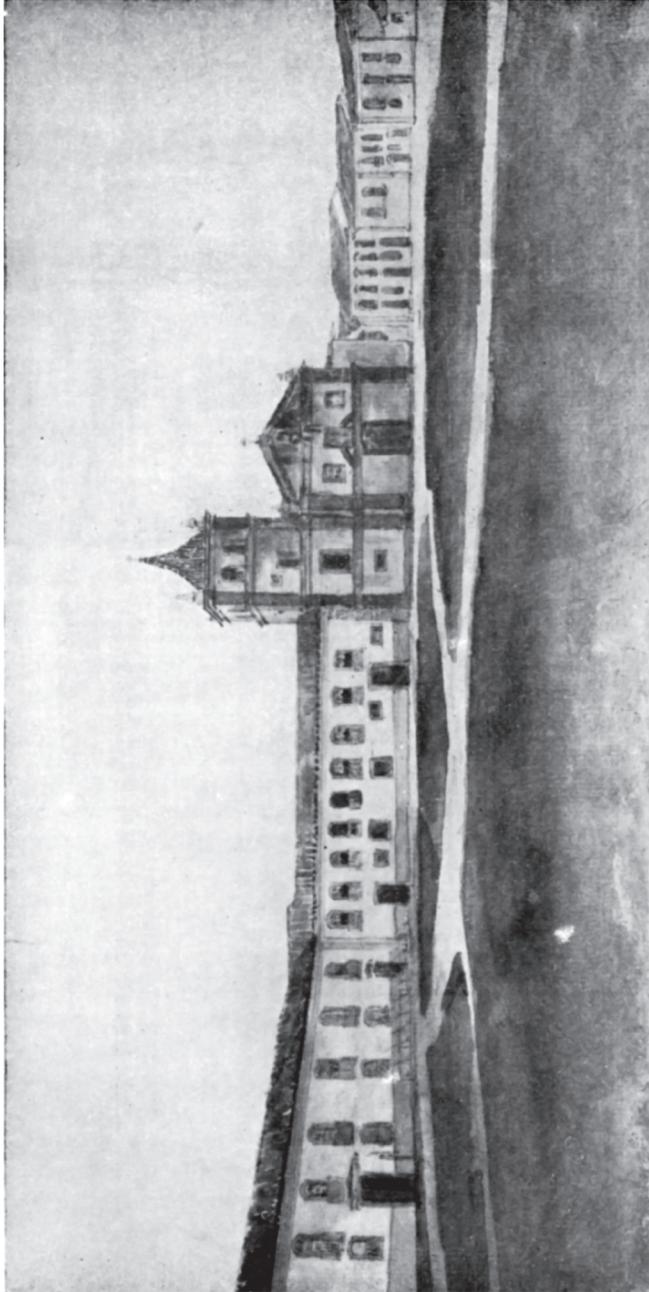
Certo, o governo provisório paulista, reconhecendo a autoridade do príncipe regente, não abria mão da que lhe cabia para "tratar exclusiva e livremente dos negócios internos". Estaria aí a reivindicar a legítima

autonomia na gestão dos interesses peculiares a cada região, que só pode desconhecer um centralismo asfixiante e usurpador; estaria provavelmente resguardando certa liberdade de movimentos, conforme o desenrolar de sucessos próximos.

O que estes trariam ninguém no momento saberia ao certo. Que feição assumiria a emancipação brasileira? Seria sacrificada a unidade do país? Adotar-se-ia a forma republicana de governo? Continuaria o regime de reino unido a Portugal? A posição de José Bonifácio em 1821 seria a da imensa maioria de brasileiros cultos na ocasião, uma posição realista, do mais defensável oportunismo, e que resumiria em documento de alta significação, no qual a marca de sua inteligência e de suas ideias não deixaria dúvida possível.

As Cortes de Lisboa reunidas para a realização de sua tarefa principal – a Constituição, o "pacto social" tão falado – estavam ainda em fase de grande prestígio, e ninguém, que se prezasse de ser do seu tempo, pensaria em fugir à sua influência, em escapar à sua órbita de ação e muito menos em enfrentá-las e combatê-las. Os liberais brasileiros, os que não admitiriam de maneira alguma a volta de seu país ao estado anterior à chegada de D. João VI, confiavam nas Cortes e esperavam delas a regeneração política, a instauração do regime definitivo que traria liberdade, vida feliz, riqueza, abundância.

Para tomar parte no "Soberano Congresso" que ia ditar a lei fundamental de que tanto se cogitava, estavam partindo de todas as províncias deputados brasileiros e deviam seguir viagem os de São Paulo. Eram seis os deputados paulistas, dentre os quais se destacavam Antônio Carlos, recém-saído da prisão na Bahia, o padre Diogo Antônio Feijó, futuro regente do Império, e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, depois senador e membro da Regência Provisória de 1831.

Não queriam os dirigentes de São Paulo que os deputados da província chegassem a Lisboa sem orientação acerca de como se deveriam conduzir e, num espírito de excepcional objetividade, cuidaram de elaborar minucioso formulário de ação, em que definiam os pontos capitais e ao mesmo tempo especificavam os poderes do mandato que fora outorgado. E isso feito de maneira democrática, ouvidas antes as Câmaras Municipais, que remeteram apontamentos e memórias.

Vista de uma parte da cidade de São Paulo, tirada da residência do governador.
Aquarela de Tomás Ender.

Palácio do Governo em São Paulo:
Aquarela Tomás Ender.

Subscreveram as *Lembranças* e *Apontamentos* todos os membros e vogais do governo provisório de São Paulo. Dir-se-ia, pois, que se tratava de um documento coletivo, a conciliar as opiniões de seus signatários e a atender ainda as propostas e alvitres das municipalidades. Sem contestar inteiramente esse caráter das instruções, sente-se todavia nelas a predominância das ideias e dos pontos de vista de José Bonifácio, que foi o seu redator, e na sessão de 22 de agosto de 1821, do governo de São Paulo, tivera a iniciativa da escolha de uma comissão para minutá-las. Além disso, o essencial no documento coincide com o pensamento de José Bonifácio, manifestado antes e depois dessa época.

As *Lembranças* e *Apontamentos* constituíam um programa completo, em que as necessidades primordiais do Brasil eram postas em foco e examinadas com um mínimo de declamação, de ênfase, de retórica. Redigira-as alguém que se habituara a ter método no estudo de qualquer problema e a não ficar na superfície das coisas. Não se tratava de um vão discurso, em que retumbassem palavras grandíloquas. De "maduros exames" e de sérias reflexões, o grande documento se gabava com razão. Nenhum outro talvez, em toda a história de nossas sempre malogradas reformas, terá a sua importância; e muitos dos problemas nele abordados ainda não lograram solução.

No momento em que foram feitas as *Lembranças* e *Apontamentos* a opinião dominante propendia para a continuação do sistema vigente desde 1815 – de reino unido a Portugal. Nesse pressuposto elas assentavam e, assim sendo, dividiam-se em três partes, ou sejam, negócios da união, negócios do reino do Brasil e negócios da província de São Paulo.

Aceita a preliminar da integridade e indissolubilidade do reino unido, pugnavam as instruções pela igualdade de direitos políticos e civis "quanto o permitissem a diversidade dos costumes e território e das circunstâncias estatísticas", davam alvitres sobre a sede da monarquia, sobre leis orgânicas da união, sobre a necessidade de um superpoder eletivo que fiscalizasse a ação dos três poderes do Estado, conhecesse de qualquer ato inconstitucional, verificasse as eleições dos deputados em Cortes e dos membros do Conselho de Estado e pronunciasse a suspensão dos ministros do Poder Executivo e dos magistrados, assegurada a igualdade de representação nas Cortes gerais e ordinárias.

A parte mais desenvolvida das instruções dizia respeito ao Brasil, em doze itens, todos ferindo questões diretamente ligadas aos seus destinos, num golpe de vista que revelava o conhecimento de sua formação étnica e econômica, e de sua evolução histórica. As bases da nação que começava a constituir-se eram lançadas com um critério realista e objetivo, na verdade excepcional em época tão propícia a meras construções teóricas.

A primeira preocupação voltava-se para o problema político da unidade brasileira: era conveniente que se estabelecesse um governo geral executivo no reino do Brasil, a cuja autoridade ficassem sujeitos os governos provinciais, definidas as raias dessa subordinação. Esse interesse pela unidade do país significava como eram profundos os sentimentos brasileiros de José Bonifácio e de seus companheiros da junta governativa paulista. A unidade do Brasil passava por uma crise terrível, nem sempre bem percebida pelos que viviam o drama da independência nacional, e não faltava quem a pusesse em risco por afeições bairristas ou devaneios doutrinários.

O unionismo de José Bonifácio não pretendia abafar o legítimo regionalismo, tão rico em expressões de vida e tão humano em suas peculiaridades. As províncias, como entidades políticas e culturais, deviam subsistir, e, ao mesmo tempo que se recomendava a demarcação dos limites externos do Brasil, propunha-se que também elas tivessem os seus territórios demarcados. Não queria José Bonifácio incidir num erro que se tornaria regra no século XIX e ainda hoje é tão comum: a legislação copiada, os códigos plagiados, as leis importadas e mal traduzidas. Nem tampouco as leis feitas sem sentido prático, em bloco, sem atenderem "à diversidade de circunstâncias do clima e do estado da povoação, composta no Brasil de classes de diversas cores e pessoas, umas livres e outras escravas". Deviam os deputados paulistas evitar que isso acontecesse, quando se tivesse de tratar dos códigos civil e criminal.

"Dois objetos de maior importância", como diziam as instruções, estavam a exigir "as providências mais sábias e enérgicas": a catequese e civilização dos índios bravos, a sorte dos escravos. Ao enumerar José Bonifácio os pontos fundamentais do "pacto social" que se ia elaborar, não se esquecia do índio brasileiro e com a maior atenção cuidava dos negros escravizados, para emancipá-los e transformá-los em "cidadãos ativos e virtuosos".

Quem se tornara homem e formara o espírito no tempo das Luzes, não havia de omitir a instrução pública, das escolas primárias às universidades. Convencido da inviabilidade do "governo constitucional" sem a "maior instrução e moralidade do povo", sugeria que, "além de haver em todas as cidades, vilas e freguesias consideráveis escolas de primeiras letras pelo método de Lancaster com bons catecismos para leitura e ensino dos meninos", se criasse também em cada província do Brasil um ginásio ou colégio em que "se ensinassem as ciências úteis". Assim, nas capitais das províncias era necessário fundar cadeiras de medicina teórica e prática, de cirurgia e arte obstétrica, de arte veterinária, de elementos de matemática, de física e química, de botânica e horticultura experimental e de zoologia e mineralogia. Além desses colégios, consideravam as instruções como de "absoluta necessidade para o reino do Brasil que se criasse desde já pelo menos uma universidade", com quatro faculdades, a primeira, filosófica, composta de colégios de ciências naturais, de matemáticas puras e aplicadas e de filosofia especulativa e boas artes, a segunda, de medicina, a terceira, de jurisprudência, e a quarta, de economia, fazenda e governo.

Outra proposta, de imenso alcance para o desenvolvimento do novo país, continham as *Lembranças* e *Apontamentos:* a fundação de "uma cidade central no interior do Brasil", na latitude aproximada de quinze graus e em lugar de clima temperado, para instalação da capital. (Mais tarde, em 1823, José Bonifácio sugeriria à Assembleia Constituinte que fosse em Paracatu, na província de Minas Gerais.) Do Rio de Janeiro, cidade marítima e mercante exposta a qualquer ataque externo, com os laivos cosmopolitas que lhe deram a vinda de D. João VI e a abertura dos portos, não recebera José Bonifácio impressão das mais favoráveis; e até gostara da alcunha de "Nova Jerusalém" com que a caricaturara algum sujeito impressionado talvez com certos aspectos judaicos de sua atividade comercial.

Nessa cidade central teria assento o governo nacional, com a Corte ou a regência, um tribunal supremo de justiça, um conselho de fazenda e uma direção geral da economia pública para superintender as obras de pontes, calçadas, aberturas de canais, minas e explorações minerais, agricultura, matas e bosques, fábricas e manufaturas. Da capital especialmente erigida no interior do Brasil abrir-se-iam logo estradas para as diversas províncias e portos de mar, de maneira a colocar o governo em comunicação

com todo o país, a fomentar o comércio interno e a levar por diante a obra de autoconquista e autocolonização do vasto território brasileiro, que até hoje não se realizou. Seria o início de uma nova política, oposta à que tinha até então predominado, e que se voltara de preferência para a exploração litorânea. Não a tomaram nunca a sério os dirigentes brasileiros, em grande parte recrutados entre políticos provincianos, atraídos precisamente pelos lados mais condenáveis da vida das grandes cidades. A Washington brasileira, com que sonhavam Hipólito da Costa e José Bonifácio, continua no plano das belas miragens ou olhada como uma utopia, malgrado todas as promessas de uma ação de envergadura para o aproveitamento e a civilização do interior brasileiro.

Assunto que não poderia escapar à observação de José Bonifácio era o referente a uma nova legislação sobre o regime de terras. As chamadas sesmarias, verdadeiros latifúndios, constituíam uma forma de exploração antieconômica e antissocial. As instruções propunham a subdivisão da propriedade territorial, em providências de grande alcance.

Finalmente, os deputados paulistas às Cortes de Lisboa eram advertidos quanto à conveniência de incentivar um novo surto de mineração, salientada a sua influência sobre a agricultura e posto em destaque o que tinha sido para o povoamento das províncias centrais e para o comércio em geral a exploração metalífera do século XVIII.

Nada do que se continha nas *Lembranças* e *Apontamentos* seria aproveitado nos trabalhos das Cortes portuguesas. Estas mal escondiam o ressentimento contra o Brasil, que estava na raiz de sua própria existência; e contra a primazia econômica e política, que alcançara a antiga colônia americana, já começavam a deixar fora de dúvida a sua ação.

Nas Cortes de Lisboa, dos setenta deputados da representação brasileira, cerca de cinquenta chegaram a exercer o mandato. Eram elementos vários, uns de sentimento nativista mais vivo, outros menos. Pernambuco, Bahia, Ceará, mandaram algumas figuras interessantes de antigos revolucionários. Mas foi São Paulo a província que teve deputados mais genuinamente brasileiros, ou que se deixaram menos embair pela política recolonizadora e dissociadora do Brasil, que as Cortes lisboetas estavam seguindo – Antônio Carlos, por exemplo.

Dos três irmãos Andradas, que iriam assumir, desde os sucessos da independência até a maioridade antecipada de D. Pedro II, entre 1821 e 1840, papel de primeira plana na política brasileira, Antônio Carlos fora o único investido do mandato de deputado às Cortes, tendo ficado José Bonifácio e Martim Francisco no governo de São Paulo. Em Lisboa, pela sua voz de grande orador, o Brasil reclamaria em vão o tratamento que lhe era devido: sucediam-se os atos do Soberano Congresso demonstrativos das más intenções quanto ao reino que D. João VI fundara na América.

O programa contido nas instruções aos deputados paulistas encerrava, pode-se dizer, o contrário do que pretendiam as Cortes. O que José Bonifácio queria era, dentro do sistema de reino unido, o Brasil coeso, ressalvadas as peculiaridades provinciais, com um governo constitucional, com leis adequadas às circunstâncias de clima e desenvolvimento do país, e realizada uma verdadeira reforma social e econômica, possibilitando a existência de um Brasil livre sob todos os aspectos e não apenas na aparência das declarações de direitos políticos e civis. As Cortes não se conformavam com esse programa. Percebendo que o governo do príncipe regente D. Pedro, no Rio de Janeiro, constituía o melhor instrumento de que, com certa habilidade, poderiam servir-se os patriotas brasileiros, resolveram anulá-lo. Com Lisboa deveriam entender-se diretamente as juntas governativas das diferentes províncias e estas ficariam no mesmo pé das demais províncias de Portugal.

Até que chegasse o momento do príncipe D. Pedro transformar-se no eixo do movimento separatista, haveria muitos equívocos a dissipar, muitas vacilações a vencer. A revolução constitucionalista portuguesa semeara a maior confusão e tivera o efeito de iludir gente da melhor.

Da corrente que se satisfazia com o Brasil e Portugal em pé de igualdade participavam algumas das maiores figuras da época. Os Andradas estavam nesse número. E com eles muitas personagens nem sempre tidas como tímidas ou conservadoras, posto que essa posição fosse a de muitos elementos do comércio do Rio de Janeiro e das cidades marítimas, enquanto supuseram que as vantagens adquiridas com a transferência da família real não seriam canceladas. Se havia gente menos conformista, que se inclinava por uma solução radical, com a separação total e a criação de um governo republicano, como em outros países americanos, o certo é que

o processo da emancipação brasileira atravessava no ano de 1821 uma fase mal caracterizada, mas em que prevaleciam os partidários da manutenção do regime de reino unido. Em fins de maio tinham chegado de Lisboa as bases da Constituição ali promulgadas em 10 de março. A tropa portuguesa estacionada no Brasil, que aderira à revolução do Porto e se tornara facciosa e perturbadora da ordem, fez em 5 de junho mais um pronunciamento e obrigou o príncipe D. Pedro, depois de alguma relutância, a jurar as referidas bases.

Era, bem consideradas as coisas, uma vitória nitidamente reacionária, no sentido da continuação do regime de subordinação do Brasil a Portugal. Compreendendo o seu alcance, os elementos de cunho nativista e emancipador mais avançado entraram a agir com decisão. Para isto, o trabalho subterrâneo da maçonaria recrudesceu e nela se abrigaram os melhores patriotas, a que se juntariam depois o próprio príncipe D. Pedro e José Bonifácio.

Seria absurdo supor que o Brasil pudesse voltar à situação vigente antes da vinda de D. João VI e de sua elevação à categoria de reino unido. Ao regime do monopólio sucedera o da liberdade de comércio por que a Inglaterra se batera e que tamanhos proveitos lhe dera e continuava a dar; formara-se uma aristocracia rural de naturais da terra ciosa de seus interesses; e já havia em vários centros de população do país uma consciência nacional bastante esclarecida, que se deixava impressionar pelas ideias políticas da época.

A centelha que desencadearia o impulso definitivo da emancipação brasileira seria produzida pela obstinada política recolonizadora das Cortes portuguesas. Em verdade, as medidas votadas sucessivamente pelos deputados de Lisboa tinham sempre o mesmo objetivo: desunir e desarticular o Brasil, fazê-lo novamente a colônia que fora durante três séculos de domínio e exploração.

Colônia na antiga significação da palavra não tornaria certamente a ser o Brasil. Mas havia mais do que nunca o perigo de que a ruptura com a antiga metrópole se fizesse com o sacrifício da unidade brasileira, com a separação de diversas províncias. Na Bahia, a junta governativa, constituída depois da revolução constitucionalista de Portugal, não disfarçava a predominância dos interesses do comércio português e,

forte do apoio da tropa lusa lá estacionada, recusava obediência à autoridade do príncipe regente D. Pedro, subordinando-se a Lisboa e às Cortes. Em Pernambuco, na expectativa de um golpe político mais radical com a adoção de um governo republicano, ou por falta de conhecimento do verdadeiro caráter dos acontecimentos que se desenrolavam no centro-sul brasileiro, também a junta governativa que se formara não reconhecia a regência do Rio. Em outras províncias, a situação não seria mais favorável. À dispersão geográfica somava-se o desentendimento político. Quase todo o ano de 1821 foi de confusão, de obscuridade. Em outubro, por exemplo, os patriotas do Rio de Janeiro, sem uma preparação maior dos elementos capazes de assegurar o êxito da iniciativa, pensaram em proclamar a independência do Brasil com o príncipe D. Pedro feito imperador. Cartazes e manifestos apareceram em tal sentido, e bem pode ser que o príncipe regente não estivesse de todo alheio ao que se passava. O certo, entretanto, é que D. Pedro advertiu os fluminenses contra o "delírio" que os empolgava, pediu-lhes sossego e declarou com ênfase que estava pronto a morrer por "três divinais coisas" – a Religião, o Rei, a Constituição.

Se esse primeiro impulso para logo se frustrou, não tardaria o ensejo em que o movimento libertador ganharia ímpeto irreprimível. Foi quando chegaram ao Rio, em 9 de dezembro de 1821, os textos dos últimos atos das Cortes de Lisboa, uns, criando, como diria mais tarde José Bonifácio, no manifesto do príncipe regente às nações amigas, "governos provinciais anárquicos e independentes, mas sujeitos a Portugal", e outro, determinando o regresso, quanto antes, de D. Pedro.

Já não havia na atitude assumida pelas Cortes nada que pudesse manter mais a ilusão da continuidade do sistema de reino unido do Brasil em pé de igualdade com Portugal; o que se pretendia, para a restauração dos perdidos privilégios econômicos e políticos da antiga metrópole, era anular a obra que D. João VI, pelo império das circunstâncias, realizara, e fazer de cada província brasileira uma simples província de Portugal. Os brasileiros seriam cidadãos portugueses da América, armados de vistosos direitos civis e políticos que a Constituição lhes asseguraria; mas deveriam viver sob a vigilância permanente das tropas lusas, sujeitos a governadores militares diretamente dependentes de Lisboa. Com a supressão automática do governo nacional desaparecia a necessidade da regência que D. Pedro

até então vinha exercendo, numa delegação do Poder Executivo, comum aos dois reinos e encarnado em seu pai o rei D. João VI. Lá dizia o decreto, ao ordenar ao príncipe regente a volta para Portugal e uma viagem, incógnito, às Cortes e reinos de Espanha, França e Inglaterra, que a sua permanência no Rio de Janeiro se tornara "não só desnecessária, mas até indecorosa à sua alta jerarquia".

Num afã de acumular medidas ao mesmo tempo odiosas e ineptas, os legisladores do Soberano Congresso acrescentaram outras, não menos erradas, com a extinção total dos tribunais do Rio de Janeiro, e o retrocesso ao tempo em que a justiça além de má era tardia, posto o oceano Atlântico entre os litigantes e os juízes, com as delongas das viagens morosas e as chicanas dos processos intermináveis.

D. Pedro, ainda incerto quanto ao rumo dos acontecimentos, depois de ouvir os ministros, que o aconselharam a obedecer às ordens das Cortes, determinou o seu cumprimento e tomou providências para que lhe preparassem o regresso a Portugal. Dentro de dois meses deveria efetuar-se a eleição da junta governativa da província do Rio de Janeiro, e a fragata *União*, que o conduziria a Lisboa, começou a receber os aprestos necessários. Mais do que isso, o príncipe regente rascunhou as respostas que daria a representações que provavelmente lhe fariam e esboçou um manifesto de despedida aos brasileiros.

Quando se teve notícia no Rio de Janeiro da abolição da regência e da próxima partida de D. Pedro, grande foi o alarme entre os patriotas decididos a não consentirem na recolonização do Brasil. Inquietos ficaram também todos aqueles que, exercendo cargos nos tribunais e repartições que iam ser suprimidos, se viam ameaçados da perda dos empregos; e não menos temerosos os comerciantes, e homens abastados, prevendo a possibilidade de uma solução de caráter francamente revolucionário, republicano e nativista.

Imediatamente teve início uma ativa campanha para que o príncipe regente ficasse no Brasil. Em fins de 1821 continuava ameaçador o elemento português, apoiado nos oficiais e soldados da Divisão Auxiliadora, mas em seu seio não faltava quem enxergasse na partida de D. Pedro o começo de uma fase perigosa de perturbações políticas com todas as más repercussões nos negócios e na vida cotidiana. E a verdade é

que das reuniões secretas da maçonaria ia se passar para os atos ostensivos da praça pública, para as representações em que aos apelos se misturavam as ameaças. O clube da resistência, com sede na casa de José Joaquim da Rocha, na Rua da Ajuda, dispôs-se logo a promover a permanência do príncipe regente. Ganhar D. Pedro para a causa emancipadora pareceu com razão ao grupo de patriotas do Rio de Janeiro da maior significação: seria dar à revolução da independência um caráter nacional, resguardada a unidade brasileira. Mas era necessário, de um lado, a aquiescência do príncipe, e de outro, para que este se dispusesse a uma atitude revolucionária, a certeza do apoio das províncias, ou ao menos das mais próximas e de consulta mais fácil.

Sondado por Gordilho de Barbuda, seu guarda-roupa, sobre se atenderia ao pedido que lhe iam fazer os povos do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo para que ficasse no Brasil, D. Pedro declarou que sim.

Mudava o príncipe de atitude e isso mesmo deixava entrever nas cartas que escrevia a seu pai D. João VI. Em 10 de dezembro comunicara-lhe que estava procedendo de acordo com os decretos das Cortes, e assim agiria "enquanto tivesse forças". Nesse mesmo dia Gordilho de Barbuda lhe fizera a grave pergunta, respondida no dia seguinte. Em 14, em nova carta ao pai, contava o abalo causado pelos decretos, dizendo-lhe que a linguagem usada geralmente pelo povo era – que se mandasse para o diabo a tal Constituição votada contra os interesses do país, que se trabalhasse para que ele D. Pedro não partisse sob pena de tornar-se responsável pela perda do Brasil, que não se cumprissem os decretos e que todas as províncias reunidas nesse sentido se manifestassem. E quase dia a dia ia narrando a D. João VI os sucessos que se precipitavam, a sua mais ou menos disfarçada participação neles, a prudência e cálculo com que procedia, lembrando-se sem dúvida do conselho que o pai manhoso lhe dera, dois dias antes de embarcar para Portugal: "Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros."

Nas províncias, especialmente em São Paulo e em Minas, os atos recolonizadores das Cortes produziram reação idêntica à do Rio de Janeiro, num sincronismo de pensamentos e de atitudes que muito facilitaria o movimento libertador. Assim é que, se aos patriotas do Rio ocorreu, como medida indispensável ao melhor êxito da causa, a permanência no Brasil

do príncipe D. Pedro, o mesmo plano formularam os de São Paulo e de Minas, mal tiveram notícia dos decretos fatídicos.

No Rio principiou a receber assinaturas uma representação (datada de 29 de dezembro de 1821 mas escrita desde o dia 15) em que se pedia ao príncipe que ficasse no Brasil; e para angariar o apoio de Minas Gerais e de São Paulo foram despachados emissários, Paulo Barbosa da Silva para aquela e Pedro Dias Pais Leme para esta província.

Viajando a cavalo até Sepetiba e servindo-se de um barco a vapor, provavelmente um dos primeiros introduzidos no Brasil, na viagem daí até Santos (ou de uma simples canoa, como asseveram muitos historiadores), Pais Leme chegou a São Paulo na noite de 23 de dezembro.

Mas não levava nenhuma novidade aos paulistas, a não ser que o Rio de Janeiro também queria a permanência de D. Pedro e que este estava inclinado a ficar. Desde o dia 21, em sessão especial, o governo de São Paulo, tomando conhecimento dos decretos das Cortes pela *Gazeta Extraordinária* do Rio de Janeiro, de 11 de dezembro, resolvera unanimemente que "se escrevesse a Sua Alteza Real e se lhe rogasse suspendesse a execução de tais decretos, enquanto não fossem chegados à Corte do Rio de Janeiro seus deputados, que sobre estes dois objetos iam representar por parte dele governo". Antecipando o procedimento do governo de São Paulo, a Câmara Municipal da cidade já a 19 adotara o mesmo alvitre. Além disso, o governo paulista deliberara também oficiar ao de Minas Gerais e aos das demais províncias para uma ação conjunta. Na sessão de 22 fora nomeada a deputação incumbida de entender-se com o príncipe D. Pedro, dela fazendo parte Martim Francisco, depois substituído por José Bonifácio.

O emissário dos patriotas do Rio de Janeiro era portador de cartas de José Joaquim da Rocha para os dois irmãos Andradas, membros do governo paulista. Chovia torrencialmente por ocasião da chegada de Pedro Dias Pais Leme a São Paulo, mas nem assim e por já ser de noite deixou de desempenhar-se sem demora de sua missão. Pôs-se em caminho da casa dos destinatários, em Santana, numa antiga fazenda outrora pertencente aos jesuítas, e fez entrega das cartas.

José Bonifácio, que morava ali em companhia de seu irmão Martim Francisco, achava-se doente, atacado de uma erisipela. Havia três dias que ele vibrava, com toda a força do seu temperamento exalta-

do, na maior indignação contra os últimos decretos das Cortes de Lisboa. Era uma indignação tanto mais profunda quanto se misturava do descontentamento de quem se enganara, de quem fora como que ludibriado. Via sem mais dúvida possível que as suas ideias de reino unido não passavam de uma ilusão, de um erro. Via que se deixara embair pelos constitucionalistas de Lisboa, quando perdera tempo em formular as instruções aos deputados paulistas. Como homem orgulhoso, doía-lhe verificar que errara, que se iludira. Menor não era o golpe nos seus sentimentos de brasileiro. No momento mesmo em que tivera conhecimento dos atos das Cortes, deliberara pôr toda a sua atividade, toda a sua paixão a serviço do país em que nascera contra a cobiça e o ressentimento da antiga metrópole. Na sessão extraordinária de 21 de dezembro do governo de São Paulo ninguém fora talvez mais veemente e mais positivo no modo de encarar a situação. Chegara, a seu parecer, a hora das grandes decisões. A hora de uma ação enérgica para evitar que o Brasil, de cuja unidade e de cuja grandeza nem todos teriam noção segura, não se dividisse, não se esfacelasse. E o grande instrumento político da integridade nacional só poderia ser o governo geral do Rio de Janeiro com a regência do príncipe D. Pedro.

Saber, pois, que no Rio se pensava de maneira idêntica à sua, deve ter dado a José Bonifácio uma satisfação próxima do entusiasmo. Sem acordo prévio, sem nenhuma combinação, São Paulo e o Rio de Janeiro se dispunham a proceder do mesmo modo. Já agora agiriam conjuntamente e haveriam de suscitar a solidariedade das demais províncias, em particular de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso, habitadas por "filhos e netos de paulistas".

Na reunião do governo de 21 de dezembro fora decidido que se escrevesse ao príncipe regente, concitando-o a suspender a execução dos decretos das Cortes enquanto não chegasse ao Rio a deputação que lhe ia levar uma representação de São Paulo. A José Bonifácio tocara redigir a carta a D. Pedro. Já a escrevera quando Pedro Dias Pais Leme o visitou na fazenda de Santana?

É bem provável, dado o seu temperamento sôfrego, que já a tivesse escrito. E parece confirmar essa suposição a desinteligência com Oyenhausen, que a tradição registra e que a ata da reunião de 23 deixa

entrever. Os termos da missiva seriam excessivos no entender do antigo capitão-general.

Em verdade, a carta, datada de 24 de dezembro de 1821, do governo de São Paulo ao príncipe regente, assumia um tom de tamanha violência, que só uma funda indignação e a revolta mais sincera justificavam. Mas, dando-lhe essa forma, não procedia José Bonifácio como um leviano ou energúmeno. Meias medidas ou panos quentes nada adiantariam. Era necessário que D. Pedro sentisse claramente a disposição em que estavam os brasileiros de não se deixarem mais dominar por Portugal, e que soara o instante das atitudes definidas.

Com a grandiloquência do estilo da época, José Bonifácio clamava: "apenas fixamos nossa atenção sobre o primeiro decreto das Cortes acerca da organização dos governos das províncias do Brasil, logo ferveu em nossos corações uma nobre indignação, porque vimos nele exarado o sistema da anarquia e da escravidão [....] o segundo nada menos pretende do que desunir-nos, enfraquecer-nos e até deixar-nos em mísera orfandade [....] como agora esses deputados de Portugal, sem esperarem pelos do Brasil, ousam já legislar sobre os interesses mais sagrados de cada província e de um reino inteiro? [....] como ousam desmembrá-lo em porções desatadas e isoladas, sem lhe deixarem um centro comum de força e união? [....] Como querem despojar o Brasil do Desembargo do Paço, e Mesa da Consciência e Ordens, Conselhos de Fazenda, Junta de Comércio, Casa da Suplicação e de tantos outros estabelecimentos, [....] Para onde recorrerão os povos desgraçados a bem de seus interesses econômicos e judiciais? Irão agora, depois de acostumados por doze anos a recursos prontos, a sofrer outra vez, como vis colonos, as delongas e trapaças dos tribunais de Lisboa, através de duas mil léguas de oceano? [....] Este inaudito despotismo, este horroroso perjúrio político, decerto não o merecia o bom e generoso Brasil [....]". E num apelo direto ao príncipe regente, num pedido que era também ameaça, concluía: "é impossível que os habitantes do Brasil que forem honrados e se prezarem de ser homens, e mormente os paulistas, possam jamais consentir em tais absurdos e despotismos [....] V. A. Real deve ficar no Brasil quaisquer que sejam os projetos das Cortes Constituintes não só para nosso bem geral, mas até para a independência e prosperidade futura do mesmo Portugal. Se V. A. Real estiver (o que não é crível) pelo

deslumbrado e indecoroso decreto de 29 de setembro, além de perder para o Mundo a dignidade de homem e de príncipe, tornando-se escravo de um pequeno número de desorganizadores, terá também que responder, perante o Céu, do rio de sangue que decerto vai correr pelo Brasil [....]".

Essa carta de um homem livre, escrita a um príncipe a quem se advertia do perigo que corria de "perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe", chegou ao Rio em 1º de janeiro de 1822, sendo entregue em mãos de D. Pedro às oito horas da noite. Os termos da mensagem só poderiam ser do agrado do destinatário. Vivendo no Brasil desde os nove anos de idade, gostando da terra em que passara uma meninice e uma adolescência soltas e desfrutava uma mocidade irrequieta e cheia de boas e más paixões, D. Pedro estava intimamente inclinado a assumir o papel que afinal lhe caberia na independência brasileira. Toda a segunda quinzena de dezembro fora para o príncipe de debate interior, de dúvida. Partir e submeter-se às imposições dos demagogos de Lisboa? Ficar e fundar um grande Império? A carta dos paulistas dava-lhe a certeza de que não era só o Rio de Janeiro que lhe pedia que ficasse. E era uma carta escrita por José Bonifácio, homem de grande fama, de quem tanto se falava.

D. Pedro leu-a contentíssimo e quis tirar dela o máximo de proveito. Logo no dia seguinte pela manhã, de sua ordem, o intendente-geral de polícia chamou Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, moço que se filiara com ardor ao grupo dos que preparavam a emancipação do Brasil, e forneceu-lhe uma cópia da carta paulista, recomendando-lhe que, como quem estivesse a revelar um grande segredo, a fosse mostrando em vários grupos e rodas, sem contudo permitir que a mandassem logo imprimir. Drummond deu ótimo desempenho à recomendação. A livraria de Manuel Joaquim da Silva Porto, na Rua de São Pedro, depois pertencente a João Pedro e a seu irmão Evaristo da Veiga, era, no Rio dessa época, um dos pontos de reunião mais procurados por gente ávida de novidades políticas, e lá se encontravam os jornais que então se publicavam. Chegando à livraria, Drummond leu para as pessoas presentes a carta do governo de São Paulo e permitiu que dela tirassem cópias. Passou depois ao quartel do 1° Regimento de Cavalaria e foi em seguida à Alfândega. Às duas horas da tarde toda a cidade conhecia o documento, que, entretanto, só saiu publicado na *Gazeta do Rio*, de 8 de janeiro.

Carlos Augusto de Oyenhausen, marquês de Aracati.
Coleção da Biblioteca Nacional.

Um oficial da Corte em caminho do Palácio – Rio de Janeiro, 1822.
Aquarela de J. B. Debret.

Enquanto a mensagem paulista causava grande impressão e dava aos patriotas do Rio de Janeiro a certeza de uma solidariedade tão ardentemente desejada, a representação fluminense ao príncipe regente crescia de importância, com as suas oito mil assinaturas dadas sem embargo dos riscos provenientes da incerteza da situação e da presença de uma tropa portuguesa em atitude de franca hostilidade.

O apoio de Minas Gerais não falharia também na repulsa aos decretos escravizadores das Cortes. No mesmo dia 24 de dezembro de 1821, em que o governo de São Paulo endereçara a D. Pedro a carta violenta que tanto lhe agradou, dirigira-se igualmente ao governo de Minas, lembrando a conveniência de uma aliança ofensiva e defensiva, contra quaisquer atos arbitrários e inconstitucionais, pelos quais as Cortes de Lisboa pretendessem violar a igualdade de direitos que devia ser a base da união de Portugal e do Brasil; igualdade de direitos sem a qual não poderia haver união alguma e levaria os paulistas a abjurarem todas as relações com Portugal. Essa mensagem a Minas só chegou a Vila Rica em 8 de janeiro, mas foi respondida logo no dia seguinte, com o reconhecimento da "firme tenção" em que estavam os paulistas de não cumprirem os decretos das Cortes e a afirmação categórica dos mesmos propósitos: "os mineiros considerando-se, como se consideram, irmãos dos paulistas, jamais terão outros intentos que não sejam os de cooperar com eles ainda mesmo com sacrifícios de sua fazenda e vidas, para tudo o que for necessário a sacudir o jugo, que se lhes prepara [....]".

Em Minas Gerais também, a notícia dos decretos das Cortes provocara a mesma reação que havia despertado no Rio de Janeiro e em São Paulo – de indignação, de revolta, de insubmissão. Antes do recebimento do ofício paulista, já o governo mineiro enviara ao Rio o seu vice-presidente, autorizado a tratar do assunto, conforme acentuava na resposta, dispostos que estavam os habitantes da província a não admitirem mais os ferros e jugo que outrora os oprimiram".

Em carta a D. João VI, datada de 2 de janeiro de 1822, D. Pedro preparava-o para as próximas ocorrências: "Meu pai e meu senhor. Ontem, pelas oito horas da noite, chegou de São Paulo um próprio com ordem de me entregar em mão própria o ofício que ora remeto incluso para que Vossa Majestade conheça e faça conhecer ao Soberano Congres-

so quais são as firmes tenções dos paulistas, e por elas conhecer quais são as gerais do Brasil. Ouço dizer que as representações desta província [Rio de Janeiro] serão feitas no dia 9 do corrente; dizem mais que São Paulo escreveu para Minas; daqui sei que há quem tem escrito para todas as províncias, e dizem que tudo se há de fazer debaixo de ordem. Farei todas as diligências por bem para haver sossego, e para ver se posso cumprir os decretos 124 e 125, o que me parece impossível, porque a opinião é toda contra, por toda parte."

Essa carta deixa evidente que o príncipe D. Pedro dera grande importância ao ofício do governo de São Paulo e, não só estava ao corrente do movimento que se processava para a sua continuação no Brasil, como dele participava.

A participação, aliás, do príncipe regente, na emancipação brasileira, foi desejada desde o começo por todos quantos se convenceram que, sem ela, a unidade nacional poderia ser sacrificada; e, sob esse aspecto, os homens que mais trabalharam pela independência do Brasil souberam ser oportunistas no melhor sentido, abafando muitos deles as suas preferências mais caras por um governo republicano, segundo o figurino político de toda a América.

O certo é que D. Pedro, nos primeiros dias de 1822, já possuía bem clara a consciência do papel que os patriotas brasileiros lhe destinavam. E ele estava disposto a desempenhá-lo. Entre o velho Portugal e o jovem Brasil, se não pudesse conciliar os dois, ficaria com este, ficaria neste. O pai astucioso aconselhara-o a ser prudente. Prudente seria enquanto prudência e astúcia se confundissem. Aceitar os pedidos do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas para ficar, embora desobedecendo às Cortes, era afinal proceder com prudência: Lisboa estava muito longe, o Brasil estava à vista, grande, novo, virgem. Mas não era só prudência: era mais, que ao príncipe não faltava nem ambição de fundar um grande Império, nem feitio cavalheiresco, nem coragem, nem irradiante simpatia pessoal, nem amor pela glória, nem capacidade de exaltar-se como um romântico à sua maneira. E no dia 9 de janeiro, quando José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, lhe fez a entrega da representação fluminense, lembrando-se talvez do anátema de José Bonifácio – "perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe" – D. Pedro, depois

de uma derradeira tentativa, logo cancelada, de adiar a resposta, declarou: "Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico."

Estava dado pelo príncipe o primeiro passo revolucionário. Daí até a ruptura completa, ele teria ao seu lado, como o mais direto conselheiro, a José Bonifácio, nomeado sete dias depois, a 16 de janeiro, ministro do Reino e dos Estrangeiros.

. . . .

Capítulo VII

JOSÉ BONIFÁCIO, MINISTRO. O GRUPO DO RIO DE JANEIRO.
VIAGEM DE D. PEDRO A MINAS GERAIS.
DEFENSOR PERPÉTUO.

CONTRA OS ATOS das Cortes de Lisboa, visando ao desmembramento do Brasil com uma organização de governo inteiramente descentralizada, a repulsa de São Paulo não se limitaria ao ofício vibrante de 24 de dezembro de 1821: a esse ofício devia seguir-se uma representação entregue pessoalmente ao príncipe D. Pedro, por quatro delegados especiais – José Bonifácio, o coronel Antônio Leite Pereira da Gama Lobo, o marechal José Arouche de Toledo Rendon e o padre Alexandre Gomes de Azevedo, os dois primeiros pelo governo provisório da província, o terceiro pela Câmara Municipal da capital e o quarto pelo clero.

A fim de dar cumprimento à incumbência recebida, os representantes paulistas partiram para o Rio de Janeiro, por via marítima. José Bonifácio, tendo comparecido pela última vez às reuniões do governo paulista a 31 de dezembro, desceu para Santos, de onde seguiu viagem em companhia dos demais representantes e de João Evangelista de Faria Lobato.

Faria Lobato, íntimo amigo de José Bonifácio desde os tempos em que ambos estudaram na Universidade de Coimbra, fora mandado a São Paulo, com todas as probabilidades, em missão política, para demons-

trar a necessidade da presença no Rio de seu antigo colega. Estará aí talvez o motivo da inclusão de José Bonifácio na lista dos delegados paulistas, no lugar de seu irmão Martim Francisco, que antes fora designado.

Seja como for, o certo é que os representantes de São Paulo viajaram num barco a vapor de Santos até Sepetiba, onde aportaram no dia 17 de janeiro. Sepetiba, como se sabe, fica perto de Santa Cruz, local da antiga fazenda dos jesuítas, incorporada aos bens da coroa, que D. João VI tanto frequentara e de que D. Pedro também muito gostava. Na ocasião da chegada de José Bonifácio e de seus companheiros, havia em Sepetiba, por casualidade, um carro de posta e nele partiram os viajantes em direção a Santa Cruz, tornando assim desnecessários os cavalos mandados pela princesa D. Leopoldina, então refugiada com os filhos na fazenda real, em consequência de perturbações da ordem no Rio de Janeiro.

A primeira mulher de D. Pedro, dada a estudos de ciências naturais e seduzida pela causa da emancipação brasileira, deveria entender-se muito bem com José Bonifácio. Esperando a representação paulista, já no dia 16 D. Leopoldina estivera em Sepetiba; e, ainda para recebê-la, fazia no dia seguinte a mesma viagem a cavalo quando, no meio do caminho, entre Santa Cruz e aquele lugar, a encontrou. Os paulistas e D. Leopoldina entretiveram conversa bastante cordial, sendo que a princesa não conteve o seu "sumo contentamento", para repetir a expressão do documento oficial que resumiu as minúcias do encontro. Registra esse mesmo documento que, depois de despedir-se dos delegados paulistas e tomar a direção da fazenda de Santa Cruz, "tornou a voltar a trote e a galope e conversou muito em francês com o excelentíssimo senhor José Bonifácio, sendo porém mui notáveis as expressões: que estimaria muito que os senhores deputados vissem os seus brasileirinhos [eram seus augustos filhos e nossos adoráveis patrícios] além dos quais tinha um terceiro no ventre e que os entregaria ao cuidado dos honrados paulistas".

Um cronista geralmente bem informado e que invoca o testemunho de pessoa que não só teve parte nos sucessos do tempo como foi amiga de José Bonifácio, dá o encontro deste com a princesa como se tendo realizado na própria fazenda de Santa Cruz. Mais do que isso, afirma que foi ela quem primeiro comunicou a José Bonifácio a notícia de sua nomeação de ministro, persuadiu-o a aceitar o cargo, conversou largamen-

te com ele em alemão e, apresentando-lhe os filhos, ter-lhe-ia dito em tom patético – "estes dois brasileiros são vossos patrícios e eu peço que tenhais por eles um amor paternal".

A tirada sobre os filhos figura, com algumas discordâncias, nas duas versões, e a divergência quanto a José Bonifácio ter conversado em francês ou em alemão com a princesa é de pouca importância, porque ele falava correntemente ambas as línguas e é muito provável que de ambas se tivesse servido. Mas o que parece certo é que José Bonifácio e seus companheiros não pararam na fazenda de Santa Cruz. Embora tivessem pretendido it até lá saudar a princesa, desistiram do projeto em meio do caminho, uma vez que a encontraram, e vieram de novo a Sepetiba para se reunirem ao marechal Arouche, que se retardara na viagem. Deixa isso fora de dúvida a súmula, feita pelo secretário do expediente do governo provisório de São Paulo, do relatório escrito na época pelos próprios delegados.

De volta a Sepetiba, e reunidos todos os membros da delegação paulista, partiu esta para o Rio à uma hora da madrugada de 18 de janeiro (ou de 17, segundo informação de José Bonifácio ao jornal *O Tamoio* de 2 de setembro de 1823). Grande era a pressa do príncipe D. Pedro em avistá-la, tanto mais que dela fazia parte o brasileiro que, dois dias antes, fora nomeado ministro do Reino e dos Estrangeiros.

No dia mesmo da chegada, pelas nove horas da noite, ainda com roupas de viagem, e introduzidos por uma porta particular, foram os delegados paulistas recebidos por D. Pedro, que comunicou a José Bonifácio a sua nomeação. A resposta foi uma recusa formal. Mas o príncipe insistiu, e de tal maneira, que o nomeado teve que concordar.

Estava José Bonifácio ministro de Estado, ministro de D. Pedro. Circunstâncias de momento juntavam, para a realização da mesma obra, dois homens que teriam algumas afinidades, mas que eram afinal muito diferentes. D. Pedro no esplendor dos seus vinte e três anos, José Bonifácio chegando aos sessenta; o príncipe rapaz de poucas letras, filho de pais desavindos, criado no Rio à solta, desde cedo habituado a satisfazer todos os seus caprichos, em meio de serviçais de vida nada decente, o ministro homem de grande cultura, com uma carreira pública de relevo, consciente do próprio valor e pouco inclinado à modéstia; D. Pedro cheio de ambições, amando a glória, a aventura, o perigo e tendo por herói predileto a

Napoleão, seu concunhado, José Bonifácio empenhado em estabelecer as bases políticas da existência nacional brasileira como se executasse uma tarefa científica; o príncipe enfeitiçado romanticamente por um constitucionalismo retórico, o ministro apoiando-se o mais possível na realidade e disposto a um mínimo de concessão ao elemento mais transitório, ou mais de forma do que de fundo, da ideologia triunfante desde a vitória da Revolução Francesa – não se poderiam à primeira vista entender com facilidade.

Mas ao moço e ao velho aproximavam alguns traços comuns. José Bonifácio, com sessenta anos, era alegre, brincalhão, zombeteiro, sem nada dessa falsa gravidade ou compostura de que se revestem geralmente os homens de sua idade. Nele havia, e houve sempre, um certo feitio de espírito característico do século XVIII. Grande falador, grande conversador, discursava com franqueza, sem a preocupação de filtrar as palavras, de evitar as menos polidas e por isso mesmo muitas vezes as mais adequadas, mais exatas, mais pitorescas. De cabelos brancos, a significarem convencionalmente circunspecção e serenidade, era apaixonado, irreverente, capaz de indignar-se, de exaltar-se e de tornar-se parcial, maldizente, agressivo. O príncipe e o ministro eram bravos, suscetíveis de fogachos e entusiasmos, impetuosos e ardentes. Mocidade havia de sobra em José Bonifácio e da melhor, da que os anos não conseguem ressecar. Nem os anos, nem os encargos de governo. São dele estas palavras: "Os negócios públicos nunca me amorteceram os prazeres simples da vida doméstica e literária, que ainda nas poucas horas de descanso saboreava o gozo de brincar, ou de ler e poetizar." Por ter guardado intato o dom de sentir a novidade das coisas, por ser de coração e de sensibilidade um moço, ao primeiro contato com D. Pedro receberia o choque peculiar aos encontros definitivos, desses que firmam uniões para sempre, embora entremeadas de crises dramáticas, de rupturas e reconciliações: a José Bonifácio D. Pedro condenaria a um exílio de seis anos e depois faria tutor de seus filhos, como o amigo em quem mais confiava.

A situação que se deparava ao novo ministro era de grandes dificuldades e iria pôr à prova todas as suas qualidades e todos os seus defeitos.

Ao ter conhecimento das representações que os patriotas preparavam para a permanência do príncipe regente no Brasil, a tropa portuguesa, estacionada no Rio de Janeiro, representara também a D. Pedro,

em atitude ameaçadora, propondo a prisão e deportação para Portugal dos que chamava de "perturbadores da ordem pública". O príncipe respondera que não lhe era lícito privar os fluminenses do direito de representação que as bases da Constituição portuguesa lhes asseguravam, e assim procedera, não sem certa malícia, como a relembrar que fora essa mesma tropa que o forçara a jurar o cumprimento das referidas bases. E a "ficada" de D. Pedro se consumara solenemente no dia 9 de janeiro.

Mas logo em seguida surgiram sérios incidentes, anunciando-se uma crise possivelmente perigosa. Os militares portugueses não se queriam conformar com o gesto do príncipe regente. No teatro São João, que foi na época do movimento emancipador, e continuaria a ser por vários anos, uma espécie de termômetro das lutas partidárias, oficiais lusos insultaram camaradas brasileiros e um deles chegou a afirmar que o Brasil havia de ser sempre escravo e que D. Pedro embarcaria para Portugal nem que a sua espada lhe tivesse de servir de prancha. Nas ruas grupos de soldados portugueses, armados de cacetes, quebraram os vidros das casas que haviam posto luminárias em sinal de regozijo pela resolução do príncipe regente, aos gritos de – "esta cabrada leva-se a pau". E, mais grave do que tudo, a tropa portuguesa, deixando os quartéis, formara no Largo do Moura e ocupara o morro do Castelo, de armas na mão.

D. Pedro vencera hesitações e não se acovardaram os patriotas: rapidamente formaram também as forças compostas de brasileiros, engrossadas de gente de todas as classes e cores, padres, frades, homens do povo, mulatos, negros, num total de dez mil brasileiros. Os soldados portugueses, em número muito inferior, recuaram diante da expectativa de um encontro sangrento e, depois de verem frustradas propostas de entendimento, capitularam, transferindo-se para Niterói, até embarcarem no mês seguinte para Portugal, não sem novas ameaças e a intervenção pessoal do príncipe regente.

Essa tentativa de levante da Divisão Auxiliadora ocorrera precisamente nos dias em que José Bonifácio estava de viagem. Ao chegar ao Rio e receber a notícia de sua nomeação para ministro do Reino e dos Estrangeiros, era ao mesmo tempo informado dos pormenores de tudo o que acontecera. Escolhendo-o – pela primeira vez um brasileiro ascendia ao lugar de ministro – dava-lhe D. Pedro, talvez sem uma ideia muito

clara, missão das mais complexas: fundar um governo nacional, impedir a secessão das províncias, coordenar os impulsos revolucionários num sentido construtivo, preparar a ruptura com a antiga metrópole.

Porque não era apenas um ambicioso e tinha noção segura do que lhe caberia realizar, José Bonifácio, no primeiro momento, resistiu, não quis aceitar o encargo. Mas cedeu. Ambição de estabelecer o vasto Império, que anunciara no seu discurso de despedida na Academia das Ciências de Lisboa, mais do que ninguém ele possuía. Meditara longamente sobre os problemas e as necessidades do Brasil e chegara a conclusões definidas. Não estava mais em idade de contentar-se com a simples aparência das coisas, nem o enganavam palavras por prestigiosas que fossem. Na Europa, no largo tempo que lá vivera, fora testemunha de vista do surto revolucionário que se desencadeara na França, e observara-o, dos seus impulsos iniciais, das suas primeiras reivindicações generosas, aos seus transbordamentos e paroxismos. Sabia o que era liberdade, o que era igualdade, o que era fraternidade na ênfase oratória dos demagogos e na fria solenidade dos textos constitucionais; vira aos apregoados governos populares suceder o despotismo militar, levando a guerra à Europa inteira e preparando, sob muitos aspectos, o terreno a uma reação cinzenta; vira os triunfos retumbantes de efêmeras glórias imperiais anteciparem a restauração de instituições caducas; vira as assembleias abafadas por tiranos, e na galeria destes anotara os tipos mais diversos, de um Robespierre a um Bonaparte. Que outros, mais moços, menos vividos, se iludissem. Ele não. Conhecia também o Brasil, o grau de desenvolvimento do seu povo, as taras do seu regime de propriedade e de trabalho, a sua população de cerca de quatro milhões de homens, dos quais a quarta parte de escravos, e talvez mais de noventa por cento de analfabetos.

Aceitando o lugar de ministro, José Bonifácio sabia de antemão que ia encontrar obstáculos e embaraços de toda ordem à execução dos seus desígnios. Era sem sombra de dúvida um homem do seu tempo, mas cheio de experiência, sabendo discernir o essencial do acessório, interessado em reformas de estrutura e não em construir apenas belas fachadas. Suas ideias estavam esboçadas nas instruções feitas para os deputados de São Paulo às Cortes de Lisboa e, sem descurarem das fórmulas tipicamente políticas, atacavam de preferência os problemas sociais e econômicos. Queria since-

ramente uma organização democrática (ninguém mais emancipado do que ele de preconceitos aristocráticos), queria governo responsável, governo de opinião, sistema representativo, garantias constitucionais. Mas, no plano político, desprezando o aspecto secundário e meramente formal, dava importância ao fundamental, ao que dizia respeito à manutenção da unidade brasileira e interessava à própria subsistência da nacionalidade. Mais importante do que fazer uma edição brasileira da Declaração dos Direitos do Homem, parecia-lhe dar a todos os brasileiros a consciência de que eram homens, com a abolição do monstruoso regime de trabalho assente na escravidão, com a incorporação dos índios à sociedade, com a extinção dos latifúndios, com o fomento à imigração, com o desenvolvimento dos meios de transporte, com a exploração das minas, etc.

No momento em que José Bonifácio, depois de estabelecer condições, aceitas por D. Pedro, tomava posse do Ministério, mais importante do que tudo era a preservação da ordem pública, ainda ameaçada pela tropa portuguesa, que se passara para Niterói. Um ataque dessa tropa, para forçar o príncipe a desdizer-se e tirar vingança do triunfo dos patriotas, não seria grande surpresa. Por isso, a primeira tarefa do novo ministro deve ter sido sem dúvida encaminhar as providências necessárias ao seu embarque para Portugal. Vários dias se passaram antes que tal se verificasse e momentos houve, particularmente a 6 de fevereiro, em que se supôs que o ataque da tropa portuguesa ao Rio começara. Nesse dia, José Bonifácio, malgrado os seus quase sessenta anos, ao toque de rebate, montou a cavalo e se dispôs a combater, como em Portugal, nos tempos das invasões francesas.

Vencido esse primeiro perigo, cumpria ao governo iniciar as medidas de caráter político que a situação estava a impor. Mal empossado no cargo de ministro, José Bonifácio tomava duas decisões do maior alcance – a primeira, a 21 de janeiro, ordenando ao desembargador do paço chanceler-mor que, daquela data em diante, não fizesse remessa a repartição alguma das leis vindas de Portugal, sem que fossem antes submetidas ao conhecimento do príncipe regente para que este, "achando-as análogas às circunstâncias" do Brasil, determinasse a sua execução; a segunda, a 30 do mesmo mês, concitando os governos provisórios de todas as províncias a promoverem a união das mesmas "com sujeição à regência" de D. Pedro.

Eram as primícias de uma ação política inspirada por quem não se enganava sobre o que ia acontecer.

Desde o dia 26 de janeiro, José Bonifácio e seus companheiros de delegação paulista tinham entregue ao príncipe regente a representação da província de São Paulo. Fora uma festa de grande aparato. Um imenso cortejo partira da casa do ministro, então na Travessa de São Francisco nº 12, para o paço, e dele faziam parte todos os paulistas que se achavam no Rio, o Senado da Câmara, magistrados e milhares de pessoas do povo. O discurso pronunciado por José Bonifácio confirmara o ofício de 24 de dezembro de 1821, reproduzindo textualmente muitos dos seus conceitos e carregando em outros o tom enérgico e imperativo. O que houvera nele de novo fora a lembrança da necessidade da convocação de "uma Junta de Procuradores ou Representantes", que deveria funcionar no Rio de Janeiro, e serviria para "reunir todas as províncias deste reino em um centro comum de união e de interesse recíprocos, aconselhar o príncipe regente e defender a causa das províncias e os direitos da Nação em geral". Era, na verdade, depois da resolução do príncipe de ficar no Brasil, e dos atos de 21 e 30 de janeiro, a primeira providência orgânica alvitrada no sentido de resguardar a unidade nacional.

Por decreto de 16 de fevereiro de 1822, referendado por José Bonifácio, foi feita a convocação da Junta de Procuradores das províncias. A despeito de ter sido o autor da representação paulista, datada de 31 de dezembro de 1821 e por ele lida a 26 de janeiro seguinte, em reunião solenissima, na presença do príncipe regente e do Senado da Câmara, e de ser o referendário do ato, não tem faltado quem recuse a José Bonifácio o mérito da iniciativa. E por quê? Porque o Senado da Câmara do Rio, a 8 de fevereiro, propôs a criação do Conselho de Procuradores. Nesse momento, isto é, nos primeiros dias que se seguiram aos sucessos do "Fico" e do embarque forçado da tropa portuguesa, se já havia entre o grupo mais ativo de patriotas do Rio e o novo ministro paulista dissídios ou desentendimentos, seriam ainda encobertos, dissimulados. O mais provável é que a proposta do Senado da Câmara tivesse sido feita de acordo com José Bonifácio, ou então, para que não lhe coubesse a exclusividade da medida. *O Revérbero Constitucional Fluminense,* jornal do grupo que se servia do Senado da Câmara para as suas campanhas políticas, preconizou e defendeu a ideia da criação do Conselho dos Procuradores.

Aliás, as relações do ministro de D. Pedro com esse grupo depressa se tornariam tensas. José Bonifácio era orgulhoso e absorvente. Os longos anos de estada na Europa, a consagração que merecera dos meios científicos de lá, a consciência do próprio valor, uma certa arrogância que seria traço de família não lhe facilitariam a aproximação com os políticos do Rio de Janeiro. Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira, para só citar os mais notáveis, embora empenhados sinceramente na causa da emancipação brasileira, a que prestariam os melhores serviços, apareciam a seus olhos mais ou menos como demagogos ou agitadores, que queriam precipitar os acontecimentos e, sob pretexto de trabalharem pela realização dos mesmos objetivos do governo, só lhe criavam embaraços. Nem sempre seria justo José Bonifácio ao pensar assim. O grupo de Ledo, com as suas iniciativas provavelmente imprudentes, com o seu ardor combativo e o seu espírito de proselitismo, deu ao movimento da independência uma ajuda das mais consideráveis e representou por vezes as mais profundas aspirações populares.

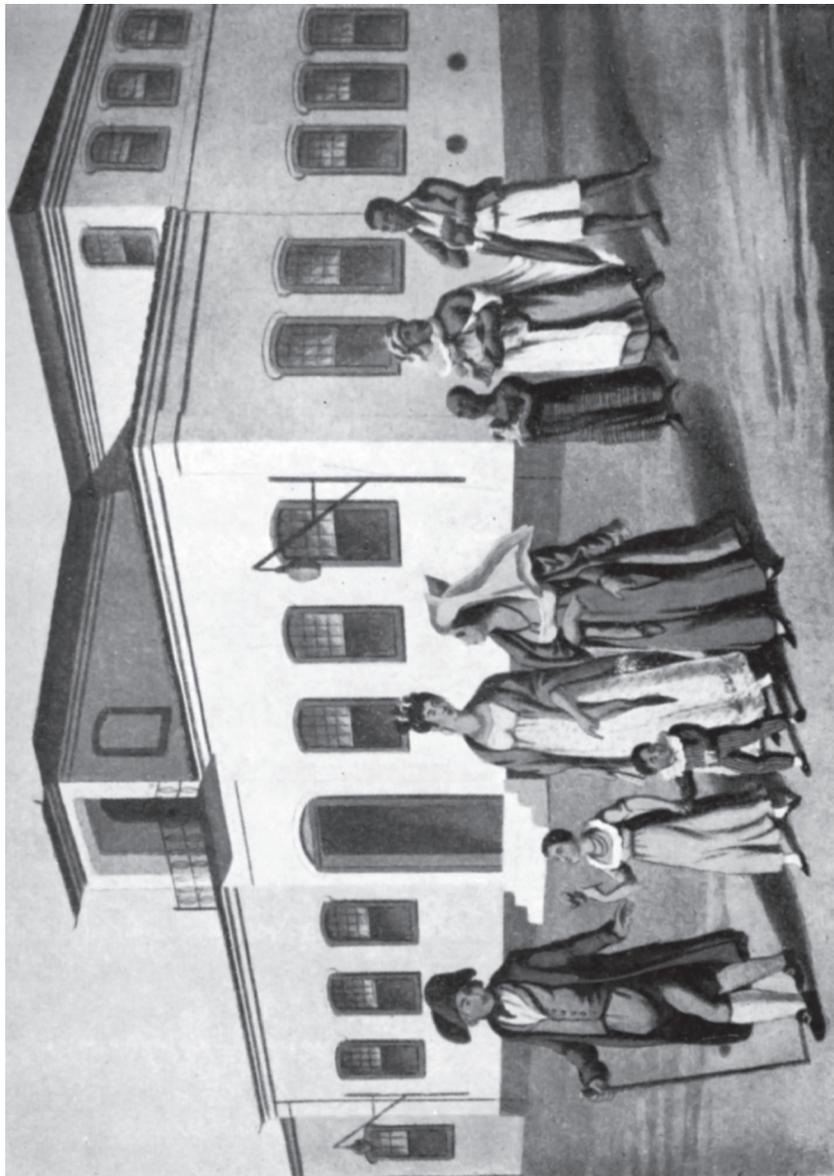
Mas é indubitável que os homens desse grupo não tardaram muito em desconfiar de José Bonifácio, e entraram a desenvolver uma ação política que procurava antecipar-se aos propósitos do governo ou a forçá-lo a ir até mais longe do que julgava conveniente. Mais do que desconfiança no programa de José Bonifácio, movia aos políticos do Rio a emulação no sentido de disputar-lhe a primazia nas medidas a serem tomadas, o sentimento menos nobre mas tão humano de não lhe deixar a glória maior nos sucessos que se iam desencadear, a hostilidade que suscitam invariavelmente os homens superiores, sobretudo quando marcam a sua superioridade por um feitio desdenhoso e até insolente.

De seu lado, José Bonifácio não tinha provisão muito larga de boa vontade para viver em harmonia ou acomodar-se com os patriotas do Rio. Não seria sem irritação ou escárnio que consideraria as atividades desses funcionários, magistrados e eclesiásticos, com a sua pretensão de definir o rumo dos acontecimentos e estabelecer a estrutura das instituições. Talvez nenhum lhe fosse menos simpático do que o oficial maior da Contadoria do Arsenal do Exército, Joaquim Gonçalves Ledo, parceiro do padre Januário da Cunha Barbosa, um e outro, a seu parecer, repetidores retardatários dos mais cediços lugares-comuns da retórica de 1789. Com essa atitude de quem não primava por modesto e se tinha na conta de

muito superior, só poderia José Bonifácio estimular os mal-entendidos, e transformar colaboradores escolhidos pelo destino em desafetos e rivais.

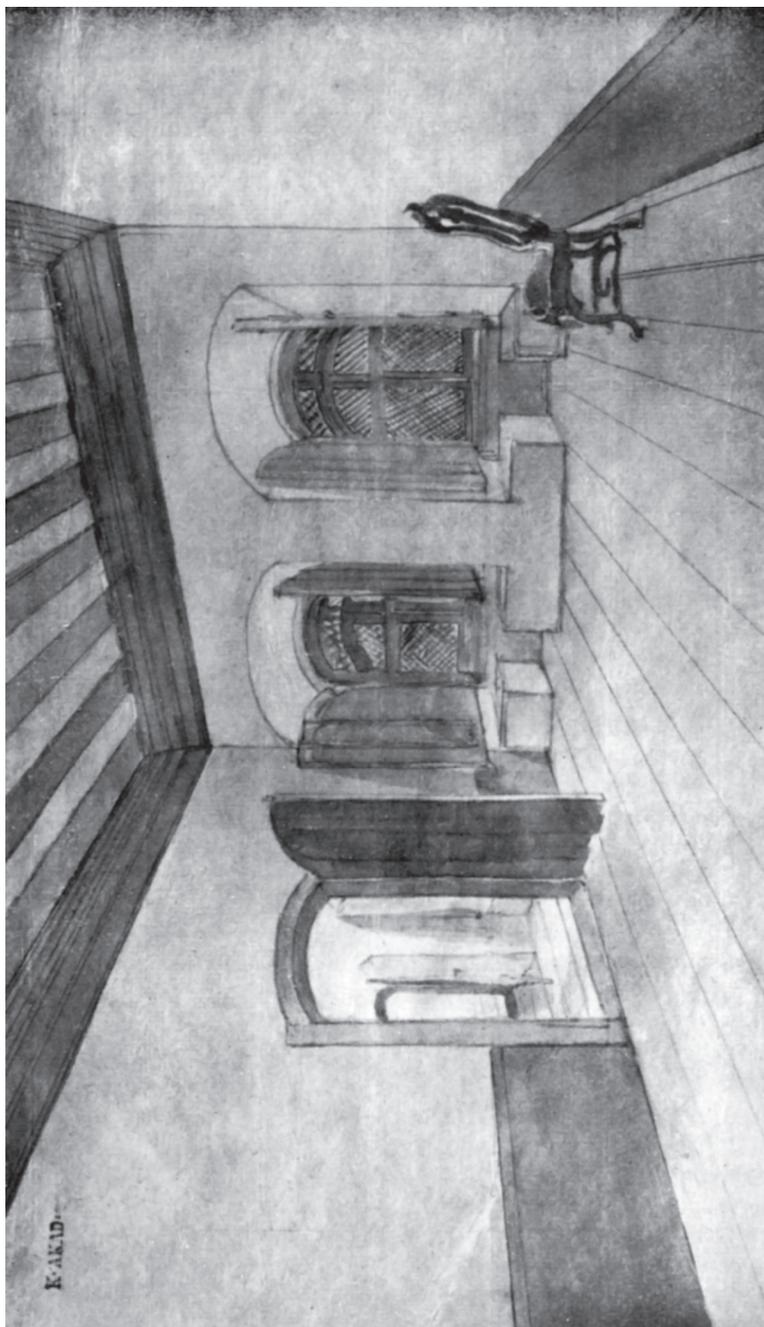
O curioso é que também eles, não obstante certo colorido mais libertário que os distinguia do ministro de D. Pedro, se tinham convencido da necessidade de fazer o príncipe regente o eixo do movimento da independência, para que esta se consumasse sem prejuízo da unidade brasileira. Disputar, pois, a José Bonifácio as preferências do príncipe constituiria para o grupo de Ledo uma insistente preocupação. Não demoraria muito o dia em que, malgrado todo o prestígio do ministro, conseguiriam captá-las. Mas nos primeiros meses o ascendente deste era enorme e chegava a provocar, entre gente mais formalista, comentários que no seu sarcasmo não deixavam de significar censura. Frequentes vezes, D. Pedro, precisando conversar com José Bonifácio, não o mandava chamar: montava a cavalo e ia procurá-lo em sua casa, no Largo do Rossio, esquina da Rua do Sacramento. Refere um contemporâneo, agente consular de um país da Europa, a cujo governo informava minuciosamente acerca dos acontecimentos do Brasil, que, passando certo dia pela porta da residência do ministro, ouviu alguém perguntar se a pessoa que no momento lá estava era realmente o príncipe regente, e a resposta fora: "Sim, é o príncipe, ajudante de ordens de José Bonifácio."

Fascinado pela inteligência, pela vivacidade e também pela desenvoltura de seu novo ministro, tão diferente dos graves e convencionais homens de governo com quem então lidara, tratava-o às vezes até de pai. Pai camarada que não o atemorizava. Um mês apenas depois de conhecê-lo, já lhe escrevia assim, agradecendo-lhe um conselho dado com franqueza: "Recebi a sua carta e nela judiciosas reflexões, as quais eu aprovo muito e agradeço; e digo que se todos os príncipes que quisessem obrar precipitadamente (assim como pelo Diabo eu ia fazendo) tivessem um amigo como eu me prezo de ter, eles nunca se deslustrariam e a sua glória seria multiplicada todos os dias graças a Deus que tal me concedeu. Logo quando passar por sua casa entrarei para lhe agradeer a franqueza que tem com este seu amo que cada dia é mais seu amigo."

Na verdade devia ser muito forte o deslumbramento que o novo ministro causara em D. Pedro, para que este, tão preocupado com a própria glória, julgasse-a multiplicada todos os dias pelos conselhos que dele recebia. O certo é que José Bonifácio formara a convicção de que sem o

Uma família brasileira.
Chamberlain, 1819-1820.

príncipe regente, sem a sua presença e a ação centralizadora do governo do Rio de Janeiro, a ruptura com Portugal acarretaria inevitavelmente o esfacelamento do Brasil. Junto de D. Pedro, numa intimidade de relações logo estabelecida, não perdia tempo. Sabendo o que queria e descobrindo sem demora as qualidades e os defeitos do príncipe, tratava de incutir-lhe a noção precisa do papel que lhe ia tocar em sucessos iminentes. Orientar esses sucessos e não ser a eles impelido, era o primeiro ponto – ponto de honra – do programa do ministro José Bonifácio. Com a adesão de D. Pedro ao movimento emancipador, poderia este processar-se com um mínimo de superfluidades revolucionárias, de transbordamentos inúteis, de choques evitáveis. Se o governo encabeçava as reivindicações de liberdade do país e não transigiria com elas, por que não confiar inteiramente em sua ação?

Nesses pensamentos do ministro, formulados com inteira boa-fé, havia um pouco daquela ilusão própria aos governantes de todas as épocas, de que estão sempre a dirigir os acontecimentos; mas havia sem dúvida o receio do estadista que traçara, lembrado da experiência de outros povos e com a mais pura inspiração patriótica, um plano em que nada de essencial fora omitido, e sentia-o ameaçado pelas imprudências de gente antes atenta às palavras do que aos fatos.

Acima de tudo, como medida preliminar, entendia José Bonifácio que era necessário firmar a união das províncias. E as notícias que chegavam ao Rio não asseguravam que se pudesse conseguir isso com facilidade. Trabalhadas por tendências particularistas, algumas delas dominadas por elementos portugueses ainda muito poderosos, outras seduzidas por um liberalismo simplório que esperava mais das Cortes de Lisboa do que da regência do Rio de Janeiro, cumpria ao governo central agir sem demora para desfazer equívocos e desmascarar ambiciosos. No Pará, no Maranhão, na Bahia não faltava quem quisesse continuar na dependência das Cortes, com o apoio das guarnições portuguesas. A posição de Pernambuco, ainda não esquecido dos dias revolucionários de 1817, parecia ambígua, os seus chefes, "jogando com pau de dois bicos", segundo disse José Bonifácio na sua linguagem pouco cerimoniosa. Perto do Rio, a província de Minas Gerais, entre desconfiada e inquieta, dava mostras de não estar identificada com o governo do príncipe regente e, sem submeter-se às Cortes, como que assumia ares de nação soberana.

Interior de casa em São Paulo.
Aquarela de Tomás Ender.

Assegurar desde logo a adesão efetiva de Minas ao governo do Rio de Janeiro pareceu a José Bonifácio providência da máxima importância. Para levá-la a cabo, ninguém melhor do que o próprio príncipe regente. O ministro confiava nos dons de irradiação pessoal de D. Pedro, no prestígio de sua presença, na sua simplicidade de maneiras, e contava, no caso de uma atitude menos pacífica dos mineiros, com a sua bravura, que não excluía, a despeito de arrebatamentos, uma espécie de prudência ou manha herdada do pai.

Não erraria José Bonifácio nos seus conselhos e nas suas previsões: a viagem do príncipe a Minas seria de imenso alcance para a causa da independência brasileira. Houve muito tato em prepará-la. Não se pôs D. Pedro à frente de uma expedição militar, nem buscou cercar-se de qualquer aparato que pudesse significar força ou traduzir ameaça. Acompanhado de uma exígua comitiva, não levando sequer um cozinheiro, disposto, como declarou, a comer feijão e farinha de mandioca e a dormir sobre uma esteira com a mala a fazer de travesseiro, dir-se-ia que o príncipe queria dar aos mineiros provas de que, como eles, era também simples e modesto.

Criado no Rio, só tendo feito até então pequenas excursões pelos seus arredores, era a primeira vez que D. Pedro tomava contato com o interior do Brasil e podia sentir a grandeza do Império que ia fundar. Deve ter sido muito forte a impressão que lhe causou essa viagem, a que um historiador emprestou o efeito de uma radical transformação no seu ânimo e de lhe ter completado a naturalização de brasileiro.

Exagero ou não, a verdade é que D. Pedro, mostrando ora brandura, ora severidade, preparando tropas para combater quando lhe constou que se oporiam a sua entrada na capital da província, prendendo o militar Pinto Peixoto e restituindo-lhe depois a espada, aparecendo em Vila Rica seguido apenas de acompanhamento civil, sem um único soldado de guarda, desempenhou admiravelmente a missão que o conduzira a Minas e conseguiu o que pretendia – ligar a grande província central ao seu governo, ligá-la para sempre ao resto do Brasil. Com a retórica que sabia destilar em ocasiões semelhantes, falou aos mineiros em "ferros do despotismo" que se tinham partido e acenou-lhes com um pacto de amizade: "Sois constitucionais, uni-vos comigo e marchareis constitucionalmente;

confio tudo em vós; confiai em mim." Era mais liberal do que eles: "vós amais a liberdade, eu adoro-a." Amor, adoração.

Enquanto D. Pedro desfazia em Minas equívocos e prevenções, José Bonifácio, no Rio, com extremo zelo e vigilância, procurava resolver as dificuldades que iam surgindo. De acordo com o decreto de 23 de março de 1822, na ausência do príncipe regente, ficara o Ministério incumbido de despachar o expediente ordinário e de tomar quaisquer medidas urgentes exigidas pela tranquilidade pública e salvação do Estado. Pelo mesmo decreto cabia a José Bonifácio, como ministro do Reino, a chefia do governo, substituindo assim o próprio príncipe.

Em momento como o que se passava, de liberdade de imprensa recém-inaugurada e de ensaio de constitucionalismo, não faltaria quem estivesse cheio de ideias salvadoras e planos miríficos. Seriam os que a José Bonifácio pareciam "anarquistas" ou "cabeças esquentadas", gente mais extremada que não se contentava com a independência à sombra do príncipe regente e queria ir até a república, segundo o exemplo de toda a América. Havia também os que o ministro chamava de "chumbeiros", e eram os reacionários portugueses, muito fortes ainda, comerciantes ricos e proprietários de largos recursos, muitos deles interessados no tráfico de africanos e na manutenção do regime escravocrata, que viam em José Bonifácio, com o seu brasileirismo inconfundível, com a sua plataforma de supressão do comércio de carne humana, de extinção gradual da escravidão, de reforma antilatifundiária da propriedade, um perigoso adversário.

Constou a José Bonifácio, não sem fundamento, que se pretendia aproveitar a ausência de D. Pedro, em Minas, para desfechar um golpe em que o príncipe seria reduzido a simples presidente de uma Junta Provisional do Rio de Janeiro. Faziam parte da conjura negociantes e caixeiros portugueses, alguns desembargadores e oficiais do Estado-Maior. Entre os que tinham ido comunicar a José Bonifácio as intenções dos conspiradores, estava o próprio juiz de fora do Rio, José Clemente Pereira, a suspeitar do almirante Rodrigo Pinto Guedes, como um dos chefes da trama.

De tudo informava José Bonifácio ao príncipe regente, em repetidas cartas e essa correspondência dá bem a medida das semelhanças de temperamento entre um e outro. Com uma jactância que lhe era característica, dizia: "eu que nada temo, ainda costumo rondar a pé a cidade,

porém com mais cuidados para não dar caneladas [....] não durmo e vigio sobre tais energúmenos", embora em outra carta declarasse: "não sou gigante que tenha cem braços e cem olhos". E não ficava em palavras. Como os conspiradores pretendessem dar o golpe planejado a 18 de abril, quando se efetuariam as eleições para o Conselho de Procuradores, de acordo com dois companheiros de Ministério, leais, mas "bons homens e nada mais", deliberou adiá-las. Desconfiado de que o general Oliveira Álvares, ministro da Guerra, estivesse na conjura, entendeu-se diretamente com o general Joaquim Xavier Curado, governador das armas da Corte e província do Rio de Janeiro, e recomendou-lhe que qualquer ordem da Secretaria da Guerra, que lhe parecesse suspeita, só fosse executada com a anuência do Ministério do Reino. E determinou a prisão de vários portugueses apontados como coniventes na projetada revolta. Gorou assim a conjura, de modo que, ao chegar ao Rio a 25 de abril, depois de uma viagem de oitenta léguas, feita a cavalo em menos de cinco dias, encontrou D. Pedro a cidade em paz e pôde ir logo em seguida ao teatro São João e receber os aplausos de uma plateia entusiástica, à qual informou: "Lá tudo ficou tranquilo!"

A José Bonifácio agradou muito o resultado da viagem do príncipe regente a Minas Gerais: com ela se formara solidamente o bloco das três províncias do centro-sul do Brasil. D. Pedro estava desempenhando com perfeição o seu papel, era astuto, sabia ser cavalheiresco. E o príncipe se sentia cada vez mais preso ao ministro paulista, aquele homem de sessenta anos, em cuja companhia até então nunca se constrangera, transbordante de cólera ou de alegria como ele que era um rapaz, rindo bem-humorado ou deblaterando contra os inimigos, passando dos negócios de Estado para os casos picarescos, com uma solução pronta para cada ocorrência, a discorrer como um sábio sobre os assuntos mais difíceis, e, ao mesmo tempo, vivido, com a marca dos contatos do mundo e do tempo, com o ressaibo dos seus amores e dos seus ódios. Por isso mesmo é que D. Pedro, de seu natural pouco recatado, não hesitara em escrever-lhe sempre com o maior abandono, como naquela carta de Paraíba do Sul, de 25 de março, assim começada: "nu em pelo pego na pena para lhe participar [....]"

O ministro e o príncipe entendiam-se maravilhosamente nesses meses iniciais da nova situação. Trabalhando ambos na realização de uma

grande obra, não os separava sombra de rivalidade. Um e outro tinham de instinto a certeza de que seus papéis na história da independência brasileira eram diversos, embora convergindo para o mesmo fim. "Deus lhe dê anos bastantes de vida para de comum acordo comigo acabarmos a grande obra", escrevia o príncipe ao ministro.

Tão íntimo e tão sem etiquetas se mostrava D. Pedro com José Bonifácio, que a casa deste pode dizer-se que se transformara na verdadeira sede do governo. Em vez do ministro ir conversar e despachar com o príncipe regente no paço da cidade ou no de São Cristóvão, vinha D. Pedro ao Largo do Rossio ver José Bonifácio. Montando muito bem, era a cavalo que o príncipe se dirigia até a casa do seu ministro, muitas vezes depois de visitas nem sempre castas. Foi na casa dele, por exemplo, que antes da viagem a Minas os comandantes da esquadra e das tropas portuguesas, chegadas ao Rio a 9 de março, diante do príncipe regente, assinaram a declaração de obediência, redigida por José Bonifácio.

Influência assim tão ostensiva, provas de apreço tão públicas e reiteradas, não poderiam deixar de suscitar despeitos e ciúmes. E foi o que aconteceu. Ao grupo de patriotas do Rio de Janeiro, que tivera ação tão considerável na "ficada" do príncipe, não agradava a predominância de José Bonifácio. Nesse grupo havia realmente uma grande paixão pela causa da libertação do país, mas os seus componentes, homens de origem e formação diversas, não estavam dispostos a submeter-se passivamente às diretrizes traçadas pelo ministro nada suave de D. Pedro. Também eles ambicionavam ter parte nos acontecimentos, pretendiam sugerir e influir, desejavam ser ouvidos. E já que se tinham convencido de que a independência do Brasil, salva a sua unidade, só se poderia fazer em torno do príncipe regente, queriam aproximar-se deste, conquistar-lhe a simpatia e – por que não? – entrar para o governo, manejar o poder. Que político não sonhara com isso? Toda a glória só para D. Pedro e José Bonifácio? O largo quinhão do príncipe parecia-lhes quase fatal, mas o do ministro poderoso era mais contingente, menos necessário. Por que não disputá-lo? Não se diga que nesses pensamentos só atuassem móveis subalternos, vaidades espicaçadas. Há que conceder aos políticos que não estiveram sempre de acordo com José Bonifácio um crédito de boa-fé, de vigilância sincera, de zelo constante. O ministro, a despeito de sua visão de homem superior

– superior no sentido de inteligência, de cultura e de vida bem vivida, e superior em comparação com os seus rivais – não tinha o dom da infalibilidade. E era desdenhoso, distante, zombeteiro no tratar esses homens do Rio. Pode dizer-se assim que sem querer os provocava, criando ele mesmo muitas vezes motivos de queixas ou de desconfianças.

Não chegara ainda, entretanto, o instante em que José Bonifácio e o grupo de Ledo entrariam em conflito franco e se tornariam rancorosos inimigos. Por ora, viviam numa paz de superfície, em entendimentos que não deveriam ser muito cordiais, mas que permitiam colaboração em atos visando ao fim que todos desejavam – a independência do Brasil.

O centro mais ativo do trabalho e da propaganda emancipadora era, desde pouco depois da partida de D. João VI, a maçonaria. Fundada no Brasil ainda nos tempos coloniais, no Rio, na Bahia, em Pernambuco, foram as suas lojas fechadas em seguida à revolução republicana de 1817 na última província. Mas ressurgiu com o reaparecimento da loja *Comércio e Artes,* no Rio, em meados de 1821. De tal modo cresceu a atividade maçônica que, em maio de 1822, essa loja se desdobrou em mais duas outras – *União e Tranquilidade* e *Esperança de Niterói* – instituindo-se o Grande Oriente do Brasil. Da maçonaria faziam parte todos ou quase todos os homens que lutaram pela independência do Brasil. Uns viam nas lojas maçônicas, com a sua iniciação presa a juramentos característicos, o seu ritual e os seus segredos, o melhor, o mais eficaz instrumento para a campanha em que estavam empenhados; outros teriam menos fé nos seus métodos, acreditariam menos na sua ação. José Bonifácio figuraria no segundo grupo. E a explicação estaria numa circunstância importante: não era ele ministro, não detinha o poder, não se encontrava em posição de descortinar os sucessos e até de encaminhá-los?

No intuito de revigorar a união entre as províncias, cogitou-se também da instalação de uma sociedade de caráter literário, chamada Filotécnica, com uma revista – *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura* – de que foi publicado pelo menos um número, feito por José Bonifácio o artigo de apresentação. Mas bem se compreende que essa espécie de academia não poderia, para os objetivos políticos a que todos visavam, rivalizar com os clubes secretos. Nessa convicção, filiou-se José Bonifácio à maçonaria, pertencendo à loja *Comércio e Artes.* Procedia assim à maneira dos bons patriotas do tempo, decidido a servir-se de todos os recursos

possíveis. Nas lojas como que se apurava o fervor dos partidários da liberdade brasileira, atentos aos golpes dos inimigos desta, ainda muito fortes. E outro intuito, talvez de aspecto menos generoso e mais realista, mas que lhe parecia indeclinável no momento, moveria José Bonifácio a ter parte na maçonaria: saber o que nela se passava, acompanhar de perto os seus passos, já que não confiava em todos os seus adeptos, sobretudo nos mais influentes. Estes últimos – Ledo, Januário, José Clemente, Domingos Alves Branco Muniz Barreto e mais alguns – eram precisamente os que não se conformavam com o seu ascendente no governo e a sua enorme influência sobre D. Pedro. Não obstante, por muito ocupado e incômodos de saúde, não podia comparecer assiduamente às sessões maçônicas e o que nelas se fazia nem sempre era do seu agrado.

Por sugestão do brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto, a loja *Comércio e Artes* resolveu que fosse oferecido ao príncipe D. Pedro o título de "protetor e defensor perpétuo e constitucional do Brasil". A 13 de maio de 1822, dia de gala e de beija-mão ao povo, por ser a data do aniversário de D. João VI, José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara, comunicou ao príncipe regente que o povo e a tropa acabavam de aclamá-lo "protetor e defensor perpétuo" do Brasil. D. Pedro respondeu que aceitava o título de defensor, mas nunca o de protetor do Brasil, "porque este não precisava de sua proteção e a si mesmo se protegia". Embora o barão de Mareschal, agente diplomático da Áustria no Rio de Janeiro, geralmente bem informado, atribuísse a José Bonifácio a lembrança da representação ao príncipe, parece que, ao contrário, a iniciativa fora tomada à sua revelia. Seria a primeira manifestação mais clara dos propósitos do grupo de Ledo de intervir diretamente na direção dos acontecimentos: José Bonifácio deveria partilhar as penas e as glórias do movimento e não supor que sozinho venceria; e o príncipe não poderia continuar a ouvir somente as opiniões do seu ministro e a ele mostrar-se tão ligado que, segundo o dito irônico dos fluminenses, mais parecia um ajudante de ordens do que um regente. Solapar a influência de José Bonifácio, ganhar as graças de D. Pedro, tais seriam os planos de adversários a se descobrirem.

. . . .

Capítulo VIII

JOSÉ BONIFÁCIO E A CONVOCAÇÃO DA CONSTITUINTE. A MAÇONARIA. OS MANIFESTOS DE AGOSTO. O GRITO DA INDEPENDÊNCIA.

A ACLAMAÇÃO DE D. PEDRO como defensor perpétuo do Brasil, postas de lado possíveis razões pessoais ou subalternas por parte dos promotores da medida, tinha sentido político importante pelo caráter de iniciativa popular que assumira. Já o príncipe não era mais apenas o regente, a exercer essas funções por designação do rei D. João VI: era também o "defensor perpétuo e constitucional do Brasil" pelos desejos do povo. Indubitavelmente, estava nos planos dos autores do golpe imprimir ao movimento emancipador um cunho democrático, a despeito de estar no centro dele um príncipe de sangue, nada mais nada menos do que o herdeiro da coroa portuguesa. E para que isso tivesse uma marcha mais rápida, deliberaram pugnar por uma medida de significação insofismável: a convocação de uma Assembleia Constituinte no Brasil. Essa convocação, desde que ninguém mais acreditava nas Cortes de Lisboa, devia estar nos desejos de todos quantos queriam a independência brasileira e o estabelecimento de um regime constitucional; desejos mais fortes ou mais urgentes nos homens que não tinham as responsabilidades do governo e não se capacita-

vam das incertezas da situação política em várias províncias, mas desejos gerais. Reunir uma Constituinte no Brasil era, nesses dias de 1822, de tão intensa vibração, uma ideia que ocorria a todos os patriotas, uma dessas ideias que surgem e não se sabe quem a teve em primeiro lugar. Já a 3 de abril, em carta escrita de Minas a José Bonifácio, o príncipe D. Pedro lhe mandava dizer: "Uma das coisas que se há de tratar depois de sabermos como foi recebido Antônio Carlos e a convocação de Cortes no Rio, que me parece de absoluta necessidade e ser o único açude que possa conter uma torrente tão forte."

Que pensaria a respeito José Bonifácio? Mareschal, o atento representante de Metternich no Rio, contou numa correspondência para Viena, datada de 17 de maio, que já se falava então abertamente em Cortes brasileiras e que o ministro de D. Pedro *ia mais longe,* tendo sustentado, no paço, em presença de muitos estrangeiros, a necessidade de uma grande Aliança ou Federação Americana, de liberdade completa de comércio, e mais ainda que, no caso de oposição da Europa, o Brasil fecharia os seus portos e adotaria o sistema da China. Dissera ainda José Bonifácio que o governo deveria agir como a Natureza e que os seus meios eram o tempo e o espaço, não lhe faltando nem um nem outro; e mais que o Brasil precisava de estradas e canais, de um Poder Judiciário imparcial, da abolição do tráfico africano, da abertura de escolas e da cultura física da mocidade.

José Bonifácio não seria em princípio contrário à reunião da Constituinte. O homem de ciência, que formara o espírito nas últimas décadas do século XVIII, detestava sinceramente o despotismo, chamado na sua ode *À Poesia,* escrita em 1785, de "monstro horrendo". Mais talvez do que nenhum outro brasileiro de seu tempo assimilara o pensamento dos filósofos e reformadores políticos, em que se esteavam as reivindicações liberais. A sua posição ideológica não poderá ser definida, como já fizeram alguns historiadores menos serenos, tendo em vista o seu temperamento, certo feitio arrebatado ou impulsivo, imprecações em horas de cólera, ditos de ocasião: para situá-la há os seus trabalhos publicados e há até o que mais do que tudo merece crédito – os papéis do seu arquivo, os seus mss. com a força e o abandono da sinceridade.

José Bonifácio não duvidava de que a convocação de uma Assembleia Constituinte fosse indispensável. Mas hesitava acerca de sua

oportunidade. Não se deixando prender, como muitos dos que estavam a trabalhar pela libertação de sua terra, por questões puramente formais ou seduzir por modas, figurinos e sestros políticos, considerava as dificuldades que se antepunham à reunião da grande assembleia. Sem falar das que decorriam das condições sociais da escravidão e do analfabetismo – sem cogitar da dispersão geográfica e da morosidade de transportes e comunicações, impressionava-o a situação de muitas províncias ainda não ajustadas ao movimento da independência, como a Bahia, a despeito da admirável atitude da zona do Recôncavo, como Pernambuco, como o Maranhão. Parecia-lhe preferível assegurar antes a unidade nacional, firmar a solidariedade das províncias e cuidar depois da Constituinte. E temia o que chamava de "desordens das Assembleias Constituintes", temia os excessos das facções e dos grupos partidários de cunho personalista, coisa muito diferente da livre manifestação da opinião pública nos países democráticos, temia a tirania dos demagogos e dos agitadores incapazes de qualquer ação construtiva.

Fosse esse o seu ponto de vista, nem por isso, e a despeito de estar no governo, pôde evitar que se precipitasse a convocação da Constituinte. Notícias chegadas de Portugal deixavam patente que as Cortes lisboetas, malgrado certas medidas que aparentemente poderiam significar uma atitude mais favorável ao Brasil, continuavam no seu propósito de fazê-lo voltar à situação da época colonial. Haveria, porém, entre gente mais conservadora quem se deixasse sinceramente iludir ou tivesse interesse em tal. Maler, agente consular da França, acompanhando os acontecimentos com grande atenção, registrou que em sinal de regozijo pelas novas de Portugal muitas casas tinham posto luminárias; no Largo do Rossio, todas, menos a de José Bonifácio.

Sentiu para logo o grupo de patriotas do Rio, que fazia da maçonaria o seu centro de atividades, e do Senado da Câmara o órgão iniciador de quaisquer medidas, a necessidade de uma ação imediata e de um golpe decisivo. Seria a Constituinte, mediante uma representação ao príncipe D. Pedro para que a convocasse sem demora.

E essa representação foi feita no dia 23 de maio. Em carta escrita a D. João VI, dois dias antes, o príncipe, sabedor do que se preparava, dizia ao pai: "É necessário que o Brasil tenha Cortes suas: esta opinião genera-

liza-se cada dia mais. O povo desta capital prepara uma representação que me será entregue para suplicar-me que as convoque e eu não posso a isso recusar-me, porque o povo tem razão [....] sem Cortes o Brasil não pode ser feliz. As leis feitas tão longe de nós por homens que não são brasileiros e que não conhecem as necessidades do Brasil não poderão ser boas." No final da carta, D. Pedro, depois de chamar o Brasil de adolescente que diariamente adquire forças e de repisar a necessidade de Cortes brasileiras, que lhe pareciam mais um meio de manter a união com Portugal, dava mostras de como se deixara empolgar pelo movimento emancipador, nestas palavras sintomáticas: "sem igualdade de direito em tudo e por tudo não há união. Ninguém se associa para ver piorar a sua condição, e aquele que é o mais forte melhor deve saber sustentar os seus direitos. Eis porque o Brasil jamais perderá os seus que defenderei com o meu sangue, sangue puro de brasileiro [...]"

A linguagem do príncipe não destoava da que usavam os mais sinceros patriotas, e a carta deixava fora de dúvida que ele aderira à ideia da convocação da Constituinte. Não obstante, ao receber, a 23 de maio, a representação que lhe foi entregue pelo Senado da Câmara, respondeu de maneira dilatória: "Fico ciente da vontade do povo do Rio e tão depressa saiba a das mais províncias, ou pelas Câmaras ou pelos procuradores-gerais, então imediatamente me conformarei com o voto dos povos deste grande, fértil e riquíssimo reino."

Palavras tão medidas, depois das declarações peremptórias da carta ao pai, indicavam que se fizera sentir uma ação moderadora, e esta fora, segundo grandes probabilidades, de José Bonifácio. Nesses dias de maio de 1822 havia no Rio de Janeiro uma inquietação generalizada, o mesmo acontecendo em muitas províncias. Os menos atentos pressentiam que estava a chegar o momento em que não poderiam subsistir mais equívocos, subterfúgios ou meias medidas. A união com Portugal, em pé de igualdade, que iludira muita gente, já não satisfazia mais a ninguém. As referências feitas, em atos e documentos públicos, a essa união, representavam antes um expediente oportunista, em consideração à pessoa do príncipe D. Pedro, do que a convicção de que ela pudesse prevalecer. No Rio a inquietação ameaçava transformar-se em agitação, em revolta popular. Entre patriotas, temia-se que, à falta de medidas enérgicas, pelas quais o Brasil

definisse a sua vontade de ser um povo livre, viesse a perigar a sua independência. Não escasseavam os elementos reacionários, sobretudo no comércio português, nos "chatins da Rua da Quitanda", conforme classificação pejorativa de um contemporâneo. E isso estimulava ardores nativistas e favorecia o surto de tendências mais radicais, nitidamente republicanas, democráticas puras, abolidos quaisquer compromissos com a monarquia constitucional que se estava esboçando. Dividiam-se as opiniões e surgiam, como sempre em tais circunstâncias, muitos guias e conselheiros, bem intencionados uns, simples agitadores outros.

Nessa situação, que se tornava incerta e confusa, ganhava mais do que nunca ascendente uma sociedade cujos fins eram em toda parte de combate ao despotismo e de propagação do credo liberal – a maçonaria. Decidindo-se a pleitear com insistência a convocação da Constituinte, dava a maçonaria, aos propugnadores dessa medida, em ocasião tão perigosa, um apoio de suma importância. À frente da iniciativa puseram-se Ledo e os seus companheiros habituais, muito mais do que antes dispostos a realizar os seus desígnios, a não parar no caminho, a não retroceder.

José Bonifácio, fiel ao seu pensamento de que não convinha apressar nem impedir a reunião da Constituinte, percebeu que chegara a hora de tomar a respeito uma decisão. Mas, brioso, julgando que em assunto de tanta magnitude não poderia o governo ficar diminuído, resolveu procurar uma fórmula que deixasse todos bem. Qual seria? Como se terão processado suas negociações com o grupo da maçonaria? Que teria combinado com o príncipe D. Pedro?

A míngua de informações positivas, e pelo que se conclui de alguns atos oficiais e de certos acontecimentos ocorridos na época, pode-se conjeturar que houve a princípio desentendimento entre José Bonifácio e o grupo de Ledo. Este, querendo ter a glória da iniciativa, não submeteu à aprovação do ministro o passo que decidira tomar, limitando-se, na melhor das hipóteses, a comunicar-lhe o que ia fazer. Em favor da medida formara-se um forte movimento de opinião. A maçonaria, com um número de adeptos cada vez maior, passara a exercer uma influência sempre crescente e fizera programa de reivindicação imediata a convocação da Constituinte. A José Bonifácio desagradaria profundamente a feição que a maçonaria começava a assumir impondo-se e sobrepondo-se ao gover-

no, querendo orientar e dirigir; e, nesse estado de espírito, teria advertido o príncipe D. Pedro acerca dos inconvenientes de atender desde logo os pedidos para a reunião da Assembleia Constituinte. Mas o príncipe, que tanto garbo fazia de ser "constitucional", e queria dar resposta adequada às Cortes de Lisboa, encarava com simpatia a ideia de estabelecer Cortes brasileiras. José Bonifácio ter-lhe-ia ponderado que já se convocara o Conselho de Procuradores, ainda não reunido por causa da situação anormal de muitas províncias e até pelas ameaças de perturbações da ordem pública no Rio de Janeiro, em abril, durante a viagem do príncipe a Minas; que, embora não fosse contrário à convocação da Constituinte, continuava a achar que o momento mais oportuno seria aquele em que o Brasil "livre de inimigos e de facções pudesse constituir-se sem baionetas"; mas, uma vez que a campanha em prol daquela convocação ganhara tanto prestígio e poderia vir a ser uma bandeira de combate na mão de demagogos, conviria dar-lhe um rumo capaz de levá-la a desfecho satisfatório. Teria então José Bonifácio sugerido que se promovesse sem demora a reunião do Conselho de Procuradores e que a este coubesse, segundo as circunstâncias, a incumbência de propor a convocação da Constituinte.

Conforme narrativa de um contemporâneo, feita sem garantia de isenção, José Bonifácio, no dia 22 de maio, véspera da apresentação do pedido do Senado da Câmara, a D. Pedro, para que convocasse a Constituinte, dissera, a propósito dessa iniciativa: – "Hei de dar um pontapé nestes revolucionários e atirar com eles no Inferno"; e ainda: "Hei de enforcar estes constitucionais na praça da Constituição."

É muito possível que José Bonifácio tenha usado essas expressões: era um homem que se exaltava com facilidade e que nos seus assomos não media as palavras. Mas o certo é que o ministro do Reino e dos Estrangeiros não seria digno das funções que estava a exercer se não procurasse manter a autoridade do governo, se não pusesse ao serviço do seu país toda a sua experiência da vida e dos homens. Caso verdadeiras as expressões consignadas no artigo do *Correio Oficial,* de 28 de dezembro de 1833, atribuído a Araújo Viana, depois marquês de Sapucaí – artigo escrito, aliás, durante a apaixonada campanha movida para a destituição do odiado Andrada, da tutoria dos príncipes imperiais – não as explicariam apenas o temperamento vibrátil e a língua solta de José Bonifácio: seria também a ir-

ritação mal contida do observador atento dos sucessos políticos do mundo, depois da Revolução Francesa, contra a sofreguidão de alguns agitadores, o quase desespero do governante que se traçara um plano de luta e de ação e que o via ameaçado pela precipitação de homens, sem dúvida sinceros e por vezes utilíssimos à causa da independência, mas também impelidos por sentimentos menos elevados e pouco compatíveis com o papel de líderes populares, isto é, a disputa da privança do príncipe D. Pedro. Por outro lado, aborreceria a José Bonifácio verificar que, por suas manobras, pretendia a maçonaria arrogar-se a direção dos negócios políticos, colocando o governo, mais empenhado do que nunca em levar a cabo a emancipação do Brasil, em papel secundário e humilhante.

Como quer que seja, entretanto, houve nos últimos dias de maio de 1822, em torno da convocação da Constituinte, uma crise que chegou a parecer bastante séria, mas que afinal terminou num apaziguamento dos elementos em dissidência. Prova disso estará, por exemplo, na eleição de José Bonifácio, a 28 de maio, para grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, na nova organização que a maçonaria recebera. Sendo Gonçalves Ledo um dos maçons mais ativos e influentes, a escolha de José Bonifácio, no momento, demonstrava que se chegara a um acordo: partira da maçonaria a ideia de precipitar a Constituinte e o ministro que deveria referendar o decreto de convocação seria o próprio grão-mestre do Grande Oriente. E tão perfeito parecia esse acordo, que José Bonifácio deixaria a Ledo várias iniciativas no curso dos preparativos para a convocação da Constituinte, tendo-lhe cabido, segundo versão muito divulgada, a feitura do próprio decreto.

Ultimados os entendimentos, para cujo êxito bem se pode presumir tenha tido o príncipe, interessado em congregar e não em dividir, parte muito importante, começaram os atos. A 1° de junho, baixava D. Pedro uma proclamação prevenindo o povo "contra os inimigos da causa santa da Liberdade do Brasil", em que falava da "pátria ameaçada por facções", dos "ferros que se preparavam ao longe para agrilhoá-la" e concluía com um "Viva a Assembleia Geral Brasiliense", ao mesmo tempo que, por decreto subscrito por José Bonifácio, marcava para o dia seguinte, 2 de junho, em nome da "salvação do Estado", a reunião do Conselho de Procuradores-Gerais das províncias. Inaugurado o Conselho, com a presença

de dois representantes do Rio de Janeiro – Ledo e José Mariano de Azeredo Coutinho – e Lucas José Obes, do Estado Cisplatino, e mais os ministros de Estado, a fala que lhe dirigiu o príncipe deixou bem claro que a "instalação repentina" tivera um objetivo único: a convocação da Constituinte. Assim é que D. Pedro disse "ter-se manifestado sobremaneira a vontade dos povos de que houvesse uma assembleia geral constituinte e legislativa", e para não "demorar nem um só instante" a medida, reunira o Conselho a fim de saber o que pensava a respeito.

Não perdeu tempo o Conselho de Procuradores em longas excogitações e, decorridas apenas vinte e quatro horas, encaminhou a D. Pedro um requerimento em que lhe fazia ver que a salvação pública, a integridade da nação, o decoro do Brasil e a glória mesmo do príncipe regente "instavam, urgiam e imperiosamente comandavam" a convocação com a maior brevidade possível de uma Assembleia Geral dos representantes das províncias do Brasil. Redigida por Ledo, a petição do Conselho declarava que o Brasil queria ser feliz, e para satisfazer esse desejo, que era "o princípio de toda a sociabilidade bebido na Natureza e na Razão, que são imutáveis", necessitava de um governo que o permitisse. Investia depois contra as Cortes de Lisboa e afirmava que a "âncora que poderia segurar a nau do Estado e a cadeia que poderia ligar as províncias aos pés do trono" seriam a "convocação da Constituinte". E com menos retórica e mais clareza proclamava: "o Brasil tem direitos inauferíveis para estabelecer o seu governo e a sua independência."

A esse requerimento, subscrito pelos três procuradores presentes, José Bonifácio e seus companheiros de Ministério, que pelo decreto de 16 de fevereiro tinham assento no Conselho e direito de voto, deram a sua anuência, servindo-se da fórmula "conformamo-nos". E no mesmo dia 3 de junho de 1822, foi expedido o decreto mandando convocar a Constituinte, nele chamada ora de "Assembleia Luso-Brasiliense", ora com mais propriedade de "Assembleia Geral Constituinte e Legislativa composta de deputados das províncias do Brasil".

No decreto de 3 de junho, como no requerimento do Conselho de Procuradores, ainda se falava em manter a integridade da monarquia portuguesa e em união com Portugal. Palavras vãs, de pura conveniência do príncipe regente, ou derradeiras ilusões decorrentes da maneira sin-

gularíssima por que se processava a emancipação brasileira, com o herdeiro do trono português como instrumento – a verdade é que a convocação da Constituinte marcava um largo passo para frente. Era um desafio às Cortes de Lisboa e uma afirmação bastante explícita de separação e independência. José Bonifácio conseguira dar aos acontecimentos uma feição mais ordeira e mais compatível com a autoridade do governo: o decreto convocando a Assembleia Constituinte, depois da reunião do Conselho de Procuradores, e da proclamação e da fala do príncipe regente, já não parecia um ato arrancado ao governo pela audácia da maçonaria.

Aliás, a ação da maçonaria estava desde algum tempo a preocupá-lo. Nela se abrigavam figuras que não mereciam as suas simpatias e que lhe pagavam da mesma maneira. Certo, acabara de ser eleito grão-mestre do Grande Oriente, recebera o seu mais alto posto. Não lhe escapavam as vantagens, na ocasião, de uma sociedade como aquela, a servir de elemento de coordenação de atitudes e de esforços e auxiliando a ação do governo. Mas os homens mais dedicados à maçonaria não estavam dispostos ao papel, tido por eles como secundário, de simples cooperadores do governo; queriam ter iniciativas, orientar, dirigir os acontecimentos. E isso o ministro de D. Pedro obviamente não admitia.

Deve ter sido durante a crise política de maio, antes de encontrada a fórmula da reunião do Conselho de Procuradores, a convite do príncipe regente, para ouvi-lo acerca da convocação da Constituinte, que José Bonifácio resolveu fundar também uma sociedade secreta, em que exercesse influência dominante o "Apostolado" ou, segundo o seu título por inteiro, Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz. Essa espécie de réplica da maçonaria foi instalada no Rio de Janeiro, em 2 de junho, véspera da convocação da Constituinte e cinco dias depois de José Bonifácio ter sido eleito grão-mestre do Grande Oriente do Brasil. Tal criação, tida depois por seus inimigos como obra reacionária, imitada de instituição semelhante existente em Nápoles, era realmente demonstrativa da pouca confiança que lhe merecia o Grande Oriente. À reunião inaugural estiveram presentes o príncipe D. Pedro, elevado depois à dignidade de arconte-rei, e José Bonifácio à de cônsul; o príncipe assinou a ata da fundação com as iniciais D. P. A. (Dom Pedro de Alcântara) seguidas do pseudônimo *Rômulo*, ao passo que o ministro a subscreveu com as ini-

ciais J. B. A. e o pseudônimo *Tibiriçá*. O Apostolado dividia-se em três "palestras" (como o Grande Oriente com as suas três lojas), denominadas *Independência ou Morte, União e Tranquilidade* e *Firmeza e Lealdade.* Já no primeiro juramento feito, em 2 de junho, figurava a promessa de "defender por todos os meios a integridade, categoria e independência do Brasil, como reino, e a Constituição legítima do Estado"; depois, ao começarem a funcionar as "palestras", o juramento passou a ser de promover com todas as forças, e até à custa da vida e fazenda, a integridade, independência e felicidade do Brasil como reino constitucional, "opondo-se tanto ao despotismo que o altera, como à anarquia que o dissolve". Muitos dos maçons mais ativos, como Ledo, por exemplo, fizeram parte do Apostolado. Convinha-lhes sem dúvida aparentar que ignoravam o motivo da criação da nova sociedade; e, afinal, não se propunha ela também a defender a independência brasileira e não era o seu fundador o grão-mestre da maçonaria?

Tudo isso, em última análise, não passava de política de bastidores e antecâmaras, nos seus aspectos mais ou menos generosos ou mesquinhos, de que não prescinde nunca a outra que se faz à luz do dia e em público. Esta, em resguardo da unidade do Brasil e preparo de sua libertação total, José Bonifácio vinha praticando com mão segura e cautelosa. Recorde-se que um dos seus primeiros atos, ao assumir o governo, fora o de 21 de janeiro, mandando submeter ao conhecimento do príncipe regente quaisquer leis vindas de Portugal. Pois por outro ato, de 4 de maio, confirmara o antecedente, determinando que não se desse execução a nenhum decreto das Cortes de Lisboa sem o – cumpra-se – do príncipe, numa atitude de quem, não só nos juramentos das sociedades secretas, mas pela ação de governante, promovia "a integridade e independência do Brasil".

Naquele mesmo dia de 23 de maio, em que o Senado da Câmara representara ao príncipe sobre a necessidade da Constituinte, o ministro do Reino cuidava de matéria de muita importância para a nação que se organizava: a liberdade religiosa. Ia abrir-se, na conformidade do tratado de 1810 com a Inglaterra, a primeira igreja protestante no Brasil, e José Bonifácio, receoso de qualquer ato de fanatismo ou intolerância, dirigia-se ao intendente-geral de polícia para que tomasse as providências necessárias.

A 15 de junho praticava outro ato bastante significativo da resolução de levar o Brasil até à ruptura total com Portugal: notificava o cônsul

inglês que se decidira mandar admitir nas alfândegas do país os navios britânicos, independente do certificado do consulado português em Londres, até que fosse nomeado para aquela cidade um cônsul brasileiro.

Desde 24 de maio nomeara um cônsul brasileiro para Buenos Aires. Nas instruções que entregara ao novo agente consular Manuel Antônio Correia da Câmara, voltando ao assunto da federação americana a que aludira na conversa registrada por Mareschal, tratava da conveniência de uma liga dos países americanos em defesa de sua liberdade e independência, ameaçadas pelas "revoltantes pretensões da Europa", e autorizava o mesmo representante a propor ao governo de Buenos Aires um tratado de aliança ofensiva e defensiva e a assegurar que "o Brasil grande, rico e poderoso só precisava de vizinhos abastados e venturosos para comerciar e defender-se com eles".

Quem assim escrevia em maio de 1822, já não alimentava a mais leve dúvida acerca da independência próxima e completa do Brasil e não precisava de que ninguém o estimulasse para agir em tal sentido. Querendo proceder como homem de governo e alcançar os fins que tinha em vista, suportava sem paciência os agitadores, enfurecia-se facilmente contra os que, mais sôfregos ou levianos, lhe mereciam o tratamento de anarquistas. Os "pés de chumbo", epíteto que marcava os reacionários lusos, gente do comércio e traficantes de escravos, não lhe inspiravam menor horror. Numa intolerância explicável e necessária no momento, por ato de 21 de junho, recomendava que, a respeito de qualquer pretendente a emprego se apurasse sempre a sinceridade de sua adesão "à causa sagrada da união e independência do Brasil".

Em ação de mais largo âmbito, guiado invariavelmente pela política de fazer a emancipação do país sem o sacrifício de sua unidade, despachava José Bonifácio emissários para as províncias, como Pernambuco, ainda não abertamente declarada a favor da regência de D. Pedro, ou preparava expedições militares, como para a Bahia, em cuja capital o general Madeira, à frente de suas tropas, teimava em manter-se obediente às Cortes de Lisboa.

Pernambuco, vendo-se livre da tropa portuguesa, aderiu ao governo do Rio de Janeiro, sopitadas quaisquer veleidades separatistas e republicanas. A chegada ao Rio da delegação pernambucana, encarregada de

render homenagens ao príncipe D. Pedro na qualidade de regente do reino do Brasil, causou alvoroçada alegria. Como sempre, no teatro São João, o povo delirou; e no Largo do Paço, a multidão que o enchia, gritou D. Pedro, de uma das janelas, depois de receber os representantes da província do Norte: “Pernambuco é nosso!”

A situação da Bahia continuava séria. A 15 de junho o príncipe enviara uma carta régia ao general Madeira, ordenando-lhe, como regente do reino do Brasil e seu defensor perpétuo, que embarcasse sem demora para Portugal com a sua tropa. Segundo narrativa do emissário mandado pelo ministro de D. Pedro a Pernambuco e que desta província se passara destemerosamente, num barco norte-americano, para a Bahia, José Bonifácio, para não derramar sangue, teria admitido a ideia de peitar Madeira, mediante cem contos de réis metálicos. Mas o general português, sondado sobre o caso, pela própria mulher, se mostrara incorruptível. Para vencê-lo, só mesmo as armas. Em meados de julho deixava o porto do Rio uma esquadrilha sob o comando do chefe de divisão Rodrigo de Lamare, composta de uma fragata, duas corvetas e dois brigues, transportando as tropas que iam atacar os portugueses de Madeira no seu reduto da Bahia. José Bonifácio, cuidando de tudo, indicara para comandar essa força o general francês Pedro Labatut, que servira na guerra peninsular, estivera depois na Colômbia, ao lado de Bolívar, com quem não se entendera bem, e indo para as Antilhas, e depois para a Guiana Francesa, acabara no Rio de Janeiro. Labatut, admitido ao serviço do Brasil, a 3 de julho de 1822, no posto de brigadeiro, organizou o chamado *exército pacificador,* nome provavelmente sugerido pelo ministro do Reino e dos Estrangeiros.

Em São Paulo, desde maio se tinham verificado acontecimentos que iriam pôr à prova a posição pessoal de José Bonifácio. Desinteligências e rivalidades no seio do governo provisório da província, para que terão concorrido qualidades e defeitos de seu irmão Martim Francisco – zelo intransigente na defesa dos dinheiros públicos, extrema dedicação ao serviço, sobranceria, altivez, orgulho, feitio desdenhoso comum aos três Andradas dessa geração explodiram na revolta conhecida por “bernarda de Francisco Inácio”, a lembrar o seu principal autor, o coronel de milícias Francisco Inácio de Sousa Queirós, homem muito rico e membro do governo provincial. O pronunciamento tivera diretamente por alvo Martim

Francisco, contra cujo "orgulho, despotismo e arbitrariedades" clamavam as representações dirigidas ao príncipe regente. E o irmão de José Bonifácio fora não só derribado do governo da província, onde era vice-presidente e secretário da Fazenda, como expulso de São Paulo.

Enganaram-se, porém, os promotores da "bernarda" paulistana. D. Pedro, se bem que já surdamente disputado pelos inimigos de José Bonifácio, estava com este nos termos mais cordiais. Em vez de exautoração, o golpe contra os Andradas teve efeito contrário; criado o Ministério da Justiça, e passando para ele Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ocupante da pasta da Fazenda, foi esta última confiada, a 4 de julho, a Martim Francisco. Resposta mais categórica não podia dar D. Pedro, José Bonifácio, que estava a cuidar de assuntos mais sérios, embora preocupado com as desavenças de campanário, sentiu-se mais forte, mais decidido a trabalhar. O príncipe regente não o desamparara na investida provinciana contra o seu prestígio e prestara-lhe um bom serviço, colocando a seu lado, nos conselhos de governo, o irmão, genro e amigo. Tinha agora com quem se entender mais intimamente, com quem se abrir nas horas perigosas. Martim Francisco ser-lhe-ia um companheiro insubstituível e trazia para o governo a sua austeridade por vezes dura.

Desde a partida de D. João VI as finanças públicas estavam num estado quase caótico. O governo da regência de D. Pedro, com as províncias ainda mal unidas, dispunha apenas para todas as despesas das rendas da província do Rio de Janeiro. Os devedores do erário público eram em regra os poderosos da terra, ricaços habituados a não recolherem aos cofres do Estado o que deviam. O novo ministro da Fazenda, inflexível, como fora em São Paulo, passaria a compeli-los ao pagamento de seus débitos, sem admitir nenhuma exceção e perseguindo contrabandistas e açambarcadores. Logo se pode imaginar que, se Martim Francisco, do ponto de vista da fazenda pública, surgia como um colaborador de primeira ordem, nem por isso deixava de ser um homem incômodo, desses que despertam ódios, rancores, pelos interesses que contrariam. Depois de sua entrada para o governo a oposição contra os Andradas, contra o que se chamou de predomínio de uma família, só poderia crescer. E assim aconteceu. Mas José Bonifácio não temia adversários e sentia talvez gosto em provocá-los, embora fosse ao mesmo tempo "irascível e flexível", como notou um cronista a seu respeito.

Dois dias antes da nomeação de Martim Francisco, José Bonifácio tivera oportunidade de fazer, perante o príncipe regente, um longo discurso, em que deixara transparecer alguma coisa do seu pensamento e de suas queixas na ocasião. A província da Paraíba do Norte encarregara-o de significar a D. Pedro a sua adesão ao governo do Rio de Janeiro e "advogar a justa causa da independência política, integridade e centralização do reino do Brasil", e ele mais uma vez se servia do ensejo para afirmar que o Brasil não poderia mais ser governado do "velho mundo, através de milhares de léguas de oceano" e que ansiava pela "representação política que devia ter um povo livre e constituído e gozar de todos os privilégios e regalias que lhe eram inerentes". Era a reafirmação dos propósitos que o animavam de adiantar e completar a emancipação brasileira, não obstante uma referência à união com os – reinos irmãos de Portugal e Algarves, ressalva que figurará em todos os documentos públicos, até à ruptura final, sejam da lavra de José Bonifácio, sejam de Ledo ou de qualquer dos agitadores do grupo da maçonaria.

Nesse discurso, o ministro que tanto meditara acerca da oportunidade da Constituinte, chamava o decreto de sua convocação de "beneficentíssimo". Mas não escondia a irritação e a mágoa que os inimigos lhe causavam: "em tempos tais como os nossos, em que as paixões desenfreadas, as intrigas secretas, o falso patriotismo e a ambição solapada de governar em uns, o desavergonhamento manifesto de outros, e o vil interesse mascarado de muitos, tentam à porfia disseminar suspeitas e denegrir inteiramente o Ministério de V. A. Real [....] a escolha que de mim fez o governo, e o povo, da Paraíba, não pode deixar de penhorar a sensibilidade do homem ainda o mais estoico ou indiferente."

A impassibilidade dos discípulos de Zenon não seria muito compatível com esse homem de reações prontas, de extrema vivacidade, interessado por tudo e por todos. E não se deve lamentar que assim acontecesse: uma obra como a que lhe coube, não se concebe que pudesse ser realizada sem a quente e humana paixão com que a marcou, sem o amor e o ódio que nunca lhe faltaram. Muito de sua grandeza estará nesse calor de vida, nessa vibração de mocidade que os anos não arrefeceram, nem diminuíram. Assim era e foi até o fim José Bonifácio "tão homem, tão moço, tão intrometido" nos dias próximos da independência do Brasil, como lhe escreveria depois o marquês de Resende.

Os intrigantes, ambiciosos e interesseiros, a que se referia o ministro, no seu discurso diante do príncipe, seriam naquela ocasião menos José Clemente ou Gonçalves Ledo, por exemplo, do que os autores da intentona de São Paulo contra Martim Francisco, e certos jornalistas mais desabusados do Rio, de preferência Soares Lisboa, no seu *Correio do Rio de Janeiro.* Como muitos homens de governo, ainda tolerantes e liberais, não gostava de crítica a seus atos, detestava os jornais da oposição. A 18 de junho, indignado com os que "promoviam a anarquia e a licença", submeteu ao príncipe um decreto criando juízes de fato para o julgamento do crime de abusos de liberdade de imprensa, um júri de "vinte e quatro cidadãos dentre os homens bons, honrados, inteligentes e patriotas". Timbrava o decreto em declarar que não pretendia "ofender a liberdade bem entendida da imprensa", dando aos réus o direito de recusar dezesseis dentre os vinte e quatro juízes de fato escolhidos e assegurando-lhes "justa defesa, como era de razão, necessidade e uso". Mas ordenava que o exame, conhecimento e averiguação dos fatos obedecessem ao rito dos Conselhos Militares, "acomodado sempre às formas mais liberais", desprezando-se, quanto às penas, as leis antigas por "muito duras e impróprias das ideias liberais dos tempos", para adotar-se a legislação portuguesa já depois da revolução do Porto. A estreia da lei reguladora dos crimes de abusos de liberdade de imprensa foi logo feita com o redator do *Correio do Rio.*

Em fins de julho chegavam notícias que teriam o efeito de apressar o rompimento definitivo: a ameaça ao Brasil com a remessa de numerosas tropas para dominá-lo, ao mesmo tempo que aos cônsules portugueses se recomendava não permitissem o despacho de armas e munições para cá. As Cortes de Lisboa atingiam o paroxismo da insensatez, e nelas, ao lado de medidas que revelavam a sua completa obnubilação política, não faltavam os remoques e as invectivas dirigidas ao Brasil, aos brasileiros, a José Bonifácio e ao próprio príncipe D. Pedro, chamado de "desgraçado e miserável rapaz" ou "o rapazinho".

Ora, o "rapazinho", nos seus vinte e três anos ardentes, não era tão leviano ou tão simples, que desprezasse a glória de fundar um Império em terras americanas. Ao seu lado, estava o brasileiro, antigo secretário perpétuo da Academia das Ciências de Lisboa, que desde 1819 dissera, referindo-se ao Brasil – "que terra para um vasto e grande Império". A

fundação desse Império ele se dava com a força de sua paixão, a partir do dia em que D. Pedro o nomeara ministro. Nunca duvidara, e seu trabalho menor não fora persuadir o príncipe, desprendê-lo de Portugal, incutir-lhe a certeza de que lhe cabia predestinadamente a missão de libertar o Brasil, um Brasil unido e grande. Nem se pense que D. Pedro fosse fácil de manejar, como uma espécie de títere: homem de viva inteligência, arrebatado e do mesmo passo astucioso, querendo sem dúvida um trono na América, mas nem de todo decidido a abrir mão do que por herança lhe tocava na Europa, só mesmo alguém como José Bonifácio, em quem se associavam contraditoriamente sabedoria de velho e impetuosidade de moço, poderia servir-lhe de guia e de companheiro, cedendo ou resistindo, conforme o momento e a questão.

Cedera José Bonifácio propondo D. Pedro para a maçonaria. Apesar de grão-mestre, não lhe parecia conveniente ver o príncipe confundido com tanta gente em quem não confiava. Por que não se limitar aos segredos do Apostolado? D. Pedro tomou o nome de *Guatimozim*, ficando daí em diante mais acessível ao trabalho de sedução do grupo de Ledo, sequioso de influência e de predomínio. Não obstante, nos últimos dias de julho, todos quantos trabalhavam pela emancipação do Brasil se convenceram de que era necessário assumir uma atitude do maior desassombro, e, abafadas desconfianças e queixas recíprocas, entraram a ajustar as medidas indispensáveis. Como na última fase do movimento em favor da convocação da Constituinte, José Bonifácio se entendeu com Ledo e os membros mais destacados do Grande Oriente, entre os quais o general Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, ministro da Guerra desde 27 de junho.

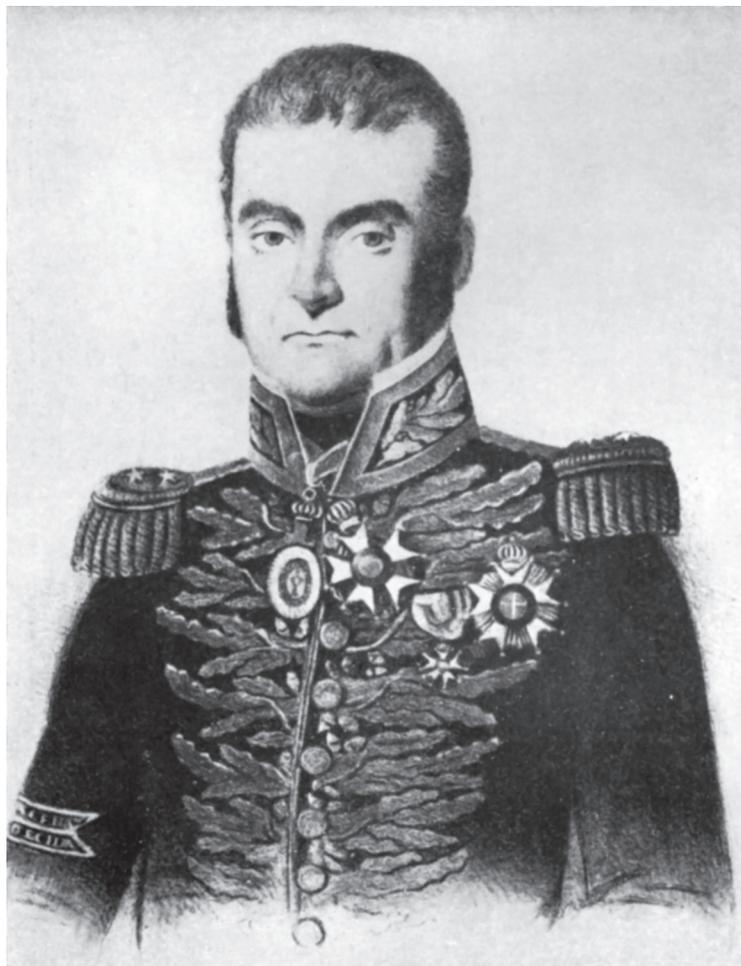
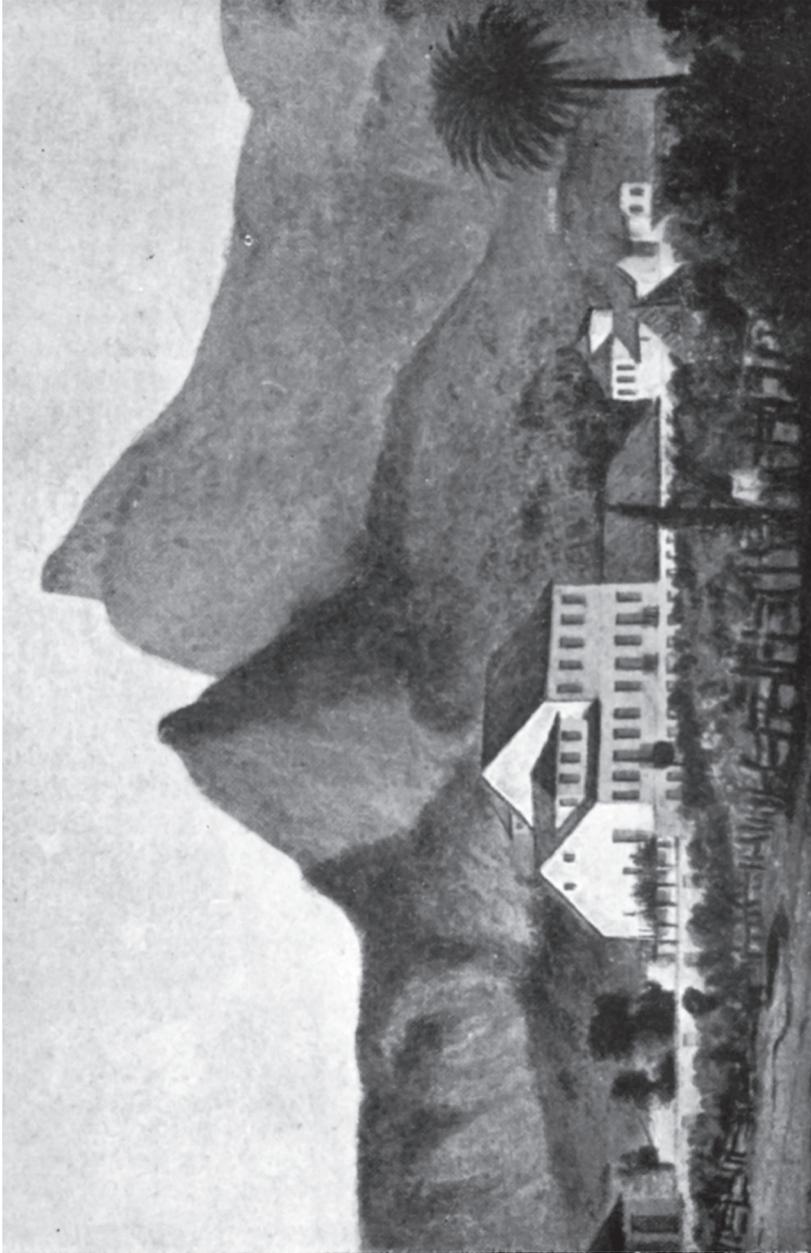
Prova de que se estabelecera a harmonia estará no ofício de 27 desse mês, em que José Bonifácio instava com José Clemente para que não gozasse a prorrogação de licença do cargo de juiz de fora, concedida pela Mesa do Desembargo do Paço, e reassumisse as funções, pondo a "atividade e patriotismo em benefício da causa do Brasil". Boas relações, ao menos aparentes, que subsistiram com Ledo até princípios de outubro, como testemunha uma carta de José Bonifácio, de 10 do mesmo mês, em termos muito polidos, escrita em resposta a outra daquele sobre assuntos dependentes da Secretaria do Reino.

Graças a tal acordo, tomaram-se medidas da maior gravidade, como a de declarar inimigas quaisquer tropas que Portugal mandasse para o Brasil. Baixou então D. Pedro, em tal sentido, o decreto de 1º de agosto, em que se dava como regente do "vasto Império" do Brasil pelo "consentimento e espontaneidade dos povos", e forte dessa investidura popular a bem dizer declarava guerra a Portugal.

Tão importante como o decreto, foi o manifesto da mesma data, assinado pelo príncipe regente, justificando-o. Parece fora de dúvida que a autoria desse manifesto cabe a Ledo. Há em verdade nele traços característicos do seu estilo e do seu feitio pessoal, tão diferentes, sob muitos aspectos, dos que revelará cinco dias depois o segundo manifesto, de 6 de agosto, em que D. Pedro falará ao mundo. Explica-se sem dificuldade a intervenção de Ledo no assunto: o decreto de 1º de agosto fora referendado pelo ministro da Guerra Nóbrega Coutinho, um dos maiorais da maçonaria. Faltariam a Nóbrega os recursos literários para preparar o manifesto explicativo do decreto, e não havia ninguém, dentre os fervorosos do Grande Oriente, mais em condições para a redação da peça do que Ledo.

O decreto e o manifesto de 1° de agosto exprimiam, sem possibilidade de engano, salvo certas referências hipócritas a uma ainda possível união com Portugal, a decisão irrevogável a que já se tinha chegado de que não poderia ser retardada mais a separação, a ruptura completa. Mais ainda: valiam como uma indireta declaração de guerra à antiga metrópole e como uma proclamação de independência.

Mas não pareceram bastantes ao governo os atos de 1º de agosto, visto que se dirigiam de preferência ao povo brasileiro, fazendo o histórico dos sucessos políticos desde a partida de D. João VI: se o Brasil assumia sem mais vacilações a posição de nação soberana, era necessário que desse ao mundo as razões por que assim procedia.

Ministro dos Estrangeiros, cabia a José Bonifácio o preparo do novo ato. Foi o manifesto de 6 de agosto. Tem-se dito e repetido que esse documento destoa dos moldes das peças diplomáticas, por extenso, imoderado e inconveniente de linguagem. A crítica é fundada. Mas pedir, em momento de exaltação, a um homem como José Bonifácio, que escrevesse uma dessas notas maliciosas, no estilo de morder e soprar tão característico da habilidade diplomática, e que dissesse as coisas sem lhes dar os nomes

General Labatut.
Lit. de Peyre.
Coleção da Biblioteca Nacional

Casa no Catete, residência de Henry Chamberlain, cônsul-geral da Grã-Bretanha, 1819-1820.
Coleção J. de Sousa Leão Filho

– era não conhecê-lo. Tudo nele se carregava de suas fortes paixões e de sua capacidade de irritar-se e de indignar-se. O manifesto de 6 de agosto ficará por isso como um documento pessoal e inconfundível da lavra do próprio ministro. Seu secretário e oficial de gabinete Luís Moutinho Lima Álvares e Silva redigia com correção e propriedade. Mas José Bonifácio não deixaria jamais a cargo de secretários polidos e inteligentes a redação de um ato dessa natureza. E escreveu do seu próprio punho o maior libelo jamais feito não só contra as Cortes, contra os inconscientes deputados de Lisboa, como contra Portugal e o espírito e métodos que tinham presidido à colonização portuguesa no Brasil. Nesse dia, o ministro, que abominava os demagogos e detestava os panfletários, não receava servir-se dos excessos e destemperos de uns e de outros. Todo ele vibrava, ao escrever o manifesto de 6 de agosto, ministro de Estado, homem de ciência e quase sexagenário, como se tivesse pouco mais de vinte anos e preparasse, prevendo o efeito entre leitores, um longo, maciço, implacável artigo de combate e demolição. E não foi melhor assim? Quem não deformado por convenções e conveniências mundanas e burocráticas deixará de preferir o documento excessivo, mas vivo, pouco macio, mas autêntico, a outro, que logo se tornasse frio e morto na coleção dos atos oficiais? A hora era realmente de paixão, e nada mais natural e oportuno do que queixas, objurgatórias e recriminações no momento em que se quebravam vínculos muito mais de servidão do que de fraternal convivência. Daí a enfiada de palavras terríveis, de alusões diretas à avareza, ao espírito de conquista, aos sórdidos interesses, às sôfregas ambições, às leis absurdas, à dura dependência, até culminar na mais enfática das acusações possíveis: "queriam que os brasileiros pagassem até o ar que respiravam e a terra que pisavam".

Mas o manifesto redigido por José Bonifácio não continha apenas agressões, não expunha somente o legítimo ressentimento de três séculos de dominação colonial: era muito mais, e sabia ser sereno ao expor a sucessão dos fatos e acontecimentos que tinham determinado a atitude naquele instante assumida pelo Brasil e adotada pelo príncipe D. Pedro; e era comunicação feita ao mundo inteiro de que os brasileiros não admitiriam a volta ao regime anterior de submissão aos interesses de Portugal. Porque é preciso considerar que o manifesto de 6 de agosto não foi obra de improviso, devido apenas à paixão do momento. Desde junho, José Bonifácio resolvera fazê-lo e pensava nele.

A 14 de agosto, enviando cópia ao corpo diplomático no Rio de Janeiro, o ministro do Reino e dos Estrangeiros, mais uma vez, dava o verdadeiro sentido da posição que o seu país tomara: "[....] Tendo o Brasil, que se considera tão livre como o reino de Portugal, sacudido o jugo da sujeição e inferioridade com que o reino irmão o pretendia escravizar, e passando a proclamar solenemente a sua independência e a exigir uma assembleia legislativa dentro do seu próprio território, com as mesmas atribuições que a de Lisboa [....]" E no fim ainda punha a ressalva de "decorosa união" com Portugal. Pura frase de conveniência diplomática, em que absolutamente não acreditava.

Cogitando desde junho da nomeação de um cônsul-geral em Londres, conforme dissera ao agente britânico Chamberlain, a 12 de agosto, dois dias antes da remessa do manifesto de 6 ao corpo diplomático, nomeava Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois marquês de Barbacena, encarregado de negócios junto ao Governo Britânico, Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa encarregado em Paris e Luís Moutinho em Washington. Da mesma data eram as instruções mandadas aos dois primeiros. Nas de Brant, em dezoito itens, José Bonifácio, depois de tratar do assunto principal que era a independência do Brasil, não se esquecia de tocar no ponto que mais interessava à Inglaterra – as relações comerciais – declarando que o Governo Brasileiro estava resolvido a fechar os portos a qualquer potência que se recusasse a reconhecer o direito que lhe assistia de se constituir em Estado independente; e embora sob a pressão dos acontecimentos políticos, cuidava de matéria da maior importância para o desenvolvimento do país, com a sua imensa costa marítima e os seus rios navegáveis: a vinda de barcos a vapor já feitos, e de operários capazes de construí-los no Brasil.

Ainda na mesma data – 12 de agosto – recomendava ao novo encarregado de negócios em Londres, que se pusesse sempre em contato com o "benemérito brasileiro Hipólito José da Costa", que naquela cidade, com a publicação do seu *Correio Brasiliense,* tanto fizera pela emancipação do Brasil. As instruções a Gameiro eram semelhantes e insistiam para que obtivesse o reconhecimento da independência.

Mais do que nunca José Bonifácio cuidava de consolidar essa independência, de torná-la de tal maneira indiscutível que nenhum governo estrangeiro pudesse ter dúvidas a respeito. Com o seu jeito petulante, não

perdia ensejo de fazer declarações diante de diplomatas e agentes consulares europeus. A Chamberlain, de quem aliás era amigo, manifestar-se-ia assim: "O Brasil quer viver em paz e amizade com todas as outras nações, há de tratar igualmente bem a todos os estrangeiros, mas jamais consentirá que intervenham nos negócios internos do país." E mais positivo ainda: "O Brasil não pretende imiscuir-se na *politique tortueuse* da Europa, e não permitirá que esta tenha aqui a menor ingerência."

Que faltava para a independência definitiva? Politicamente, firmar a unidade brasileira, enfeixar todas as províncias sob a autoridade do governo do Rio de Janeiro, expulsar do território pátrio o último soldado português, acabar com a comédia das referências a união em pé de igualdade com Portugal. À realização dessa obra consagrava José Bonifácio toda a sua capacidade, enquanto não podia tratar de outra, sem a qual a primeira ficava sem base – a emancipação econômica e a regeneração social do Brasil com a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre, com a abolição do latifúndio, com o levantamento do nível das populações brasileiras, graças à exploração adequada e humana das riquezas do país.

O governo do príncipe D. Pedro ainda sofria desafios. Já não falando da situação da Bahia ou do Maranhão, bem próximo do Rio havia o sintoma grave da "bernarda" de Francisco Inácio em São Paulo. Desde maio o governo da província se colocara em posição reacionária, como a querer, pelo desacato feito a Martim Francisco, enfrentar o próprio ministro do Reino e dos Estrangeiros.

Para restabelecer a normalidade em sua província, parecia a José Bonifácio que o recurso mais eficaz seria, tal como sucedera em Minas Gerais, a presença de D. Pedro. E este partiu a 14 de agosto, certo de que estava iminente o ato final de ruptura com Portugal. Numa viagem sem pressa, com pousadas em diversos lugares, acolhido muito bem por toda parte – o príncipe sabia fascinar e era em verdade um rapaz extremamente simpático – chegou afinal à cidade de São Paulo, onde foi recebido entusiasticamente, e, com a autoridade que as suas estroinices e desmandos só mais tarde diminuíram, pôs ordem no governo provincial e deixou bem claro o seu pensamento de amparar os amigos paulistas de José Bonifácio.

Na sua ausência do Rio, ficara encarregada da regência sua mulher, a princesa D. Leopoldina, com poderes para, em Conselho de ministros, tomar com o mesmo as "medidas necessárias e urgentes ao bem e à salvação do Estado". Grande amiga de José Bonifácio, a princesa se tornara colaboradora de sua obra e de sua ação política.

Nos últimos dias de agosto, por três navios vindos de Lisboa, chegaram notícias de que as Cortes tinham resolvido reduzir o príncipe a um simples delegado temporário do Soberano Congresso e apenas nas províncias onde exercia autoridade, com secretários de Estado nomeados em Lisboa, que passava a ser a verdadeira sede do governo do Brasil. Além disso, as Cortes haviam anulado a convocação do Conselho de Procuradores e mandado processar quantos tivessem procedido contra a sua política, num furor que visava especialmente a José Bonifácio, tido como o maior responsável pelo que se passava.

Reuniu-se sem demora o Conselho de Ministros, sob a presidência da princesa D. Leopoldina, e logo se resolveu comunicar tudo a D. Pedro. A José Bonifácio pareceu que chegara o momento decisivo. Também ele recebera cartas de Lisboa, provavelmente de seu irmão Antônio Carlos. E escreveu a D. Pedro: "o dado está lançado e de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores. Venha V. A. quanto antes e decida-se; porque irresoluções e medidas d'água morna, à vista desse contrário que não nos poupa, para nada servem e um momento perdido é uma desgraça." Nessa frase – "Venha V. A. quanto antes e decida-se", evidenciava-se o desejo de José Bonifácio de que não tardasse mais o ato final e que este se passasse no Rio de Janeiro. Com a carta andradina seguiram a correspondência oficial de Lisboa, duas cartas da princesa Leopoldina incitando o marido ao grande gesto, uma carta de Antônio Carlos para o príncipe, e outra de Chamberlain, o inglês que estava a par de tudo que acontecia. Ao portador, o porteiro e oficial da Secretaria do Conselho Supremo Militar Paulo Emílio Bregaro, José Bonifácio teria dito: "Se não arrebentar uma dúzia de cavalos no caminho, nunca mais será correio; veja o que faz."

Era a sofreguidão em que ardia o jovem sexagenário. Nesse dia, em sua casa do Largo do Rossio, a conversa, uma conversa por vezes de nervos tensos, prolongou-se até às 11 horas da noite. Mas José Bonifácio, na sua vivacidade de sempre, encontrava a ocasião de rir, de dar uma da-

quelas suas risadas que se lhe afiguravam boas para sacudir o diafragma, como gostava de dizer, e como fizera na véspera, ao receber, a altas horas, um amigo que todos julgavam morto.

Arrebentando ou não cavalos, Bregaro chegou a São Paulo. O príncipe, que fora até Santos, estava em viagem de volta para a capital da província, quando soube que emissários do Rio o procuravam. Vinha mais devagar, ao contrário de seus hábitos de cavaleiro habilíssimo, porque, sofrendo na ocasião de uma afecção intestinal, era forçado a apear-se do cavalo frequentes vezes "para prover-se", segundo a fórmula pudica de um contemporâneo. Mas, ao ter a notícia da chegada do correio da Corte, apressou a marcha e das mãos do major Antônio Ramos Cordeiro recebeu a correspondência que Bregaro trouxera. Lendo os papéis, alguns escritos talvez com a intenção expressa de irritá-lo, demonstrou logo a sua grande indignação, e, ao aproximar-se e encontrar a Guarda de Honra, que se adiantara e o esperava nas margens do Ipiranga. comunicou que as Cortes de Lisboa queriam "massacrar" o Brasil. A seu parecer, a resposta só poderia ser uma e única – a declaração imediata e solene da independência. Eram quatro e meia da tarde do dia 7 de setembro. E o príncipe, em tom enérgico, num verdadeiro brado, exclamou: "É tempo! Independência ou morte! Estamos separados de Portugal!" Ato contínuo, arrancou o tope português que ainda trazia no chapéu e sacudiu-o longe; à correspondência oficial de Lisboa amassou com raiva, pisando-a com o tacão de sua bota.

Ao grito de D. Pedro responderam todos os que o acompanhavam, desembainhando os da guarda de honra suas espadas e prestando logo juramento.

"Independência ou morte" era o nome de uma das "palestras" do Apostolado fundado por José Bonifácio; seria porventura a senha que o ministro incansável sugerira ao príncipe para a grande ocasião.

Capítulo IX

D. PEDRO IMPERADOR. A ACLAMAÇÃO E O JURAMENTO PRÉVIO. DEMISSÃO E VOLTA DE JOSÉ BONIFÁCIO AO GOVERNO.

UM GRANDE PASSO, o grande passo estava dado. Mas o que restava a fazer ainda era imenso. Assim pensaria sem dúvida José Bonifácio, com a responsabilidade do governo e na plena consciência das dificuldades de ordem interna e externa que teria de enfrentar. Mais simplistas e açodados se mostravam, porém, os patriotas do Rio, os jornalistas e os maçons do grupo de Ledo. No entender destes, cumpria acelerar os acontecimentos para que não subsistissem mais equívocos, e o que para logo deliberaram foi a aclamação do príncipe D. Pedro com o título de imperador, prestando o novo monarca, no ato, o juramento prévio de obediência à Constituição que viesse a ser feita pela Assembleia Constituinte já convocada.

Um dos intuitos da viagem de D. Pedro à província de São Paulo, onde dera o grito de "Independência ou morte", fora prestigiar José Bonifácio, seu ministro e seu conselheiro, e o fato de ter ocorrido lá o evento decisivo causaria sem dúvida o maior júbilo ao Andrada ilustre. Estaria nisso uma prova do bairrismo de que tanto o acusaram, sentimento, aliás, que o príncipe não se esquecera de enaltecer, no momento de partir de São Paulo, ao frisar, na proclamação de 8 de setembro, a primazia paulista nas

manifestações públicas em favor do movimento da independência brasileira (a carta de 24 de dezembro de 1821, do governo de São Paulo, redigida por José Bonifácio) : *"Honrados paulistanos. O amor que eu consagro ao Brasil em geral, e a vossa província em particular, por ser aquela que perante mim e o mundo inteiro fez conhecer primeiro que todos* o sistema maquiavélico, desorganizador e faccioso das Cortes de Lisboa [....]"

Mas o certo e que D. Pedro, embora ligado a José Bonifácio, vinha sofrendo o assédio do grupo de Ledo e não lhe escapava à influência. Sua entrada para a maçonaria representara uma grande vitória daquele grupo que, cada vez mais empenhado em disputar "a privança do príncipe", como asseverou um dos maçons da época, depois autor de uma narrativa histórica dos acontecimentos, foi até o golpe de fazê-lo grão-mestre do Grande Oriente, com menoscabo de José Bonifácio, rebaixado de surpresa a grão-mestre adjunto. Passara-se isso a 20 de agosto, por alvitre de Ledo, durante a viagem do príncipe a São Paulo, e numa reunião maçônica realizada em desacordo com as normas regimentais da instituição, a que José Bonifácio não comparecera. Nessa mesma reunião Ledo propusera que se aclamasse o príncipe D. Pedro rei do Brasil, e Domingos Alves Branco Muniz Barreto que a aclamação fosse de imperador e não de rei.

Prosseguia assim o dissídio, ora mais franco, ora mais dissimulado, entre José Bonifácio e o grupo de Ledo. O último golpe contra o ministro visava a diminuir-lhe o prestígio na hora mais difícil, disputar-lhe a glória das grandes iniciativas, forçá-lo a aceitar papel secundário ou impor-lhe soluções e fórmulas que não eram do seu agrado e sobre cuja oportunidade mantinha dúvidas.

Quem escrevera o ofício de 24 de dezembro de 1821, redigira o manifesto de 6 de agosto de 1822 e, a 28 do mesmo mês e ano, mandara dizer em carta, ao príncipe: "o dado está lançado e de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores. Venha [....] quanto antes decida-se; porque irresoluções e medidas d'água morna [....] nada servem e um momento perdido é uma desgraça" – sabia muito bem o que queria, não precisava que ninguém lhe viesse com lições.

O grupo de Ledo também sabia o que queria e à causa da independência se dera com fervor. Mas, sempre a desconfiar de José Bonifácio, enciumado com a sua posição de ministro e de conselheiro do príncipe, não

buscava entendimento, colaboração, esforço conjunto. E isso, em homem orgulhoso e irascível como o Andrada, só podia ter o efeito de exasperá-lo, de fazê-lo detestar essa gente, que lhe pareceria afinal, em momentos de cólera, muito mais nociva e perigosa do que realmente era.

D. Pedro, no mesmo dia de sua chegada de São Paulo – 14 de setembro – foi à maçonaria tomar posse do lugar de grão-mestre, certamente contra os desejos de José Bonifácio, que o via tornar-se ainda mais acessível à ação do grupo de Ledo. A pressa de D. Pedro, em investir-se do cargo maçônico, seria muito menos uma prova da atração das sombras e mistérios da sociedade secreta sobre o seu espírito, do que do desejo de ter conhecimento direto de tudo o que se passava e de estreitar a aproximação com o grupo apontado como representante genuíno do sentimento popular.

Da partida do pai, em abril de 1821, a esses dias de setembro de 1822, operara-se no espírito do príncipe uma transformação sensível. A despeito de hesitações e dubiedades, que nunca o abandonariam e eram próprias de seu temperamento e do seu caráter, ganhara consciência do seu papel, criara fé no seu destino e confiança em si mesmo. Não estava em seus planos abandonar José Bonifácio: teria apenas o intento de ouvir também outras opiniões e decidir por si. Mas nem sempre seria capaz de deliberações enérgicas e calmas, de uma apreciação serena dos fatos; suas resoluções patenteariam muitas vezes o fundo impulsivo e a suscetibilidade peculiares à doença nervosa de que apresentava alguns sintomas inquietantes – a epilepsia. Em setembro e outubro de 1822, talvez mais do que nunca, D. Pedro oscilou entre influências contrárias, atuado por dois motores, como notou o minucioso agente diplomático austríaco, em ofício a Metternich: de um lado, os patriotas da maçonaria, querendo resolver imediatamente todos os casos e disputando a prioridade e a glória das iniciativas; de outro, José Bonifácio, no governo, procurando chegar aos mesmos fins, mas sem precipitações e sem demagogia. O ministro, que estava empenhado em estruturar em bases firmes a organização política do novo Estado, sentia a cada passo a sua ação perturbada por medidas que lhe pareciam pouco convenientes ou inoportunas e, além disso, o intuito de seus rivais de desmoralizá-lo e abatê-lo. Na sessão de posse de D. Pedro no lugar de grão-mestre da maçonaria, Alves Branco Muniz Barreto fizera ao príncipe um apelo em que das veladas injúrias a José Bonifácio trans-

pareciam o ódio e o despeito: “[....] o ciúme que se atiça contra a nossa franqueza e lealdade por *aqueles que pretendem desvairar-vos* do trilho que tendes seguido vos quer fazer inúteis as nossas honrosas fadigas e a nossa vigilância. Não acrediteis que é por amor de vós; mas sim pelo bom sabor *do despotismo que eles pretendem estabelecer, a coberto da vossa autoridade. Apartai-vos, digno grão-mestre, de homens coléricos e furiosos. Por mais cientes que eles sejam, nunca acham a razão e só propendem para o crime.* Vós tendes sabedoria, prudência, comedimento e moderação; portanto não vos deixeis abandonar a malvados.”

O grupo da maçonaria, não contente de destituir, à traição, José Bonifácio do posto de grão-mestre, elegendo em seu lugar o príncipe D. Pedro, não hesitava em aproveitar-se da primeira oportunidade, isto é, no mesmo dia da chegada do príncipe ao Rio de Janeiro, para atacar, na presença deste, o ministro, apresentado como um vaidoso intolerável, que pretendia monopolizar D. Pedro e negar o valor dos esforços de quantos trabalharam para a causa da independência brasileira. “Nossas honrosas fadigas e nossa vigilância”, disse Alves Branco. Porventura seriam menos honrosas as fadigas de José Bonifácio ou nula a sua vigilância? E o que pretendia estabelecer José Bonifácio no Brasil era o “despotismo, a coberto da autoridade” de D. Pedro, não passando o ministro, por “mais ciente” que fosse (homenagem forçada ao seu saber, ao seu renome no mundo científico), de um “homem colérico e furioso”, uma espécie de energúmeno, ainda por cima invejoso e intrigante? Ultrajado e provocado por esse discurso, que logo chegou ao seu conhecimento, é fácil de imaginar, num homem do temperamento de José Bonifácio, a reação que suscitaria. Para ficar depois disso calmo e indiferente, deveria ter não somente a serenidade de um estadista, mas a impassibilidade de um estoico, a paciência de um santo.

Serenidade e paciência não eram as maiores virtudes do grande ministro. E aceitando o desafio, irritado, decidido a inutilizar aqueles que poderia sem exagero considerar seus inimigos e, por uma transposição facilmente explicável, inimigos também da obra a que se consagrara – preparou-se para a luta com coragem e redobrada paixão.

Sem a preocupação da anuência de José Bonifácio, antes com o propósito de tomar-lhe a dianteira e de solapar-lhe o prestígio, o grupo da maçonaria, sempre com o Senado da Câmara do Rio a seu serviço,

iniciou uma ação política de grande importância, qual fosse o preparo da aclamação, a 12 de outubro, de D. Pedro, como imperador constitucional do Brasil; e nesse sentido, José Clemente, presidente do Senado, expediu circulares às Câmaras de todas as províncias. José Bonifácio, que fora dos mais lúcidos em ver que a independência do Brasil, sem prejuízo de sua unidade, encontrara no príncipe regente um poderoso instrumento, não era, não poderia ser contrário à sua aclamação como imperador constitucional. Mas a circular expedida, em combinação com Ledo, não se limitava a propor que as outras Câmaras pedissem a aclamação de D. Pedro no dia convencionado, que era o de seu natalício: estipulava a cláusula do juramento prévio, que o novo imperador deveria prestar à Constituição a ser feita pela Assembleia Constituinte.

A essa cláusula José Bonifácio se opôs intransigentemente e pode dizer-se que ela foi causa do seu rompimento completo com o grupo de Ledo. Não a admitia por vários motivos. Em primeiro lugar, tinha escassa confiança nas obras dos grandes corpos coletivos, onde muitas vezes a influência maior não era dos mais ilustres, dos mais idôneos, dos mais virtuosos, porém dos mais audaciosos, dos mais atrevidos, dos mais dotados de facúndia oratória; depois, não acreditava muito que o Brasil daquele tempo pudesse formar uma assembleia de cem homens à altura da tarefa, mais capazes de um trabalho que se ajustasse às peculiaridades e exigências do país – e ele o esboçara com segurança nas instruções de 1821 aos deputados de São Paulo – do que do debate acadêmico dos grandes temas, dos grandes princípios, dos grandes pregões do liberalismo; e, sobretudo, não se esquecia do exemplo tão próximo e tão impressionante das insânias das Cortes de Lisboa. Não queria que o novo imperador de um país novo, quase virgem, e ainda mal unido e pacificado, com imensas oportunidades de construir alguma coisa de próprio e original, viesse a ficar na posição do velho rei do velho Portugal. Divergiu, pois, José Bonifácio desse ponto de vista do grupo da maçonaria e não sossegou mais no combate que daí em diante lhe deu.

A atitude de Ledo e seus amigos assumia sem dúvida ares democráticos com a pretendida subordinação prévia de D. Pedro à Constituição que viesse a ser feita pelos representantes do povo. Ocorre, entretanto, notar que a conduta ulterior dos principais antagonistas de José Bonifácio não foi

nada coerente com o que sustentaram nos dias de setembro e outubro de 1822, o que permite supor que os animava paixão pessoal de preferência a paixão ideológica. Depois que D. Pedro se desmandou, dissolveu a Constituinte, passou a exibir uma concubina, criou tribunais de exceção, fez morrer patriotas na forca, exilou e manteve José Bonifácio no exílio durante seis anos, e, mais do que tudo para os "democratas", outorgou uma Constituição que não cumpria, Ledo não figurou entre os liberais que se opuseram ao imperador, e José Clemente foi ministro submisso e tido por absolutista.

Enquanto não chegava o dia 12 de outubro, marcado para a aclamação do imperador, e continuava o desacordo entre o grupo da maçonaria e José Bonifácio, este ia tomando outras medidas mais fáceis, embora também importantes, no sentido de definir as características do governo nacional que se inaugurava. A 18 de setembro baixava um decreto em que significava que, à vista do Brasil ter declarado a sua emancipação política, devia possuir um escudo de armas, não só diferente do de Portugal e Algarves, como representativo da nova nação; e descrevia as armas e a bandeira brasileira, como se mantiveram até 1889. Por outro decreto, também de 18 de setembro, criava o tope nacional brasiliense, composto das cores emblemáticas – verde da primavera, e amarelo do ouro –, num laço que os patriotas usariam no braço esquerdo, sob o juramento da legenda – Independência ou morte! Ainda na mesma data, referendava José Bonifácio um decreto em que se concedia anistia geral "para todas as passadas opiniões políticas", tornava obrigatório o uso do laço nacional a "todo português, europeu ou brasileiro que abraçasse o atual sistema do Brasil", e marcava prazos, segundo o lugar da residência, para se retirarem, aos que não quisessem "gozar como bons cidadãos os benefícios da sociedade" brasileira.

Continuava, todavia, a luta mais ou menos franca contra José Bonifácio e seu irmão Martim Francisco, ministro da Fazenda, que se malquistara pela severidade com que dirigia as finanças públicas e por ter mais acentuada certa feição insolente do orgulho andradino. Insinuando-se no ânimo de D. Pedro, buscando talvez desde então o socorro de influências que se tornariam depois todo-poderosas, os inimigos dos irmãos Andradas não se esqueceram de um caso que os tocava muito de perto: a "bernarda" paulista de Francisco Inácio. A 23 de setembro, à vista de um requerimento feito por Ledo no Conselho de Procuradores, assinava o príncipe, na pasta

da Justiça, um decreto mandando cessar a devassa instaurada em São Paulo contra os implicados na "bernarda" e soltar os que estivessem presos.

A medida tinha sem dúvida cabimento e, quando não a motivasse, segundo o decreto, "a alegria pela eleição dos deputados do Rio de Janeiro à Assembleia Constituinte", justificava-a o grande momento que o Brasil estava vivendo e que determinara, dias antes, a concessão de anistia geral para as "passadas opiniões políticas".

Mas José Bonifácio, referendário e presumível autor do decreto de anistia, lembrando-se provavelmente dos insurgentes de São Paulo, excluíra dos benefícios do esquecimento "aqueles que já se achassem presos e em processo". Menos generosa a atitude do ministro, ou fundada talvez em pequena confiança na estabilidade da ordem pública, a verdade é que o decreto mandando cessar a devassa em São Paulo irritou-o sobremaneira, levando-o a solicitar demissão. D. Pedro rejeitou o pedido e instou com ele para que não o abandonasse. José Bonifácio, certo embora dos embaraços e desgostos que o esperavam, concordou em continuar. Pareciam-lhe imprudentes e pouco oportunas as iniciativas que o grupo da maçonaria vinha tomando e receava que o príncipe não pudesse ou não soubesse livrar-se dos falsos amigos e conselheiros.

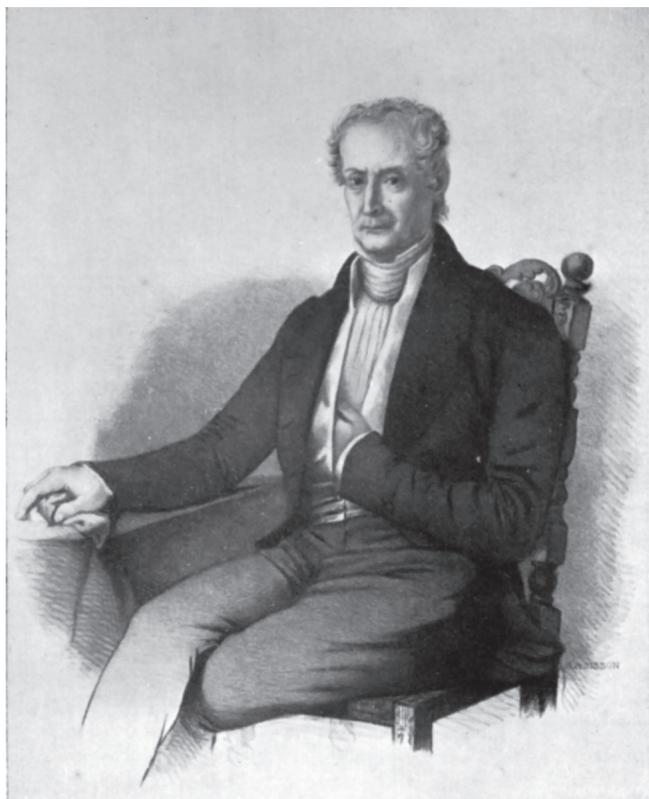
De fato, os patriotas do Rio não se capacitavam das dificuldades com que ainda lutava o Brasil para assegurar a sua independência e a sua integridade. A Bahia, o Maranhão, o Pará continuavam fora da comunidade nacional; havia o perigo de uma reação armada de Portugal; cumpria entabular negociações com as potências europeias acerca do reconhecimento da independência. E havia outras questões prementes para o governo, como, por exemplo, a falta de recursos financeiros, necessários antes de tudo ao preparo de força militar em condições de dominar os focos de resistência portuguesa e a mobilização de uma esquadra para defesa da imensa costa marítima brasileira.

Ora, assoberbado de problemas tão importantes, era natural que José Bonifácio visse com desconfiança e má vontade aqueles que, desatentos à realidade, já agora se confundiam com simples agitadores ou demagogos, criando obstáculos à ação do governo e, o que era pior, alimentando propósitos de anulá-lo e até derribá-lo. Não sendo homem de "medidas d'água morna", e uma vez que D. Pedro lhe negara a demissão pedida, dis-

pusera-se a enfrentar a audácia de Ledo, José Clemente e seus partidários, a combatê-los no terreno que eles escolhessem. Responsável pela direção dos negócios públicos, não consentiria que a maçonaria e o Senado da Câmara se sobrepusessem ao Governo: far-se-ia respeitar e, homem sem pavores, sinceramente convencido de que agia de acordo com os mais puros interesses do seu país, não se espantaria com ameaças, reprimiria ou preveniria golpes de surpresa com outros do mesmo caráter.

Curioso é que esses patriotas mais turbulentos, salvo nos seus excessos ou quando queriam traçar os rumos do governo, estavam muitas vezes a prestar-lhe serviços. As conversas de José Bonifácio com o agente diplomático austríaco deixavam entrever isso. Para justificar certas atitudes aos olhos do correspondente de Metternich, fazia o ministro referências constantes aos desejos do povo, às manifestações públicas. Essas suas conversas com o representante do legitimismo e do direito divino dos reis têm sido interpretadas desfavoravelmente, extraindo-se delas presunções ou provas de que o ministro era menos ardoroso em querer a independência, menos avançado nas soluções a serem adotadas. Ainda sem pôr em dúvida a fidelidade completa e perfeita das narrativas do agente austríaco, forçoso é convir, a menos que se tenha José Bonifácio na conta de um simplório, que ele, ao conversar com Mareschal, não confiava todos os seus pensamentos, não lhe dizia a nua verdade. Falando ao representante da Áustria, havia por certo de expor as coisas jeitosamente, como seriam mais do agrado do interlocutor e menos contrárias aos pontos de vista da Santa Aliança. Que diplomata bisonho, que ministro das Relações Exteriores menos hábil não faria o mesmo?

Prova de que seus planos, para consolidar a emancipação já conquistada, visavam à aclamação de D. Pedro como imperador, está sem possibilidade de contestação na nota que a 4 de outubro de 1822 dirigiu a Caldeira Brant, agente diplomático brasileiro junto ao Governo britânico. Palavras textuais suas: "o estado político do reino vai tomando um aspecto bem satisfatório aos amantes da boa causa [....] o patriotismo brasileiro e a adesão à pessoa do seu augusto defensor têm sugerido um novo meio de segurar a independência que proclamaram os povos; e este é a exaltação de S. A. R. ao trono imperial do Brasil, cortando assim o nó das incertezas e dando-se ao país dignidade e consideração própria e à Assembleia que se vai instalar um poderoso e independente Executivo. Sendo esta a vontade

dos povos já de sobejo pronunciada nas províncias, e sobretudo nesta Capital, cujo entusiasmo tem até sido necessário moderar, é impossível que S. A. R. deixe de anuir quanto antes ao único meio de centralizar para sempre em si a Revolução Brasílica e dirigi-la a bem dos povos. Assim o comunico a V. S.ª para que prevenido desde já deste grande acontecimento político prepare o Gabinete inglês e a Europa a aplaudir esta medida e regule finalmente neste sentido as suas transações diplomáticas". Terminava recomendando a Caldeira Brant que transmitisse a comunicação aos demais agentes diplomáticos do Brasil, e salientando a conveniência de um entendimento constante com o representante brasileiro nos Estados Unidos "pois que a Inglaterra e a América setentrional serão agora o assento das mais consideráveis transações sobre o Brasil".

Martim Francisco Ribeiro de Andrada.
Da *Galeria dos Brasileiros Ilustres,* de Sisson.

Cochrane, 1808.
Óleo de J. P. Ramsay.
Reproduzido de *Lord Cochrane,* por Christopher Lloyd.

Nesse documento de 4 de outubro estava definida a posição de José Bonifácio, certamente já tomada muito antes: queria a aclamação do príncipe, com o titulo de imperador, como desfecho da revolução brasileira; e queria, ao lado da Assembleia que se ia instalar, um Poder Executivo forte, que assegurasse a ordem, terminasse a tarefa de unir todas as províncias e pudesse, por uma ação harmônica e até pela própria presença, proporcionar à Constituinte facilidades para a realização de uma obra que, sem fugir ao espírito do tempo, se ajustasse às condições do Brasil.

Firme nessa convicção, o ministro resolveu impedir a todo custo que vingassem os planos do grupo de Ledo no sentido de ser o príncipe coagido, no ato de sua aclamação, a jurar a futura Constituição, fosse qual fosse. Na intimidade da maçonaria, teria D. Pedro, num impulso bem do seu feitio, declarado que "se era para bem do Brasil, reunião das províncias e sossego do povo, estava pronto a dar dois ou três juramentos, se tanto fosse preciso". Mas o príncipe, capaz de belos gestos, não primava muitas vezes pela ponderação e, sem embargo do seu apregoado constitucionalismo, gostava de mandar e breve se revelaria um autoritário, cerceado apenas pelo ambiente das ideias políticas do tempo.

Conhecendo os pendores de D. Pedro, José Bonifácio, que discordava da cláusula do juramento prévio, não terá encontrado maiores obstáculos em convencê-lo da inconveniência do que pretendiam os patriotas da maçonaria e, ganho o apoio do príncipe, não ficaria em meias medidas. Por instigação ou a conselho seu, D. Pedro chamara na noite de 9 de outubro Ledo e José Clemente e lhes fizera advertências severas. Refere um cronista que ao ser o príncipe eleito grão-mestre da maçonaria, Ledo, José Clemente e Nóbrega teriam obtido dele três folhas de papel em branco com a sua assinatura. Advertido por José Bonifácio sobre a imprudência cometida e a imperiosa necessidade de reaver as assinaturas em branco, D. Pedro, a conselho do ministro, conseguira a restituição, sob ameaça de prisão em fortaleza.

Verdadeiro ou não esse episódio, o certo é que nas vésperas de 12 de outubro, data marcada para a aclamação do novo imperador, José Bonifácio retomara inteiramente a direção dos acontecimentos e tinha o príncipe a seu lado. Aproximando-se o dia solene, decidira não consentir de maneira alguma que José Clemente e Ledo executassem o que planeja-

vam, nem que se visse forçado, para tolher-lhes a ação, a usar de violência. O indefectível correspondente de Metternich comunicava para Viena que José Bonifácio lhe dissera ter feito saber a José Clemente o destino que o esperava, se não procedesse convenientemente – a prisão numa praça de guerra. E no dia 10 a reunião do Senado da Câmara se realizou em condições anormais. As imediações da igreja do Rosário, em cujo consistório se celebravam as sessões, estavam cheias de "massas do povo", segundo a narrativa de um dos historiadores da maçonaria, gente em atitude hostil, manobrada pelo Apostolado, que vociferava contra Ledo e seus partidários. Alguns dos mais conhecidos desordeiros do Rio, como Miquelina, Campos, Porto Seguro, lá se achavam. José Clemente e outros maçons foram na saída apupados e apedrejados, sendo que o primeiro, sujo de lama, escapou talvez de coisa pior graças à destreza do cocheiro de sua carruagem.

Por muito irritado, e com razão, que estivesse José Bonifácio, tais cenas se se passaram com a sua aquiescência, deverão figurar entre os pecados do grande ministro. Mas o que ele julgava necessário aconteceu, embora servindo-se de processos demagógicos contra os que lhe pareciam perigosos demagogos. E no seu realismo por vezes despejado terá achado preferível o que sucedera, a mandar prender o presidente do Senado da Câmara e muito menos permitir que os já agora adversários implacáveis do governo o levassem de vencida.

No dia 12 de outubro o príncipe D. Pedro foi aclamado imperador constitucional do Brasil, em meio de grandes festas. Sua resposta, aceitando o título, não mencionou a cláusula do juramento prévio, que produzira dissídio tão grave. Estava José Bonifácio vitorioso e podia, seis dias depois, com certa ênfase, escrever a Caldeira Brant, agente diplomático em Londres: "os povos sensíveis aos grandes benefícios que deviam ao seu magnânimo e augusto defensor perpétuo o aclamaram legal e solenemente no glorioso dia 12 de outubro corrente imperador constitucional do Brasil". E incumbia Brant de comunicar à Corte de St. James a aclamação de D. Pedro I, confiando à sagacidade do diplomata a melhor maneira de proceder, certo de que não se embaraçaria por quaisquer tratados anteriores com a monarquia portuguesa, caducos que estavam depois que o Brasil se separara, "constituindo-se nação livre e independente de Portugal e Algarves".

Como ministro dos Negócios Estrangeiros do novo Império, "nação livre e independente", no mesmo dia 18 de outubro, em que mandava fazer ao Governo britânico a participação oficial da aclamação, já endereçava ao mesmo Governo uma altiva reclamação a respeito de fatos irregulares ocorridos com navios brasileiros, pelos quais era responsável *Sir* Thomas Hardy, comandante de uma esquadra britânica surta na Bahia. E recomendava ao representante brasileiro em Londres (ainda não regularmente acreditado junto ao Governo Britânico) que "ressalvasse a dignidade da nação brasileira, a qual bem que em seu começo podia e devia fazer-se respeitar", obtendo a "desaprovação do inexplicável desleixo do comodoro Hardy [....]".

O tom de José Bonifácio era de quem falava em nome de uma nação soberana, de igual para igual com as mais ricas, como a Inglaterra. O Brasil já era um povo livre, e isso, até onde tais acontecimentos podem depender da ação consciente dos homens, fora em larga parte obra sua. Muitos outros, os patriotas do Rio, com o grupo maçônico à frente (sem esquecer José Joaquim da Rocha), tinham trabalhado muito, servido muito à causa. Mas seria incomensurável injustiça negar-lhe o papel preponderante. Com os defeitos de um temperamento excessivo, com as asperezas de um caráter voluntarioso, fora contudo o político mais inteligente, o verdadeiro estadista que o movimento da independência brasileira revelara. Sem ele no governo, e sem a presença de D. Pedro, a unidade do vasto Império teria sido preservada com dificuldades muito maiores, e o Brasil, dividido e dilacerado, não escaparia provavelmente aos transes do caudilhismo e da tirania militar. Se muitos dos patriotas, que lutaram e sofreram pela causa da emancipação nacional, concordaram com a forma por que esta se processara, a sombra do príncipe regente feito depois imperador, abafados voluntariamente pendores republicanos, ninguém mais do que o ministro por vezes desabusado se aferrara a essa solução. E ninguém com o seu valor de maior figura intelectual do Brasil de então, com um nome de sábio em toda a Europa – tivera como ele o mérito de colocar-se em segundo plano, de fazer do jovem príncipe de vinte e três anos a primeira personagem do jogo político que se ia representar. Ministro na significação mais profunda da palavra, isto é, servidor, consagrara-se com transbordamentos ao ofício de incutir em D. Pedro a consciência de sua missão histórica.

Sem perspectiva para julgar José Bonifácio, levados uns, de boa-fé, por vãos temores de que ele, porque enérgico e convencido da necessidade de um governo forte, descambasse no despotismo, impelidos outros por móveis menos desinteressados, teimavam seus adversários em combatê-lo, em desvirtuar-lhe os atos, em atribuir-lhe intenções ominosas. Não desamava a luta esse paulista impetuoso; e ferido, ultrajado, mal compreendido, procuraria revidar como quem não se amedrontava, tomando medidas algumas delas certamente menos prudentes ou exageradas. Em 21 de outubro, para começar, suspendeu o *Correio* do *Rio de Janeiro,* folha onde João Soares Lisboa, trêfego jornalista português, vinha publicando artigos que lhe pareciam demagógicos e contrários à monarquia constitucional. Havia em verdade frases ambíguas nesses artigos e o propósito mais ou menos manifesto de criar confusão. Suspendeu o jornal e deu ordem ao jornalista de deixar o país no prazo de oito dias. Em seguida, voltou-se contra o alvo maior de suas queixas no momento – a maçonaria, e persuadiu o imperador de que devia mandar fechá-la até segunda ordem. Ao presidente do Senado da Câmara, José Clemente Pereira, a quem havia muito suspeitava de insincero e tendencioso, teria feito saber que deveria demitir-se; ao padre Antônio João Lessa, um dos seus mais exaltados adversários, ordenou que se retirasse do Rio para um sítio distante vinte léguas.

Não tiveram essas providências o efeito de acalmar os ânimos e, ao contrário, mais os excitaram. Havia na capital do novo Império quem não estivesse disposto a calar-se ao primeiro aceno do governo e se julgasse com direito de ser ouvido, de ter voz ativa, de opinar. Não se inaugurava um regime constitucional? E começou uma grande agitação, movida pelo grupo de Ledo, circulando notícias desencontradas de golpes de força contra o governo, de conluio do ministro da Guerra, Nóbrega, com os inimigos de José Bonifácio. Este foi censurado no Conselho de Procuradores, onde três membros protestaram contra os atos tidos como violentos.

O correspondente meticuloso de Metternich mandava notícia de tudo o que ocorria, não omitindo nada que pudesse ser interessante. Assim é que relatava uma cena muito violenta em que a imperador teria ameaçado Ledo de fazê-lo “enterrar vivo”. Tais transportes de cólera eram frequentes em D. Pedro e, com certeza, se de fato fez essa terrível ameaça, estaria no momento na maior irritação contra Ledo. Quem exultaria com

isso seria José Bonifácio, a quem Mareschal encontrou no dia 22 de outubro demonstrando grande satisfação e afirmando que a atitude adotada pelo governo era a que merecia um partido para o qual não devia haver paz nem trégua.

A intranquilidade continuava e o grupo que se sentia atingido lutava para não sucumbir. Do imperador, afinal, que não teria jeito para a papel de monarca constitucional, dependeria o rumo imediato que os sucessos iam tomar. Mudando bruscamente de atitude, decidiu-se a revogar as medidas rigorosas que tinham sido determinadas: a maçonaria foi autorizada a reabrir-se, o redator do *Correio do Rio de Janeiro* viu desfeita a ordem de deportação.

José Bonifácio estava convencido da necessidade das providências subitamente canceladas e temia pela ordem pública. Não suportando exautorações, nem sendo dos que se apegam às posições de mando com sacrifício do amor-próprio, pediu demissão. Martim Francisco acompanhou-o. Isto se deu a 27 de outubro. Em pouco mais de um mês, era a segunda vez que se dispunha a abandonar o governo.

A crise deixava patente que a situação política do novo Império ainda se distanciava muito da estabilidade pelo menos de fachada que atingiria algumas décadas mais tarde. D. Pedro I não se ajustaria, como depois o filho num longo reinado de meio século, às funções de árbitro entre os partidos e os grupos em choque. E era sem dúvida cedo demais para que isso acontecesse. As paixões do momento assumiam grande intensidade, apaixonado era ele, apaixonado José Bonifácio, apaixonados os adversários deste.

Por considerável que lhe parecesse o grupo da maçonaria, por muito que desejasse harmonizar os contendores, o feitio de D. Pedro I inclinava-o incoercivelmente a tomar também partido, a ser contra ou a favor, a adorar ou a detestar. Diante do pedido de demissão de José Bonifácio não podia permanecer indiferente ou superior. Talvez a poderosa personalidade do ministro não lhe parecesse muito cômoda; um conselheiro e secretário de Estado menos ardente, menos imperioso, com opiniões mais flutuantes, não lhe criaria por certo tantos casos. Mas sentia que precisava dele, que lhe ia fazer grande falta. E ao cabo de cerca de dez meses de convivência diária, habituara-se à companhia daquele homem tão mais velho

poderia quase ser seu avô que sabia tudo, que tudo previa, cheio de exemplos e casos semelhantes a propósito de qualquer acontecimento, e ao mesmo tempo sem carrancismo, com impulsos de moço. Menos apegada ao ministro não era a imperatriz, a arquiduquesa austríaca dada a estudos de história natural, que nele encontrara uma das raras pessoas com quem podia conversar à vontade. D. Pedro não quis conceder a demissão solicitada. No mesmo dia 27, por duas vezes, foi, em companhia de D. Leopoldina, à casa de José Bonifácio, e instou para que continuasse; e no seguinte, de manhã, lá esteve novamente com D. Leopoldina. Aos apelos do imperador e da imperatriz, o ministro demissionário se conservou inacessível. Só continuaria no governo se D. Pedro I estivesse de acordo com ele na orientação a seguir, nas providências a tomar.

Tentou então o monarca nomear novos ministros. O barão de Santo Amaro, antigo secretário particular de D. João VI e companheiro de José Bonifácio na universidade de Coimbra, recusou o convite que lhe fora dirigido e da mesma maneira procedeu o conde de São João da Palma. D. Pedro, em contato com José Bonifácio, pedia-lhe conselhos, indicação de nomes, em expansões de grande franqueza. Eis como numa carta lhe expunha os embaraços em que se via para reconstituir o Ministério: "O conde da Palma não quis aceitar assim mande-me dizer quem lhe parece ou se deve unir outra vez a Justiça ao Império, mas então quem servirá nos Negócios Estrangeiros? Peço-lhe que me excogite um se quer ainda que não seja de deitar a barra longe o que não há. Não sei se Manuel Jacinto mas parece atado. Carneiro tem o irmão ladrão, de forma que não sei sobre que pé devo dançar [....] peço-lhe que haja de me aconselhar como um amigo que deseja o bem de sua pátria e deste seu amigo Pedro."

Afinal, nas últimas horas do dia 28 de outubro, organizou D. Pedro novo Gabinete. Santo Amaro substituía José Bonifácio na Secretaria do Império e Estrangeiros, e o desembargador João Inácio da Cunha ia para o lugar de Martim Francisco, na pasta da Fazenda. Também recebiam novos titulares outras pastas, como a da Justiça e da Guerra. Todas as demissões e nomeações constaram de um único decreto, referendado por José Bonifácio, e no qual o imperador agradecia aos antigos ministros os seus serviços e declarava que lhes concedera as demissões para mostrar que era constitucional e não obrigava ninguém a servir contra a própria vontade.

Era um governo incolor, que o momento não comportava. De José Clemente ou Ledo, D. Pedro não cogitara sequer, amigo que continuara de José Bonifácio; e o grupo da maçonaria ainda via Nóbrega apeado da pasta da Guerra. O ambiente político do Rio de Janeiro não mudara desde as primeiras repercussões da revolução constitucionalista de Portugal, sensível, inquieto, perturbado, propício às agitações populares, aos lances demagógicos, aos golpes de surpresa. Não seria possível em tão pouco tempo formar correntes de opinião esclarecida, encaminhar tendências e interesses no sentido das organizações partidárias. O que os brasileiros de então queriam, era a emancipação, a ruptura com Portugal, a independência, dentro naturalmente das fórmulas políticas do liberalismo triunfante e que encontravam a sua expressão mais generalizada e mais elástica no constitucionalismo. D. Pedro I realizara as aspirações de muita gente e dizia-se "constitucional". Nesses dias de 1822 o povo do Rio o amava, e ele também fazia empenho em proceder de acordo com os desejos populares.

No conhecimento dessas circunstâncias os amigos de José Bonifácio resolveram promover uma manifestação do povo em favor da volta dos Andradas ao poder. Pôs-se à frente do movimento José Joaquim da Rocha, patriota que desde 1821 lograra grande influência no Rio de Janeiro e por ocasião do "Fico" do então príncipe regente tivera papel preponderante. Surgiram sem demora representações do povo, com numerosas assinaturas, da tropa, das províncias, pelo órgão dos procuradores-gerais, proclamações, boletins, tudo no sentido de convencer D. Pedro I da necessidade de recolocar José Bonifácio e Martim Francisco no Governo. Entre 29 e 30 de outubro foi feito um intenso trabalho de propaganda, a que se entregaram, sem descanso, os partidários dos Andradas, arregimentados no Apostolado. A 30, realizou-se uma sessão tumultuosa no Senado da Câmara, de que José Clemente se viu forçado a fugir, e nela se redigiu também uma representação ao imperador impetrando a volta dos dois paulistas. Na tarde desse mesmo dia, ao Largo do Rocio, onde residia José Bonifácio, afluiu grande massa de povo, a dar vivas ao seu nome e reclamar a sua reintegração no governo.

Ciente do que se passava, o imperador deixara o paço e se dirigira para a casa do seu antigo ministro. As representações, a manifestação popular, tudo que se fizera repercutira favoravelmente no ânimo de D.

Pedro. Não fora ele o primeiro a pedir a José Bonifácio que ficasse no seu posto? Depois do que acontecera mais se arraigara nos seus desejos, e fora à casa do Rocio para persuadir o ministro que se demitira e comunicar-lhe que deferira os pedidos a seu respeito. Desde a véspera, porém, José Bonifácio se retirara para uma chácara do Caminho Velho de Botafogo (atual Rua Senador Vergueiro). Lá foram procurá-lo muitos amigos e não tardou que lhe dessem a notícia da presença de D. Pedro na casa do Largo do Rocio. Dispôs-se então a vir de novo para a sua residência. Mas o imperador, a quem a imperatriz acompanhara, sôfrego, sem cuidar de etiquetas, já deixara a casa do Rocio e mandara sua carruagem seguir para a chácara do Caminho Velho de Botafogo. E José Bonifácio e D. Pedro encontraram-se no caminho, na altura da Glória. Grande cena, a que a fibra romântica do imperador deu mais vivo colorido: ao ver José Bonifácio e Martim Francisco, D. Pedro I desceu do carro e abraçou e beijou várias vezes seus antigos ministros, exclamando: "Não tinha eu previsto que o povo se oporia?"

À sua residência do Rocio, José Bonifácio chegou em triunfo, com D. Pedro ao lado. Tendo certeza de que novos dissabores se seguiriam àquele momento de fastígio, quis significar logo, num viva, o seu pensamento político voltado para a manutenção da monarquia constitucional, e gritou da janela da casa, junto do imperador, em resposta às aclamações que faziam a ambos: "Viva Pedro I, II, III, IV."

Voltava José Bonifácio ao poder "reintegrado" no seu lugar de ministro do Império e dos Estrangeiros, como declarou o decreto de 30 de outubro de 1822. Pela justificação desse ato, em que o imperador aludia aos "mal-intencionados" que buscavam por todos os modos comprometer perante a opinião pública o seu ministro, "roubando à nação um bom servidor", e falava de "intrigantes", de "caluniadores", de "autores de vil cabala com que pretendiam engrandecer-se e promover tumultos, discussões e finalmente a guerra civil", bem se percebia que José Bonifácio só concordara em retomar a direção do ministério mais prestigiado do que antes.

"Mal-intencionados", "intrigantes", "caluniadores", "autores de vil cabala" já se sabia quem eram – Ledo, José Clemente e os do seu grupo. Contra eles a ação do governo ia se fazer sentir com rapidez e energia. Tão audaciosos, tão decididos, tão pouco prudentes em outras ocasiões, por que, nos dias em que José Bonifácio esteve fora do poder, não procuraram

dominar a situação, nem sequer opor a menor resistência à campanha de José Joaquim da Rocha e dos dedicados amigos do ministro que detestavam? Inibição de momento, falta de verdadeiro apoio popular, certeza de que o imperador se decidiria afinal por José Bonifácio? Seja por que for, chegara a hora em que o ministro, que tinham pretendido humilhar, destituindo do posto supremo na maçonaria, despojar das maiores iniciativas e impor outras que reputava inoportunas ou inconvenientes não hesitaria em afastá-los do cenário, exercendo reprovável vingança, aos seus olhos "uma das fragilidades mais desculpáveis da natureza, quando excitada por injustiças e insultos". E logo vieram rigorosas medidas repressivas, prisões, deportações, fechamento da maçonaria, abertura de uma devassa para a descoberta dos "terríveis monstros desorganizadores", dos "facciosos inimigos da tranquilidade pública, traidores do Império". José Clemente, o cônego Januário, Pereira da Nóbrega foram exilados, deixando o porto do Rio a 20 de dezembro, num bergantim francês, com destino ao Havre; Ledo escondeu-se numa fazenda próxima e, favorecido pelo cônsul da Suécia, conseguiu fugir para Buenos Aires. Antes de partir, dirigiu uma representação ao imperador, documento de inegável altivez, em que se mostrou fiel ao estilo de grandes tiradas retóricas, de que o manifesto de 1º de agosto fora a peça mais expressiva.

Repressão excessiva por parte de José Bonifácio, mau início de um regime constitucional. Não era entretanto menos verdade que o grupo da maçonaria desde certo tempo não colaborava com o governo, desde o começo não disfarçava ciúme, inveja, rivalidade, mal dissimulando o propósito de denegrir, intrigar, derribar o ministro paulista. Ferido, irritado, sem o dom da paciência, orgulhoso, certo do seu valor pessoal, passou a considerar Ledo e seus amigos simples demagogos, anarquistas e perturbadores da ordem, cuja ação maléfica era necessário suprimir. E foi o que fez, aproveitando-se da ocasião.

. . . .

Capítulo X

PLANOS. INICIATIVAS, REALIZAÇÕES. A CONSTITUINTE.
CRISE POLÍTICA. DEMISSÃO DE JOSÉ BONIFÁCIO DO MINISTÉRIO.

ESTAVA JOSÉ BONIFÁCIO livre dos adversários que lhe pareciam mais incômodos, mas não descansava na tarefa de pôr fora de ação todos aqueles a quem chamava, numa portaria de 11 de novembro aos Governos e Câmaras das províncias, de "furiosos demagogos e anarquistas". Havia sem dúvida um grande exagero nessa atitude do ministro, decorrente do desejo de não ser perturbado na realização de seus planos e do invencível horror que lhe inspirava a simples demagogia, a mera parolagem de indivíduos adstritos sobretudo ao jogo de lugares-comuns de natureza política. Mas isso não basta para explicar o afinco e o encarniçamento com que se entregou ao combate dos "furiosos demagogos". É preciso não esquecer que, dentre as eminentes qualidades que possuía, não estavam nem a modéstia, nem a tolerância, nem a paciência. José Bonifácio era sôfrego, orgulhoso, suportava mal a contradição, a divergência, o ponto de vista contrário. Quem nos dias inquietos de 1822 não pensasse como ele, não tivesse as mesmas opiniões, dificilmente lhe escaparia da increpação de demagogo, se manifestava tendências mais democráticas; de "pé de chumbo", se demonstrava disposição menos afoita em favor da independência brasileira. A

verdade era que não faltava, para tormento do grande ministro, quem fosse muito mais demagogo do que democrata, ou muito mais reacionário no sentido de entravar, a bem de interesses privados, a emancipação do Brasil, do que propriamente moderado por querer uma solução menos violenta ou radical. De qualquer maneira, logo depois de desembaraçar-se do grupo de Ledo e da maçonaria, teve a impressão de que poderia agir mais livremente e levar a cabo a obra imensa que cabia ao governo. E diga-se logo, em abono de José Bonifácio e em resgate de seus defeitos, a essa obra ele se dedicou com coragem e inteligência, com amor e pertinácia. Em meio de dificuldades de toda ordem, esse homem já de sessenta anos e de saúde frágil era o mais animoso, o mais confiante, o que deixava sempre, fosse no que fosse, a marca mais profunda de paixão e de entusiasmo. Não se completara ainda a unidade material do Brasil; na Bahia os patriotas lutavam contra os antigos dominadores – influentes e poderosos –, e também no Maranhão, no Piauí, no Pará. Para assegurar definitivamente a soberania brasileira, e consolidar nos seus elementos básicos a jovem nacionalidade, José Bonifácio tinha uma clara noção de que não bastavam reivindicações liberais, fórmulas políticas apregoadas como remédios infalíveis. Antes de tudo, o que se impunha era firmar a ordem pública no vasto e ainda mal articulado Império, mobilizar os meios de expulsar as tropas portuguesas que se obstinavam em não reconhecê-lo, preparar a defesa do país contra uma possível agressão. Não estava o Brasil, em última análise, em verdadeiro estado de guerra? Que tinham sido os atos de 1º e 6 de agosto, senão uma declaração de guerra a Portugal?

Disso não se capacitavam os que viam na emancipação nacional apenas a conquista dos direitos e das liberdades políticas e queriam o seu gozo pleno, quando ainda não se concluíra a luta pela independência.

José Bonifácio era obrigado a cuidar de assuntos que transcendiam as suas atribuições no governo, embora o fizesse com prazer e até inevitavelmente, dado o seu feitio transbordante e absorvente. Mas o certo é que o imperador, posto que inteligente e com muitos dons de sedução pessoal, carecia de experiência da vida pública; e os ministros, sem excetuar talvez o próprio Martim Francisco, eram destituídos de qualquer traço de verdadeira superioridade, o que não quer dizer que fossem nulos ou incapazes.

Desde logo José Bonifácio se convenceu da necessidade de criar uma marinha de guerra, que seria o instrumento capaz de dar remate à independência e de colocar o país a salvo de possíveis agressões e desembarques de tropas da antiga metrópole. O futuro marquês de Barbacena, agente diplomático oficioso em Londres, recebeu a incumbência de contratar marinheiros e oficiais ingleses, tendo conseguido mandar cerca de quatrocentos homens. E melhor ainda foi a sugestão que fez a José Bonifácio sobre o homem em condições de dirigir as operações navais: lembrou o nome de Cochrane, a quem sem medo do lugar-comum – no caso de admirável propriedade e justeza – se poderia chamar de lobo do mar, um indivíduo ávido de dinheiro e sem escrúpulos, lorde, décimo conde de Dundonald, feito depois no Brasil primeiro almirante da esquadra e marquês do Maranhão, com uma vida pregressa na Inglaterra nada pura, mas um grande marinheiro, cheio de audácia e não temendo aventuras e riscos. Estava nesse momento Cochrane no Chile, em cuja marinha servia. Não hesitou José Bonifácio em aceitar o conselho de Caldeira Brant e deu prontamente ordens a Correia da Câmara, cônsul em Buenos Aires, para que em seu nome fizesse o convite. Câmara escreveu uma carta ditirâmbica ao inglês meio herói, meio criminoso, dizendo que "independência", "glória" e "Cochrane" eram palavras sinônimas. Certo de fazer um bom negócio, Cochrane deixou o Chile pelo Brasil a que prestou de fato imensos serviços. Arranjado o almirante, não se esquecera José Bonifácio de preparar-lhe a esquadra, armados os navios, mediante uma subscrição voluntária.

Medida de guerra foi também a do decreto de 11 de dezembro de 1822, que ordenava o sequestro de todas as mercadorias existentes nas alfândegas do Império e de propriedade de portugueses, as que estivessem em mãos destes, os prédios rústicos e urbanos e as embarcações pertencentes aos súditos de Portugal. Outro decreto, de 30 do mesmo mês, referendado por Martim Francisco, elevava para 24% os direitos de importação das mercadorias portuguesas, equiparadas assim à dos demais países do mundo, salvo da Inglaterra que, por força do tratado de 1810, continuavam a pagar 15%.

Mas não tratava o ministro incansável apenas de praticar os atos que a situação excepcional ia impondo, atos de defesa, atos de represália, atos de simples polícia externa, e até interna, em que descia a minúcias

excessivas, de sabor absolutista, traindo prevenções e antipatias pessoais. O mesmo homem de governo que baixava portarias e expedia ofícios reservados mandando seguir os passos de patriotas de cuja ação ou de cujas ideias suspeitava, cuidava de temas mais altos, buscava pôr em execução medidas que revelavam a largueza do seu pensamento, a sua visão de estadista, o seu conhecimento dos problemas do Brasil e da posição deste no mundo. Ministro do Império, cabia-lhe a direção da política interna; ministro dos Estrangeiros, pesava-lhe o encargo de encaminhar o reconhecimento da independência brasileira. Era positivamente extraordinário que José Bonifácio, a despeito de quase trinta e sete anos de Europa, não perdesse nada do seu feitio original e continuasse tão brasileiro e paulista como alguém que nunca tivesse saído do seu país natal. Paulista, brasileiro, e também americano, com uma consciência muito clara de discriminação continental. Em liga de nações americanas falara ele, desde maio, ao agente diplomático da Áustria. Dirigindo-se ao cônsul dos Estados Unidos, no dia seguinte ao da aclamação do imperador, não se esquecia de tirar partido do fato do monarca ter usado, pela primeira vez, da faculdade de perdoar criminosos, em favor de norte-americanos, cidadãos de uma nação à qual o Brasil se achava "ligado por laços os mais amigáveis e que procuraria estreitar cada vez mais com vantagem recíproca das duas nações que ocupavam um tão distinto lugar no hemisfério da Liberdade". Partidário da independência brasileira sob o regime da monarquia constitucional, nem por isso queria isolar seu país do convívio do continente, e lançava desde logo as bases do bom entendimento com os Estados Unidos da América do Norte e com todos os demais povos americanos.

Vigilante contra qualquer golpe que de Portugal pudesse vir, impunha restrições ao desembarque de súditos da antiga metrópole, obrigando-os a fiança idônea e outras cautelas, ao mesmo tempo que advertia o comércio (em grande parte composto de portugueses mas contando também muitos ingleses e franceses) dos perigos a que se expunha em continuar a manter transações com Portugal. Providências de ocasião, mas que deixavam fora de dúvida a decisão irrevogável de ruptura e independência.

Ao lado dessas medidas transitórias, que absorveriam toda a atenção de governante de menor porte, José Bonifácio procurava tomar outras de largo alcance, tocando corajosamente no ponto mais triste e mais

difícil do Brasil do seu tempo – a escravidão negra. Nenhum problema, no seu entender, devia ser resolvido com maior presteza. Desde que chegara da Europa, vira com toda a lucidez os males horríveis do trabalho servil, as misérias da sociedade de senhores e escravos que se formara, inumana, injusta, imoral, corrompida e corruptora. E pretendera logo, no sítio dos Outeirinhos, em Santos, dar ele mesmo uma prova de que se poderia fazer alguma coisa no Brasil sem escravos e sem senzalas. A Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, escrevia para o Rio, em 1820: "Já estou feito lavrador de quatro costados e já cultivo, *ut prisco gens mortalium,* com as próprias mãos a minha horta"; e falando de terras que obtivera para estabelecer a sua chácara, com casa de residência, livraria e museu, acrescentava: *"trabalho de dia e de noite e tudo isto com gente livre e alugada, sem precisar de escravatura que detesto e querendo dar a esta gente o exemplo do que devem fazer,* para se pouparem, para o futuro, as grandes infelicidades que ameaçam aos vindouros do Brasil."

Em outubro de 1822, naqueles mesmos dias em que seus detratores o pintam ocupado exclusivamente em preparar a ruína de Ledo e do grupo da maçonaria, ele escrevia para Londres, a Caldeira Brant, pedindo-lhe que obtivesse trabalhadores rurais ingleses para estabelecê-los no Brasil. A 26 de dezembro, providenciando acerca da encomenda que José Bonifácio lhe fizera, o futuro marquês de Barbacena dirigia-se a Antônio V. Meireles Sobrinho, residente em Liverpool: *"Desejando o Ex.mo Sr. José Bonifácio de Andrada convencer aos seus compatriotas por um exemplo prático que a cultura por braços livres é muito mais vantajosa do que a de escravos africanos me tem encarregado de mandar-lhe ao menos 600 cultivadores ingleses e com a maior brevidade possível [....] "*. A 16 de janeiro de 1823, Caldeira Brant comunicava ao ministro do Império e dos Estrangeiros, "em cumprimento das ordens" recebidas, a partida de cinquenta trabalhadores pelo navio *Lawpin,* e dois meses depois, em nova carta, aludia ao embarque de mais duzentos.

Aos seus compatriotas queria José Bonifácio demonstrar a superioridade do trabalho livre sobre o trabalho escravo. Era mais vantajoso, era economicamente mais produtivo; e traria a extinção do tráfico africano e a abolição da escravatura, em nome da "justiça social" invocada na representação que apresentaria pouco tempo depois à Assembleia Constituinte,

convencido de que "os negros eram homens como nós, sentiam e pensavam como nós".

Por outro lado, a extinção do tráfico, dada a posição que a este respeito assumira a Inglaterra, facilitaria enormemente o reconhecimento da independência brasileira. Era o ponto de vista de Canning, manifestado a José Bonifácio por Chamberlain, cônsul britânico no Rio, e por lorde Amherst, governador da Índia, de passagem no Rio de Janeiro. O ministro dos Estrangeiros do Brasil expôs o seu pensamento no tocante à escravidão, da seguinte maneira, conforme a narrativa de um biógrafo de Canning: "Reprovou espontaneamente esse tráfico, como prejudicial ao governo brasileiro e desonroso ao caráter da nação que nele se empregava", receando apenas quanto "à sua imediata cessação por causa do perigo que ameaçaria a própria existência do novo governo, visto que os ânimos dos habitantes do Brasil não estavam suficientemente preparados para isso. E manifestou ao mesmo tempo a sua fundada opinião de que se poria em prática a medida dentro do curto prazo de dois ou três anos."

Nos seus planos de política construtiva, preocupado menos com a aparência do que com o fundo das questões e vendo claramente o absurdo de querer-se democracia, liberalismo, sistema constitucional, com a permanência do trabalho escravo e do tráfico africano, não se apercebia da força dos interesses todo-poderosos e ativíssimos que a sua iniciativa ameaçava; e mal adivinhava a reação surda e implacável dos traficantes de negros, uma vasta comparsaria que, ligada aos proprietários rurais, fazendeiros e senhores de engenho, continuaria a preponderar no Brasil.

Na iminência da reunião da Assembleia Constituinte, José Bonifácio aproveitava as poucas horas de sossego que lhe sobravam para escrever as representações que tencionava apresentar sobre a civilização das remanescentes populações indígenas e sobre a extinção do tráfico de negros da África e a abolição do trabalho servil. Isto mesmo teve ensejo de afirmar ao cônsul inglês Chamberlain, em longas conversas, reiterando o que dissera a lorde Amherst.

Posto que no íntimo estivesse inquieto a respeito do êxito da Constituinte, a 5 de janeiro de 1823 dava o ministro do Império providências para que não se retardasse a sua instalação. "Sendo de mais alta importância para o bem geral do Império a reunião dos deputados das diferentes

províncias", dizia dirigindo-se aos governos provinciais para pedir-lhes que facilitassem aos deputados e suplentes eleitos os meios de transporte, "quanto antes", "sem perda de tempo".

No interesse da coesão nacional, não escapavam a José Bonifácio os benefícios que poderiam advir da reunião da grande Assembleia: seria um contato pessoal e mais direto de brasileiros de todas as regiões, o conhecimento recíproco dos melhores espíritos do país, talvez o remate do movimento da independência; e por isso terá chamado de "sublimes" as funções que os constituintes deveriam desempenhar, sem temer a hipérbole em que incidia.

Antes, a 1º de dezembro de 1822, realizara-se a coroação algo teatral do imperador D. Pedro I, observado um cerimonial de grande estilo, em que se misturavam etiquetas e formalidades postas em prática na sagração de Napoleão e outras usadas na Áustria. Fora a inauguração solene da monarquia constitucional no Brasil. Qual a verdadeira posição de José Bonifácio em face das instituições monárquicas?

Homem formado nas últimas décadas do século XVIII, não se apegava sem dúvida ao direito divino dos reis, nem queria a realeza por espírito de classe, no intuito franco ou encoberto de preservar privilégios. Mais tarde, no exílio a que seria condenado pelo próprio imperador que tanto ajudara a coroar, diria sem rebuços: "acusam-me alguns que plantei a monarquia sim porque não podia ser de outro modo então [....]", e, enumerando motivos mais ou menos plausíveis, terminava pelo que o impressionara mais e fora a grande razão de todos os monarquistas pragmáticos e oportunistas do Brasil: "sem a monarquia não haveria um centro de força e união, e sem este não se poderia resistir às Cortes de Portugal e adquirir a independência nacional". E nos mesmos dias iniciais do novo Império, no auge do poderio, dava prova provada da espécie do seu monarquismo com a repulsa decidida e peremptória a qualquer título nobiliárquico ou ordem honorífica. Não quis a grã-cruz da imperial ordem do Cruzeiro, criada no dia da coroação; recusou o título de marquês, a despeito da insistência do imperador. Dessa atitude só discrepou aceitando a nomeação de mordomo-mor, honraria que na Corte portuguesa tocava sempre a figuras da maior categoria. Mas conta-se que a sua aquiescência foi quase extorquida por D. Pedro I, e o certo é que o ato de sua investidura nessa função

da Casa Imperial incluiu considerações como esta: [....] "querendo dar ao referido ministro um público e mui patente testemunho, e *o primeiro que seu natural desinteresse aceita, não sem grande repugnância*". Convém não esquecer que tal cargo lhe assegurava acesso livre junto ao imperador, o que lhe deve ter parecido útil nesses dias em que com tamanho ardor se consagrava à construção do Império.

Construção apressada, construção sob vários aspectos superficial, provisória, precária, estava a chegar para ela o momento de uma prova difícil – a reunião da Constituinte. O decreto de 14 de abril de 1823 fixara para 17 do mesmo mês e ano a primeira reunião preparatória, e já a 3 de maio se dava a abertura definitiva.

O ponto de vista de José Bonifácio, no tocante à obra que cabia à Assembleia realizar, era exposto na fala do imperador, na qual teve grande colaboração. Depois de rememorar os sucessos políticos do Brasil desde a chegada de D. João VI e de prestar contas da administração pública, lembrava o imperador que no dia em que fora sagrado e coroado dissera ao povo: "Com a minha espada defenderei a pátria, a nação e a Constituição, *se for digna do Brasil e de mim."* E continuava: "Ratifico hoje mui solenemente perante vós esta promessa e espero que me ajudeis a desempenhá-la *fazendo uma Constituição sábia, justa, adequada e executável, ditada pela razão e não pelo capricho* [....] que essa Constituição tenha bases sólidas, bases que a sabedoria dos séculos tenha mostrado que são as verdadeiras para darem uma justa liberdade aos povos *e toda a força necessária ao poder executivo.* Uma Constituição em que os três poderes sejam bem divididos de forma que não possam arrogar direitos que não lhes compitam, mas que sejam de tal modo *organizados e harmonizados* [o grifo aqui é do próprio discurso], que se torne impossível ainda pelo decurso do tempo fazerem-se inimigos. Uma Constituição que, pondo barreiras inacessíveis ao despotismo quer real, quer aristocrático, quer democrático, afugente a anarquia [....]. Todas as Constituições que à maneira das de 1791 e 92 têm estabelecido as suas bases e se têm querido organizar, a experiência nos tem mostrado que são totalmente teoréticas e metafísicas e por isso inexequíveis [....]".

Não primava pelo estilo a fala do imperador (ele mais do que o grande ministro era bastante desleixado no escrever); e logo nas primeiras discussões surgiram dúvidas acerca de sua verdadeira significação. "Pala-

vras ambíguas", disse o deputado padre Andrade Lima, referindo-se à parte final do discurso. Que outro sentido teriam? Ameaças de rejeitar a Constituição, se não a julgasse boa, ou de dissolver a própria Constituinte, no caso desta enveredar por caminho tido como errado?

Havia sobretudo na fala do imperador uma advertência aos deputados para que não perpetrassem apenas uma obra de teoristas e sonhadores, em que se reduzisse o poder executivo a uma sombra, num país novo e onde tudo estava por fazer, ou em que os poderes do Estado não funcionassem harmonicamente; advertência para que não se deixassem seduzir por fórmulas e generalizações à maneira dos constituintes franceses de 1791 e 92.

José Bonifácio temia muito que o espírito demagógico tomasse conta da Assembleia e impusesse soluções inadequadas e inexequíveis. E achava conveniente tornar claro aos deputados que o imperador, com a instalação da Constituinte, não passara a ser uma figura meramente decorativa: os deputados tinham um mandato do povo para a feitura da Constituição, mas a esse mandato precederam o apelo popular ao príncipe D. Pedro para que ficasse no Brasil e a sua aclamação como defensor perpétuo, atos seguidos de sua exaltação ao trono como imperador constitucional; e tal qual o poder da Assembleia, também da vontade do povo emanava o do imperador. O mandato dos constituintes não era irrestrito e a forma de governo fora predeterminada: só poderia ser a monarquia constitucional. No momento da aclamação do imperador, José Bonifácio se opusera à inclusão da cláusula do juramento prévio à Constituição que viesse a ser feita, e vira a sua opinião vitoriosa contra o grupo da maçonaria. A ressalva do final da fala imperial era a consequência lógica dessa atitude. Mas não significava que o ministro do Império estivesse no propósito deliberado de aconselhar ao imperador a não aceitar a obra da Assembleia ou a dissolvê-la. Como prova de que acreditava na possibilidade da Constituinte levar a cabo a sua tarefa, bastaria lembrar os projetos e memórias que formulou sobre a civilização dos índios, mudança da capital do Brasil para o interior do país, extinção do tráfico e abolição da escravidão, sendo que os dois primeiros foram submetidos ao exame da Assembleia. E convém não esquecer o projeto de Constituição que o Apostolado, onde exercia tão grande influência, vinha estudando e discutindo. Se estava reunida a Assembleia, por que não

esperar ou não fazer todas as tentativas para que a sua ação tivesse bom êxito? É fora de dúvida, todavia, que José Bonifácio, caso a Constituinte se desmandasse em atitudes demagógicas e pretendesse, excedendo o mandato recebido, mudar ou modificar a forma de governo preestabelecida – a monarquia constitucional – não recuaria diante de uma medida violenta. Foi provavelmente para evitá-la que, por ocasião da abertura da Assembleia e até antes, já fazia constar que o imperador não hesitaria em dissolver a Constituinte se esta faltasse aos seus fins. O agente diplomático de Viena registrava rumores nesse sentido em sua correspondência. O próprio D. Pedro, em conversa com vários deputados, assim se manifestava, e Antônio Carlos, que chegara das Cortes de Lisboa, se incumbia de chamar a atenção dos colegas da Assembleia, de tendências mais exaltadas, para o perigo de um golpe de força. Porque não faltaria, entre os quase cem deputados que se reuniram no Rio de Janeiro, quem se supusesse intérprete infalível dos desejos e das aspirações dos povos do Brasil e julgasse trabalho fácil e simples fazer uma Constituição. Não havia tantas a copiar?

Mas forçoso é reconhecer que, no estado de desenvolvimento do país na época, com mais de um milhão de escravos numa população total inferior talvez a quatro milhões de habitantes, num Brasil mal saído da opressão colonial, sem escolas, sem universidades, em que até quinze anos atrás não se admitia a existência de um prelo ou de um jornal, a Assembleia que se inaugurara a 3 de maio de 1823 congregava muitos homens de valor intelectual e moral, alguns mesmo com uma consciência nítida do mandato que tinham recebido e pensando e agindo ao influxo das ideias políticas em voga desde a segunda metade do século XVIII. Noviços, porém, quase todos em assuntos de técnica parlamentar e legislativa, e não existindo organizações partidárias definidas, os seus trabalhos se processavam sem uma orientação mais firme, conforme o predomínio ocasional dos grupos formados à feição de tendências individuais ou doutrinárias.

Com a Assembleia a funcionar, a posição do governo se tornava menos cômoda, menos fácil. Não faltavam nela os liberais exaltados, sempre prontos a reclamar, a censurar. E logo começaram as propostas de anistia, as queixas contra certas medidas coercitivas tomadas pelo governo. Em verdade, José Bonifácio, depois da volta ao Ministério, em outubro de 1822, exagerara em alguns casos a sua vigilância policial; havia muitas pes-

soas presas, vigiadas, suspeitadas; estava-se num Império constitucional e o governo mantinha gente em prisões sem culpa formada, ordenava deportações, exercia coação sobre a imprensa. Na sessão de 24 de maio houve um incidente entre o ministro do Império e o deputado Carneiro da Cunha, trocando-se expressões pouco polidas como – "é um tecido de falsidades, é uma miséria" – e diversos deputados falaram a propósito da proteção dispensada ao jornal O *Regulador Brasileiro,* de artigos de ataque à Assembleia aparecidos no *Diário do Governo* e de perseguições a outros jornais. José Martiniano de Alencar, um dos que criticaram a ação do governo, reconhecia que, em dado momento, as medidas incriminadas haviam obedecido ao ponto de vista da salvação mas já não eram necessárias. O ministro do Império afirmou que nada tinha com os artigos do chamado *Diário do Governo* e procurou justificar alguns dos seus atos com a segurança do Estado e a vontade geral dos povos contra "homens perversos e deslumbrados", meros agitadores e demagogos. Não concordava com a anistia e esta caiu por 35 votos contra 17.

Vencera o governo, mas ficava patente que na Constituinte se formava uma oposição aguerrida, disposta a lutar. E o pior é que o governo não tinha nela um líder, um guia capaz de orientá-la, de contornar dificuldades. José Bonifácio, que fora eleito deputado por São Paulo, não possuía os dons necessários a um dirigente de assembleia política: era mau orador, com um timbre de voz antipático, não se preocupava em ser amável, dominava mal a cólera e não disfarçava certo tom arrogante que lhe era próprio. Martim Francisco, também deputado (pelo Rio de Janeiro), não era por sua vez o homem indicado para encaminhar os trabalhos da Constituinte. Dos três irmãos Andradas seria Antônio Carlos o único a poder exercer o difícil papel. Mas, grande orador, tido como dos maiores do seu tempo, com a experiência recente das Cortes de Lisboa, onde ganhara fama e demonstrara inteligência e audácia, participava do feitio orgulhoso da família, embora fosse menos intransigente e mais acessível. Desde as primeiras sessões adquiriu entre os colegas uma situação de preeminência e pôde com certo tato resolver algumas das muitas dificuldades que a cada passo surgiam. Para agravá-las, a Assembleia adotara a norma de eleger todos os meses o seu presidente e mais membros da mesa, e isso importava em colocar na sua direção gente inadequada a

funções que exigiam qualidades especiais ao mesmo tempo de firmeza e flexibilidade.

Eis o que José Bonifácio, apesar de tão inteligente, tão vivido, tão próximo da vida e da realidade, não podia ostentar como dons que o caracterizassem – a capacidade de transigir sem sacrifício do essencial, tolerância com os adversários, paciência para suportar os simples importunos ou os medíocres presunçosos. E mais do que nunca essas virtudes se faziam imprescindíveis, no momento em que devia conciliar os ímpetos do monarca com os arroubos dos deputados.

Por não ser mais sereno, carregou no momento e ainda hoje carrega culpas que não lhe cabem. É o caso, entre outros, do atentado de que foi vítima o jornalista Luís Augusto May, redator de *A Malagueta,* ação criminosa que na época se atribuiu ao próprio imperador, apontado como participante do grupo de agressores mascarados que executaram a façanha. O agente austríaco Mareschal, sempre tão atento e bem informado, apurou que José Bonifácio nenhuma conivência tivera no covarde ataque e essa era a convicção da vítima, externada em sessão da Câmara dos Deputados, nove anos mais tarde, numa ocasião em que o Andrada tão combatido estava em desgraça.

D. Pedro I, a exemplo do que acontece sempre com os indivíduos endeusados, fora aos poucos acreditando em todos os louvores, lisonjas e panegíricos. Desde a aclamação de imperador, convencera-se de que era o herói da libertação brasileira e que fizera do Brasil um grande Império. E herói único, autor exclusivo. Dele dependera tudo, dele deveria continuar tudo a depender. Entre áulicos e bajuladores não havia outro estribilho, não faltava quem lhe insinuasse a necessidade de afirmar-se como tal e de prescindir da companhia de ministros poderosos e conselheiros opiniáticos. Não agradava ao povo, sussurravam, que ficasse como um pupilo nas mãos de quem quer que fosse, ainda um velho, um sábio, um grande homem. Grande homem era ele, o imperador, o defensor perpétuo. Por que ainda havia queixas e desconfianças? Porque o ministro do Império aconselhava atos de violência, prisões, deportações. Homem ilustre, sim, mas homem difícil, intransigente. Que lhe fossem falar na possibilidade de harmonizar ainda os interesses do Brasil e de Portugal, de cogitar dos meios do imperador brasileiro cingir um dia a coroa, que era sua, de rei

português: explodiria em cólera, em impropérios, inimigo feroz da terra que o cumulara de honrarias. Passara a hora desse ministro arrogante, e de seu irmão talvez ainda mais duro e orgulhoso.

Assim iam os inimigos de José Bonifácio, entre uma alcovitice e uma adulação, aluindo o seu prestígio no ânimo volúvel de D. Pedro I. Talvez já estivesse em ação novo e poderoso instrumento, a refletir as mesquinharias provincianas da terra do ministro e as seduções interesseiras de uma concubina que aumentaria a filharada avulsa do prolífico imperador e seria dentro em pouco tempo feita viscondessa e marquesa de Santos, marquesa da terra de José Bonifácio, agraciada com o mesmo título que ele não aceitara.

Chegava para o grande ministro a sua hora crítica. Justamente quando mais necessitava do apoio do imperador, para conseguir que a Constituinte, dentro de uma orientação construtiva, realizasse a obra que dela se esperava, não contaria com ele. E sem ele em verdade nada poderia no momento fazer.

Uma questão de grande importância, mas que impunha a maior cautela na maneira de ser tratada, fora suscitada na Assembleia por proposta de Muniz Tavares, padre, deputado por Pernambuco e um dos participantes da revolução republicana de 1817: a situação dos portugueses no Brasil. Caso realmente de extrema delicadeza, porque muitos tinham sido os portugueses a prestarem grandes serviços à causa da independência, portugueses continuavam a exercer altos cargos, nascido em Portugal afinal era o imperador.

O projeto de Muniz Tavares fora redigido com inabilidade, em termos imprecisos, aludindo a portugueses de conduta suspeita, aos quais se marcaria o prazo de três meses para abandonar o Brasil. Era expressamente ao governo que se deixava a execução da medida, mas o simples fato de trazer o assunto ao debate da Assembleia não parecia conveniente ou oportuno. Por que não esperar o momento próprio, quando se discutisse a parte da futura Constituição sobre a matéria? E nos discursos que foram pronunciados sobre o projeto do padre pernambucano não faltaram referências, alusões, insinuações capazes de produzir equívocos e criar suscetibilidades. Dividiram-se as opiniões, muita gente falou e afinal venceu o bom senso: o projeto não vingou. Não vingou, mas deu ensejo a que se

dissesse o que não se deveria ter dito. Outro padre pernambucano, Henriques de Resende, combatendo a medida, declarara – "há quem suspeite do imperador e do seu Ministério"; e Antônio Carlos, que concordara com "as ideias cardeais do projeto", embora julgasse a sua redação vaga, obscura, sujeita a arbítrio, também se referira a D. Pedro I – "até no ápice e sumidade da nação um ser, sim raro, que despira todo lusitanismo para professar de coração o genuíno brasileirismo mas que como homem não poderá nunca sufocar de todo os gritos de sua origem [....]".

Martim Francisco, ministro da Fazenda e deputado, formara entre os simpatizantes da iniciativa de Muniz Tavares. Haveria nisso um plano político previamente assentado? Seria mesmo, conforme disse um amigo e panegirista dos Andradas, uma sondagem da opinião pública? Seria para experimentar o efeito que causaria no ânimo do imperador? Estaria José Bonifácio de acordo?

É bem possível que sim. Por esse tempo D. Pedro I já não era mais o mesmo nas suas relações com o ministro do Império e dos Estrangeiros. Certo, este era exclusivista, suportava mal competições, e ao imperador, na sua posição de chefe de Estado, cumpria não se ligar a nenhum partido, não se vincular a nenhum homem, fosse embora o maior homem do país. Mas, se D. Pedro I, que nunca fora um fantoche nas mãos de José Bonifácio, escapava à influência absorvente de seu grande ministro, não era para elevar-se à posição de árbitro supremo que se convencionou para os reis constitucionais: era para ceder à lisonja interesseira da sua roda palaciana, dar ouvidos aos áulicos a lhe celebrarem a onipotência e a perfeição, sucumbir ao assédio dos "pés de chumbo" incansáveis na defesa de seus interesses ameaçados, dobrar-se aos encantos bem estipendiados de uma bela aventureira.

O imperador, diante do ministro, não se sentia mais o mesmo. Não que o tratasse menos efusivamente, ou que parecesse menos cordial: José Bonifácio não toleraria humilhações. Mas D. Pedro I tinha agora a certeza, à força de tanto lho repetirem, de que fora o autor de tudo, de que era um grande herói, um dos maiores do seu tempo, e poderia fazer o que bem entendesse. Isso lhe diziam, aproveitando todas as ocasiões, os adversários de José Bonifácio. Veladas ou francas, as acusações ao ministro incômodo cresciam, avolumavam-se. E chegavam de pontos opostos,

de ultraliberais e de reacionários, dos que queriam enfraquecer o governo para realizarem sonhos generosos de república federativa, e dos que se dispunham a fazer dele o instrumento dos seus bons negócios. O ministro impertinente parecia aos primeiros um déspota, inimigo da liberdade, opressor dos direitos do homem, e surgia aos olhos dos segundos como um revolucionário louco, como o governante que tinha planos de extinguir o tráfico negreiro, dando cabo do cobiçoso comércio de tantos portugueses ricos, de abolir a escravidão, considerando os negros "homens como nós", e de subverter todo o regime de trabalho e toda a economia do Brasil.

A 30 de junho, de volta de uma de suas excursões noturnas, provavelmente depois de algumas horas na companhia de D. Domitila de Castro, a amante que conhecera em São Paulo e tão grande lugar ia ter em sua vida, deu o imperador uma queda de cavalo, quebrando duas costelas. A notícia logo se espalhou, os jornais dela se ocuparam, e o Rio de Janeiro quase todo acorreu a visitar D. Pedro I que, embora de cama, acolhia com simplicidade os seus súditos inquietos. Os deputados, salvo três (talvez mais tímidos, ou, aceitando no seu íntimo a versão segundo a qual o imperador não sofrera queda alguma, mas fora surrado por um marido ofendido), figuraram entre os visitantes, e alguns, mais ousados, não perderam a oportunidade de soprar ao ouvido do monarca uma insinuação sobre a impopularidade de José Bonifácio, uma queixa contra a sua prepotência.

Brando não era com efeito o ministro, a quem irritava qualquer discordância ou oposição. Mas não seria tão asfixiante e terrorista, como se tem pintado com abuso de tintas negras, o ambiente criado no Rio pela fúria repressiva de José Bonifácio. Um bom sinal estará no fato de haver a Relação absolvido, a 5 de julho, grande número dos presos políticos de 30 de outubro do ano anterior, aqueles mesmos que o governo tachara de "furiosos demagogos e anarquistas". Era a prova de que o ministro tão acusado de violento não fizera pressão sobre os juízes, muitos deles sabidamente acessíveis a pedidos a troco de favores; ou era sintoma de que o declínio do seu prestígio junto do monarca já se tornara notório. E de fato não tardou que isso se manifestasse em resoluções que, revestindo todas as aparências de sábias e liberais medidas de governo, no fundo visavam a derribar José Bonifácio.

O imperador decidira afinal alijar o ministro que o acompanhava desde janeiro de 1822 e fora o seu melhor conselheiro, malgrado arrebatamentos, intransigências e arbitrariedades, preferíveis sem dúvida, na hora de lançar os fundamentos de uma nação soberana, à subserviência, à duplicidade e ao espírito rotineiro de áulicos e cortesãos. Vencera a conspiração dos medíocres contra o homem superior; D. Pedro I deixara de resistir aos intrigantes. José Bonifácio não teve maior surpresa ao receber o golpe. Numa nota íntima, escrita possivelmente na ocasião, entre acusações de doblez ao monarca, não se esqueceu de fixar talvez o mais forte motivo do seu afastamento do governo "[....] tinham-lhe metido na cabeça que o tratava como pupilo e não como soberano [....]".

Para mostrar que não era pupilo e sim o imperador, D. Pedro I recomendou ao ministro da Justiça, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, nomeado depois marquês da Praia Grande, que lavrasse um decreto anulando a segunda devassa que se processava em São Paulo, que expedisse várias portarias, mandando soltar os cidadãos presos sem culpa formada, fizesse voltar aos seus domicílios os que deles estivessem afastados como medida de prevenção e advertisse os governos das províncias sobre intrigas entre brasileiros e europeus. Por último, exonerou de ajudante de intendente-geral da polícia o desembargador França Miranda, e nomeou intendente Estêvão Ribeiro de Resende, cunhado de Francisco Inácio, o grande inimigo dos Andradas em São Paulo.

Já estariam os atos lavrados e prontos, embora ainda não em execução, quando deles deu o imperador conhecimento a José Bonifácio, na noite de 15 de julho. Era indisfarçável a intenção de agir em desacordo com o ministro do Império, e claro o propósito de feri-lo em ponto sensível: a devassa de São Paulo, a questiúncula política regional, em que o seu amor-próprio estava em jogo. Possivelmente, as restantes medidas ele acabaria por aceitar, sobretudo se propostas de outra maneira. Mas acerca do caso de São Paulo, não haveria possibilidade de acomodação, transformando-se numa questão de melindre pessoal. Afirma um memorialista confidente dos Andradas, que José Bonifácio teria dito a D. Pedro I: "Ontem eu já esperei que V. M. me falasse nisso. Estou informado que é empenho da Domitila e que essa mulher recebe para isso uma soma de dinheiro." De negócios tais a amante do imperador foi muito acusada e o certo é que,

mulher de algumas qualidades, não fizera voto de pobreza e a ligação amorosa com o monarca lhe valeu considerável fortuna. De outros argumentos se serviu ainda o ministro prestes a deixar o governo: "a conveniência e a política aconselhavam que o perdão fosse dado depois do julgamento", ponderando que "o governo estava em presença de uma Assembleia Constituinte, que podia querer tomar contas do exercício de um poder que não se achava ainda bem definido".

Mas o imperador estava resolvido desta vez a não atender a José Bonifácio, cuja demissão desejava. A ofensiva liberal para magoá-lo fora combinada na manhã de 15, em palácio, estando presente, além do ministro da Justiça, o da Guerra. Ofensiva da mais duvidosa sinceridade pelas ações passadas e futuras dos protagonistas, e que era, em última análise, sob aparências liberais, uma explosão dos ressentimentos e dos interesses portugueses contra o ministro brasileiro que convinha a todo custo alijar. E José Bonifácio considerou-se demitido na mesma noite de 15 de julho, acompanhado na manhã seguinte por seu irmão Martim Francisco. Falou-se de uma discussão com o monarca, em que este o acusara de arbitrário, de causar a perda das simpatias do Norte do país e da Assembleia Constituinte. Numa anotação que fez sobre a sua demissão escreveu: "[....] como sabia que eu não sabia dobrar o joelho nem aviltar a dignidade de homem, procurou estomacar-me [*sic*]*;* e ao agente diplomático austríaco, que o visitou no dia 16 sem fazer alusão a qualquer cena menos agradável com D. Pedro I, declarou somente que se tornara impossível dirigir os negócios públicos num Ministério onde não havia união, muito se arrependera de ter voltado ao governo depois que se demitira em outubro de 1822 e nunca mais aceitaria ser ministro. Mais vivo foi José Bonifácio, no que disse a Mareschal, em relação às ideias e ao caráter do imperador: "não tinha sistema nem plano algum, vivia aos boléus, de um lado para outro, empurrado pelas intrigas do partido português e dos demagogos, sem decidir-se a tomar nenhuma medida forte [....] aos momentos de maior fraqueza sucedia a maior violência."

Em substituição de José Bonifácio foi nomeado José Joaquim Carneiro de Campos, depois marquês de Caravelas, deputado à Constituinte, em quem D. Pedro I já pensara por ocasião da crise de outubro. Tratava-se de um homem de apreciáveis qualidades, culto, tolerante, con-

ciliador, mas que não chegaria a aguentar-se no governo quatro meses. Carneiro de Campos, convidado, quis antes entender-se com o seu antecessor, pedir-lhe conselhos e apoio. Era um gesto de habilidade, pois desarmava qualquer possível prevenção da parte de José Bonifácio. Este o recebeu amistosamente, declarando que o imperador acertara na escolha e recomendando-lhe como um bom auxiliar, sobretudo no tocante aos negócios diplomáticos, o seu antigo oficial de gabinete Luís Moutinho Lima Álvares da Silva. Não sendo um ambicioso e sofrendo muito mais do mal do orgulho do que do da vaidade, encontrava José Bonifácio recursos em si mesmo para não incorrer numa atitude inferior de despeito. Tinha bem clara a certeza de que "não dobrara o joelho", fosse embora diante do monarca, de que "não aviltara a dignidade de homem", e isso era bastante, era o essencial: deixara o governo de cabeça ereta.

O decreto de demissão foi redigido em termos honrosos, louvado o seu zelo pela "causa do Brasil". Polidamente agradeceu por escrito ao imperador a justiça, ou amabilidade, mas não se esqueceu de juntar à carta o seu pedido de demissão do cargo de mordomo-mor. Aceitara essa função palaciana "não sem grande repugnância", como lá dizia o ato de nomeação: muito maior, a culminar em náuseas, seria o seu horror, quando D. Pedro I passava a viver de preferência na intimidade de áulicos e alcoviteiros. Solidária com os irmãos, demitiu-se também D. Maria Flora Ribeiro de Andrada das funções de camareira-mor da imperatriz, numa atitude que nada tinha da hipocrisia mesureira de uma dama da Corte e era bem característica do feitio andradino – orgulhoso, altivo e por vezes insolente.

"Ninguém deve contar nem com a amizade de um rei, nem com a de uma criança, porque aquele muda com a mais leve suspeita e esta de um momento para outro." Este pensamento do poeta persa Saadi figura em suas notas íntimas. Dele há de se ter lembrado ao deixar o Ministério.

. . . .

Capítulo XI

JOSÉ BONIFÁCIO E A DISSOLUÇÃO DA CONSTITUINTE. PRISÃO E BANIMENTO.

De homem como José Bonifácio seria impossível esperar que, deixando o governo, passasse a assumir imediatamente uma posição imparcial, de completa serenidade, de inteira isenção; impossível esperar, aliás, de qualquer outro, a menos que destituído de amor-próprio, de suscetibilidade, de pundonor. Não lhe faltando paixão, guardando intata, já na velhice, a capacidade própria das grandes naturezas, de indignar-se, de não se conformar, de revoltar-se, inevitável era que se dispusesse para a luta e tomasse atitude de contendor. E com maioria de razão quando o ambiente não se apaziguara de súbito, quando as provocações se sucediam. O imperador, na proclamação ao povo, por ocasião da queda dos Andradas, dissera: *"O despotismo e as arbitrariedades são por mim detestados, há pouco vos acabei de dar uma prova [....] todos podemos ser enganados, mas os monarcas poucas vezes ouvem a verdade e se não a procuram, ela nunca lhes aparece. Quando a chegam a conhecer, devem-na seguir, e isto fiz."*

Homem apaixonado era José Bonifácio, e mais do que ele seus irmãos. Mas muitos dos historiadores e cronistas empenhados em apontar os Andradas como apaixonados se esquecem de que não o eram menos os

seus adversários no momento. Paixões de um e de outro lado, que se compensavam nos excessos, e que no tumulto dos dias e dos acontecimentos revolucionários misturavam odiosidades pessoais e intransigências partidárias, confundiam homens e ideias.

José Bonifácio não ficou indiferente, não se valeu da oportunidade para esquivar-se à vida pública. No conflito íntimo que nele se travou ao abandonar o governo, não lhe faltaram solicitações nesse sentido. Na entrevista que deu a *O Tamoio*, de 5 de setembro (soa como um anacronismo a palavra "entrevista" empregada em relação a um jornal brasileiro de 1823, mas tem inteiro cabimento), o ex-ministro, chamado aí de "Velho do Rocio" por causa de sua residência no largo do mesmo nome, disse, referindo-se ao poder, que "não levava saudades dele, porque nunca dera peso ao fumo das grandezas humanas", lembradas a propósito as palavras de Tasso – *E' un'ombra, anzi d'una ombra, um sogno.* E aludiu a um antigo plano que pretendia então realizar: "acolher-se ao retiro dos campos e serras que o tinham visto nascer, e folhear ali algumas páginas do grande livro da natureza, que aprendera a decifrar com aturado e longo esforço". Abrindo o seu coração foi confessando, entre orgulhoso e modesto: "cada vez mais me persuado que não nasci senão para homem de letras e roceiro [....] no retiro do campo terei tempo de dar a última mão à redação das minhas longas viagens pela Europa, aos meus compêndios de metalurgia e de mineralogia, e a vários opúsculos e memórias de filosofia e literatura [....] que se lhes não acudo já, estão em perigo de ser pasto de baratas e cupins. Se não servirem para o Brasil, como creio, servirão talvez para os doutos da Europa, que conheço e me conhecem. E que maior consolação pode ter um amante das ciências e boas artes que comunicar suas ideias e pensamentos a quem pode entendê-los e aproveitá-los? É um prazer puro da alma espalhar pelo mundo o fruto de seus estudos e meditações, ainda sem outra remuneração que a consciência de fazer bem. O sábio despreza as sátiras e ingratidões de ânimos vis, que não podem deixar de reputar-se queiram ou não queiram, muito inferiores aos homens de virtude e de saber." Ainda nessa entrevista, falando, segundo o jornalista, com uma "ironia socrática", declarou que perdoava aos seus inimigos, tal qual fizera Tito: "por que não deveria seguir tão generoso exemplo um caipira de São Paulo, homem de bem e bom cristão, que não era, nem desejava ser

imperador?" Fugiria para o seu retiro dos Outeirinhos, de Santos, ou para o de Montesserrate, em Parnaíba, e iria viver entre "os seus livros, pedras e reagentes químicos"; não lhe faltaria lá a presença de "uma amável e virtuosa companheira que tinha", a boa D. Narcisa O'Leary, de cuja extrema sensibilidade se queixara em carta de abril de 1822, a D. Pedro – "minha mulher a quem a natureza não deu cabeça fria e nervos robustos [....]". "Cabeça fria e nervos robustos" para suportar os repelões da vida mas era criatura fascinada pelo seu "querido Andrada", cujas aventuras e deslizes amorosos generosamente perdoara. "Amável e virtuosa companheira" para a velhice que estava a chegar e que seria mais leve no refúgio dos livros e dos trabalhos rurais.

Planos logo postos de lado, simples projetos, sonhos apenas. Errada era a persuasão de que não nascera senão para "homem de letras e roceiro": nessa mesma conversa com o jornalista de *O Tamoio,* o homem público estava intato em José Bonifácio e o seu interesse pela política se externava em expressões próprias do seu orgulho: "fui o primeiro que trovejei das alturas da Pauliceia contra a perfídia das Cortes, o primeiro que preguei a independência e liberdade do Brasil, mas uma liberdade justa e sensata debaixo das formas tutelares da monarquia constitucional [....]". Firme no ponto de vista que sustentara nos dezoito meses de governo, asseverava que só deixaria de ser monarquista se o exigissem imperiosamente a salvação e a independência do Brasil; e deblaterava contra "os corcundas, anarquistas, pés de chumbo, ladrões, alcoviteiros e outras lesmas *utriusque sexu*".

Pensava José Bonifácio em "deixar para sempre a malfadada Corte" e em pedir licença à Assembleia Constituinte; mas só sairia do Rio, em novembro, para um longo exílio. A vida política do Brasil, no seu maior centro que era a capital do país, com a Constituinte reunida, não lhe permitiria o alheamento pretendido. Antes da abertura e até da convocação da Assembleia, formara juízo sobre a necessidade de uma Constituição que, embora assegurando as franquias liberais que todos queriam, não tirasse ao Poder Executivo a força necessária, não se tornasse inexequível por disposições puramente teóricas ou metafísicas. Pouco depois de instalada a Constituinte, dissera: "protesto à face da Assembleia e à face do povo que não concorrerei para a formação de uma Constituição demagógica." Seus irmãos Antônio

Carlos e Martim Francisco teriam o mesmo ponto de vista, mas eram mais moços, mais veementes e, embora ligados a José Bonifácio por uma sólida afeição, nunca se comportaram como joguetes em suas mãos. Na Constituinte, sobretudo, sustentaram em diversas oportunidades opiniões pessoais, agindo por conta própria; e muitas das atitudes assumidas nem sempre lograriam o seu aplauso. Um historiador eminente, mas que ao tratar dos Andradas, mal abafando ressentimentos herdados do pai, frequentemente se transformou em libelista desabusado (e à sua sombra ilustre se criou uma escola histórica de demolição andradina) teve forças para fazer até certo ponto justiça a José Bonifácio – "Era mais velho, mais benévolo, mais generoso, mais homem do mundo, e achava-se mais alquebrado e com menos ambição de voltar a grandes lutas e sofrimentos [....] somente arrastado pela fraternidade tomava *tal ou qual parte* nessa oposição acintosa."

A oposição acintosa era a que faziam dois jornais, *O Tamoio* e a *Sentinela da Liberdade à beira do mar da Praia Grande,* dados como sendo dos Andradas. Quanto ao último, negaram sempre os três irmãos que tivessem nele jamais qualquer ingerência; mas, em relação ao primeiro, é fora de dúvida que lhes refletia a influência e as opiniões, salvo certamente o que pertenceria ao feitio pessoal dos redatores, França Miranda e Meneses Drummond, envolvidos diretamente nas lutas políticas da ocasião.

O Tamoio era em verdade um pequeno jornal vibrante e a sua vida de três meses se consumiu em campanhas apaixonadas. Seu nome o de uma tribo de índios que lutara bravamente contra os conquistadores portugueses e a sua epígrafe

Tu vois de ces tyrans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le ciel fit l'Amérique

já indicavam o sentido nativista que lhe quiseram imprimir. Nesse momento, os Andradas e José Bonifácio em primeiro lugar estavam num profundo desapontamento ao perceberem que o elemento português, poderoso, influente, rico, passados os dias mais difíceis de 1822 em que se retraíra, voltava ou queria de novo preponderar e, presente em toda parte, no comércio, nos cargos mais altos da administração pública, nas forças armadas e no governo, figurava nos meios mais íntimos, na famulagem do próprio imperador.

Os trabalhos da Constituinte transcorriam numa marcha lenta, mas em ambiente excitado, facilmente inflamável, em que repercutiam todas as dissidências e todos os equívocos do momento. Ao substituto de José Bonifácio no Ministério do Império e dos Estrangeiros não faltou tato na discussão de várias questões, como a da necessidade ou não da sanção das leis votadas pela Assembleia, que não era só constituinte, mas também legislativa. Os deputados discutiam, propunham medidas, tomavam iniciativas, enquanto a comissão escolhida para organizar o projeto da Constituição não concluía a sua tarefa. Dentre os mais ativos, os que tinham opinião formada sobre qualquer assunto, estavam Antônio Carlos e Martim Francisco, o primeiro numa posição de guia que suas qualidades de orador e sua prática parlamentar desde o começo tinham imposto. José Bonifácio era menos assíduo às sessões e, sofrendo frequentes ataques de erisipela, deixava-se ficar em casa. Nessa ocasião, à morada do Largo do Rocio preferia uma chácara em Laranjeiras, e pensava em ir para São Paulo, concedida que já fora a licença da Assembleia.

Afinal, porém, depois de quase quatro meses de espera, a 1° de setembro, foi lido o projeto de Constituição. Assinavam-no os sete membros da comissão, a começar por Antônio Carlos e José Bonifácio, sendo o primeiro o seu relator e autor principal. Não custara pouco chegar àquele resultado. O projeto se compunha de duzentos e setenta e dois artigos, em que se consagravam todos os direitos do homem, segundo a fórmula individualista burguesa, todas as grandes reivindicações liberais do tempo, ajustadas à monarquia constitucional. Liberdade pessoal, juízo por jurados, liberdade religiosa, liberdade de indústria, inviolabilidade da propriedade, liberdade de imprensa, igualdade dos cidadãos perante a lei, igualdade nos impostos, igualdade na admissão aos cargos públicos, direito, ou melhor, dever de resistência à opressão, com a recusa de obediência a leis injustas, tudo isso figurava no projeto que Antônio Carlos redigira e que José Bonifácio assinara sem restrições. Sem inventar nada, sem nada ter de original, o projeto refletia as Constituições de outros povos do mundo nessa fase de ascensão e predomínio da burguesia, transplantando para o Brasil as normas jurídicas assentes em toda parte. Os poderes do Estado eram considerados delegações da nação e o projeto frisava que qualquer exercício de poderes, sem esse caráter, não passaria de usurpação. E os poderes eram três

– Legislativo, Executivo e Judiciário, com as suas atribuições delimitadas. Se alguma novidade havia propriamente na organização constitucional proposta estaria em ter o imperador a delegação do Poder Executivo, num presidencialismo norte-americano que fosse vitalício e com presidente inviolável e sagrado. O imperador nomearia livremente os seus ministros, estes, sim, responsáveis, não os exculpando ordens do imperador verbais ou por escrito. Da referenda dos ministros dependeriam, para que se tornassem obrigatórios, os atos do imperador. O Poder Legislativo (a sala dos deputados) não poderia ser dissolvido pelo monarca mas apenas adiado, e o veto às leis seria sempre suspensivo. O Poder Judiciário teria as garantias de inamovibilidade e vitaliciedade, considerada criminosa e inconstitucional a criação de tribunais extraordinários, bem como a suspensão ou abreviação das formas processuais.

O projeto apresentado à Assembleia brasileira estava de acordo com os melhores figurinos constitucionais da época, estabelecia o sistema representativo com uma Câmara de deputados intangível, era francamente liberal. Do mesmo passo, entretanto, criava um Poder Executivo forte, delegado ao imperador, e não subordinado à confiança da Legislatura, como no parlamentarismo à inglesa, tentado mais tarde no Brasil.

José Bonifácio subscreveu esse projeto. Até onde o terá aceito sem reservas? Como homem de seu tempo e tendo em vista sua formação intelectual, é fora de dúvida que lhe aceitara sem restrições os princípios gerais. Talvez, porém, menos do que Antônio Carlos e os demais membros da comissão, acreditasse no bom êxito imediato de um estatuto constitucional feito à imitação dos destinados a povos muito mais evoluídos. Com o senso objetivo que lhe dera a educação científica e com o seu conhecimento esclarecido dos problemas brasileiros, não podia esquecer as medidas mais profundas de ordem social e econômica que reputava indispensáveis. Como estabelecer realmente o regime constitucional representativo num país cuja economia e cujo trabalho assentavam no latifúndio e na escravidão? De sua iniciativa devem ter sido, como um mínimo, os artigos do projeto sobre a criação de "estabelecimentos para a catequese e civilização dos índios, emancipação lenta dos negros e sua educação religiosa e industrial", e sobre "os contratos entre senhores e escravos" fiscalizados pelo poder público. Era de um lado a extinção do trabalho servil desde

logo prevista e determinada, e, de outro, as relações entre os escravos e os seus donos elevadas ao plano jurídico dos contratos, da convenção entre partes, sob a vigilância do Estado.

De José Bonifácio seriam também, ou ao menos lhe teriam merecido decidido apoio, as disposições relativas ao Poder Executivo com força e autoridade próprias, em condições de governar efetivamente a nação que se formava. Dele seria ainda, provavelmente em grande parte, por coincidir com sugestões de escritos de sua autoria e com os cuidados que lhe mereciam o resguardo da unidade nacional, a organização política e administrativa, com o território do Império dividido em comarcas, estas em distritos e estes em termos, atendendo-se, quanto fosse possível, aos limites naturais e à igualdade de população.

A discussão do projeto da comissão da Assembleia Constituinte, a que José Bonifácio dera sua assinatura e em que colaborara, devia começar no dia 15 de setembro. A obra a respeito da qual uma quase centena de homens em sua maioria inexperientes e mais alimentados de palavras do que de ideias ia exercer o seu exame, estava longe de ser perfeita, continha muita matéria importada, muito preceito vago, inexequível ou meramente decorativo. Mas tinha o grande mérito, além dos que foram mais atrás apontados, de já estar acabada, de representar a média do pensamento da Constituinte e de ter sido feita por homens, além de Antônio Carlos e José Bonifácio, como Câmara Béthencourt, como Araújo Lima (a despeito das restrições aliás não declaradas com que a subscrevera), como Muniz Tavares – o último, representante do elemento mais radical do Nordeste brasileiro, antigo republicano de 1817 e ex-deputado às Cortes de Lisboa; o penúltimo fadado à mais assinalada carreira política, deputado, senador, regente e marquês do Império, ligado aos latifundiários do açúcar pernambucano; o antepenúltimo, um homem de ciência, um administrador, natural da zona do centro brasileiro, filho de Minas Gerais.

José Bonifácio não tinha muita fé nas realizações dos grandes corpos coletivos, não os julgava capazes da elaboração de um código político coerente, orgânico, sistemático. Na conversa com o jornalista de *O Tamoio,* publicada a 2 de setembro, precisamente na ocasião em que se ia começar a discutir o projeto da Constituição, ele se referia, a propósito da Assembleia, à "incauta ignorância política que nela havia, como sempre

houve e há de haver em todas as Assembleias de qualquer nação que seja, presentes, passadas e futuras [....]".

Pensando assim e desejando ao mesmo tempo que se desse uma Constituição ao Brasil sem maior demora, ocorreu-lhe a ideia de ser o projeto aprovado por aclamação. Nesse sentido, conversou reservadamente com Mareschal, agente diplomático austríaco, de quem ficara amigo, e pediu-lhe que falasse a respeito ao imperador, sugerindo, para levar a cabo o plano, a conveniência de uma mensagem do monarca à Assembleia, em que mostraria os perigos que ameaçavam o país e a necessidade do juramento imediato da Constituição. Temia José Bonifácio que os debates se eternizassem e que um espírito menos democrático e mais demagógico ganhasse predomínio na Constituinte e não permitisse a realização de uma obra equilibrada. Essa conversa foi no dia 11 de setembro. O imperador não aceitou a sugestão do seu antigo ministro, a quem chamou carinhosamente de "velho", e cujos talentos, segundo afirmou, estimaria muito ter ensejo de aproveitar. E não aceitou por escrúpulos liberais, para respeitar a autonomia da Assembleia que, não obstante, dissolveria dois meses depois, violentamente.

Demonstrava José Bonifácio, com a sua frustrada iniciativa, que não se desinteressara dos acontecimentos políticos, nem se encastelara numa posição de despeito e hostilidade. Queria colaborar, ajudar o imperador e, pressentindo as dificuldades que viriam, preveni-las, atalhá-las. O que mandara propor ao monarca era muito menos do que pouco antes haviam desejado homens insuspeitos às correntes ultraliberais, como Feijó, Barata e outros, a outorga, pelo imperador, de uma Constituição, que seria a portuguesa de 1822, com pequenas modificações, era menos do que Feijó, o grande ministro da Justiça da Regência, propugnaria com o seu malogrado golpe de Estado de 30 de julho de 1832 – a reforma constitucional realizada mediante a aclamação da chamada Constituição de Pouso Alegre.

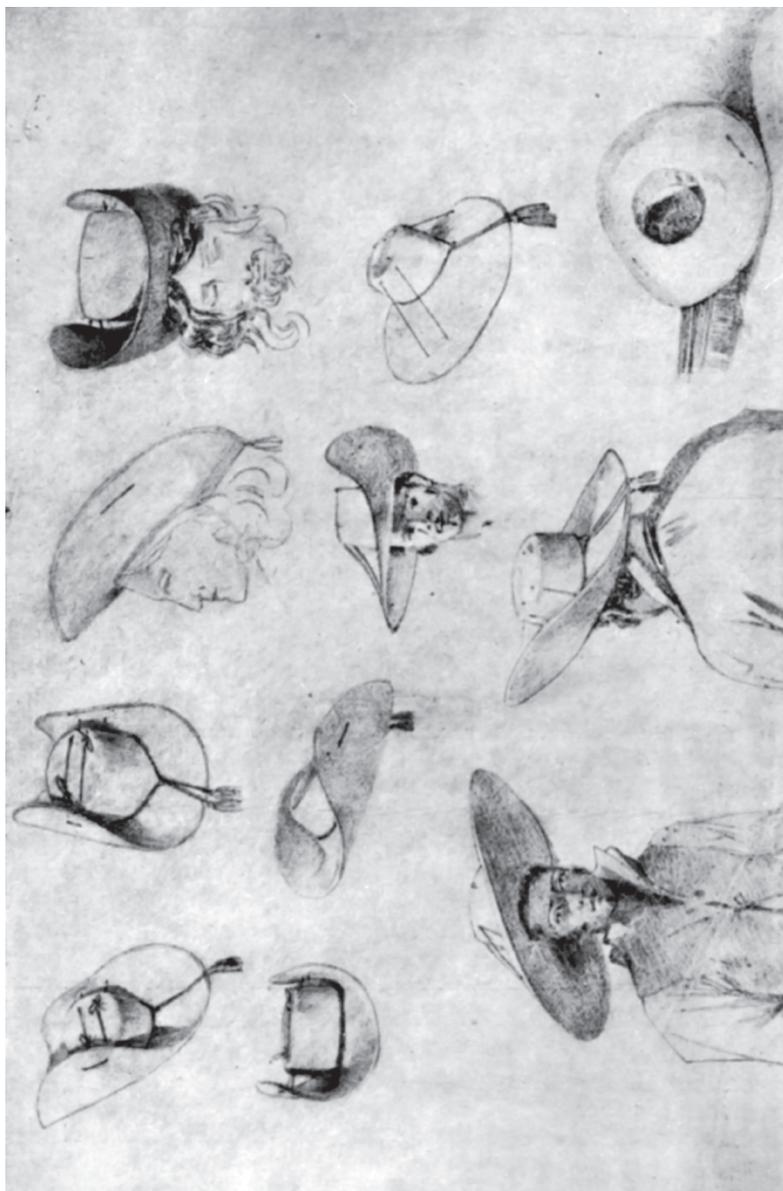
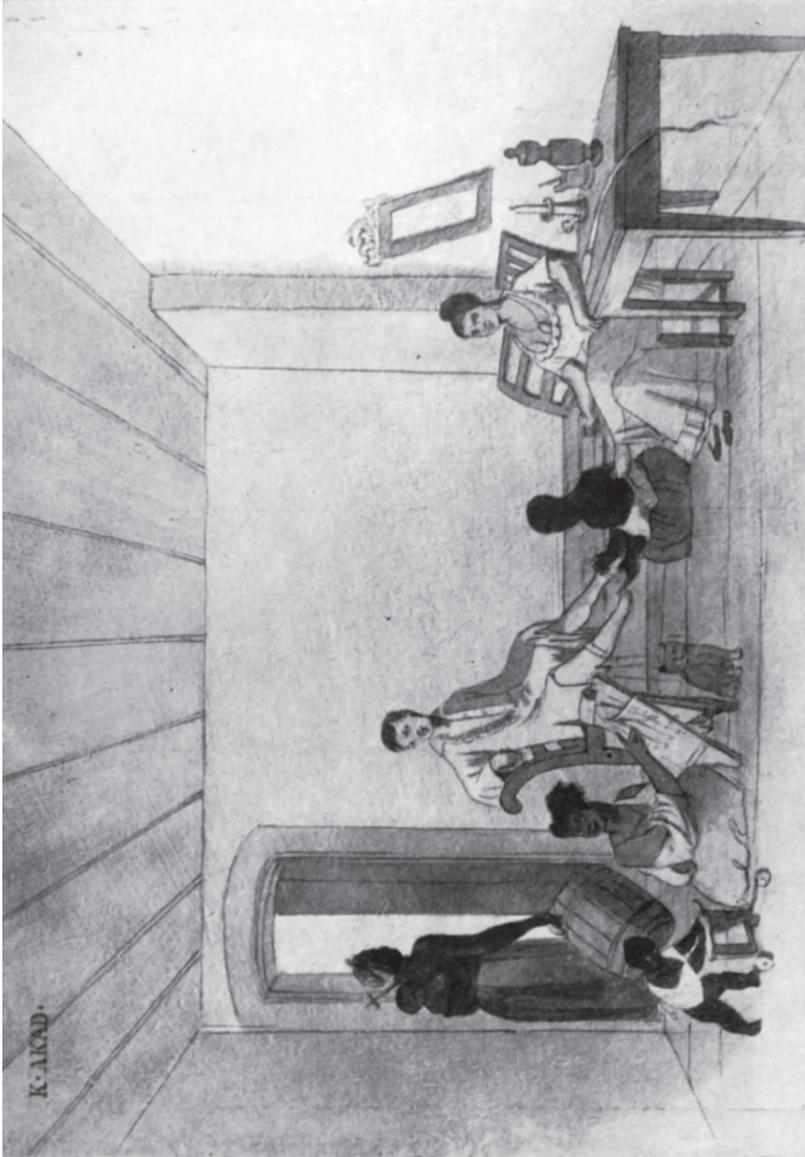
A Assembleia dava início à sua grande tarefa, sob maus presságios, dividida entre quatro ou cinco grupos. Havia boa vontade em muita gente, mas havia também desorientação, desassossego e, contraditoriamente, impaciência e pachorra. As discussões ameaçavam arrastar-se, alçando-se por vezes ao tom de um debate culto e proveitoso, descendo outras ao das parlengas estéreis e ridículas. Antônio Carlos e Martim Francisco,

sempre presentes, falavam diariamente, capitaneando um dos grupos mais numerosos e tomando atitudes nem sempre prudentes. José Bonifácio, porém, mantinha-se afastado das agitações parlamentares, faltando muito às sessões por motivo de saúde ou para evitar contrariedades.

Em Portugal, um golpe absolutista contra as desastradas Cortes investira novamente D. João VI na plenitude dos poderes do Estado. Começaram a chegar ao Brasil as notícias, comentadas e exploradas de forma inconveniente, e não tardou que aportassem emissários do rei, com propostas tendenciosas, de volta ao regime de união. A repulsa que encontraram não impediu que os ânimos ainda mais se perturbassem, com prejuízo para o ambiente de serenidade indispensável aos trabalhos da Assembleia. Exacerbou-se sobretudo o sentimento nativista, cresceu o ódio contra os antigos colonizadores. No seio da Assembleia e fora dela aumentaram as desconfianças em relação aos elementos que cercavam o imperador, tidos como pouco seguros no seu brasileirismo. Não faltava, na verdade, nos círculos do governo e do paço, quem parecesse suspeito aos nativistas com bastante razão alarmados; alguns dos ministros e quase todos os criados do monarca eram portugueses; e, mais grave, grande parte da tropa se constituía de soldados da antiga metrópole.

Os Andradas, Antônio Carlos, Martim Francisco e José Bonifácio, intransigentes quanto a qualquer coisa que ferisse os seus melindres patrióticos, não poderiam conservar-se indiferentes em ambiente tão conturbado. Animosos, gostando da luta, espicaçados no que possuíam de mais profundo, tomaram posição franca. Pelo *Tamoio,* que lhes recebia a inspiração, bateram-se contra a admissão de oficiais portugueses nos corpos do exército brasileiro, contra a nomeação de portugueses para lugares de confiança, com preterição dos que os áulicos da camarilha do paço chamavam de "negros" e "botocudos". Sem dúvida, não estariam procedendo sempre com acerto, imparcialmente. Mas, convém repetir mais uma vez, não eram os únicos apaixonados, não constituíam exceção, e havia fortes motivos a lhes justificarem ou explicarem a atitude. Que os portugueses e os reacionários levantavam a cabeça, só cegos não viam. Que o imperador parecia ir aos poucos cedendo ao seu cerco, também não padecia dúvida. Que o elemento militar luso, infiltrado no exército, se tornava perigoso e insolente, bem o sentiam os verdadeiros brasileiros.

De tudo isso se teria dentro em breve a prova decisiva. José Bonifácio participava das inquietações e das queixas gerais. Mas procurava fazer esforços para mostrar ao imperador que ainda confiava nele. No dia 12 de outubro, aniversário de D. Pedro I, esteve no paço, sendo recebido com grandes atenções. Oito dias depois, dir-se-ia que a situação melhorara consideravelmente: o imperador mandava publicar, independente de sanção, as leis que a Assembleia fizera, e declarava que assim procedia "com sumo prazer". Chegaria a Constituinte à lei maior, à que era a sua finalidade? Havia cerca de dois meses que os deputados examinavam e discutiam artigo por artigo da futura Constituição, num esforço apurado e honesto em que, a consumirem para toda a matéria o mesmo tempo empregado na que já fora votada, se demorariam não menos de dois anos. Ora, para isso, seria necessário que houvesse uma grande calma, que os homens se revestissem de uma serenidade de verdadeiros sábios e que os acontecimentos não os excedessem, não os impelissem. Mas os fatos eram realmente mais fortes e, desde logo, começara a produzir suas más consequências o equivoco da fase final da independência, isto é, a emancipação feita à sombra do trono de um príncipe nascido em Portugal e cercado de portugueses. A campanha nativista fortalecia-se cada vez mais e, porque mergulhava em paixões sempre mais ardentes, tomava rumos descompassados, não recuava diante de excessos, ou de exageros. Nessa campanha, *O Tamoio,* da intimidade dos Andradas, e a *Sentinela da Liberdade* desempenhavam o papel mais ativo. A nota patriótica, nacionalista, antiportuguesa, era explorada de todos os modos. Ambos esses jornais investiam contra a preponderância dos antigos colonizadores, o primeiro buscando ressalvar sempre a pessoa do monarca. Mas não evitavam as referências aos militares lusos que continuavam a servir no exército e na marinha. Os visados pelos ataques não eram modelos de disciplina e cordura e, ao contrário, mal abafavam ressentimentos pessoais e de compatriotas do comércio, das funções públicas, da camarilha palaciana; muitos estariam mesmo sendo vítimas de injustiças, pois sua adesão ao movimento da independência brasileira fora sincera e possivelmente desinteressada.

Artigos da *Sentinela,* publicados sob o pseudônimo de "Brasileiro resoluto" (Francisco Antônio Soares, demagogo que figuraria em manifestações patrióticas no Rio de Janeiro até pelo menos 1840), iam de-

Chapéus usados pelos paulistas.
Aquarela de Tomás Ender.

A extração de bicho-de-pé numa família branca.
Aquarela de Tomás Ender.

terminar graves sucessos. Dois oficiais portugueses, o major José Joaquim Januário Lapa e o capitão Zeferino Pimentel Moreira Freire, julgando-se ofendidos, resolveram castigar o autor dos artigos. Mal informado a respeito, Freire indicou a Lapa, dentro de uma botica no Largo da Carioca, quem pensava fosse o jornalista atrevido. Lapa entrou e deu uma surra de bengala na pessoa apontada. Apanhara, sem ter culpa, o farmacêutico Davi Pamplona Corte Real. Isso ocorreu na noite de 5 de novembro.

O fato repercutiu na Constituinte logo no dia imediato. Pamplona queixou-se à "soberana Assembleia". Antônio Carlos reclamou providências urgentes, ao que lhe retrucou o ministro do Império que via no caso o resultado dos "libelos infamatórios" dos jornais, dos excessos da liberdade de imprensa. A reclamação, mandada à Comissão de Justiça, teve dois dias depois parecer: "o agredido devia recorrer aos meios ordinários e prescritos nas leis." Solução normal para tempos normais, solução exata. Mas a época era de efervescência de paixões e aquelas palavras simples não bastariam. Antônio Carlos e Martim Francisco resolveram desencadear uma ofensiva contra os portugueses, e no dia 10 de novembro proferiram discursos de grande exaltação. Tal era a afluência de povo à sessão da Constituinte, que o recinto dos deputados foi invadido. Respondendo a um protesto de Silva Lisboa contra essa invasão, Antônio Carlos se declarou espantado de que houvesse "tanto medo do povo e tão pouco da tropa", e com "o sangue fervendo em borbotões e os cabelos eriçados", já não pedia justiça, clamava por vingança. Martim Francisco falou nos monstros que tinham sido incorporados à nação brasileira e gritou: "Grande Deus! já é crime amar o Brasil, ser nele nascido e pugnar pela sua independência e as suas leis! Ainda vivem, ainda suportamos em nosso seio semelhantes feras!" O povo e muitos deputados aplaudiram em delírio e, à saída, Antônio Carlos e Martim Francisco foram carregados em triunfo até suas casas. José Bonifácio comparecera também à sessão, mas não fizera nenhum discurso e evitara as manifestações populares. Nunca fora demagogo, não o queria ser naquele instante.

Declarara-se uma crise política, cujo desfecho não demoraria. Desde o dia 9 os ministros da Guerra e da Justiça, nascidos em Portugal, haviam pedido demissão, acompanhados vinte e quatro horas depois por Carneiro de Campos e Nogueira da Gama, ficando apenas o ministro da

Marinha. Ao reunir-se a Assembleia no dia 11, havia entre os deputados presentes o pressentimento de que se preparava contra ela um golpe de força. Culpa teriam muitos dos primeiros constituintes brasileiros no que ia acontecer. Não lhes tinham faltado imprudência, ânimo, decisão, audácia. Antônio Carlos, sempre na dianteira, expôs a situação tal como se apresentava, com as tropas em armas, e o imperador rodeado no seu palácio de todos os corpos, até dos de artilharia. E logo propôs que a Assembleia se declarasse em sessão permanente, mandasse uma deputação ao monarca e constituísse uma comissão de segurança pública.

Estava a Constituinte a discutir as propostas de Antônio Carlos, quando se anunciou a chegada de um militar com um ofício do ministro do Império. O imperador refizera o seu Gabinete, nomeando gente incolor ou reacionária. O novo ministro do Império, que se dirigia por escrito à Assembleia, era Francisco Vilela Barbosa, depois marquês de Paranaguá, havia pouco chegado de Portugal. Na sua comunicação, Vilela Barbosa narrava que os oficiais da guarnição do Rio tinham representado ao imperador contra os insultos que estavam sofrendo, contra a falta de respeito devido ao monarca, sendo origem de tudo certos redatores de periódicos e seu incendiário partido. Acrescentava Vilela que o imperador respondera que a tropa não devia ter influência nos negócios políticos, mas ao mesmo tempo esperava que a Assembleia tomasse as providências que interessavam à tranquilidade pública.

Lido o ofício do ministro do Império, requereu Martim Francisco que se nomeasse uma comissão especial para dar parecer sobre o assunto. Dentre os escolhidos figurou José Bonifácio, presente à sessão. Recolheu-se a comissão a uma sala fechada, e a Constituinte passou serenamente à matéria de sua ordem do dia, que nem de propósito era a liberdade de imprensa. Vindo afinal o parecer da comissão especial, com ele se conformou a Assembleia. Muito moderado, lamentava o ocorrido, louvava as medidas tomadas para manter a tropa disciplinada, mas entrava em "maior dúvida quando comparava os acontecimentos com a asserção do ministro sobre a subordinação da tropa", e ignorando os pormenores da representação dos oficiais, o seu número, os insultos de que se queixavam, quais os redatores de periódicos, pedia esclarecimentos e sugestões. Redigida a resposta da Assembleia de acordo com o parecer, expediu-se às 6 horas da

tarde o ofício. E a sessão continuou, retirando-se apenas dois deputados, que se achavam adoentados. À 1 hora da madrugada chegou a tréplica do governo: a representação fora dos oficiais de todos os corpos da guarnição; os jornais eram o *Tamoio* e a *Sentinela,* atribuindo-se aos três Andradas, o que muito custava a crer ao imperador, a redação do primeiro e influência no segundo; as medidas necessárias deveriam provir da Assembleia.

Nominalmente visados, os Andradas desmentiram as afirmações do ministro do Império. Antônio Carlos declarou que Vilela Barbosa avançara uma falsidade a mais vergonhosa possível, pois nunca tivera influência em tais jornais. José Bonifácio pedindo antes dispensa de membro da comissão especial, a que deveria ser presente a segunda mensagem do governo, por figurar nela como "pertencente ao partido incendiário", observou que quando se aludia a esse partido só se fazia menção do *Tamoio* e da *Sentinela,* nada se dizendo do *Correio,* nem do *Diário do Governo.* A mensagem falava em oficiais da guarnição, de maneira geral, quando se sabia que não passavam de sessenta os que representaram. Declarou que fora acusado falsamente e que na "pequena parte" que lhe coubera na campanha do *Tamoio,* agira de acordo com sua consciência; não sabia o que se poderia mandar dizer mais ao governo, que tão grande espalhafato fizera, mas achava que a sessão precisava continuar: "devemos estar aqui até que este negócio termine, e acabem as desconfianças, recuperando a Capital a sua antiga segurança; se não obrarmos assim seremos fracos, incapazes de ser deputados da generosa nação brasileira".

Mandou-se à comissão especial, de que já não fazia mais parte José Bonifácio, o novo ofício do governo e nela houve transigência e recuo, pois no parecer se sugeriu a votação de uma lei regulando a liberdade de imprensa, com as restrições que a gravidade da situação impusesse. Esse parecer suscitou grande discussão, e o cansaço e as emoções começaram a dominar alguns deputados. Vergueiro teve então a boa ideia de propor que se convidasse o ministro do Império para informar circunstanciadamente sobre o objeto de seus ofícios. Aprovado por unanimidade o alvitre, expediu-se o convite a Vilela Barbosa. Deviam ser 5 horas da manhã de 12 de novembro. Marcara-se ao ministro do Império que viesse às 10 horas e ele só chegou às 11, fardado (era coronel do exército), de espada à cinta. Foi-lhe observado que deveria deixar fora a sua espada, ao que respondeu:

"Esta espada é para defender a minha pátria e não para ofender os membros desta augusta Assembleia; portanto posso entrar com ela." Principiou a falar sentado, mas advertido pelo presidente que devia falar de pé, ergueu-se. Depois de mostrar a gravidade do momento, em termos de desiludir os mais otimistas, insistiu na necessidade de medidas, "pelo menos uma lei que coibisse o abuso da liberdade da imprensa". Docilmente, respondeu a longas interpelações de vários deputados e, sem rebuços, para satisfazer a uma pergunta de Montezuma, disse quais eram as exigências da tropa: restrições à liberdade de imprensa e expulsão dos Andradas da Assembleia. Mais de uma vez aludiu ao que acontecera havia pouco em Portugal, ao golpe absolutista que lá fora desfechado, como a trair a influência que tais sucessos estariam acaso a exercer sobre o ânimo do imperador.

A dissolução da Constituinte brasileira era inevitável. Retirando-se o ministro do Império, lembrou Montezuma que se chamasse o ministro da Guerra. José Bonifácio já não tinha mais a menor dúvida sobre o que ia acontecer. Viesse ou não o ministro da Guerra, homem octogenário e com um só dia de governo, era-lhe indiferente: "Os fatos estão claros por sua natureza." E tinha razão. Pouco depois, chegou um oficial com o decreto dissolvendo a Assembleia por ter perjurado ao solene juramento de defender a integridade do Império, sua independência e a dinastia de D. Pedro I. No mesmo ato o monarca convocava nova Constituinte "a qual deveria trabalhar sobre o projeto" que ele mesmo em breve lhe apresentaria, um projeto "duplicadamente mais liberal" do que o da Assembleia dissolvida.

Promessa não cumprida: não houve nova Constituinte, e D. Pedro I, a 25 de março de 1824, outorgaria, como um dom de sua imperial munificência, a carta constitucional do Império. Cedera o monarca à pressão dos reacionários que o cercavam e, conluiado com a tropa insubordinada, a cuja frente se pusera, marchara de São Cristóvão para o Campo de Santana. Por um golpe de força eram dispersados os primeiros deputados brasileiros. Na sua grande maioria souberam ser dignos, guardando nos instantes decisivos uma grave compostura. Durante vinte e sete horas ininterruptas, malgrado intensa comoção, não abandonaram a casa da Assembleia, defendendo o mandato de que se julgavam investidos, como alguma coisa a que estivesse ligada a própria honra. E os deputados recebiam

informações certamente exageradas do que se passava fora, sabiam que a cidade estava em pé de guerra. Nem assim se acobardaram. A dura noite de vigília, de 11 para 12 de novembro, ficaria conhecida como "a noite de agonia". Eram decorridos apenas seis anos da implacável repressão contra as brasileiros que haviam sonhado com a liberdade em Pernambuco, e pouco mais de trinta da que sufocara a conjuração emancipadora em Minas Gerais. Muitos dos que se mantiveram reunidos, com a determinação de só ceder diante da força, terão pensado no que sucedera aos liberais de 1789 e 1817, terão esperado a morte. Os de fé religiosa mais viva ali mesmo na Assembleia se confessaram, sobretudo os padres entre si. O mais ardente na defesa das prerrogativas da Constituinte fora Antônio Carlos que, por ter tomado parte na revolução pernambucana, penara alguns anos num cárcere da Bahia, algemado. Outros sobreviventes de insurreições libertadoras não se portaram menos corajosamente.

José Bonifácio passara também o dia inteiro de 11 e toda a noite na Assembleia, e de tal modo se sentira fatigado que, pela madrugada, se vira forçado a deitar-se, pelo espaço de duas horas, num banco da sala da secretaria, saindo, entre 10 e 11 da manhã do dia 12, para tomar um banho e mudar de roupa. Vários foram os deputados presos ao deixarem o edifício da Cadeia Velha, onde se reunira a Constituinte; alguns, como Vergueiro, Muniz Tavares, Henriques de Resende, Carneiro da Cunha, José Martiniano de Alencar, Cruz Gouveia, Xavier de Carvalho e Andrade Lima, recobraram logo a liberdade; outros, como Montezuma, José Joaquim da Rocha, padre Belchior Pinheiro, Martim Francisco e Antônio Carlos, continuaram presos, mais visados pela ira dos dominadores da ocasião. José Bonifácio foi preso quando, em casa, se sentara à mesa e começara a comer alguma coisa, rapidamente, na disposição de voltar logo para a Assembleia. Deram-lhe aviso de que a casa (Meneses Drummond conta que era nesse momento no Catete) estava cercada de soldados da guarda de honra do imperador. De fato, subiu um oficial e comunicou-lhe a dissolução da Constituinte, dizendo-lhe que o imperador o convidava a ir até o palacete do Campo de Santana, onde se encontrava. José Bonifácio perguntou se devia considerar-se preso, ao que respondeu o oficial que não recebera ordem alguma em tal sentido, mas apenas de acompanhá-lo até à presença do monarca, a fim de evitar qualquer desacato no trajeto. "Neste caso, posso

acabar o meu jantar, e se o Sr. oficial quiser, estimarei muito que se sirva de alguma coisa", disse o antigo ministro com polidez e calma. O oficial recusou o convite e esperou pelo fim da refeição.

Mas tratava-se de uma farsa ou o imperador mudou depressa de resolução. Deixando sua casa, de carro, acompanhado do oficial da guarda e de uma escolta de soldados, em direção ao Campo de Santana, foi José Bonifácio, no meio do caminho, depois do encontro com outro oficial que vinha na disparada, mandado levar para o Arsenal de Marinha. Ao descer ali entregaram-no ao general Morais, comandante das armas do Rio, sendo conduzido a um pavilhão, onde já se achavam, de sentinelas à vista, seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco, seu sobrinho padre Belchior, Montezuma, José Joaquim da Rocha e dois filhos deste. A prisão dos filhos de Rocha causou espanto a José Bonifácio, que mal pôde conter os sentimentos opostos de que se viu possuído – pena dos dois alegres rapazolas, ódio contra os donos do seu país. Antes, ao chegar ao portão do arsenal, sofrera a primeira afronta, uma vaia bem preparada de assobios e de gritos – "viva o imperador", "morram os anarquistas", que lhe merecera, dirigindo-se ao general Morais, o comentário irritado – "Hoje é o dia dos moleques", e mais, segundo um companheiro de desdita, uma advertência a ser transmitida ao imperador de que lhe era indiferente morrer fuzilado naquele dia, ou depois, de qualquer doença, mas que D. Pedro I salvasse o trono para os seus descendentes, pois que já o perdera para si com a dissolução da Constituinte.

No arsenal ficou José Bonifácio até o cair da tarde, sendo afinal transportado num escaler para a fortaleza de Laje, onde desembarcou juntamente com os seus companheiros, depois das 9 horas da noite. Aí esperava ao grande homem, ao brasileiro que mais se empenhara pela libertação do seu país, uma espécie de martírio: José Bonifácio foi recolhido a um subterrâneo da fortaleza, lugar imundo, úmido, com as paredes porejando água, e nessa primeira noite lhe serviu de cama um simples pedaço de tapete velho, por extrema bondade de um oficial. Graças à complacência do comandante foi-lhe permitido depois, nas horas de sol, ir para a coberta do forte e respirar o ar puro. De lá olhava a cidade, via as casas meio afogadas no verde da vegetação abundante, contemplava no alto do seu outeiro a igrejinha da Glória, onde o imperador, muitas vezes, antes de uma visita amorosa, ia rezar com devoção. Ontem, ministro, no poder, cuidando e ameaçando (mais ameaçando do que cuidando) de prender demagogos e anarquistas, agora preso,

criminoso político, tachado de anarquista e demagogo. De ordinário alegre, brincalhão, gostando de rir, notavam-lhe os companheiros seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco, Montezuma, o bom Rocha e filhos uma tristeza que não se explicaria apenas pela injustiça de que fora vítima e seria antes a inquietação de quem sentia a sua obra política por terra, talvez o Brasil dilacerado por caudilhos e tiranos militares.

Ao cabo de três ou quatro dias, já quando José Bonifácio dispunha, no forte de Laje, de cama e das roupas necessárias, mandadas por sua mulher, chegou uma ordem de transferência para a fortaleza de Santa Cruz. Embora a intenção do governo fosse sem dúvida colocá-lo em lugar mais confortável, não deixou isso de produzir-lhe um grande choque, por se ver só, separado dos irmãos e dos amigos. Mas não tardaria que se unissem todos de novo na fraternidade de um exílio de seis arrastados anos.

O imperador organizara, no dia seguinte ao da dissolução da Constituinte, um Conselho de Estado, e foi depois de ter ouvido este e parece que por sugestão de lorde Cochrane, que decidiu a respeito do destino a dar aos presos. Seriam banidos, desterrados. Uma velha charrua portuguesa – a *Lucônia* – que José Bonifácio, quando ministro, fizera apresar, foi mandada preparar a toda pressa para conduzi-los.

No dia 20 de novembro deixava o navio o porto do Rio. Transferido da fortaleza de Santa Cruz para bordo da *Lucônia*, José Bonifácio teve a alegria de encontrar lá sua mulher, D. Narcisa O'Leary, e sua filha Gabriela, mulher de Martim Francisco. Todos os presos, aliás, levaram as famílias, graças à intervenção do cônsul britânico Chamberlain, que se incumbiu também de guardar os livros e objetos do ex-ministro dos Estrangeiros, seu amigo. Pobre como sempre fora, José Bonifácio partiu tendo de seu apenas 30$000. Como adiantamento da pensão que lhe concederam, levaria mais 300$000.

Mal decorridos quatro anos de permanência em sua terra, esta o expulsava como um ser nocivo, como um malfeitor. Defeitos de temperamento, singularidades de feitio, bem podiam explicar antipatias e malquerenças em torno de sua pessoa: mas o verdadeiro motivo desse exílio seria a sua superioridade sobre todos os contemporâneos. Este o maior crime, este, e a intransigência nativista, e mais os planos generosos ameaçando os interesses dos exploradores do tráfico africano, dos escravistas e comparsas, que o levariam de vencida, e as suas ideias de libertação humana.

. . . .

Capítulo XII

O ERMITÃO DE TALENCE. JOSÉ BONIFÁCIO NO EXÍLIO.

EM CONVERSA COM MARESCHAL, sobre a dissolução da Constituinte e o banimento dos Andradas, reconheceu D. Pedro I que perdera pelo menos dois excelentes auxiliares, José Bonifácio e Martim Francisco, acrescentando: "o primeiro, sobretudo, que era perfeitamente inocente, só desejava o meu bem e me queria como a um filho". A despeito de tudo isso não deixaria José Bonifácio de sofrer as tribulações de um longo exílio, cujo momento mais duro será por certo a viagem do Rio de Janeiro até a Europa com todas as suas peripécias.

Já a escolha do navio que devia conduzir os proscritos – um transporte português que fora apresado e se achava em precário estado de conservação – denotava as intenções da gente que conseguira desfechar o golpe contra a Constituinte e queria levar talvez a vingança contra José Bonifácio, seus irmãos e alguns companheiros mais, a extremos de perversidade. Na véspera da partida, sem que se soubesse claramente o motivo, verificara-se a substituição do comandante da charrua, posto em lugar do brasileiro Antônio dos Santos Cruz o português Joaquim Estanislau Barbosa. O porto de destino era ostensivamente o Havre, mas parece que

havia o plano de fazer o navio cair em poder dos portugueses – o navio e principalmente os exilados. Era um meio mais rápido de castigá-los, colocando ao alcance dos despeitos da antiga metrópole os brasileiros que tanto se tinham esforçado pela independência do seu país. A viagem até os mares da Europa se fez em marcha muito lenta, que mais lenta se tornou na altura de Lisboa, quando a velha charrua como que não navegava mais, dando aos passageiros a impressão de que durante a noite desmanchava a distância ganha no correr do dia. Estaria o comandante a ver se despontava um navio de guerra português que capturasse a *Lucônia*, como se imaginara no Rio, na trama de alguns potentados do comércio luso e de grandes proprietários de escravaria, ameaçados pelos planos abolicionistas de José Bonifácio e incomodados pelo rigor com que Martim Francisco os obrigava a recolher os impostos antes mal e tardiamente pagos. Com semelhante insídia não teria concordado o imediato da charrua e, depois de firme desobediência sua de entrar no Tejo, prosseguiu a viagem, cujas dificuldades aumentaram, já porque os alimentos começaram a escassear, já devido à aspereza do tempo de inverno, em mares nessa estação nem sempre propícios. No dia 30 de janeiro de 1824, no golfo de Biscaia, um violento temporal sacudiu o velho barco, causando-lhe avarias. Resolveu então o comandante aproar para Vigo, onde chegou a 12 de fevereiro.

No porto espanhol iam sofrer José Bonifácio e seus companheiros os maiores vexames. A *Lucônia* foi para logo declarada incomunicável, retirado o seu leme, arriada a sua bandeira, e os passageiros impedidos de desembarcar. Dias depois, apareceu em Vigo a corveta portuguesa *Lealdade,* no encalço da charrua que transportava os exilados brasileiros, para apresá-la e conduzi-la a Lisboa com os que nela viajavam. José Bonifácio recebeu aviso do que se pretendia fazer, por intermédio do cônsul de França, que o procurou a bordo. Mancomunado ou não com o comandante da corveta portuguesa, o certo é que o governador-geral de Tui determinou a partida da *Lucônia*, no prazo de oito dias. Isto já a 15 de março. Saísse a charrua e logo a corveta *Lealdade* daria desempenho à sua missão. Mas os exilados brasileiros estavam decididos a lutar, e havia entre eles quem fosse conhecido na Europa, não só nos meios científicos, como na direção da política internacional. José Bonifácio e os que o acompanhavam não se atemorizaram, reagiram, protestaram, serviram-se de todos os meios para evitar a emboscada. Ao go-

vernador-geral de Tui, D. Nazário Eguia, dirigiram os brasileiros perseguidos uma petição, em que não trepidaram em afirmar: "[....] Declaramos pois categoricamente a V. *S.* I. que nós não sairemos mais neste navio e que estamos resolvidos a fretar um navio neutro, ou quando se nos negue este direito apesar de toda justiça e hospitalidade, a considerar-nos como prisioneiros do Governo espanhol, que poderá muito a seu salvo entregar-nos a Portugal carregando com a imputação desta negra ação."

Não só não atendeu ao pedido o governador-geral de Tui, como a 21 de março expediu novas ordens para a saída da *Lucônia*. Consumar-se-ia a ignomínia? Lembrou-se José Bonifácio de que era um antigo ministro dos Estrangeiros do Brasil e devia merecer alguma consideração. E escreveu para Londres a Canning, ministro dos Estrangeiros da Grã-Bretanha, pedindo proteção e apoio, sem se esquecer de aludir aos serviços que prestara às relações anglo-brasileiras na execução do tratado de comércio de 1810 e na campanha pela (a carta foi redigida em francês) *"abolition de l'infâme commerce des nègres"*. Foi possivelmente graças à intervenção diplomática inglesa que José Bonifácio e seus companheiros puderam desembarcar em Vigo e, com exceção de Montezuma, atingir por terra Corunha, daí se transportando para Bordéus, onde chegaram a 5 de julho, no navio *Saint Martin*.

Haviam transcorrido, desde o embarque no Rio de Janeiro a 20 de novembro, nada menos de seis meses e meio, quase duzentos dias de sustos e inquietações, com o desconforto das viagens desse tempo, num navio a desconjuntar-se e em estação pouco favorável. Mas afinal estava José Bonifácio em terras francesas, fora do alcance dos perseguidores portugueses, embora ainda sujeito as suas maquinações e denúncias. Assim é que o marquês de Palmela, de Lisboa, em nota de 7 de janeiro de 1824, dirigida ao ministro dos Estrangeiros de França, dava notícia do embarque de José Bonifácio e demais exilados, pedindo que obstasse a saída "desses demagogos" do território francês, porque naturalmente iriam continuar a propagar em outras partes do Brasil "a desordem e a anarquia". E sob a estreita vigilância da polícia da Restauração passaram a viver os brasileiros que o golpe da dissolução da Constituinte proscrevera. De seu lado, para servir o Governo brasileiro, o conde de Gestas mandara do Rio, desde 24 de novembro de 1823, uma carta extensa e minuciosa a Francet d'Esperey,

diretor da polícia francesa, sobre os exilados, para que os vigiasse ativamente, apontando-os como chefes de uma facção que pretendera derribar a monarquia no Brasil. Nessa carta José Bonifácio fora apresentado como se tendo deixado arrastar por Antônio Carlos e outros – "*ce sont des forcenés qu'ont entrainé José Bonifácio qui a joue grand rôle dans les affaires politiques du Brasil et qui y conserve un parti très considerable, sa conduite ayant eté belle et genereuse [....]".*

Chateaubriand, ministro dos Estrangeiros, também se entendera, por ofício em 5 de março, com o diretor de polícia, recomendando-lhe precauções com os exilados e providências para que não pudessem voltar ao Brasil. Para se fixarem em Bordéus, José Bonifácio e seus irmãos tiveram de superar grandes dificuldades e obter revogação de ordens do Governo francês que os proibia de residir em cidade litorânea, a exemplo do que acontecia com os exilados espanhóis. Em protesto dirigido ao ministro do Interior, os Andradas declararam que, ao contrário daqueles, não haviam de modo algum pretendido destruir a monarquia constitucional no Brasil, tinham sido sustentáculos dela, estavam viajando com passaporte do Governo brasileiro e eram pensionistas do Estado.

José Bonifácio levara em sua companhia, segundo especificações do passaporte, sua mulher, D. Narcisa Emília, a irmã D. Maria Flora, uma afilhada D. Carlota Emília Machado, um criadinho preto, de 14 anos, chamado Matias, e mais duas criadas; Martim Francisco e Antônio Carlos foram também acompanhados, o primeiro da mulher, D. Gabriela Frederica, duas criadas e um criado, o segundo, de sua mulher D. Ana Josefina, um sobrinho e um criado. Tratava-se de um grupo unido, de um bloco de família, pois Martim Francisco era genro de José Bonifácio, e Antônio Carlos casado igualmente com uma sobrinha. Em nenhum dos passaportes se fez menção expressa da menina Narcisa, filha natural de José Bonifácio, aquela criança que ele, ao deixar Lisboa, em 1819, raptara da casa de amante desconhecida, entregara à própria esposa e batizara com o mesmo nome desta. Mas a pequena Narcisa não ficara no Brasil ou viajara depois, porque, em carta de 16 de março de 1827, o pai dizia a um dos companheiros de exílio, que se fixara em Paris: "[....] Dei os seus recados a minha mulher e *a Narcisinha, que está em* pensão *em casa de Mlle. Bellard, donde vai à escola e já com bastante aproveitamento."*

Depois de hesitações quanto ao lugar em que deveria estabelecer-se para tornar mais suportável o exílio, apurados com certeza os aspectos de clima, e os de vida tranquila e barata, José Bonifácio, deixando a instalação provisória da Rua do Palais Galien, 168, foi morar em Talence, distante quatro quilômetros de Bordéus, depois de uma passagem por Caudéran. Já que as vicissitudes da política e a mesquinharia dos seus compatriotas não lhe tinham permitido viver brasileiramente, no sítio dos Outeirinhos, em sua terra natal, resignava-se ao recolhimento da casa improvisada na pequena comuna francesa, onde sua mulher, seus parentes, sua Narcisinha, o moleque Matias lhe davam a ilusão de recompor o que deixara no Brasil. Será uma fase que durará cinco anos e em que, não esquecendo nunca, ora com azedume maior, ora em disposição de mais sabedoria, a terra a que servira e que o expulsara, verá ressurgir a curiosidade científica e o gosto pelos estudos de sua especialidade abafados pelas exigências das lutas da emancipação brasileira.

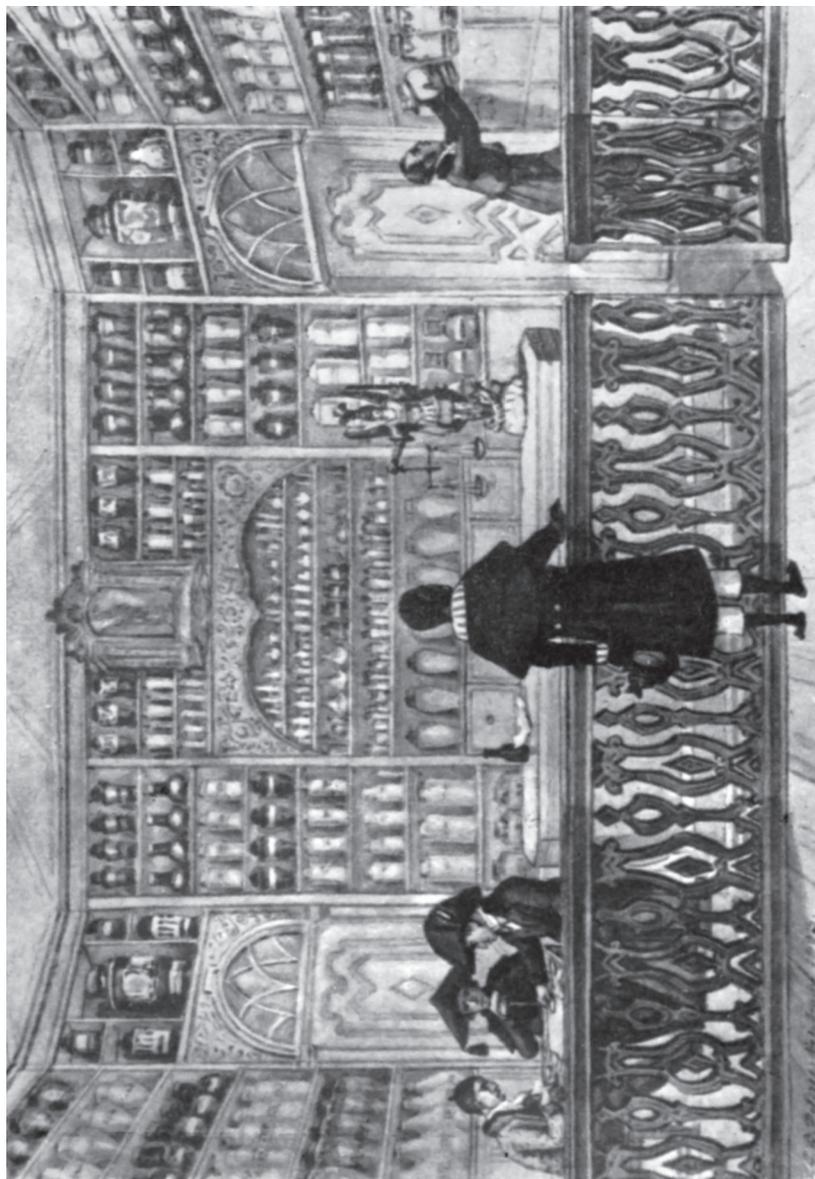
Homem de vida interior, pouco acessível ao tédio, em Talence recobrou por vezes a antiga alegria, e caminhando para a velhice (no exílio passou dos 61 aos 66 anos), nada perdeu de sua natureza, conservando intactas boas e más qualidades. Na casa de campo bordelesa, que chamou uma vez de seu "castelo encantado", mas que lhe parecia habitualmente um eremitério, não se isolou dos amigos, não se desinteressou do mundo, pouco teve de ermitão no sentido de isolamento voluntário. Durante todo o tempo em que habitou Talence e enquanto durou o exílio, cultivou a companhia dos irmãos e dos amigos mais caros, alguns deles com idade de serem seus filhos. Martim Francisco e Antônio Carlos moravam também em Bordéus, com estadas em outros lugares, como Mussidan, na Dordonha, onde se demoraram seis meses em 1825. Ambos viam os embaraços do desterro acrescidos dos de pais de família em pleno desenvolvimento, com filhos nascendo e também morrendo. Os outros exilados tomaram rumo diferente. José Joaquim da Rocha e seus dois jovens filhos tinham ido habitar Paris; para lá igualmente se dirigiu Meneses Drummond, redator principal do *Tamoio,* que conseguira fugir para a Bahia e chegou à França em seguida a uma temporada na Inglaterra; Montezuma andou por muitos lugares, Baiona, Biarritz, Orléans, esteve em Bruxelas, mas foi na capital francesa onde mais se demorou; o padre Belchior Pinheiro, parente dos Andradas, ficou sempre com José Bonifá-

cio, salvo uma escapada até Bagnères-de-Bigorre, certamente para vencer a profunda melancolia que não o deixou nunca, a saudade da terra do seu nascimento, num tal estado nostálgico que ao maior dos Andradas pareceu comparável ao banzo, tristeza mortal de muitos escravos africanos inadaptáveis ao novo meio em que vinham viver.

Com os amigos de Paris, sobretudo Rocha e Drummond, José Bonifácio se comunicava por meio de longas cartas, sem sombra de pedantismo ou hipocrisia, dizendo tudo o que sentia e pensava. Por essa correspondência de homem franco e sincero será fácil reconstituir-lhe os estados d'alma, as preocupações, os projetos, os desejos, as decepções, as alegrias.

Afastado bruscamente dos acontecimentos políticos de sua terra, a que se dera sem nenhuma ambição pessoal, renasceu nele, com a intensidade dos dias em que se consagrara inteiramente à investigação cientifica, o homem de estudos, o trabalhador intelectual. No retiro de Talence o que mais desejou, a não ser a volta ao Brasil, foram livros e mais livros, revistas e mais revistas, quase sempre de ciências. Queixando-se amiúde de pouco dinheiro, falando repetidamente de sua "magra bolsa", numa inquietação constante acerca do retardamento com que lhe pagavam a pensão anual de um conto e duzentos mil-réis arbitrada a cada um dos exilados (menos a padre Belchior que por ser celibatário só merecera a metade dessa quantia), nem assim vencia a tentação de comprar livros e assinar revistas. Cada carta a Meneses ou a Rocha continha uma encomenda, um pedido: "Queira comprar-me a obra de D'Aubuisson, *Traité de Geognosie,* 2 vol. 8º; a parte do *Bulletin universel des sciences et de l'industrie,* que trata das ciências naturais, que faz 3 volumes e custa 22 fr.; enfim os *Éléments de Menéralogie*, de Beudant, que estão a sair da imprensa", dizia numa carta de 1° de setembro de 1824. Em outra, de 13 de outubro seguinte, voltava ao assunto predileto: "rogo-lhe que assine e me remeta a parte do *Bulletin des sciences historiques, antiquités, philologie,* etc. e veja entre os livreiros alemães se têm a obra de Mohs – *Grundiss der Mineralogie – Fundamentos da Mineralogia*, dois volumes em 8°, caso estejam já completos neste ano." Em 20 de janeiro de 1825, pedia "a obra nova de Brogniart – *Introduction à la Minéralogie* – Paris 8 vol. Chez Levrault", e solicitava informações sobre a *Histoire des plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay*, de Saint Hilaire; e sempre, em cartas sucessivas, reclamava livros e revistas já antes encomendados, ou mandava comprar outros, como a *Revue*

Encyclopedique, a *Revue Britannique*, a *Revue Américaine*, um livro do bispo Gregoire – *Noblesse de peau, La Carte Geographique, Statistique, Historique et Politique du Brésil*, por Darnet, a *Corografia Brasílica*, do padre Aires do Casal, a *Histoire de la Revolution*, de Mignet, a *History of Brazil*, de Robert Southey, o *Précis de la géographie universelle*, de Malte-Brun, o *Traité de Chimie*, por Desmaret. Revistas e livros científicos que não se envergonhavam da companhia de Virgílio, cujas *Bucólicas* desejava segundo Voss, com as notas e o texto ao lado.

A tentação de reler as *Brucólicas* provinha sem dúvida da paz que gozava no seu ermitágio de Talence, no doce recolhimento campestre dos arredores de Bordéus, onde lhe parecera surpreender, pelo outono de 1825, "o mais belo tempo do mundo". Paz e recolhimento que não só estimulavam a inclinação de outrora pelos trabalhos científicos, como acordavam o poeta que nele houvera quando moço. Poeta menos pelo que compunha do que pela compreensão mais fina dos outros, dos verdadeiros poetas. "Saberão V. S.as ambas [contava em carta de 23 de outubro de 1824, aos amigos Rocha e Meneses] que a solidão do campo me tem trazido de novo a mania antiga de poeta, com que espanco lembranças aflitivas, que de quando em quando me assaltavam. Traduzi a 1ª Écloga de Virgílio e estou com a 2ª entre mãos; também me abalançarei ao trabalho hercúleo de traduzir a *Ode das Olímpicas*, de Píndaro, apesar das falhas e mazelas da língua portuguesa, e estou com a 1ª das *Píticas* do mesmo autor [....] tenho feito muitas outras coisinhas, como odes sáficas e anacreônticas, tenho revisto as minhas antigas composições que destino para a impressão; e por fim, no mês passado, escrevi uma longa carta em verso a um sonhado amigo do Rio, que não me desagrada pelos rasgos de poesia e filosofia que encerra e pela pintura da nossa viagem deportatória [....]". Não tendo saudades dos tempos tão próximos, e que já lhe pareciam distantes, em que fora homem de governo – "nunca dei peso ao fumo das grandezas humanas", dissera na entrevista a *O Tamoio* – o exílio não era para José Bonifácio o lugar onde apenas choraria as suas queixas e murmuraria as suas revoltas. No político que não se contentara com palavras e fórmulas sedutoras, no estadista que intentara abordar e encaminhar a solução dos problemas fundamentais de ordem social e econômica do seu país, havia também a disponibilidade da poesia, a intimidade com o mistério das coisas, o poder raro entre todos de preservar, malgrado as vicissitudes da vida e as misérias humanas, uma incorruptível mocidade.

Farmácia no Rio de Janeiro em 1823.
Aquarela de J.B. Debret.

Viajantes mineiros em desanso.
Aquarela de J. B. Debret – Rio de Janeiro, 1822.

Em carta aos mesmos amigos, dez dias antes, já falara de sua nova fase poética e remetera até cópias de duas odes, uma sáfica e outra anacreôntica, e do prefácio abrindo o volume de *Poesias*, que pretendia publicar. Sua intenção nesse momento era fazer "imprimir duzentos exemplares para repartir com alguns amigos, *que para los otros me cago yo,* como diria o castelhano com os santos que tinha metido na monteira".

Meses depois, em 1825, sob o pseudônimo arcádico de Américo Elísio, publicou em Bordéus as *Poesias avulsas.* Não obstante o desprezo com que na carta de 13 de outubro se referira a *"los otros"* que não alguns amigos, abria o livro com uma "Dedicatória" endereçada de maneira geral ao "leitor brasileiro" de quem se dizia amigo, a quem, afirmava, já dera provas disso, e continuava a dá-las no "desterro".

Bom poeta, poeta original não era José Bonifácio. Mas, em meio de reminiscências e ecos de poetas verdadeiros que soube sentir e compreender, em sua maioria estranhos à língua portuguesa, qualquer leitor descobrirá sem custo o homem inteligente e sensível que ele sempre foi. Atitude simpática em verdade a desse exilado político, já maior de sessenta anos, que buscava consolação em traduzir Virgílio e Píndaro, em fazer odes sáficas e anacreônticas e em recompor versos de sua longínqua adolescência. E não hesitava, falto de maiores recursos financeiros, em gastar 500 francos na impressão de um volume de poesias.

Humano na mais completa significação dessa palavra foi sempre José Bonifácio. Ao mesmo tempo que recomeçava os seus estudos científicos, povoando de livros especializados a sua pequena casa de Talence, e volvia aos exercícios poéticos dos tempos de moço, não deixava esmorecer os seus cuidados de homem público pela questão mais séria e mais difícil do Brasil, aquela que encerraria provavelmente a chave do segredo do seu banimento prolongado e da sua exclusão do governo e da vida pública – o trabalho escravo, o tráfico africano. Não "temendo os urros do sórdido interesse" e disposto "a progredir sem pavor na carreira da justiça e da regeneração política", preparara José Bonifácio uma representação à Assembleia Constituinte, na qual propunha a extinção do tráfico negreiro e a abolição gradual da escravatura, assegurando desde logo aos "miseráveis cativos" um tratamento próprio de "homens como nós", "despojando-os o menos que pudermos da dignidade de homens e cidadãos". O golpe da dissolução e o

seu banimento não lhe permitiram levar avante o plano. O Império liberal continuaria a assentar "nos crimes e pecados velhos" que faziam do negro uma coisa, ou na melhor das hipóteses uma alimária de preço, da qual se devia tirar o máximo proveito, uma propriedade, uma das formas mais respeitáveis do direito de propriedade. "Dirão talvez que, se favorecerdes a liberdade dos escravos, será atacar a propriedade. Não vos iludais, senhores, a propriedade foi sancionada para bem de todos; e qual o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos naturais, e se tornar de pessoa a coisa, na frase dos jurisconsultos? Não é, pois, o direito de propriedade que querem defender; é o direito da força. Se a lei deve defender a propriedade muito mais deve defender a liberdade pessoal dos homens que não pode ser propriedade de ninguém", exclamava do exílio o temerário Andrada. No mesmo ano em que apareciam as *Poesias avulsas* de Américo Elísio, a tipografia de Firmin Didot, em Paris, imprimia a *Representação*, traduzida e publicada no ano seguinte, em Londres.

Mas não só de poetar ou de altas questões sociais e econômicas se ocupava José Bonifácio: "sou humano *et nihil humani a me alienum puto",* dizia em carta a Meneses Drummond. Pura verdade. Tudo interessava a esse homem, as questões de Estado e os casos íntimos, a política de seu país e os amores fáceis dos amigos. Rocha e Drummond, em Paris, procuravam compensar da melhor maneira as desvantagens do exílio: Drummond escreveu muito, publicou em diversas revistas artigos e estudos; Rocha fez viagens de turismo; e ambos, este beirando os cinquenta anos, aquele mal passados os trinta, dedicaram a aventuras galantes larga parte do seu tempo.

José Bonifácio, bem mais velho do que eles, mas incapaz da impostura de censurar o que também fizera, aludia sempre, nas cartas que escrevia, aos amores que os ocupavam. Estranhando o silêncio de Rocha, dizia: "vossa senhoria é como os oráculos do paganismo que emudeceram com a vinda de Cristo: assim V. S.ª com a sua ida a Paris, ou Deus sabe com os seus novos conhecimentos *utritusque sexus [....]."* De outra vez, desejando felicidades aos amigos pela entrada do ano de 1825, mais desenvoltamente se manifestava: "Deus nos fade bem em geral, e a V. S^{as}., a um dê melhor saúde para ter o gosto de abraçá-lo aqui, e a outro novas formas para os combates amorosos e boa ventura em encontrar novas *muchachas,*

que não precisem dos talentos oficiosos das modistas para empolpar partes chatas, *scilicet. mamas e c., e talvez pernas.*"

Rocha, posto que mais velho que Drummond, e pai de dois filhos rapazes, era o mais libertino e descobrira toda a graça da mulher parisiense; Drummond, menos entusiasta, escrevia a José Bonifácio falando mal das francesas. O ermitão de Talence, ingrato, ou a recordar-se de experiências infelizes, dava-lhe razão: "estou pelo que diz da *fruta francesa;* não presta, não presta, e só o Diabo, ou a fome, pode obrigar a comê-la. Bem-aventurado o nosso Rocha que tem tão boa boca e tão bom apetite."

Fruta francesa, que apeteceria afinal ao nosso Drummond, segundo vestígios deixados na correspondência íntima dos exilados, e que emprestaria ao ermitão o papel nada invejável de intermediário amoroso. Todos os anos, com extrema devoção, Meneses Drummond deixava Paris, durante trinta ou quarenta dias, e ia para Talence passá-los com José Bonifácio. Era uma visita feita habitualmente em junho, de modo a permitir a comemoração do aniversário do grande homem, a 13 desse mês. Nessas estadas em Talence, com as idas a Bordéus, passeios e conversas com famílias francesas de regresso do Brasil, Drummond conheceu algumas criaturas por quem se interessou. Em carta de 17 de outubro de 1825, mandava dizer José Bonifácio: "ontem jantaram aqui a Pepita e irmã, marido e cunhado, Valder e Baranda, a amazona e boa Bellard com o devoto gracioso Franzine; mas não dei a Pepita o seu recado sobre o *crociato in Egitto,* etc. porque tenho mais misericórdia com o meu próximo." Dias depois escrevia: "a gentil amazona não é insensível às saudades que lhe deixou o doente de óculos verdes"; e no ano seguinte, dando conta do desempenho de incumbência recebida, contava num fim de carta: "ficam entregues as encomendas a Pepita, o que fiz com jeito porque o doutor tem andado furioso de ciúmes" – acrescentando em outra comunicação: "receba [....] recomendações da Pepita e Bellard. Entreguei à primeira as *modas,* porém com a precaução necessária para não acordar ciúmes maritais."

Em homem bem marcado pela segunda metade do século XVIII, não se havia de estranhar esses bons ofícios de amigo para tudo. Também ele, embora com grande ternura por sua mulher Narcisa, tivera aventuras de amor, algumas menos passageiras ou de consequências, como a que lhe trouxera a filha de sua quase velhice, a Narcisinha, que tanta alegria lhe

dava. Tendo vivido em Paris ao tempo de sua mocidade e caído na tentação da *fruta francesa,* chegavam-lhe, decorridas mais de três décadas, notícias de mulheres que conhecera naquele tempo. Uma delas, por exemplo, chamada Fanchette, talvez num encontro fortuito com Drummond, soubera que era brasileiro e amigo de José Bonifácio. Ao falar em *Andrada,* a pobre mulher se exaltara em ardentes declarações. Drummond escrevera a respeito ao amigo de Talence, contando-lhe o ocorrido. A própria Fanchette também se derramara em carta ao antigo amante. Humano, como ele se gabava de ser, não ficou indiferente e pediu a Drummond que a procurasse em seu nome, que a visitasse. E o amigo dedicado o fez, dando-lhe ciência disso. José Bonifácio respondeu: "Agradeço-lhe o ter-se avistado com a minha antiga Fanchette. Está já muito velha? Não o mostra a imaginação acalorada. Pobre viúva! Eu sou sensível ao amor que me conserva; e, se está na miséria realmente, queira, meu bom amigo, dar-lhe cem francos e desculpar-me com as minhas acanhadas circunstâncias. Verei, com o tempo, se poderei fazer mais. Dê-lhe mil saudades e deite água fria na fervura para que não faça alguma loucura que me inquiete." Em carta escrita pouco depois voltava ao assunto: "A sorte da boa Fanchette que tanto interessou à sua sensibilidade, também me tem melancolizado. Pobre senhora! Por que o meu destino cruel me não há de permitir mostrar-lhe toda a minha amizade? Ao menos assegure-lhe que farei tudo o que puder para aliviar os seus sofrimentos. Espero que ela terá aceitado os cem francos, que lhe pedia quisesse dar-lhe de minha parte. Sossegue a sua imaginação exaltada, e que não creia que a sua correspondência altere a boa harmonia doméstica. Não sei qual será o meu destino futuro: se poderei regressar ao Brasil ou ir para outra parte da América; em todo o caso farei todos os esforços para a apertar ainda uma vez nos meus braços."

Mais tarde, surgia para o ermitão de Talence outro caso, não mais apenas uma antiga amada, mas alguém que seria filha do próprio ermitão, nascida ao tempo de suas longas viagens pela Europa. "O negócio é delicado e o romance é complicado", dizia ao fiel Drummond. Num *post-scriptum* com a nota de "reservado" pedia-lhe entre surpreso e inquieto: "Queira mandar entregar esta a *Mme.* Delaunay, e procure ver com atenção a uma senhora que foi com ela visitá-lo, cuja idade é de 34 anos e se chama Elisa. Veja se tem feições que se pareçam com as minhas, ou

com as de minha família; mas tudo isso deve ser com toda a dissimulação e melindre. Ofereça de minha parte a *Mme.* Delaunay 100 francos, que de tudo será embolsado quando cá chegar. Responda logo." Elisa teria nascido em 1793, pois a carta de José Bonifácio era de 18 de abril de 1827. Como terminou esse caso, se Elisa seria de Andrada – nada se pode afirmar.

Os velhos amores do ermitão de Talence e os novos de Drummond e Rocha não os fariam esquecer a terra distante e suas lutas políticas. Aos amigos de Paris José Bonifácio esperava rever bem cedo para "desenferrujar a língua sobre o que tanto nos interessa como é o Brasil". Não havia carta em que não tratasse do que se passava aqui, sempre com interesse vivo, atento, apurando e julgando tudo o que lhe chegava ao conhecimento, sem abafar paixões, exaltando-se até à cólera, desoprimindo-se na sátira e na zombaria impiedosa.

As notícias do Brasil não poderiam agradar aos exilados. D. Pedro I, a 25 de março de 1824, outorgara uma carta constitucional. Nela José Bonifácio não veria defeitos irreparáveis, uma vez que a Constituição doada reproduzira largamente o projeto da Assembleia Constituinte. Mas a dissolução desta tivera graves consequências, como o movimento revolucionário do Nordeste – a confederação do Equador. Para abafar esse surto de espírito nativista e liberal, o imperador fora implacável. A Constituição recém-outorgada não impediu que se organizassem tribunais de exceção – comissões militares judicantes – e se armassem cadafalsos. Triunfante, D. Pedro I inaugurara um interregno a bem dizer absoluto, de arbítrio e favoritismo, de camarilhas e concubinas, tudo oscilando segundo os seus maus ou bons impulsos.

Em 1824 tinham-se realizado eleições para a instalação do Poder Legislativo previsto na Constituição, mas os dias, os meses, os anos se passavam e a Assembleia não começava a funcionar. Escrevendo a Rocha e Drummond, José Bonifácio perguntava a 20 de janeiro de 1825: "que notícias me dão das nossas Câmaras? Morreram à nascença?" Preocupava-o muito o reconhecimento da independência do Brasil, sobretudo por parte de Portugal e da Inglaterra. As negociações se arrastaram até 1825. Ao saber do tratado de 29 de agosto desse ano, negociado no Rio de Janeiro por *sir* Charles Stuart, em que a antiga metrópole, mediante a soma de dois milhões de esterlinos, concedia ao Brasil o que pareceu a mais de

um historiador antes uma "carta de alforria" do que o reconhecimento da independência, comentou em carta a Meneses Drummond: "Enfim, pôs o ovo a grã pata e veio a lume o decantado tratado, que saiu melhor do que se esperava; ao menos temos Independência reconhecida, bem que a soberania nacional recebeu um coice na boca do estômago, de que não sei se morrerá, ou se se restabelecerá com o tempo [....]" E impiedoso com D. João VI, que lhe merecera cinco anos antes um poema laudatório, continuava: "Que galanteria jocosa de conservar João Burro o título nominal de imperador, e ainda mais nisso convir o P. Malasartes!" Com este apelido se referia a D. Pedro I, de quem aliás não guardaria rancor e a quem em todo o tempo do exílio chamaria, nas cartas aos amigos, ora de "rapazinho", a recordar o tratamento pouco respeitoso dado ao então príncipe regente por alguns deputados às Cortes de Lisboa, ora de "imperial criança", a revelar uns longes de sua indulgência paternal.

Supôs José Bonifácio que com o reconhecimento da independência a situação no Brasil melhoraria e talvez o seu banimento acabasse. Referindo-se à concessão do título de imperador a D. João VI, dizia: "com esta farsa o astuto Canning *escamoteou* o reconhecimento a Viena e Paris"; e acrescentava traindo uma vã esperança: "se for certa a anistia de Pernambuco, creio que o Stuart a ampliará com mais justiça a todos os fugitivos e deportados, que não têm nem vislumbre de crime." Voltar para o Brasil era o seu maior desejo, não para ocupar mais nenhum cargo público, mas, como dizia, "para ir acabar os meus cansados dias de jaleco e bombachas de algodão nos meus Outeirinhos".

Não o consentiriam entretanto os que temiam a sua presença, a sua influência sobre o monarca, e não queriam a realização de seus planos de reforma social e econômica. Exilado desde novembro de 1823, nada lhe adiantaria ter o Brasil uma Constituição em março de 1824 e a independência reconhecida em agosto de 1825. Em terra estrangeira teria que passar ainda 1826, 1827, 1828, quase a metade de 1829. Junto de D. Pedro I predominavam elementos que o combatiam aberta ou dissimuladamente – áulicos portugueses e políticos brasileiros, que não o suportavam, e a sedução interesseira da amante paulista a serviço dos pequenos ódios provincianos. À sombra de um trono que fora plantado em terra americana apenas para escorar a unidade brasileira, um trono de transição, sábio expediente

de política oportunista, começaram a proliferar marqueses, viscondes, e barões, numa caricata "aristocracia achinelada", segundo o panfletário incauto que nela acabou figurando. José Bonifácio, ao ter notícia, no seu abrigo de Talence, das fornadas de novos titulares, não pôde esconder o espanto: "Quem creria possível que nas atuais circunstâncias do Brasil, havia a grã Pata pôr tantos ovos de uma só vez, como 19 viscondes e 22 barões? Nunca o João (D. João VI) pariu tanto na plenitude e segurança do seu poder autocrático. Quem sonharia que a michela Domitila seria viscondessa da pátria dos Andradas? Que insulto desmiolado!"

O imperador agraciara sua concubina Domitila de Castro com o título de viscondessa de Santos, ligada por conseguinte à "pátria", à terra de nascimento de José Bonifácio e de sua família; e depois a faria marquesa do mesmo título. Ao exilado de Bordéus a escolha parecera intencional, só para feri-lo. "Que insulto desmiolado", comentava em carta a Drummond. Recusara, quando ministro, por ocasião da aclamação do imperador, o título de marquês, a grã-cruz da ordem do Cruzeiro. "Nunca as honras e os títulos tiveram valia para o homem livre e virtuoso", escrevera uma vez. Mas a escolha do nome do pequeno canto em que nascera para o brasão da amante de D. Pedro I doera-lhe como um escárnio. "Ó meu bom Deus, por que me conservas a vida para ver o meu país enxovalhado a tal ponto?", exclamava na mesma carta, em cujo final, já noutro tom, zombeteiro, glosava o título do "novo barão de Quixeramobi", nome que lhe parecia "misto de carijó e bunda, ou angolense", e perguntava a razão por que deixara de ser ministro dos Estrangeiros Carvalho e Melo – "o bambo mulato, pesadão, basbaque". As notícias do Brasil interessavam-no acima de tudo e, infelizmente, continuavam más. "São façanhosos os despachos do Rio; o rapazinho perdeu o medo e trata as miseráveis crianças do Brasil como elas merecem", dizia em outra carta, entremeada de assuntos diversos, num pessimismo explicável, julgando a independência do Brasil apenas "nominal" e não perdoando os seus patrícios que se satisfaziam com títulos e condecorações: "como andam contentes esses *Tatambas* [assim chamava ele então ironicamente os brasileiros] emproados com as suas fitinhas e chocalhos!"

Alguns meses depois estaria mais esperançoso, à vista de novidades do Brasil lidas em jornais da Inglaterra: "a ser verdade o que dizem

as folhas inglesas, creio que o Ministério e Conselho de Estado em breve irão a *tous les diables;* e julgo que está próxima a época em que a imperial criança há de conhecer o desatino que fez em perseguir e desterrar a quem só o poderia salvar dos corcundas e pés de chumbo que hoje com motivo e vistas diferentes talvez se coalizem de novo com os demagogos." Mas seria pequena a sua esperança, pois logo acrescentava: "passemos a coisas menos eventuais e enigmáticas".

Escrevia assim em julho de 1826, muito longe ainda do dia da volta ao Brasil. Continuaria proscrito, e mais do que isso – perseguido até no exílio. Um jornal francês, instigado ou pago por gente do Brasil (talvez José Marcelino Gonçalves), iniciou uma campanha de difamação contra José Bonifácio e seus irmãos. O autor era um certo de Loy, que estivera no Brasil, onde fora redator da *Estrela Brasileira,* defendera a dissolução da Constituinte, e, voltando depois à França, constou que andara preso por dívidas. Em *L'Indépendant,* de Lião, de Loy escreveu, sob o título "História contemporânea", atacando os Andradas a propósito da dissolução da Constituinte e da conduta de José Bonifácio e Martim Francisco no governo. Em certos círculos europeus a dissolução fora encarada como um verdadeiro golpe de estado, uma espécie de 18 Brumário brasileiro. O jornalista alugado procurara defender o ato de D. Pedro I, inocentando-o, e apresentando a Assembleia como um bando de energúmenos e incapazes, e os Andradas como homens odiosos, "malfeitores e tartufos", numa reedição em francês das diatribes do *Correio do Rio de Janeiro.* José Bonifácio e seus irmãos resolveram logo usar do direito de resposta, mas o jornal de Lião recusou-se a publicar a refutação. Recorreram então à justiça francesa, por intermédio de advogado – *Maître* Torombert – e tiveram ganho de causa: *L'Indépendant* foi obrigado a inserir as respostas. Outro jornal – *L'Opinion* – acolheu artigos em defesa dos Andradas, e José Bonifácio, embora "enfastiado de polêmicas e desaforos", reuniu em folheto a *Réfutation des Calomnies relatives aux affaires du Brésil, inserées par un Sieur de Loy, dans 1'Indépendant,* impresso em Paris, no ano de 1826, e subscrito também por Antônio Carlos e Martim Francisco.

Continuar no exílio, e sem esperança próxima de volta, era a sina do ermitão de Talence, que começava a sentir mais intensamente o desamparo da velhice, em cada inverno europeu. O frio, embora menos

rigoroso na região da Gironda, que escolhera para morar, fazia-lhe mal. Passava os dias no borralho, como contava em suas cartas, ansiando "pelos calores para mitigar o seu envelhecido e rabugento reumatismo", ora mergulhado em apatia, em negro desânimo, ora tomado daquilo que chamou de "estado violento de receios e esperanças".

Podiam rir satisfeitos todos os invejosos e todos os medíocres do Império nascente: o grande homem penava, o grande brasileiro sofria o castigo de sua superioridade. "Se circularem por aí notícias que consolem uma alma do Purgatório, queira comunicar-me", escrevia a Meneses Drummond. Notícias do que se passava em sua terra, eis o que mais desejava. Melhor às vezes era não tê-las: "as cartas que recebi do Brasil nada dizem, porque o terror *robespierriano* que reina no Rio ata as línguas daquela pobre e tímida gente, e até os obriga a mentir talvez, porque José Ricardo se queixa de não ter recebido cartas minhas, quando eu lhe escrevi nada menos que duas [....] " José Ricardo (da Costa Aguiar de Andrada), sobrinho de José Bonifácio, antigo deputado às Cortes de Lisboa e à Assembleia Constituinte, desembargador, vivia em verdade apavorado, desejoso de não atrair, como os tios e como o primo padre Belchior, a ira dos dominadores. Uma dessas cartas pelo menos lhe chegara às mãos, a de 23 de fevereiro de 1825, e dava bem a medida dos sentimentos contraditórios e do quase desespero em que se debatia o seu autor. De início, era a queixa do inverno e dos velhos achaques; depois a das injustiças que estava sofrendo "porque não quisera bandear-se com o *soberano* congresso [as Cortes de Lisboa], nem no Rio de Janeiro ser *pé de chumbo, corcunda* ou *demagogo";* em seguida, vinha um apelo feito ao próprio imperador para que decidisse se podia ou não contar com a pensão que lhe fora concedida, pois estava resolvido a ir morrer na Flórida ou na Colômbia, e nunca no Brasil, para onde só voltaria na última extremidade ou arrastado pelas necessidades da pobre e malfadada família; e num ímpeto de profunda mágoa dizia: "sejam felizes lá como quiserem, que eu não posso nem devo buscar voluntariamente uma terra em que só encontrei ingratos e inimigos".

Ímpeto de homem ardente e sofredor, e não resolução assentada, fria determinação. Na mesma carta, já mais calmo, pedia informações sobre o sítio dos Outeirinhos, "que tanto ainda me lembra", sobre a fazenda

de gado de Parnaíba, sobre os seus livros, coleção mineralógica, estampas, desenhos, manuscritos, medalhas, trastes e mobílias.

A pensão de um conto e duzentos concedida a José Bonifácio, era paga com grande irregularidade, depois de exigências burocráticas intermináveis, de reclamações dirigidas ao Tesouro, no Rio de Janeiro, e às legações do Brasil, em Paris e em Londres. Essas delongas o irritavam e constituíam motivos de ataques nem sempre justos a diplomatas com exercício nos postos citados. Sofria muito com o inverno, mas confessava: "o frio me entorpece a mão, porém lido a imaginação, ou melhor, a indignação". Prova de que o seu espírito continuava moço, capaz de reagir, capaz de indignar-se. Falara antes em ir acabar os dias na Flórida ou na Colômbia; falaria depois em partir para outro lugar, sempre, na América: "Se não me pagarem mais (a malfadada pensão) estou resolvido, na primavera, a ir trabalhar nas minas de Guatemala e dizer um final adeus ao Brasil."

Não diria esse adeus, senão ao morrer, já de regresso ao seu país, e ao cabo de duros anos de velhice e decepções. Porque José Bonifácio, tão humano como se apregoava e com razão, era vário, era contraditório, era múltiplo. Esquecia-se das iras contra os inimigos do Brasil, refugiando-se na poesia, interessando-se pelas grandes questões do seu tempo. Na mesma carta em que ameaçava ir trabalhar nas minas da Guatemala e dizer um adeus final ao Brasil, mandava a Drummond cópia de uma ode aos gregos, com estas palavras: "neste instante acabo de dar a última mão a minha ode aos gregos e neste instante lha remeto. Se o amor-próprio me não cega, parece-me que a mente não está enferrujada e que a imaginação ainda chameja [....]". E a quem nessa ode começava por pedir inspiração?

Ó musa do Brasil, vem inspirar-me,
Tempera a lira, o canto meu dirige.

O Brasil, não obstante justíssimas queixas, não lhe saía do coração. "Não era à saúde do velho do Rocio, mas da pobre pátria, que deviam beber", dizia ainda na mesma carta. "Pobre pátria", sempre lembrada, sempre presente. Fizera uma ode aos gregos, animando-os nas suas lutas pela liberdade, fizera outra aos baianos, a província que se lembrara do seu nome nas eleições para a primeira Assembleia Legislativa. Não se desmentia, não renegava o passado:

Altiva musa, ó tu que nunca incenso
Queimaste em nobre altar ao despotismo;
Nem insanos encômios proferiste
De cruéis demagogos.

Nem despotismo, nem demagogia – e por isso estava no exílio. E só tinha um crime:

Amei a liberdade e a independência
Da doce cara pátria, a quem Luso
Oprimia sem dó, com riso e mofa
Eis o meu crime todo

....

Vales e serras, altas matas, rios,
Nunca mais vos verei – sonhei outrora
Poderia entre vós morrer contente

....

Querem que em França um desterrado morra.

E num outro poema intitulado "O poeta desterrado", era talvez abafando as lágrimas, que dizia:

Para a moleza não nasceu o vate
Em ditosos dias chamejava
Sua alma ardente, de heroísmo cheia
Quando uma pátria tinha!

Nem Flórida, nem Colômbia, nem Guatemala. Para o Brasil é que sonhava voltar. Sonhava, mas os anos se escoavam e José Bonifácio continuava no exílio.

Em maio de 1826 instalara-se a primeira Assembleia Legislativa brasileira, decorridos quase dois anos e meio da data da dissolução da Constituinte. As eleições para a Câmara dos Deputados tinham-se realizado com certa lisura, permitindo a escolha de muitos políticos liberais experimentados na Assembleia anterior e nas Cortes de Lisboa. Menos

livre fora o pleito no tocante ao Senado, devido à pressão do governo, e D. Pedro I não agira imparcialmente na escolha dos senadores. Apontados como malfeitores, nem José Bonifácio, muito votado na Bahia, nem qualquer dos seus irmãos, lograra figurar nas listas senatoriais. A propósito da chegada de um paquete do Rio, comentava o ermitão de Talence, em carta a Drummond, a falta de notícias do que estariam fazendo "a imperial criança e os senhores de ambas as Câmaras".

Em Portugal morrera o rei D. João VI, e D. Pedro I, embora imperador do Brasil, do Rio de Janeiro lhe sucedera no trono luso, outorgara uma Carta e decretara anistia geral, abdicando em favor de sua filha, a princesa Maria da Glória. "Dão-se Constituição e anistia a Portugal e os deputados do Brasil sem processo e sem crimes, andam desterrados", queixava-se José Bonifácio não sem fundamento. Contra os Andradas e alguns dos seus amigos mais próximos fora determinada, a 24 de novembro de 1823, a abertura de uma devassa para apurar-lhes os crimes. Quando no governo, José Bonifácio mandara fazer o mesmo contra os seus adversários, isto é, contra Ledo e o seu grupo. Essa devassa, que tem merecido grandes censuras de escritores antipáticos aos Andradas, e que foi batizada de "Bonifácia", não chegou a durar um ano: a 5 de julho de 1823, ainda com os Andradas no poder, foram absolvidos muitos dos indiciados, a 7 de outubro do mesmo ano viram-se definitivamente livres de culpa e pena Ledo, José Clemente, Nóbrega, e os padres Januário e Lessa, e a 21 de novembro, estava Ledo de volta ao Rio. Ao contrário disso, a devassa contra José Bonifácio, seus irmãos e companheiros, iniciada em novembro de 1823, entrou por 1824, e 1825, e 1826, e 1827, e 1828, procrastinando--se, eternizando-se. E o exílio se prolongou, exílio de um velho, de um grande servidor, de um homem de ciência, o que não impediu que alguns historiadores, em vez de perseguido, vejam sempre em José Bonifácio um grande perseguidor, um grande violento. Violência e perseguição sofreu ele durante mais de cinco anos. Perseguição e violência, contra a pessoa física e moral do ministro da independência brasileira, e também contra os objetos que lhe pertenciam. Se não fosse a energia do cônsul britânico Chamberlain, em cuja casa tinham ficado guardados os livros de José Bonifácio uma valiosa biblioteca de 6.000 volumes – e os seus papéis e manuscritos, nem estes escapariam à sanha policial. Várias tentativas de buscas foram feitas,

sob a infamante alegação de que entre o que pertencia ao exilado se encontravam livros subtraídos à Biblioteca Pública e documentos de Secretarias de Estado! José Bonifácio suspeitado de furto! O ministro de Estrangeiros, Carvalho e Melo, insistiu junto de Chamberlain para que se realizasse a busca afrontosa, chegando o representante britânico a pensar em transferir o arquivo do consulado para bordo de uma embarcação de guerra.

No entanto, fora sempre rigorosamente escrupuloso no exercício das funções públicas que desempenhara. Nunca se aproveitara do poder. No Arquivo Nacional existe um ofício seu em que, como ministro de Estado, pede a autoridade competente que faça o despacho de objetos de sua propriedade chegados de Santos pela sumaca *São Vicente de Paulo*, enviando-lhe a "nota das despesas para pronto pagamento". Probo, da exemplar probidade comum aos irmãos.

Posta em dúvida a sua honradez, ainda assim o sonho de José Bonifácio, salvo nos dias sombrios de cólera bem justificada, continuava a ser sempre a volta para o Brasil. Em meados de 1827, trocara o "asilo de sossego" de Talence por outra residência, no Chemin de St. Genner nº 132. Mas o que desejava era o sítio dos Outeirinhos, em Santos, com a sua rusticidade, e não a vida em Bordéus, do tempo de Carlos X, na "vinhosa cidade, urinol do mundo". Antônio Carlos e Martim Francisco ansiavam também pelo retorno ao Brasil e para isso empregavam todos os esforços, esbarrando, porém, nas dificuldades criadas pelos representantes diplomáticos brasileiros em França. Em carta a Drummond, de 23 de janeiro de 1828, José Bonifácio, aludindo à "bestial devassa", dizia: "já me tarda a ida de meus irmãos para os ver esmagar tão vil canalha [....] patifes que nos perseguem com um ódio tão figadal que saltariam de prazer se pudessem inventar outro pecado mortal, além dos sete cristãos, para nos lançarem às costas." Afinal Martim Francisco e Antônio Carlos, pronunciados na devassa, valendo-se de termos processuais, conseguiram autorização para o regresso. Pelo *Valliant* deixaram Bordéus a 26 de abril de 1828 e, chegando ao Rio, depois de se apresentarem às autoridades, foram recolhidos à fortaleza da ilha das Cobras, no dia 4 de julho, só logrando a absolvição e a liberdade a 6 de setembro seguinte.

Quanto a José Bonifácio, a despeito de ser "perfeitamente inocente", segundo dissera desde 1824 o imperador ao agente austríaco Mares-

chal, teve ainda de suportar mais um ano de exílio. A 3 de março de 1829, escrevia a Drummond, comunicando-lhe o projeto de partir em fins de abril ou meados de maio para o Brasil e aconselhando-o a ir também: "parta, meu bom amigo, vá ver se ainda pode ser útil ao seu desgraçado país [....] forceje por lhe ser útil, já que a minha idade provecta e o desengano de um mundo corrompido e ingrato me privam de todo o trabalho e de qualquer esperança." Noutra carta, de 2 de abril, anunciava a sua partida no navio *Phenix*, o que se verificou nos últimos dias de maio, pois só a 25 deste mês visou o passaporte na prefeitura de Bordéus.

Ao Brasil que deixara a 20 de novembro de 1823, chegou José Bonifácio no dia 23 de julho de 1829, ao cabo de cinco anos e oito meses de ausência forçada. Era um velho que voltava, um homem de sessenta e seis anos, a cuja resistência moral estava reservada, mal transposto o exílio, nova prova: durante a viagem, sua mulher D. Narcisa Emília O'Leary morreu inesperadamente, e foi carregando o seu cadáver e sufocando lágrimas, que ele desembarcou no Rio de Janeiro. Para fazer o enterro, quatro dias depois, na igreja do Carmo, e pagar a metade, senão todas as despesas da viagem, teve de pedir dinheiro emprestado ao seu amigo Luís de Meneses Drummond. Velho, pobre, sofredor, tornava à sua terra o grande homem combatido pelos homens pequenos. Lutas e sofrimentos iam continuar ainda por vários anos.

. . . .

Capítulo XIII

VOLTA DO EXÍLIO. A REVOLUÇÃO DE 7 DE ABRIL DE 1831.
JOSÉ BONIFÁCIO, TUTOR DO IMPERADOR MENINO.
LUTAS POLÍTICAS. DESTITUIÇÃO DA TUTORIA.

CHEGADO AO RIO, ficou José Bonifácio por algum tempo hospedado na casa de Luís de Meneses Drummond, em Catumbi. Em Bordéus, ao receber o oferecimento dessa hospitalidade, pensara em recusá-la, alegando a Antônio de Meneses Drummond o que custava ser amigo dos Andradas – calúnias, prisões, deportações, etc. Não pôde, entretanto, resistir à solicitude de amigos tão fiéis, nem as circunstâncias em que desembarcara lhe deixavam calma para decidir logo onde iria morar. Mas foi uma residência provisória: perto da chácara de Luís de Meneses havia uma velha casa abarracada e para ela se passou depois José Bonifácio.

Disposto a não ter mais nenhuma ingerência na vida pública do Brasil, procurou isolar-se, saindo pouco e evitando contatos. Os homens que estavam no poder, salvo um ou outro, não lhe mereciam simpatia. O ministro do Império, por exemplo, era José Clemente Pereira, seu antigo adversário, o dos Estrangeiros, o marquês de Aracati, aquele mesmo Oyenhausen, seu companheiro no governo provisório de São Paulo e depois também seu adversário. A situação política não pare-

cia das melhores. Havia quase quatro anos que estava a funcionar o Poder Legislativo e com ele não se entendia bem o imperador. Na Câmara dos Deputados, uma corrente, cada ano mais forte, exercia severa e minuciosa crítica sobre os atos do governo. O imperador, desde a dissolução da Constituinte, revelara o gosto de governar sem contrastes, cercado às vezes de homens de valor, às vezes de figuras insignificantes, e não tendo nunca a preocupação de escolher ministros que desfrutassem do apoio da Câmara dos Deputados. Ora já começavam a firmarem-se nessa época, entre os espíritos liberais da política brasileira, tendências para ensaiar ou estabelecer o parlamentarismo à inglesa. Por outro lado, com a instalação das Câmaras, capacitando-se a dos deputados que encarnava a soberania popular, tomara grande impulso o elemento acentuadamente liberal. No Rio e em várias outras cidades, surgira uma imprensa combativa, de feição mais séria e doutrinária, como a *Aurora Fluminense,* de Evaristo da Veiga, que exerceu tão grande influência, mas também de caráter pessoal, em numerosos e efêmeros pasquins. O Primeiro Reinado vinha se caracterizando por uma constante instabilidade política e social. A terrível reação de D. Pedro I contra os revolucionários da Confederação do Equador afastara dele até os liberais moderados e mais funda se tornaria a separação, depois dos desastres militares na guerra do Sul, da formação dos batalhões estrangeiros, dos escândalos de sua vida amorosa, depois que passara a sofrer a má influência de áulicos portugueses e por assuntos da política portuguesa dava a impressão de interessar-se acima de tudo. Em 1829 havia uma opinião liberal exigente, que reivindicava o direito de intervir na direção do país e fazia recrudescer as paixões nativistas. Muita gente começava a achar que a independência do Brasil, com um príncipe português no trono, fora um grande equívoco, senão um ludíbrio.

Cansado, triste, desiludido, José Bonifácio aspirava para o resto da vida a um pouco de sossego e recolhimento. Queria rever os seus livros e as suas coleções, escrever em paz alguns trabalhos científicos e literários. Não lhe foi possível, porém, manter-se no isolamento desejado. Ao contrário do que pretendia, não partiu para Santos, não se abrigou no sítio dos Outeirinhos de "jaleco e bombachas de algodão". Por quê? Talvez o ter enviuvado e a necessidade de educar melhor sua filha Narcisinha, nesse momento com dez ou doze anos, expliquem a mudança de resolução.

Indiferente ou neutro, não seria nunca homem do seu feitio, sobretudo permanecendo num meio agitado como era o Rio de Janeiro de 1829. Provavelmente, teria grandes dúvidas sobre o bom desfecho da campanha liberal dirigida por Bernardo Pereira de Vasconcelos, Evaristo da Veiga e tantos outros políticos e jornalistas cujos nomes mal conhecia. Mas também não augurava nada de favorável se o governo continuasse nas mãos dos homens que o detinham. Uma observação interessante deve ter ele feito ao chegar ao Brasil: José Clemente e Gonçalves Ledo, os políticos que em 1822 pareciam chefes liberais, lideres democráticos, de volta do exílio de menos de um ano, nunca mais tinham aberto a boca para defender nada que tivesse aspecto de reivindicação liberal ou democrática. Calados assistiram ao golpe da dissolução da Constituinte, calados ficaram diante da repressão cruel aos revolucionários de 1824. Mais do que isto: passaram a ser sustentáculos dos governos de inclinação absolutista, José Clemente ministro detestado pelos liberais da Câmara, Ledo, com assento nesta, outro, muito outro, sem nada lembrar o homem de 1821 e 1822.

Já que ficara no Rio, não lhe seria possível evitar visitas e conversas sobre política. E foi o que aconteceu. O imperador dava mostras, infelizmente pouco duradouras, de estar disposto a mudar de vida e de orientação no governo: não sem grandes esforços desvencilhara-se de vez da amante paulista, que se tornara todo-poderosa depois da morte, em 1826, da imperatriz D. Leopoldina; com esforços maiores ainda conseguira na Europa uma princesa para segunda esposa, por sinal de rara beleza – D. Amélia de Leuchtemberg, neta de Josefina, filha de um enteado de Napoleão. Estava já de volta ao Brasil José Bonifácio, quando chegou a nova imperatriz. Não guardando rancor de D. Pedro I, nem tendo influído a injustiça do longo exílio nas suas convicções monárquicas, foi entretanto sem pressa que esperou a oportunidade de avistar-se com o soberano. Deixou que terminassem todas as festas, todas as cerimônias, para então aparecer diante daquele que o tratara como pai nos grandes dias da Independência e depois o banira como um súdito perigoso. Generoso, José Bonifácio perdoara ao jovem imperador, que agira menos por impulso próprio do que instigado por maus conselheiros. O novo encontro desses dois homens emotivos deve ter tido aspectos muito mais de drama do que de comédia. O certo é que D. Pedro I recebeu o seu antigo ministro com in-

disfarçada alegria e logo o apresentou à linda imperatriz como sendo o seu melhor amigo. E parece que José Bonifácio não perdeu tempo em lisonjas, expôs o seu modo de pensar sobre a situação do país e pediu a D. Amélia que trabalhasse pela reconciliação do imperador com a nação.

Quem assim se exprimia, demonstrava perceber a gravidade dos sintomas prenunciadores da crise que ia estalar dentro em pouco, a impopularidade crescente do monarca, olhado já como um estrangeiro, como um português, as correntes contrárias à sua permanência no trono aumentando, a propaganda liberal de mal disfarçado tom republicano sempre a crescer, a unidade brasileira ameaçada.

Depois de longas e complicadas missões diplomáticas, no interesse brasileiro, no interesse matrimonial de D. Pedro I e no interesse da política portuguesa da filha do imperador, chegava ao Rio o marquês de Barbacena, com quem José Bonifácio, malgrado diferenças enormes de caráter e de destino, quase sempre se entendera bem. Barbacena desembarcara, a 16 de outubro de 1829, trazendo a nova imperatriz, e, como o seu amigo e antigo chefe de 1822-1823, não era otimista quanto ao estado de coisas dominante. Uma ideia então lhe teria ocorrido: a volta de José Bonifácio ao poder. Estaria decidido a entrar também para o governo com ele e com Miguel Calmon, que aliás já era ministro. O Andrada, ao cabo de quase seis anos de exílio, não admitiu sequer a possibilidade de tornar ao martírio de ser ministro. Mas achou que Barbacena devia ir para o governo e a este respeito conversou com o imperador, sugerindo-lhe também os nomes de Calmon, futuro marquês de Abrantes, e Carneiro de Campos, marquês de Caravelas. De fato, a 4 de dezembro foi organizado o novo Ministério.

Pareceu a José Bonifácio que a situação poderia melhorar, tendo o imperador ao seu lado homens lúcidos e com experiência política. Enganava-se: menos de ano e meio depois D. Pedro I não encontraria outro caminho senão o da abdicação. Como quer que fosse, aproveitando a pausa, procurou José Bonifácio, nos arredores do Rio, um refúgio, um canto tranquilo, onde pudesse arrumar os seus livros e papéis, e acabar os "seus cansados dias". O lugar escolhido foi à ilha de Paquetá, com um sol quente para o seu reumatismo de velho, com muitas árvores para abrigar-se, com o mar bem perto para dar-lhe saudades da terra de nascimento, com um doce silêncio para pensar e sonhar. "Retiro filosófico de Paquetá",

assim chamou a essa casa mais que modesta, ainda hoje de pé entre árvores majestosas.

Não teria descanso o velho. Seus inimigos (nunca deixou de tê-los, ainda os tem hoje decorrido mais de um século de sua morte) já em fins de março de 1830 o acusavam de estar metido numa conspiração republicana.

Insinuava isso o *Diário Fluminense.* Em carta de 19 de abril de 1830, ao marquês de Barbacena, então ministro da Fazenda, José Bonifácio desabafou a sua indignação: sofrera seis anos de deportação "sem crime nem sentença" e agora, de volta "a seus lares", é que iria conspirar contra o soberano a quem servira? E mais positivo, relembrando o que já lhe negavam: "soberano a quem retivera no Brasil e sustentara no trono". Não, não seria nunca um demagogo, um chefe de farroupilhas. "Miseráveis!! como sabem que eu não tenho outra paixão senão amar a minha pátria e respeitar o seu chefe, e isto não lhes convinha, e menos lhes convém presentemente [....] me caluniam e me perseguem [....] sou e serei sempre o que fui; nunca desejei mandos [....] nem riquezas [....] nem jamais uma fita estreita ou larga, ou um *crachá,* que muitas vezes entre nós abrilhanta tavernas e armazéns de negros novos, nem outras fantasmagorias tais e quejandas jamais me ofuscaram a razão ou fizeram cócegas no coração."

Tratava-se sem sombra de dúvida de uma invencionice no intuito de não deixar o velho em paz, e a acusação partira muito provavelmente de elementos reacionários, de gente que fora apeada do governo, da camarilha ligada "às tavernas e armazéns de negros novos", dos seus mais implacáveis inimigos – os aproveitadores do tráfico africano.

Em paz, no seu "retiro filosófico de Paquetá", não ficaria José Bonifácio por muito tempo. Crises políticas sempre mais sérias se sucediam. No ano de 1830, começara a funcionar a segunda legislatura brasileira, e a composição da Câmara provava o imenso passo que dera a opinião liberal. Nessa assembleia predominavam os deputados decididos a levar mais longe do que seus antecessores o exame dos atos do governo e a fazer deste uma expressão da vontade da maioria parlamentar. Com isto não concordava D. Pedro I, cioso da prerrogativa de escolher livremente os seus ministros e também da de demiti-los, até de maneira acintosa, como faria com o marquês de Barbacena, posto na rua sob a suspeita de pouco escru-

puloso aplicador dos dinheiros públicos e de secretário traidor. Sem tato, não querendo contornar dificuldades, mal aconselhado, o imperador foi ficando cada vez mais impopular, considerado incompatível com o sistema representativo e incapaz de ajustar-se a um regime liberal. E o ambiente tornava-se propício aos mais exaltados, aos que queriam uma mudança violenta na situação, um golpe de força para estabelecer um governo democrático. No Rio de Janeiro e nas províncias crescia o descontentamento, aumentava a inquietação. Quinze jornais na capital do Império discutiam e agitavam questões políticas, o mesmo fazendo, nada menos de trinta e oito, no resto do país. Não só de conquistas liberais cuidavam os jornalistas empenhados na contenda: levantavam a questão nativista, renovando talvez com mais força as reivindicações de 1822. Essa propaganda estimulava o ódio contra os antigos colonizadores, contra os "pés de chumbo", contra os portugueses, e o quinquênio de lutas dos liberais da Câmara e do jornalismo atingia ao auge, não faltando sequer o exemplo estrangeiro, a repercussão dos sucessos políticos da Europa: a revolução que derribou Carlos X em França causou no Brasil um "choque elétrico", segundo a afirmativa de um historiador dessa época que foi testemunha dos acontecimentos. A propaganda liberal ganhou mais audácia. Evaristo da Veiga, na *Aurora Fluminense,* saudou o ano de 1830 como o da liberdade, não só na Europa, mas no mundo inteiro, certo de que o de 1831 não seria "menos favorável às causas do gênero humano"; e chamou a Carlos X, visando sem dúvida a D. Pedro I, de "rei hipócrita ligado a uma cabala que queria governar pelo terror". O imperador perdera de todo a popularidade dos dias da Independência, e aos olhos dos liberais aparecia como um usurpador estrangeiro, como um rei português governando o Brasil apoiado apenas pelos portugueses do comércio e pela camarilha que o rodeava. Não tardaram as desordens nas ruas do Rio de Janeiro. De volta de uma viagem a Minas Gerais, onde fora recebido com frieza, os sinos das igrejas dobrando funebremente pela morte do jornalista Badaró, assassinado em São Paulo, o imperador teve para consolá-lo festas promovidas pelo comércio português. Mas essas festas se transformaram em conflitos, os rapazes brasileiros apagando as luminárias postas em homenagem a D. Pedro I, os portugueses reagindo com pedras e cacos de garrafa. Vinte e três deputados e um senador (estavam fechadas as Câmaras) dirigiram um apelo ao monarca

para uma solução pacifica, mas a linguagem era a de um *ultimatum,* de um desafio. Chegara o fim. A campanha liberal ganhara o elemento militar, penetrara os quartéis. A 6 de abril de 1831, o povo do Rio de Janeiro e a guarnição da cidade, os chefes mais graduados confraternizando com os líderes populares, insurgiram-se contra o governo, e o desfecho foi a abdicação do monarca, no dia seguinte.

Nas horas trágicas que precederam o ato da abdicação, o imperador pensou em José Bonifácio. O velho, que enxotara do Brasil e forçara a um exílio de quase seis anos, apareceu-lhe como o homem em quem podia confiar, porque fora o homem que lhe dissera sempre a verdade, não o adulara, não o enganara, altivo e desinteressado. D. Pedro I, disposto a descer do trono e a retirar-se do país, resolvera abdicar na pessoa de seu filho, uma criança apenas de cinco anos. Mau marido, foi entretanto um pai dedicado e enternecido e de todos os filhos, legítimos ou não. O filho a quem ia deixar a coroa precisava de um tutor, de um guia, de um defensor, e pareceu-lhe que só poderia ser José Bonifácio. Ao encarregado de negócios da França, Edouard Pontois, dissera: "Não me querem para governo porque sou português. Meu filho tem uma vantagem sobre mim, é brasileiro [....]." Junto do filho brasileiro queria um brasileiro. E com a mão nervosa e os olhos cheios de lágrimas, nos seus assomos de herói romântico, assinou este decreto: "Tendo maduramente refletido sobre a posição política deste Império, conhecendo quanto se faz necessário a minha abdicação e não desejando mais nada neste mundo senão glória para mim e felicidade para minha pátria: hei por bem usando do direito que a Constituição me concede no capitulo 5º artigo 130, nomear, como por este meu imperial decreto nomeio, tutor dos meus amados e prezados filhos ao muito probo, honrado e patriótico cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro amigo."

Meu verdadeiro amigo! Era a centelha do primeiro encontro em janeiro de 1822 que se renovava. Amigo para servir, amigo para sofrer. Lá se iam em fumo os sonhos do "retiro filosófico" da ilha de Paquetá, os planos de livros e trabalhos, o direito de fazer menos duros os dias da velhice. Ao decreto, seguir-se-ia uma carta enfática: "*Amicus certus in re incerta cernitur.* É chegada a ocasião de me dar mais uma prova de amizade, tomando conta da educação de meu muito amado e prezado filho, seu imperador.

Eu delego em tão patriótico cidadão a tutoria do meu querido filho, e espero que educando-o naqueles sentimentos de honra e patriotismo com que devem ser educados todos os soberanos para serem dignos de reinar, ele venha um dia a fazer a fortuna do Brasil, de quem me retiro saudoso. Eu espero que me faça este obséquio, acreditando que a não mo fazer eu viverei sempre atormentado. Seu amigo constante, Pedro."

"Amigo constante" ou não, José Bonifácio julgou-se no dever de aceitar o encargo. Escrevendo do exílio a Meneses Drummond, dissera certa vez a propósito de erros de D. Pedro I: "Para que não aconteça o mesmo ao sucessor do trono, grite, meu bom amigo, que lhe deem quanto antes um aio, homem de energia, probidade e saber." Pois seria ele esse homem que aconselhava. No dia 8 de abril, pela manhã, José Bonifácio foi ao palácio da Boa Vista fazer a primeira visita aos seus pupilos. Os principezinhos estavam ainda sob a impressão dos acontecimentos, nervosos e aflitos com o que ocorrera – as arrumações apressadas de malas, a súbita ausência do pai e da madrasta, os sustos e o medo da criadagem. Ao ver o novo imperador, o pequeno D. Pedro II, José Bonifácio suspendeu-o nos braços e disse-lhe com piedade e ternura: "meu imperador e meu filho!"

Recaía-lhe de repente a responsabilidade da guarda e da educação, não só do imperador-menino como de suas irmãs. Via-se forçado a mudar de hábitos, a mudar de casa, transferindo-se para junto dos tutelados, e viver no meio palaciano que detestava e onde também não o amavam. A nova fase política que se iniciava no Brasil seria profundamente agitada, e por força de suas funções de tutor se veria sem querer envolvido em lutas para que já não tinha mais disposição. Inimigos e invejosos não lhe faltavam. Seus irmãos não se absteriam da vida pública e qualquer coisa que fizessem nele se refletiria. Por último, sua idade – sessenta e oito anos, seu temperamento, seu feitio não prometiam um tutor ideal. Não que os príncipes lucrassem mais com a companhia de um áulico mesureiro e servil, de um homem apenas polido e convencional, mais ou menos hipócrita, mais ou menos intrigante. Mas é que José Bonifácio não seria capaz de limitar-se a uma posição discreta, neutral, acima das paixões que iam entrar em choque. A gente que passaria a dominar, a partir da revolução de 7 de abril de 1831, seria, em sua grande maioria, moça, de outra mentalidade, de outra geração. E entre ele e os liberais moderados da marca de Evaristo

da Veiga, de Bernardo de Vasconcelos, de Feijó e de Honório Hermeto, haveria, mais do que dissensões ou inimizades pessoais, o desentendimento, o conflito de duas gerações.

Nos primeiros dias que se seguiram à abdicação de D. Pedro I, parecia que se inaugurava um período de harmonia e congraçamento. Para Evaristo da Veiga, num momento de ilusão, como que se verificara um milagre, reunidos os brasileiros de opiniões mais opostas: "não se perguntava mais se este ou aquele era federalista ou unitário, reformador ou conservador, frio ou ardente, moderado ou exaltado." Ilusão que lhe dariam, por exemplo, as reuniões preparatórias dá Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional e o seu primeiro conselho diretor, com homens como Borges da Fonseca, jornalista exaltado, redator do *Repúblico,* Odorico Mendes, jovem político liberal, Henriques de Resende, antigo revolucionário pernambucano de 1817, José Joaquim de Lima e Silva e Manuel da Fonseca Lima e Silva, militares com parte destacada na revolução vitoriosa, o padre Antônio João Lessa, perseguido em 1822, o próprio Evaristo, o jornalista mais ativo da campanha liberal, e ... José Bonifácio.

Se José Bonifácio aceitou a inclusão do seu nome na lista dos diretores da Sociedade Defensora estaria também acreditando na possibilidade de uma ação política em que, sem sacrifício dos postulados liberais, fosse preservado, a bem da unidade nacional, o trono do imperador de cinco anos. Defender essa unidade e assegurar ao país todo as franquias constitucionais era a grande aspiração do antigo ministro de D. Pedro I, feito tutor de D. Pedro II. Salvo em pontos secundários, era igualmente o objetivo dos homens que em 7 de abril passaram a influir na direção da política e no governo do Brasil. Em tais condições, explicava-se o equívoco de Evaristo, via-se a razão do de José Bonifácio.

O grande ministro da Independência, quando no exílio, tivera a nome sufragado pelos eleitores da província da Bahia e chegara a supor-se vitorioso. Enganara-se, entretanto, embora o número de votos obtido nas eleições de 1828 viesse a dar-lhe ensejo de tomar assento na Câmara durante parte das sessões de 1831 e 1832, como suplente do deputado efetivo Honorato José de Barros Paim. Evitando os debates mais apaixonados, nem por isso José Bonifácio, outra vez em evidência graças à escolha para tutor de D. Pedro II, deixou de comparecer e de falar quando entendia

necessário. A 23 de junho de 1831 – dia seguinte ao em que se empossara na Câmara – foi à tribuna para combater um projeto acerca dos bens do ex-imperador. Antes, porém, não conteve um desabafo: "Quem diria, senhor presidente [este era então seu irmão Martim Francisco], que eu, velho e cansado, teria ainda a satisfação de entrar neste recinto, e de assentar-me neste mesmo banco donde fora preso e deportado sem crime algum, quando colaborava para a fatura da Constituição que o Brasil só tinha o direito de fazer!" E aludiu não sem amargura às calúnias e perseguições de que fora vítima. Dois dias depois, a 25 de junho, combateu o projeto de lei que autorizava a reforma dos militares e a aposentadoria dos funcionários considerados prejudiciais à causa pública, por entender que concedia ao governo poderes ditatoriais, cassava as garantias constitucionais, era informe, injusto, violento. Descrente já das vantagens da revolução ainda em marcha, dizia maliciosamente que "tendo se deitado barro na roda no dia sete de abril, saíra um moringue, quando ele esperava um rico vaso". A 27 de junho, a propósito de certa afirmativa de Evaristo sobre atos do governo em 1822 e 1823, José Bonifácio explicou que em 1822 não se fizera deportação violenta de ninguém e que os indivíduos que saíram requereram seus passaportes, foram para onde lhes conveio", acrescendo que ao tempo não havia ainda Constituição.

Também ele entendia, nisso de acordo com os moços do partido liberal moderado, que a carta outorgada em 1824 por D. Pedro I necessitava de modificações. Na sessão de 9 de setembro de 1831, asseverou que acreditava não haver quem duvidasse dos desejos gerais a favor da reforma da Constituição, ponto de vista este apenas combatido pelos reacionários do Senado. Dir-se-ia assim que poderia haver entendimento entre o antigo ministro da Independência e o partido moderado. Impossível. As desavenças e os dissídios não demorariam a aparecer. A despeito desse acordo fundamental – os homens de governo verdadeiramente responsáveis durante a menoridade de D. Pedro II, um Feijó, um Honório Hermeto, um Aureliano Coutinho, agindo mais ou menos como José Bonifácio ao tempo de ministro – apareciam logo as divergências e os choques consequentes à incompreensão recíproca de gerações diversas. Evaristo da Veiga, Odorico Mendes, Honório Hermeto e tantos outros políticos do tempo, que mal haviam transposto os trinta anos, não poderiam ser bem entendidos por

José Bonifácio, quase setuagenário, nem por seus irmãos, também bastante diferentes da gente nova que surgira com a revolução de 7 de abril.

O primeiro choque seria a propósito da legitimidade da investidura do tutor. Começando a funcionar o Parlamento, logo a Câmara resolveu que o tutor do imperador menino não poderia ser nomeado pelo pai abdicante. E de acordo com o Senado anulou o ato de D. Pedro I, escolhendo, entretanto, José Bonifácio para exercer aquelas funções. Estava começada a luta. O tutor protestou contra a decisão da Assembleia, declarou não se julgar mais obrigado ao cumprimento da promessa que fizera ao ex-monarca, mas acabou se conformando. Melhor fora não ter aceito o encargo, que perdia o antigo caráter pessoal e tomava o de confiança política.

Tendo prestado juramento perante o Senado, a 19 de agosto, como tutor eleito pela Assembleia Geral Legislativa, o velho Andrada continuou a frequentar a Câmara e a interessar-se pelos debates, visto que subsistia a sua convocação como substituto do deputado Paim, nomeado presidente da Bahia. Matéria que se viu forçado a discutir foi a da dotação do imperador-menino. Depois da soma realmente fabulosa para a época que se concedera a D. Pedro I, os deputados dos tempos quase republicanos da Regência queriam fazer economias o seu tanto mesquinhas com D. Pedro II. Em diversas sessões José Bonifácio acentuou a necessidade de uma verba razoável, foi inquirido sobre negócios da Casa Imperial e prestou de bom grado as informações que o curto exercício da tutoria o habilitava a dar. Sua intervenção no caso não o deixava mal, uma vez que desde logo declarara abrir mão de qualquer provento, decidido a não receber os vencimentos que a lei lhe assegurava, iguais aos dos ministros de Estado. Bastava-lhe a honra, bastava-lhe a glória, como disse e repetiu, de fazer do menino-rei um "bom cidadão".

De outros assuntos cuidou José Bonifácio na sua passagem pela Câmara: a saúde pública, desejoso de medidas que impedissem a invasão do Brasil pela cólera morbo que devastava então alguns países da Ásia e da Europa; a educação, batendo-se pela criação de cadeiras de Economia Política; a catequese dos índios; a proteção à agricultura, com o combate às queimadas; a representação do Brasil no exterior, preenchidos os cargos diplomáticos com homens capazes de evitar manobras hostis aos nossos interesses, já no Rio da Prata, já na Europa, onde acreditava poderem existir

ainda planos de recolonização. Até de uma nova lei eleitoral se ocupou José Bonifácio, membro, juntamente com Cunha Matos e Alves Branco, da comissão especial nomeada para esse fim, subscrevendo um projeto avançado em que se dava voto às mães de família viúvas.

Acima de tudo, porém, era tutor do imperador e das princesas e a eles queria consagrar-se. A lei de 12 de agosto de 1831 regulou-lhe as funções. Não lhe cabendo nenhuma "parte em ato algum político em nome dos seus pupilos", competia-lhe nomear os mestres e mordomos. O pupilo que mais interessava era D. Pedro II, menino de pouco mais de cinco anos. A ele e a suas irmãs José Bonifácio deve ter dado a impressão de muito velho, talvez de um desses velhos dos contos e histórias infantis. Mas certamente não lhes inspirou medo, carinhoso que era sabendo lidar com crianças. Um simples episódio mostrará logo o feitio do tutor. A ex-imperatriz D. Amélia, numa preocupação de ordem pouco compatível com o espírito infantil, mandara arranjar num quarto do palácio de São Cristóvão diversos armários cheios de brinquedos e deles tirava alguns cada dia para que os enteados se divertissem. José Bonifácio, quando descobriu esse quarto, reuniu os príncipes, franqueou-lhes a entrada, dizendo: "Acabou-se o monopólio, podeis brincar com tudo, pois tudo vos pertence."

Cuidando da instrução e educação de seus pupilos, o tutor manteve Luís Aleixo Boulanger para ensinar-lhes escrita, primeiras letras e Geografia, o cônego Renato Pedro Boiret para mestre de Francês, Simplício Rodrigues de Sá, de Desenho, Lourenço Lacombe, de Dança, e Fortunato Mazzioti, de Música. Enquanto os demais mestres ganhavam entre 400$000 e 420$000, o de Dança recebia inexplicavelmente 900$000.

Muito mais, entretanto, do que de tudo isso, necessitavam os príncipes, na idade em que estavam, de cuidados maternais, de carinho feminino, e era o que não lhes poderia dar o velho tutor. Desde que nasceram, tinham-se habituado a ver no paço, como segunda mãe, D. Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho. Com esta senhora parece que José Bonifácio nunca se entendeu bem, e acabou brigando. Essa e outras aias e damas do paço se tornaram pouco simpáticas ao tutor e não tiveram pequena parte na campanha subterrânea movida contra ele. Campanha que refletia a intensa agitação política do período da menoridade de D. Pedro II. Fora eleita uma Regência trina, a Câmara assumira papel predominante na

vida do país, ao governo tinham subido os liberais moderados da marca de Feijó e Bernardo de Vasconcelos, apoiados por Evaristo da Veiga. Nenhum deles era monarquista senão pelos mesmos motivos de José Bonifácio: para resguardar a unidade nacional, para instaurar a ordem no país. Mas logo depois de 7 de abril começara uma era de grande instabilidade, de lutas, revoltas, rebeliões, motins, quarteladas, o Brasil do norte ao sul em convulsões frequentes, os grupos, as facções, os partidos se extremando.

Ninguém, em meio de tal exacerbação de paixões, poderia ficar indiferente, e menos ainda naturezas como a dos Andradas. Os liberais vitoriosos com a abdicação de D. Pedro I depressa se dividiram em "moderados" e "exaltados". Os primeiros tomaram conta do governo e era natural que, por afinidades ideológicas, deles se aproximassem os Andradas se não houvesse a distância de uma geração e se não tivessem ficado ressentidos com a atitude da Câmara em relação ao exercício da tutoria por José Bonifácio. O resultado foi que passaram a combater o partido dominante e, em pouco tempo tal o desvario das lutas políticas a pretender a volta, a restauração de D. Pedro I.

José Bonifácio não tomou parte ostensiva nessas lutas, mas logo se tornou suspeito ao governo. Em julho e outubro de 1831, o grande ministro da Justiça Diogo Antônio Feijó abafara, com a maior energia, dois gravíssimos levantes armados no Rio de Janeiro. Em abril de 1832, a 3 e 17, novamente se verificaram motins na capital do país. Feijó se convenceu de que José Bonifácio tivera parte no último e, aberta a Câmara, no seu relatório lido a 10 de maio, acusou formalmente o tutor, asseverando que a Quinta da Boa Vista fora o quartel-general dos conspiradores, que de lá tinham saído duas peças de artilharia e que os empregados do paço estavam entre os revolucionários. E não hesitou em afirmar: "esses fatos incontestáveis vos devem convencer do grande perigo em que estão a pessoa e os interesses do novo monarca debaixo da tutela daquele a quem a confiastes." Daí em diante, até ser afinal conseguida, a destituição de José Bonifácio do lugar de tutor constituiria uma reivindicação do partido moderado e dos seus representantes no governo e no Parlamento.

Seria realmente conivente o velho tutor? Nenhuma prova se fez em tal sentido. Mas, como talvez já acontecera por ocasião da dissolução da Constituinte, José Bonifácio se via envolvido nos acontecimentos por so-

lidariedade fraterna, sofrendo as consequências das atitudes e dos excessos de linguagem de Martim Francisco e Antônio Carlos. Estes em verdade estavam empenhados nas lutas políticas do momento, revidando com o máximo de paixão às paixões de uma época convulsa, numa ação política que não prescindia de nenhuma arma, do ataque, em discurso de grande efeito, desfechado na Câmara, às verrinas dos jornais injuriosos como o *Caramuru* e o *Carijó* (sempre nomes indígenas, sempre o nativismo exaltado). José Bonifácio que nunca fora muito prudente, que dissera sempre alto o seu pensamento, não pouparia certamente a gente nova que estava a governar o Brasil, não pouparia os homens do governo, como o padre Feijó, de sua província e com quem antipatizava. A propósito dos três regentes escolhidos pela Câmara diria a interlocutores linguarudos: "Dois são camelos e um é velhaco", e isso seria publicado na *Aurora Fluminense,* para apontá-lo como leviano ou maldizente. Por outro lado, o tutor entendia, sem maior fundamento, que não tinha nenhuma espécie de subordinação ao governo. Tratava a este, como de potência a potência. Por ocasião do levante de 3 de abril de 1832 recusara-se a cumprir a recomendação do ministro do Império Lino Coutinho de transferir o menino imperador do paço da Boa Vista para o da cidade, tachando a ordem de injusta e ilegal. Lá se sentia menos vexado pela espionagem policial, suspeito que era ao governo. Mas dias depois, quando se deu o levante de 17, já fizera a mudança de D. Pedro II para o paço da cidade.

O certo é que a destituição do tutor passou a ser uma questão fechada para o ministro da Justiça: ou afastaria José Bonifácio do cargo, ou ele Feijó se demitiria. A Câmara dos Deputados aprovou a destituição por 45 votos contra 31, mas o Senado por um voto rejeitou-a. Feijó, depois do golpe de Estado frustro de 30 de julho de 1832, deixou efetivamente o governo.

A longa e apaixonada discussão travada na Câmara e no Senado a respeito da destituição de José Bonifácio da tutoria deixara bem clara a sua incompatibilidade com os homens do partido moderado, detentor do governo. Na Câmara, pareceres e discursos não ocultaram a má vontade, a irritação, o ódio pessoal; Evaristo, Honório Hermeto, Paula Araújo, José Custódio Dias e Carneiro da Cunha foram por vezes impiedosos. No Senado, os debates dos velhos não se revestiram de mais calma ou de mais

imparcialidade; se não faltou justiça ao grande homem nos discursos dos marqueses de Caravelas e de Barbacena e do visconde de Cairu e na voz liberal de José Martiniano de Alencar, se João Evangelista de Faria Lobato pôs todo o calor do seu coração na defesa do amigo dos tempos de Coimbra, a frágil vitória por um voto de maioria fora significativa do ambiente político hostil.

O Senado salvara o tutor, mas este continuaria no cargo, em verdade diminuído, desprestigiado. Por que não o abandonava espontaneamente? Escrúpulos, desejos de prestar serviços, caprichos de voluntarioso, destemor nunca desmentido. Mas estava errando. Setuagenário e doente, devia saber que não teria tempo de acompanhar até o fim a formação do novo monarca. E sobrava-lhe lucidez para perceber que não poderia nunca ajustar-se aos dirigentes do momento.

O ano de 1833 não trouxera nenhum esmorecimento na refrega política, sempre mais áspera, com os homens mais separados, mais apaixonados. O grande temor desse ano, por parte dos liberais "moderados", passara a ser a volta de D. Pedro I, a restauração, um golpe caramuru. Ao lado da Sociedade Defensora, dirigida por Evaristo, tinham-se formado a Sociedade Federal, apoiada pelos "exaltados", e a Conservadora ou Militar, abrigo dos restauradores. Antônio Carlos, dizia-se aliás com inteiro fundamento, fora à Europa para convencer D. Pedro I da necessidade de tornar ao Brasil. Se assim era, como consentir que José Bonifácio continuasse no exercício da tutoria? E nova campanha se iniciou para afastá-lo do cargo. Pela *Aurora Fluminense,* Evaristo da Veiga acusou o tutor de falta de compostura, comentando desfavoravelmente dois bailes dados no paço da Boa Vista – falhas na etiqueta, gente suspeita, rabecas desafinadas, o próprio José Bonifácio falando sem a necessária reserva diante das princesas.

Exageros, balelas, mentiras, casos mal contados, ódio ao grande velho, fosse o que fosse, crescia novamente o movimento, para derribá-lo, para aniquilá-lo. Na verdade, o combate que lhe vinham dando, desde o ano anterior, era tenaz, era implacável. As acusações de Evaristo guardavam o mesmo tom agressivo e cruel das que outros jornais repetiam, das que tinham ecoado na Câmara dos Deputados. Nada se perdoava ao grande homem, nada se respeitava nele, nem o saber, nem os serviços à causa da

Independência, nem a probidade, nem a velhice. O retrato que dele pintavam, tão contraditório nos traços, ora seria o de um energúmeno, de um mal-educado desacatando as damas do paço, ora o de um grosseirão a dizer palavradas na presença dos pupilos, ora o de um revolucionário organizando batalhões e fomentando revoltas contra o governo, ora o de um velho cuja decrepitude o inibia para o exercício de qualquer cargo. E até de impontual na prestação de contas da tutoria o acusaram. Em tudo isso havia muita paixão, muita injustiça, muita ingratidão. Sereno, isento, suave, não era o velho Andrada. Nem modesto, cordato ou imparcial. Nunca fora "água morna", não o seria depois de atingir a velhice. Mas a guerra que lhe moviam tinha qualquer coisa de atroz, e o pior era que dela participavam homens como Evaristo, dos mais equilibrados do tempo.

De nada valeriam a José Bonifácio o seu nome de cientista, o papel que desempenhara nos dias da Independência, a sua imaculada probidade, os seus setenta anos. Os mais indulgentes, quando não o acusavam de traidor e mazorqueiro, tachavam-no de inepto, de irresponsável. Chegara o momento de dar-lhe o golpe decisivo, e o que não se conseguira das Câmaras, graças ao voto do Senado, ia ser feito por um simples decreto do governo, verdadeiro ato de força, pois que pela Constituição a medida cabia à Assembleia Geral.

Em abono dos homens que resolveram assumir a responsabilidade da humilhação de José Bonifácio, preciso recordar que a exaltação das paixões políticas e pessoais chegara talvez ao auge, e que entre os liberais a possibilidade da volta de D. Pedro I ao Brasil causava verdadeiro horror. Foi por julgarem o tutor conivente nas tramas dos restauradores, que o atacaram com tamanha dureza. Os irmãos de José Bonifácio, se não eram francamente restauradores, por sua atitude de intransigente oposição ao governo (aos Ministérios que se sucediam), concorreram em boa parte para a desgraça fraterna. Martim Francisco que fizera, em maio de 1832, respondendo ao ministro da Justiça Feijó, em defesa de José Bonifácio, um dos mais belos e veementes discursos de toda a oratória parlamentar brasileira, confessou, em julho seguinte, que o irmão não abandonara as funções de tutor, porque ele a isso se opusera: "Eu sou unicamente o culpado, eu sempre me opus a semelhante resolução, por não querer roubar à Câmara esta glória, que decerto tem de imortalizá-la." Mau conselho ao

sogro e irmão mais velho, ditado sem dúvida por quem nada temia, mas esquecido da idade daquele a quem animava a prosseguir em luta desigual.

Procurado pelo barão de Daiser, encarregado dos negócios da Áustria, possivelmente por insinuação do governo, e sondado sobre a possibilidade de abandonar o cargo, o tutor repeliu indignado a sugestão e ter-lhe-ia mostrado a pistola com que se defenderia, caso não o respeitassem. A um padre, que o visitara com igual missão, teria respondido: "Diga a esses canalhas que, embora velho, sou ainda bastante forte para obrigá-los a se arrependerem de sua insolência." Irascível, violento, mas compassivo, terno, nas horas necessárias. Quando D. Paula adoeceu de varíola, seu enfermeiro foi o ilustre Andrada e, ao morrer a pequena princesa, teve-o a acompanhá-la, num bote, do Largo do Paço até perto do convento da Ajuda, onde se enterrou.

Decididos a remover José Bonifácio da tutoria, os seus inimigos não perderam o primeiro pretexto que se apresentou. Em dezembro de 1833, a Sociedade Militar, que tinha sede no Largo de São Francisco de Paula, afixou na sua fachada um retrato que parecia ser o de D. Pedro I. Seguiram-se imediatamente distúrbios, casas apedrejadas, gritou-se que era a restauração em marcha, que se tratava de um novo levante como o de 17 de abril de 1832, para recolocar no trono o ex-imperador. E veio então sem mais demora a grande medida que impediria a volta de D. Pedro I: a suspensão de José Bonifácio do lugar de tutor, por decreto de 14 de dezembro de 1833. O ato foi referendado pelo ministro do Império Chichorro da Gama, mas o seu verdadeiro autor era outro ministro, o da Justiça, Aureliano Coutinho, depois visconde de Sepetiba e mais tarde parente afim de José Bonifácio por se ter casado, em segundas núpcias, com uma neta deste.

A suspensão do tutor não se explica apenas como um golpe político. Na roda palaciana ela era desejada por algumas aias menos simpáticas ao velho Andrada. Houve intrigas e mexericos alimentando a campanha, vaidades e suscetibilidades a prepararem vinganças. Em carta a D. Mariana de Verna, dama do paço que se desaviera com José Bonifácio, o ministro Aureliano Coutinho escreveu pressuroso, a revelar conspiratas palacianas: "Parabéns, minha senhora; custou mas demos com o colosso em terra."

O colosso, embora velho de setenta anos, não se deixou derribar como se fosse de barro ou de matéria ainda mais frágil. Sozinho, num as-

somo de quase louca energia, resolveu resistir até o último momento, ceder apenas diante da força material. E assim aconteceu. De ordem do governo foram ao paço da Boa Vista diversos juízes de paz levar a José Bonifácio, com um ofício do ministro do Império, o decreto de sua suspensão, para que o cumprisse imediatamente. O velho duro e intratável repeliu-os declarando que não se submeteria ao ato do governo por considerá-lo ilegal. Os juízes de paz insistiram, demoraram-se em exortações, palavras suasórias, conselhos, ameaças. Nada. Em resposta ao ofício do ministro do Império, mandou o tutor a seguinte carta: "Tendo de responder ao ofício de V. Ex que acompanhava o decreto da Regência de 14 do corrente, digo que não reconheço na mesma o direito de suspender-me do exercício de tutor de S. M. o imperador e de suas augustas irmãs. Cederei à força, que a não tenho; mas estou capacitado que nisto obro conforme a lei e a razão, pois que nunca cedi a injustiças e despotismos há longo tempo premeditados e ultimamente executados para vergonha deste Império. Os juízes de paz fizeram tudo para me comoverem porém a tudo resisti e torno a dizer que só cederei à força." Só à força. Para arrancar o velho indomável mobilizou-se tropa. Eis a narrativa dos acontecimentos feita por João Silveira do Pilar, um dos juízes de paz encarregados da diligência: "Havendo partido com outros juízes de paz no dia de ontem pelas nove horas da manhã para a quinta imperial da Boa Vista, acompanhado de uma força de 120 homens de cavalaria e outros tantos de infantaria da guarda de permanentes, logo que ali cheguei mandei dividir parte da dita força em patrulhas, para rondarem aqueles lugares, recomendando muito que fossem guardadas as saídas do fundo e lados da mesma quinta: e deixando o resto no portão de entrada e da parte de fora, entrei com os meus colegas somente dentro do paço; e aparecendo o referido Ex.^{mo} conselheiro (José Bonifácio), apresentei-lhe o decreto da regência, e aberto com o ofício do Ex.^{mo} ministro do Império que lhe era dirigido, sendo ciente do seu conteúdo, declarou logo que não cumpria tais determinações e não se dava por suspenso do exercício de tutor de S. M. o imperador e de suas augustas irmãs: tentei convencê-lo com maneiras dóceis e por todos os meios persuasivos, de que devia cumprir as ordens da regência (no que fui apoiado por todos os mais juízes); mas vendo que se haviam passado duas horas sem que nada conseguíssemos apesar de tantos esforços, fiz-lhe sentir que as ordens da regência haviam de ser infalivelmente cumpridas antes de anoitecer, e que era mais honroso ceder às instâncias e rogativas de tantos juízes de paz, do que à força, de que

necessariamente se havia de lançar mão para o compelir a obedecer às ordens do governo supremo; tudo foi baldado e infrutífero; a nada atendeu, e firme em sua pertinácia, declarou-nos definitivamente que resistia e continuava a resistir as determinações da regência a tal respeito." Conta em seguida João Silveira do Pilar que ele e os outros juízes de paz, retirando-se para uma casa próxima, lavraram ordem de prisão de José Bonifácio, por formal desobediência [prisão que seria em casa, em Paquetá]. Intimado dessa ordem pelo capitão João Nepomuceno Castrioto, declarou-lhe o velho Andrada que não reconhecia competência para tal nos juízes de paz e que só se submeteria à prisão por ato da regência. Já chegara ao paço o novo tutor para empossar-se e a situação continuava no mesmo pé. Afinal, os juízes de paz, depois de se comunicarem com o governo, determinaram a tropa que entrasse na Quinta da Boa Vista. Acompanhando o novo tutor surgiram os generais José Joaquim de Lima e Silva e Raimundo José da Cunha Matos. Só então José Bonifácio cedeu e de acordo com a sua exigência exibiram os juízes de paz ordem de prisão expedida pela regência. Na sege de João Silveira do Pilar partiu José Bonifácio, acompanhado por seu dedicado sobrinho capitão Pizarro Gabiso, para a rampa da praia de São Cristóvão, onde tomou rumo da ilha de Paquetá, sob a guarda do capitão Castrioto.

Complacente foi ainda o governo em não mandar recolher o ministro da Independência, o setuagenário recalcitrante ao fundo de uma enxovia comum ou ao porão de uma fortaleza, como acontecera em 1823. O governo, generoso, prendeu-o em casa, deu-lhe a ilha de Paquetá por menagem. Pois não se tratava de um conspirador contra a ordem estabelecida, de um traidor aos deveres da sua função? De traição e fraqueza fora também arguido o pai de uma outra pátria, aquele que alguém chamou de melhor dos grandes homens – Washington.

Preso em sua casa de Paquetá, como um réu de consideração, ficaria José Bonifácio até o fim do processo-crime que lhe foi movido. Para o seu lugar o governo nomeara, *ad referendum* das Câmaras, o marquês de Itanhaém, bom homem que não poderia fazer inveja a ninguém e que já fora interino logo depois de 7 de abril, velhote maneiroso e dissimulado, de cabeleira postiça e ideias nada originais, em cuja mediocridade acomodada todos os medíocres se reveriam, como num espelho fiel.

. . . .

Capítulo XIV

RETIRO FILOSÓFICO DE PAQUETÁ. ÚLTIMOS DIAS. MORTE.

"DEMOS COM O COLOSSO EM TERRA", dissera Aureliano Coutinho, reconhecendo sem querer a grandeza do homem que ajudara a derribar. Homem, sim, de dimensões acima do comum, era esse velho que, para ser afastado da tutoria, obrigara o governo a um ridículo aparato de força militar.

Preso na sua casa da ilha de Paquetá, teria José Bonifácio a liberdade pessoal cerceada até que terminasse o processo-crime contra ele instaurado como conspirador e perturbador da ordem pública. De acordo com as conveniências dos que o queriam impossibilitado de qualquer atividade política, o processo devia arrastar-se sem nenhuma pressa. Suspenso do lugar de tutor desde dezembro de 1833, só a 20 de fevereiro de 1835 seria intimado a comparecer ao Tribunal do Júri e constituir advogados que o defendessem. Intactos continuavam, entretanto, no setuagenário, o destemor e a altivez. Ao receber a intimação, respondeu por esta carta: "Ilmo Sr. Juiz de Paz. Acuso a recepção de sua carta de 20 do corrente, em que V. S. me participa que, no dia 2 de março, tinha de comparecer ao Tribunal do Júri. Duvido muito que o estado de minha saúde me permita ir

à Corte; porém como todo cidadão honrado não pode hoje duvidar que a minha remoção do lugar de tutor, e depois, o processo informe e ridículo a que se procedeu, e por fim a declaração da minha criminalidade são todos efeitos de uma cabala pueril, eu, confiado na justiça e luzes dos meus juízes, não preciso da formalidade de defender-me, ou pessoalmente, ou por advogados. Os crimes que cometi são de outra categoria, em que muito amor-próprio gratuito se ofendia, mas isto perante a lei nunca foi crime. Não preciso, portanto, de defesa, que não seja o negar positivamente o de que sou acusado em um processo irregular, injusto e absurdo. Se, porém, para não demorar o julgamento de outros meus chamados corréus, é de absoluta necessidade que eu tenha advogado, então nomeio a todos aqueles homens de probidade que queiram oficiosamente encarregar-se da minha defesa bem curta e fácil."

Nessa carta, datada da ilha de Paquetá, em 24 de fevereiro de 1835, José Bonifácio se mostrava tão seguro de sua inocência que prescindia de defensores, pois a tanto equivaliam os termos de que usava. Um advogado, porém, surgiu em Cândido Japiaçu, aliás corréu no processo, o qual conseguiu, depois de grande insistência junto de José Bonifácio, uma procuração com poderes expressos. Mas o juiz presidente do júri não a aceitou por ter sido o velho Andrada considerado revel. Assim foi até final o julgamento, a 14 de março do mesmo ano. Os jurados votaram todos, sem discrepância, pela absolvição dos réus. Mais de duas mil pessoas presentes ao julgamento, ao ser anunciado o resultado, deram vivas a José Bonifácio e aos juízes populares que o tinham absolvido. Não poderia ser outro o desfecho. A acusação carecia inteiramente de base e só desvairadas paixões políticas a explicariam. Era certo que o velho tutor julgava sem simpatia os ministros e governos da Regência, e isso manifestava em conversas com a sua franqueza de sempre. Certo era também que seus irmãos tinham tomado posição de luta na política do momento, posição de combate ao partido moderado, a que pertenciam os dominadores. Mas acusá-lo já agora como participante de uma conspiração que teria por fim destruir as próprias instituições monárquico-representativas assumia ares de uma burla odiosa. E o processo fora feito sem preocupação maior de salvar as aparências, com testemunhas suspeitas e depoimentos irrisórios. Tudo o que se disse e se contou acerca de reuniões de conspiradores, aliciamento

de adeptos, preparo de armas e munições, deixava patente a inanidade das acusações, fazendo suspeitar de uma pantomima policial combinada para o fim único de justificar o ato violento da suspensão do tutor. O resultado obtido excedeu o que se pretendia: José Bonifácio foi afastado não só da tutoria como da vida pública mesmo do Brasil.

Quem nela se empenhara sem querer, e sempre sonhando com a tranquilidade a que aspiram os sábios, tinha direito de recolher-se até a chegada da morte, ao "retiro filosófico de Paquetá". Seus quase setenta e dois anos, doenças velhas, injustiças e decepções justificavam-lhe o retraimento. Na política tivera dias esplêndidos de glória, como os de 1822, em que mais do que ninguém se esforçara pela emancipação de sua terra. Mas experimentara depois longamente tudo o que há de mais duro no exílio, vira bem de perto o que era a ingratidão. Demissão do lugar de ministro, prisão, degredo, processo-crime, humilhações, suspensão da tutoria, prisão outra vez e outra vez processo-crime, tudo isso lhe tocara. Nada mais explicável, pois, do que a resolução de fechar-se em sua chácara da ilha de Paquetá e de cuidar de si, de seus trabalhos prediletos e de seus livros científicos.

Na vida afetiva de José Bonifácio o lugar maior era ocupado pela filha natural Narcisa Cândida. Para ampará-la, fizera testamento, a 9 de setembro de 1834. Não sendo rico, possuía contudo o sítio dos Outeirinhos, em Santos, a fazenda de Montesserrate para criação de gado, em Parnaíba, e parte de um engenho de açúcar, em Piracicaba, parece que de sociedade com Martim Francisco, além da casa de Paquetá e de quatro apólices no valor de um conto e quatrocentos mil-réis. Sítio, fazenda e engenho deveriam valer pouco. Fora e continuava a ser um homem pobre. Em Portugal, antes da Independência, desejoso de voltar para sua terra, pedira mais de uma vez aposentadoria, mas D. João VI só lhe concedera licença com vencimentos. Já no Brasil, o decreto de 14 de maio de 1821 fizera-lhe "mercê da metade dos vencimentos que justificasse ter percebido da Real Fazenda". Exilado em 1823, mantivera-se apenas com a pensão especial de 1:200$000, aliás irregularmente paga, e até pelo menos 1829 nada mais recebera da aposentadoria de 1821, como deixa claro uma carta sua a Meneses Drummond. Só de volta ao Brasil, fora-lhe concedida uma pensão de 4:000$000 anuais, aprovada pelo decreto legislativo de 29 de

agosto de 1829. Ficara assim com a subsistência garantida, mas continuava pobre, tanto que não pudera pagar ainda a Luís de Meneses a quantia de 4:218$900, que este lhe emprestara para a viagem de volta do exílio e para as despesas do enterro de sua mulher. No ato de última vontade deixava a Narcisa a terça parte do que possuía. Imaginasse o encanto do pai setuagenário pela filha que em 1834 deveria orçar pelos 15 anos e era, segundo se sabe, uma linda moça.

Entre os bens minuciosamente arrolados no seu testamento (todas as joias da extinta mulher) José Bonifácio mencionara a "numerosa livraria (pouco mais ou menos seis mil volumes)", sem falar nos manuscritos e na "considerável coleção mineralógica". A filha Narcisa, a bela Narcisinha, e os livros e manuscritos iam encher-lhe os últimos anos de vida. Ao instalar-se em Santos, em 1819, de volta da longa estada de mais de trinta e seis anos na Europa, começara a pôr em ordem os seus papéis, a arrumar os seus livros e coleções de minerais. Mas os acontecimentos políticos, atraindo-o, logo o desviaram dessa ocupação. Poderia reencetá-la agora com vagar, com descanso. No exílio de Talence poetara, fizera odes sáficas e anacreônticas, mas não deixara de parte os estudos científicos, comprando livros e revistas de sua especialidade. No retiro de Paquetá pretendia, esquecido inteiramente da política, voltar a ser homem de ciência, homem de letras. Estava em seus planos desenvolver, dar forma de livro e preparar para a publicação tudo o que anotara em longos anos de estudos, pesquisas e meditações. Dentre estes trabalhos os mais fáceis de concluir seriam um diário ou jornal de viagens, um tratado de mineralogia, um outro de montanística, geometria subterrânea e docimasia metalúrgica, um testamento metalúrgico (cujas primeiras folhas chegaram a ser impressas em Lisboa, sendo logo proibidas por conterem opiniões acoimadas de heréticas), observações sobre minas da Europa, um ensaio de história contemporânea, memórias políticas sob o título de *História do meu tempo*, elogios históricos, a tradução de grande parte das obras de Virgílio acompanhada de comentários, um ensaio sobre o Antigo Testamento, estudos de filologia e história literária, um catecismo rústico com preceitos de agricultura, economia e dietética – que tudo isso tinha esboçado.

Velho embora, não lhe escassearia entusiasmo para tamanha atividade intelectual. Mas já era tarde demais. Sua saúde, que nunca fora

das melhores, piorara muito, apresentando sintomas inquietadores de uma doença cardiovascular. Da casa da ilha de Paquetá raramente saía, já não ia mais ao Rio para as sessões da Sociedade de Medicina, que o elegera sócio, da Sociedade de Instrução Elementar, ou, maçom, para as reuniões do Grande Oriente do Brasil, a que voltara feito novamente grão-mestre. Nas últimas vezes que andara pelas ruas da cidade, notaram-lhe, ao passar apoiado no braço do sobrinho carinhoso capitão Pizarro Gabiso, a palidez, a magreza, os cabelos inteiramente brancos, a lentidão no andar, todos os sinais enfim de uma irremediável velhice. Mas o olhar como que ainda guardava o brilho e a vivacidade de outros tempos. Estava a acabar-se o grande homem. Paquetá proporcionava-lhe o que mais poderia desejar no fim de uma vida tão vária, tão cheia: sossego, paz, liberdade. Aquela ilha meio escondida na baía de Guanabara o atraíra logo que voltara do exílio. Nela havia árvores que amava com o gosto sapiente de naturalista, nela cantavam pássaros que lhe lembravam os de sua infância em Santos, nela sentia os ventos do mar a cujas bordas nascera. Mais do que tudo, porém, a ilha verdejante lhe dava o isolamento, afastava-o do centro de lutas implacáveis que era o Rio de Janeiro, fazia-o esquecido de homens a quem não compreendia e que também não o entendiam, distanciava-o no espaço, distanciava-o no tempo. O meio político da Regência não era mais o seu; o clima social como que se lhe tornara inóspito.

Sem ter com os políticos mais influentes verdadeira incompatibilidade, todos mais ou menos convencidos da necessidade da manutenção da monarquia constitucional como penhor da unidade brasileira, todos monarquistas pragmáticos e oportunistas, sentia-se, entretanto, muito diferente deles, psicologicamente, nas reações pessoais, nos estilos de vida. "Os políticos da moda querem que o Brasil se torne Inglaterra ou França; eu quisera que ele perdesse nunca [*sic*] os seus usos e costumes simples e naturais e antes retrogradasse do que se corrompesse", escreveu José Bonifácio num dos seus inúmeros apontamentos. Paradoxalmente, era ele, que vivera fora do seu país mais de quarenta anos, quem repelia a europeização imposta ao Brasil pelos "políticos da moda" na fase da Regência, fase ao mesmo tempo de forte reação nativista e de adoção e imitação de ideias, figurinos políticos e costumes estrangeiros.

Se faltava a Bernardo de Vasconcelos, a Evaristo da Veiga, a Diogo Antonio Feijó, a Honório Hermeto, a Aureliano Coutinho e a alguns outros mais, durante o período regencial, para julgar e compreender José Bonifácio, aquela predisposição de simpatia sem a qual os homens podem às vezes parecer animais de espécies diferentes, não a tinha também em relação a eles o velho Andrada. E a solução era a que escolhera: o recolhimento, o "retiro filosófico", a vida isolada, a vida insulada de Paquetá. Voltara aos seus estudos, voltara aos seis mil volumes de sua biblioteca. Escrever, dedicar-se a um trabalho de major esforço, já não lhe permitia mais a saúde. Com sessenta anos ao tempo da Independência, chamava-se, a forçar ele mesmo a nota, de "velho do Rossio". Mas agora era no rigor da expressão o velho de Paquetá, maior de setenta anos. Não que a velhice, antecipando a morte, já tivesse esfriado o seu coração, escurecido o seu entendimento. Este continuava claro, aquele ardente.

"O homem de bem projeta e espera; o ambicioso agita-se e precipita-se", lê-se num manuscrito seu, provavelmente desse tempo da tebaida de Paquetá. Nunca disputara cargo ou honraria; não fora jamais um ambicioso. Mas não esperava realizar nada do que projetara. Seu tempo passara; antes não o tinham compreendido bem, agora ainda menos o compreenderiam. Com o entendimento claro, com o coração ardente, escrevia: "É preciso sacrificar-se para o bem do Brasil, e tu não verás este bem. Os campos estão cheios de sementeiras de flores, e tu não as gozarás [....] vivamos hoje se no-lo permitem; não lutemos contra o destino. O indivíduo é nada, a espécie é tudo."

Assim filosofava, no retiro de sua ilha, o velho José Bonifácio. O Brasil, por cujo bem julgava necessário sacrificar-se, pagava-lhe com o esquecimento. Os homens do poder já o consideravam morto. Não o perseguiam mais, deixavam-no no seu desterro voluntário, como se já estivesse num túmulo. Havia um Senado no Império, Câmara vitalícia de cujos membros, entre outros requisitos, se exigia que tivessem mais de quarenta anos, fossem brasileiros e pessoas "de saber, capacidade e virtude, com preferência os que tivessem feito serviços à pátria". Pois no Senado do Brasil, em que tiveram assento muitos homens de valor intelectual e moral e muitas figuras nulas e até ridículas, não houve lugar para José Bonifácio. Faltar-lhe-iam com certeza o saber, a capacidade, a virtude, os serviços ao seu país, uma vez que

não poderia ser levantada dúvida quanto à idade. Ou não convinha a certos interesses da gente mais poderosa a entrada daquele velho indomável para o grande baluarte conservador que era o Senado. O velho queria a monarquia, não acreditava nas experiências republicanas que os liberais da Regência vinham ensaiando, detestava os demagogos e os anarquistas. Mas sustentava princípios mais perigosos do que os dos mais suspeitos adeptos do partido liberal exaltado: em nome do que chamava estranhamente de "justiça social", pregava a abolição do comércio de negros africanos e a extinção progressiva do trabalho servil. E chegara a dizer "os negros são homens como nós". A despeito de toda a ideologia liberal levada a extremos e da lei de 7 de novembro de 1831, que proibira o tráfico africano, os escravos tinham continuado a afluir, sempre em números ascendentes (entre 1830 e 1839 desembarcaram no Brasil mais de 400.000). Os negreiros dominavam, sua influência iria até meados do século XIX, quando a política britânica forçaria o fim do tráfico. O maior mercador de negros africanos, Manuel Pinto da Fonseca, ousou dizer um dia, em conversa, com Wylep, cônsul-geral da Holanda: "Continuo a fazer o tráfico, não por necessidade de dinheiro, pois já possuo mais do que queria; mas por amor-próprio, para zombar das grandes potências, de suas convenções e de seus cruzeiros."

Ninguém queria José Bonifácio em lugar ou cargo onde pudesse tentar a realização de seus planos, exercer influência ou demonstrar a sua superioridade. Homem pouco acomodado, homem que não sacrificava as suas ideias e não soubera nunca cultivar o jogo das reservas mentais, seria para muita gente um desses sujeitos meio malucos que causam espanto aos observadores mais convencionalmente sensatos, como, por exemplo, certos diplomatas franceses acreditados no Brasil. "Extremado e exagerado em tudo", "cabeça vulcânica a despeito de seus cabelos brancos", "verdadeiro homem de bem, mas cáustico e intemperante de linguagem", "exaltado e impetuoso", "talvez o velhinho mais fogoso deste mundo" – assim o pintaram personagens do ofício em que se apuram como técnicas infalíveis as boas maneiras e o falar sem nada dizer. Os mais finos percebiam o valor humano do velho desabusado, e um deles, em nota ao governo do seu país, aludiu à vivacidade e ao entusiasmo por vezes irrefletido de José Bonifácio, cuja conversa todavia julgava mais interessante e mais útil do que a de todos os ministros juntos e de quem quer que fosse no Brasil.

Não poderiam agradar aos políticos bovaristas que ensaiavam o parlamentarismo à inglesa, com todos os seus consectários, a franqueza e a exuberância do grande Andrada: queriam não só as instituições políticas, como a indumentária, o tom, os estilos de vida britânicos.

Procedem muitas das censuras feitas a José Bonifácio, nesse particular. Excessivo, exaltado, intemperante de linguagem ele foi sem dúvida. O fogo de sua natureza queimaria sempre qualquer veste que a quisesse dissimular; sua alma estaria sempre aberta, exposta, nua. Mau diplomata para enganar, mau político para mentir, certamente o foi. Mas esses extremos e exageros não prejudicaram o *fort honnête homme* que nele reconheceu o francês polido. Homem a quem a vida não gastara, que envelheceu sem se diminuir, nem se desfigurar, fora arrogante em moço, e continuou depois dos setenta anos. Quem, na sua idade, deixaria o cargo de tutor, como ele deixou, enfrentando o governo? Quem, velho e doente, arrostaria com o seu destemor o processo que lhe moveram?

Fougueux petit veillard, tête volcanique, segundo os relatórios mandados ao Ministério de Estrangeiros da França, tinha em verdade um coração quente, um coração efusivo. Setuagenário, viúvo, com as duas filhas mais velhas casadas a lhe darem netos, voltar-se-ia de preferência para Narcisa, a filha que lhe recordava uma das aventuras amorosas de sua vida. Já lhe nomeara, em testamento, um tutor, Martim Francisco, e a instituíra herdeira da terça parte de seus bens. Narcisa, muito bela, estava sendo disputada: em 1834 era noiva de José Maximiano Batista Machado; dois anos depois, em 1836, pedia-a em casamento o inglês W. E. Eyte. (Não se casaria nem com um, nem com outro, mas com Francisco Eugênio de Andrada em primeiras núpcias, e com Antônio Augusto da Costa Aguiar, em segundas.) Podendo ser avô de Narcisa, olhava para essa filha adolescente com um desvanecimento em que mal se disfarçava a sua vaidade.

No "retiro filosófico" de Paquetá e no abandono a que o tinham relegado, José Bonifácio encontrava afinal um pouco de paz e de serenidade. Vida tão cheia de experiências dar-lhe-ia de sobra matéria para um grande livro de memórias, para uma dessas autobiografias em que uma alma se retrata e um mundo inteiro se concentra. Mas já lhe faltava o principal para um esforço dessa natureza: o apego à vida, a ânsia de sobreviver, a vaidade. Não obstante, nos seus papéis particulares são frequentes as confissões

pessoais, os esboços de autorretrato. Aqui, por exemplo: "Nascido com um temperamento férvido, o meu primeiro movimento é uma doidice completa e atrevida, que tomo por uma nobre intrepidez." Noutro manuscrito sem data: "eu não sou dogmático atrevido, nem acadêmico desmarcado: amo a verdade e procuro-a deveras; em uma palavra, sou céptico, e desejava, se me fosse possível, adquirir a pacífica ataraxia de Sexto Empírico, isto é, o estado de tranquilidade interna, fruto da nossa crassa ignorância."

Com o seu temperamento férvido não se conciliaria facilmente essa serenidade estoica, essa sonhada ataraxia. A paz e a serenidade que lhe estavam chegando seriam as da morte, que não tardaria muito e já se anunciara em dois ataques de paralisia, como disseram os médicos do tempo. Ia morrer o grande homem sem realizar muita coisa com que sonhara. No seu arquivo esparso há uma infinidade de notas, esquemas, projetos, documentos de uma atividade intelectual intensa, de uma curiosidade incessante. Vastos tinham sido os seus planos. O homem de ciência, o mineralogista era um grande conhecedor das letras clássicas, era um autêntico humanista. Lera gregos e latinos no original; Homero estava entre os seus íntimos; transladara para o português o *Périplo* de Hannon. Plínio, com a *História Natural,* tornara-se um dos seus maiores amigos. Demorado fora o seu contato com os grandes criadores de todas as épocas. Shakespeare e Dante contavam-se entre os seus autores de cabeceira. Aos franceses, de todos os tempos, amara com conhecimento perfeito. Goethe e Schiller, a bem dizer seus contemporâneos e, como ele, naturalistas, estiveram entre os que mais frequentou. Nos escritores da língua materna, aprofundara tanto o seu estudo de Camões, que se transformara num especialista. Em carta escrita do exílio de Talence esboçara uma história da literatura portuguesa, como alguém que a possuía, como só um mestre seria capaz de fazer. Os estudos bíblicos sempre o tentaram. Ao tempo de secretário da Academia das Ciências de Lisboa exercera a crítica literária e científica, batera-se pela adoção do sistema métrico decimal. Escrevera até sobre música. Que não interessara à avidez de saber e de sentir desse homem que falava seis línguas e entendia doze?

Com essa cultura universal de verdadeiro sábio, transformada em pensamento vivo, José Bonifácio poderia ter deixado uma obra mais considerável, que não lembrasse apenas o naturalista, o homem de ciência, asfixiado pela rotina de Portugal, tolhido pela incompreensão do seu país. Mas levara

sem dúvida a termo uma tarefa maior: a emancipação do Brasil, sem prejuízo da sua unidade, a libertação de sua terra, sem caudilhos ou tiranos militares. Obra de construtor de nacionalidade. Obra imensa de guia de um povo.

O grande velho chegava aos últimos dias de vida. Os sofrimentos aumentavam, noites mal dormidas, dores, ânsias, sufocações. O retiro de Paquetá dificultava o tratamento, a assistência médica. Os irmãos e amigos aconselhavam-no a deixar a ilha filosófica, a instalar-se de novo num ponto mais acessível do Rio de Janeiro. O solitário repelia a sugestão: desejava tranquilidade, não queria voltar ao meio em que tanto sofrera, não suportaria mais nenhum choque, nenhuma luta política.

À chácara de Paquetá iam em visita alguns dos amigos de sempre, e as filhas, genros, netos e sobrinhos. Dos irmãos o que mais se mostrava dedicado era Martim Francisco. José Bonifácio admirava-o, louvava-lhe as virtudes um tanto romanas na sua rigidez; dizia dele: mano Martim é quem tem juízo. (E homem tão severo que, em 1822, quando ministro da Fazenda, tendo José Bonifácio sido vítima, num teatro, do furto da importância total dos vencimentos de um mês, se recusara a cumprir a ordem de D. Pedro para adiantar ao irmão pelo Tesouro Público, a mesma quantia, dividindo, entretanto, com ele, a que lhe tocara.)

O velho não poderia continuar no recanto que escolhera para morrer. Os irmãos e amigos insistiam pela mudança: só assim teria tratamento mais assíduo, médico a tempo. Afinal capitulou. Mas, em vez da Corte, escolheu Niterói, na outra margem da baía. Segundo o testemunho de sua neta, a futura viscondessa de Sepetiba, embora piorando de saúde, guardava completa lucidez de espírito. Não perdera sequer a disposição para brincar. Recebendo, doente de cama, a visita de Bernardo de Vasconcelos, de quem seria parente, e percebendo que este notara com insistência os pequenos buracos e rasgaduras do lençol que o cobria, dissera-lhe em tom de gracejo: "Não te incomodes, Bernardo. Irregularidades do crivo, irregularidades do crivo [....]."

Em Niterói, pequena cidade tranquila, elevada havia pouco tempo à categoria de capital da província do Rio de Janeiro, José Bonifácio fora morar na Rua do Ingá. Ali também havia repouso, grandes árvores, e o mar não estava longe. Todas as tardes costumava sentar-se à porta de sua casa e esperar por amigos novos, que fizera: crianças da vizinhança, que lhe

cercavam a cadeira, e lhe pediam que contasse histórias. Vaga noção teriam elas a respeito do bom velho que as recebia sorrindo e murmuraria talvez quando partiam: "os campos estão cheios de sementeiras de flores, e tu não as gozarás [....]" ; ou lembrando-se de crianças maiores, que assim pintara: "os brasileiros são entusiastas do belo ideal, amigos de sua liberdade [....] generosos mas com bazófia, capazes de grandes ações contanto que não exijam atenção acurada [....]." E assim, brincando com as crianças, pensando em seus compatriotas como se fossem todos mais ou menos iguais a elas – muito novos, inexperientes, pouco responsáveis – como que ganhava a certeza do que realmente fora: o pai de sua pátria.

A morte não tardaria. Mas o velho era enérgico: de cama, para não mais se levantar, só ficou doze dias. Grandes médicos do Rio revezaram-se em vão no seu tratamento. Em 6 de abril de 1838, pelas três horas da tarde, com quase 75 anos de idade, descansou afinal o grande homem.

Na sua ode aos baianos dissera:

"Não – reduzir-me a pó, roubar-me tudo,
Porém nunca aviltar-me, pode o fado;
Quem a morte não teme, nada teme –
Eu nisto só confio."

Na incompreensão e na mediocridade dos contemporâneos encarnara-se o fado que lhe quis roubar tudo, o fado que persegue quase sempre os homens realmente superiores. Mas não lhe faltara o consolo de quem ao serviço do bem comum se dera com toda a paixão de sua natureza generosa. Nos dias da Independência, quando D. Pedro I pretendera conferir-lhe o título de marquês e a grã-cruz do Cruzeiro, opusera uma escusa peremptória, acrescentando que só aceitaria depois da morte, como recompensa do que fizera pela emancipação do seu país, uma sepultura modesta em cuja lápide o Estado mandasse inscrever versos do poeta Antônio Ferreira, hoje gastos de tão repetidos na louvaminha dos aduladores de todos os poderosos que se sucedem, mas que para José Bonifácio eram um grito do fundo do coração:

"Eu desta glória só fico contente,
Que a minha terra amei e a minha gente."

Bibliografia

A) Fontes manuscritas:

1) MSS. E OUTROS DOCUMENTOS CONSULTADOS NA COLEÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO:

4065, 4066, 4069, 19, 681, 4856, 5018, 4927, 4909, 4919, 4067, 4070, 3063, 4071, 4072, 4073, 4078, 4083, 4084, 4981, 4968, 4861, 16.977, 4948, 15.321, 16.979, 5015, 4966, 4980, 5026, 4976, 4894, 4931, 4990, 5002, 5019, 4929, 4942, 4954, 4932, 4857, 4863, 4886, 4906, 4923, 4862, 4984, 4949, 4985, 4987, 5024, 4924, 4950, 4936, 4939, 4955, 4975, 4988, 4992, 4994, 4999, 5001, 5005, 5016, 5021, 4867, 4868, 4870, 4878, 4880, 4879, 4887, 4902, 4913, 4914, 4998, 4859, 4864, 4865, 4876, 4882, 4884, 4889, 4897, 4901, 4916, 4943, 5023, 5023ª, 4873, 5017, 4969, 4881, 4860, 4895, 4973, 4957, 4978, 4922, 4850, 4947, 4877, 4852, 4869, 4861, 4858, 4956, 5004, 4875, 4908, 4907, 4905, 4892, 4045, 4899, 4912, 4982, 4935, 4946, 4953, 4983, 4996, 4995, 4944, 4986, 5022, 4855.

2) MSS. E OUTROS DOCUMENTOS CONSULTADOS NA BIBLIOTECA NACIONAL:

11-30, 12, 6; 1-30, 12, 6; 11-30, 14, 12; 11-30, 13, 8 e 9; 11-30, 18, 8; B-30, 19, 55; 11-30, 19, 56; 11-30, 14, 39, n? 1; 1-30, 12, 13; 1-32, 15, 16, nº 1 e 2; 11-30, 14, 26, nº 2; 11-30, 16, 1A; 11-30, 13, 1, n.' 1; 11-30, 13, 1 nº 2; 11-30, 14, 26, nº 1; 11-30, 19, 53; 11-30, 14, 39 nº 2; 11-30, 14, 4; 11-30, 19, 51 nº 2; 11-30, 19, 51, nº 1; 1-36, 6, 90; 1-28, 25, 13; 1-3, 1, 39; 11-30, 11, 1; 1-30, 12, 13; 1-30, 12, 6; 11-30 18, 8; 1-30, 12, 6; 11-30, 8, 8; 11-30, 16, 1; 11-30, 19, 54; 1-30, 12, 12; 11-30, 13, 1, nº 3; 1-30, 12, 11; 11-30, 19, 52; 1-32, 15, 16 nº 3; 1-32, 15, 16 n.9 3; 1-018-80; 11-30, 13, 2; 11-30, 13, 3.

3) NO ARQUIVO NACIONAL:

Memórias, vol. 1°, armário 5, nº 2561, caixa 21, I, fls. 172; Títulos de Conselho, vol. I [1795-1859]; Ordens Secretas do Gabinete de José Bonifácio de Andrada e Silva. 1822-1823. Col. 309.

4) MSS. DA COLEÇÃO DO MUSEU PAULISTA

Mss. de José Bonifácio pertencentes ao Dr. Durval de Andrada e Silva, residente em São Paulo.

B) Bibliografia impressa

1) PUBLICAÇÕES OFICIAIS, PERIÓDICOS E JORNAIS:

Anais do Itamarati – vol. II, 1937.

Anais do Museu Paulista - Tomo Terceiro. Diário Oficial, 1927 e tomo X – Imprensa Oficial do Estado. São Paulo, 1941.

Anais do Parlamento Brasileiro – Assembleia Constituinte de 1823.

Anais da Câmara dos Deputados – 1826 a 1838, Anais do Senado, 1832.

Anais da Biblioteca Nacional – vol. XIV – [Cartas Andradinas]; vol. XIII. – [Anotações de A. M. V. de Drummond a sua biografia.]

Arquivos Diplomáticos da Independência. Rio, 1922. *Brasília* – vol. I – Coimbra, 1942.

Documentos interessantes – Atas das sessões do governo provisório de São Paulo – 1821-1822 – 3.” edição. Tip. de Cardoso Filho e Cia. São Paulo, 1913.

Documentos Interessantes – A Bernarda de Francisco Inácio – 3ª edição – Tip. de Cardoso Filho € Cia. São Paulo, 1913.

Exposição José *Bonifácio* – [catálogo] Centenário da morte do Patriarca da Independência. Rio, 1938.

Leis do Brasil – 1821, 1822, 1831.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico *Brasileiro* – tomos 8, 23, 54, 77, 80, e especiais – “Contribuições para a biografia de D. Pedro II” e “O Ano da Independência”.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – vols. X e XIV.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul 1° trimestre do ano II. Porto Alegre, 1922.

Revista do Arquivo Público Mineiro – ano XIV – 1909. Imprensa Oficial. Belo Horizonte - 1910.

JORNAIS CONSULTADOS NA BIBLIOTECA NACIONAL:

Correio Brasiliense, Gazeta do Rio de Janeiro; O Espelho; A Malagueta; *O Revérbero Constitucional Fluminense; Aurora Fluminense; O Caramuru; O Carijó.*

2) LIVROS:

AGUIAR, ANTÔNIO AUGUSTO DE – *Vida do marquês de Barbacena,* Imprensa Nacional. Rio, 1896.

AMARAL, INÁCIO M. AZEVEDO DO – *José Bonifácio.* Edição do Grêmio Euclides da Cunha. Rio, 1917.

ANDRADA E SILVA, JOSÉ BONIFÁCIO – *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura.* Tip. de Firmin Didot.- Paris, 1825.

ANDRADA E SILVA, JOSÉ BONIFÁCIO – *Apontamentos para a civiliza*ção *dos índios bravos do Império do Brasil.* Imprensa Nacional, Rio, 1823.

ANDRADA E SILVA, JOSÉ BONIFÁCIO – *Memória sobre* as *pesquisas* e *lavra dos veios de chumbo de Chacim. Souto, Ventozelo e Vilar de Rei, na província de Trás os Montes.* Impressa no t. V, part. II, das *Memórias da Academia Real das Ciências.* Lisboa, 1818.

ANDRADA E SILVA, JOSÉ BONIFÁCIO – *Memória sobre a nova mina de ouro da outra banda do Tejo.* Impressa no t. V, part. I, das *Memórias da Academia Real das Ciências.* Lisboa, 1817.

ANDRADA E SILVA, JOSÉ BONIFÁCIO – *Memória sobre a pesca das baleias e extração do seu azeite*, *com algumas reflexões* a respeito de nossas pescarias. Tomo II, pág. 388 a 412 das *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa.* Lisboa, 1790.

ANDRADA E SILVA, JOSÉ BONIFÁCIO – *Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal.* Tip. da Academia Real das Ciências. Lisboa, 1815.

ANDRADA E SILVA, JOSÉ BONIFÁCIO *Poesias.* Edição fac-similar da príncipe de 1825. Publicações da Academia Brasileira de Letras. Rio, 1942.

ANDRADA, JOSÉ BONIFÁCIO DE, ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE, E MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE *Refutation des calomnies relatives aux affaires do*

Brasil inserées par un Sieur De Loy dans "L'Independant" de Lyon. Imprimerie d'A. Beraud. Paris, 1826.

[As demais obras de José Bonifácio, citadas neste livro, foram consultadas, umas nos próprios mss. originais, outras na reprodução de Alberto Sousa, em *Os Andradas.*]

ARMITAGE, João – *A História do Brasil desde* o *período da chegada da família de Bragança em 1808 até a abdicação de D. Pedro I em 1831.* Tradução de Eugênio Egas. São Paulo, 1914.

CARVALHO, AUSTRICILIANO DE – *Brasil Colônia* e *Brasil Império.* Tip. do *Jornal do Comércio.* Rio, 1927.

CASSIRER, ERNEST – *Filosofía de la Ilustracición.* Fondo de Cultura Económica. México, 1943.

CIDADE, HERNANI – *Lições de cultura e literatura portuguesas.* Coimbra Editora e Livr. Coimbra, 1940.

CINTRA, ASSIS – *D. Pedro I e o grito da Independência.* Cia. Melhoramentos de São Paulo. São Paulo, 1921.

CINTRA, ASSIS – O *homem da Independência (José Bonifácio).* Cia. Melhoramentos. São Paulo, 1920.

COELHO, LATINO – *Elogio histórico de José Bonifácio.* Edições Livros de Portugal. Rio, 1942.

COSTA F. ODYLO – "Atualidade de José Bonifácio", A *Noite*, de 7 de setembro de 1942.

FAZENDA, JOSÉ VIEIRA – *Antiqualhas e Memórias do Rio de. Janeiro* 5 vols. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio, 1921-1927.

FRANCISCO, MARTIM – *Contribuindo.* Monteiro Lobato & Cia. São Paulo. 1921.

FREIRE, GILBERTO – *Sobrados e Mocambos.* Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1937.

FONSECA, GONDIN DA – *Biografia do Jornalismo Carioca.* Quaresma Editora. Rio, 1941.

FORJAZ, DJALMA – O *Senador Vergueiro.* Oficinas do *Diário Oficial.* São Paulo, 1924.

FUNCHAL, MARQUÊS DE – O *Conde de Linhares.* Tip. Bayard. Lisboa, 1908.

HANDELMANN, HENRIQUE – *História do Brasil.* Tomo 108 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio, 1931.

JAPIAÇU, CÂNDIDO LADISLAU – *Defesa do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conselheiro desembargador José Bonifácio de Andrada* e *Silva, pai da pátria, patriarca da Independência do Brasil.* Rio, Tip. Fluminense de Brito e C., 1835.

JAVARI, BARÃO DE – *Organizações e programas ministeriais.* Imprensa Nacional. Rio, 1889.

LAGO, LAURÊNIO – *Brigadeiros e generais de D. João VI e de D. Pedro I no Brasil.* Imprensa Militar. Rio, 1938.

LASKI, HAROLDO Y. - *El Liberalismo Europeo.* Fondo de Cultura Económica. México, 1939.

LIMA SOBRINHO, ALEXANDRE JOSÉ BARBOSA –*A ação da imprensa em torno da Constituinte,* Anais do 2.º Cong. de Hist. Nac. Rio, 1940.

LIMA, J. I. DE ABREU – *Compêndio de História do Brasil.* H. Laemmert. Rio, 1882.

LIMA, OLIVEIRA – *Dom João VI no Brasil.* 2 vols. Tip. do *Jornal do Comércio.* Rio, 1908.

LIMA, OLIVEIRA – O *Movimento da Independência.* 1821-1822. Cia. Melhoramentos de São Paulo. São Paulo, 1922.

LIRA, HEITOR – *História de Dom Pedro II* – 3 vols. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1938.

LIRA, A. TAVARES DE – O *Conselho do Estado.* Boletim da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio, 1934.

Luccocx, JOHN – *Notas sobre* o *Rio de Janeiro.* Livraria Martins. Sao Paulo, 1942.

MADELIN, LOUIS – *La Revolution.* Librairie Hachette. Paris, 1922.

MAYER, J. P. – *Trayectoria del Pensamiento Político.* – Fondo de Cultura Económica. México, 1941.

MENDONÇA, MARCOS CARNEIRO DE – *Intendente Câmara.* Imprensa Nacional. Rio, 1933.

MENESES, MANUEL JOAQUIM DE – *Exposição Histórica da maçonaria no Brasil.* Empresa Nacional do *Diário*. Rio, 1857.

MONTEIRO, TOBIAS – *História do Império. A Elaboração da Independência.* F. Briguiet e Cia. editores. Rio, 1927.

MONTEIRO, TOBIAS – *O Primeiro Reinado.* F. Briguiet e Cia. editores. Rio, 1939.

MORAIS, *A.* J. DE MELO – *Brasil Histórico.* Fanchori e Dupont editores. Rio, *1867.*

MORAIS, A. J. DE MELO – *História do Brasil reino e Brasil império.* Tip. de Pinheiro e C. Rio, 1871.

MORAIS, A. J. DE MELO – *A Independência e* o *Império do Brasil.* Tip. do Globo. Rio, 1877.

NEIVA, VENÂNCIO F. – José *Bonifácio, o patriarca da independência.* Irmãos Pongetti editores. Rio, 1938.

OLIVEIRA, J. J. MACHADO DE – *Quadro Histórico da província de São Paulo até o ano de 1822.* 2ª edição. Tip. Brasil de Carlos Guke 8 Cia. São Paulo, 1897.

PARRINGTON, LOUIS VERNON – *El Desarrollo de las Ideas en los Estados Unidos.* Lancaster Pres. Inc., Lancaster, Pa., 1941.

PRADO JÚNIOR, CAIO – *Formação do Brasil Contemporâneo.* Livraria Martins Editora. São Paulo, 1942.

PORTO, AURÉLIO – "Os Correias da Câmara." Separata do vol. II dos *Anais do Itamarati.* Rio, 1938.

RAFFARD, HENRI – *Apontamentos acerca de Pessoas e Coisas do Brasil.* Rio, 1899.

RANGEL, ALBERTO – *Dom Pedro Primeiro* e a *Marquesa de Santos 2.ª* edição. *Tip.* de Arrault e Companhia. Tours, França, 1928.

RANGEL, ALBERTO – *Textos e Pretextos. Tip.* de Arrault e Comp. Tours, 1926.

RANGEL, ALBERTO – *No rolar do tempo.* Livraria José Olympio Editora. Rio, 1937.

RANGEL, ALBERTO – *Trasanteontem.* Livraria Martins Editora. São Paulo, 1943.

RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO – *Teoria da História do Brasil.* São Paulo, 1949.

ROURE, AGENOR DE – *Formação Constitucional do Brasil.* Tip. do *Jornal do Comércio.* Rio, 1914.

SILVA, JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E – *O patriarca da independência.* [Dezembro de 1821 a novembro de 1823.] Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1939.

SOMMER, FRIEDRICH – *Wilhelm Ludwig von Eschwege. 1777-1855.* Stuttgart, 1928.

SOUSA, ALBERTO – *Os Andradas.* Tip. Piratininga. São Paulo, 1922 - 3 vols.

SOUSA, F. BELISÁRIO SOARES DE – *O sistema eleitoral no Brasil.* Rio, 1872.

SOUSA, OTÁVIO TARQUÍNIO DE – *A mentalidade da Constituinte.* Tip. Bernard Frères. Rio, 1931.

SOUSA, OTÁVIO TARQUÍNIO DE – *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo.* Livraria José Olympio Editora. Rio, 1937.

SOUSA, OTÁVIO TARQUÍNIO DE – *Evaristo da Veiga*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1939.

SOUSA, OTÁVIO TARQUÍNIO DE – *História de Dois Golpes de Estado.* Livraria José Olympio Editora. Rio, 1939.

SOUSA, OTÁVIO TARQUÍNIO DE – *Diogo Antônio Feijó.* Livrarias José Olympio Editora. Rio, 1942.

SOUSA, OTÁVIO TARQUÍNIO DE – "Independência. Primeiro Reinado. Regência". *Revista do Brasil* n. *56,* ano *VI* - 3.ª fase. Dezembro de 1943.

SANTOS, FRANCISCO MARTINS DOS – "História de Santos, 1532-1936." Emp. Gráf. da *Revista dos Tribunais*. São Paulo, 1937.

SPIx, J. B. VON, E MARTIUS, C. F. P. von – *Viagem pelo Brasil – 3* vols. Imprensa Nacional. Rio, 1938.

TAINE, HYPOLITE - *Les Origines de la France Contemporaine – 2* vols. Librairie Hachette *&* Cie. Paris, 1907.

TAUNAY, AFONSO DE E. – *Escritores Coloniais.* Oficinas do Diário Oficial. São Paulo, 1925.

TÁVORA FILHO, ELISIÁRIO –. José *Bonifácio cientista, professor e técnico.* Casa do Estudante do Brasil. Rio, 1944.

VARNHAGEN, FRANCISCO ADOLFO DE – *História Geral do Brasil,* 3ª ed. Comp. Melhoramentos de São Paulo. *5* vols. - s/d.

VARNHAGEN, FRANCISCO ADOLFO DE – *História da Independência,* vol. *173* da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio, 1940.

VASCONCELOS, SALOMÃO DE – *O Fico. Minas* e os *Mineiros na Independência.* Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1937.

VEIGA, LUÍS FRANCISCO DA – *O Primeiro Reinado.* Tip. de *G.* Leuzinger *&* Filho. Rio, 1877.

VIEIRA, LELIS – José *Bonifácio.* Tip. do *Estado de São Paulo.* São Paulo, 1920.

WEBSTER *C. K. . – Gran Bretaña y la Independencia de la América Latina – 1812-1830.* Editorial Guillermo Kraft. Buenos Aires, 1944.

. . . .

Índice onomástico

B

C

D

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

Sobre Otávio Tarquínio de Sousa

"A obra de Otávio Tarquínio de Sousa se incorporou definitivamente à nossa fisionomia cultural. Ele não passará. Será, daqui a séculos, uma expressão do Brasil."

Afonso Arinos de Melo Franco

"A série que afinal constituiu a *História dos Fundadores do Império*, obra cuja importância na avaliação da realidade nacional o tempo só fará acentuar estudos que consagraram em Otávio Tarquínio o historiador que ele veio a ser e o homem público que nele vigilava."

Carlos Lacerda

"Mestre da historiografia (...). É história calcada nos arquivos do tempo, afinada à melhor teoria contemporânea e redigida com suma probidade – a probidade desse grande homem de bem que é Otávio Tarquínio de Sousa, cujo empenho confessado é o de atingir 'um máximo de exatidão e verdade: a verdade ao alcance da História'. É um livro que honra uma vida."

Carlos Drummond de Andrade

"Erguida pedra sobre pedra, a obra do notável historiador desenvolveu-se vigorosa, ampla e meditada, ao longo de duas décadas. E toda ela foi lançada com o selo desta Editora [José Olympio], que teve o privilégio, ainda, não só do convívio de Otávio Tarquínio de Sousa como de sua inestimável colaboração, como diretor da Coleção Documentos Brasileiros, no período que vai do 19º ao 110º volume."

José Olympio, editor

9 788570 186102